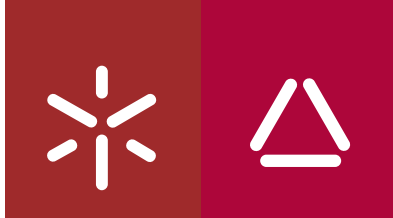




Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

António Almeida Vital

Frei Manuel da Rainha dos Anjos: Vida e Obra



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

António Almeida Vital

Frei Manuel da Rainha dos Anjos: Vida e Obra

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor António Manuel Clemente Lázaro

janeiro de 2023

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial
CC BY-NC

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer o apoio da Doutora Ana Maria Bandeira, do Arquivo da Universidade de Coimbra; o Arquivo Museu Diocesano de Lamego, na pessoa do Senhor Wilson Miguel Lima Teixeira; da Doutora Marta Irene de Gonçalves Rua, da Biblioteca Pública Municipal do Porto; a Doutora Susana Marques, da Academia das Ciências de Lisboa; da Doutora Livia Cristina Coito, da Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia; do Arquivo Distrital de Vila Real, a senhora d. Maria dos Anjos, a senhora d. Maria Natália e da senhora d. Maria Augusta; do Professor Doutor Francisco Ribeiro da Silva; da Professora Doutora Ana Margarida Silva, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; do Frei António de Sousa Araújo, da Ordem Terceira de São Francisco do Convento de Montariol e do Dr. André Antunes, aluno de Doutoramento da Universidade Católica Portuguesa, pelas traduções do Latim.

Expresso a minha gratidão aos professores do curso de História da Universidade do Minho, em especial ao Professor Doutor José Viriato Capela pelo apoio na bibliografia e em particular, ao meu orientador, o Professor Doutor António Lázaro.

A todos o meu sincero obrigado.

DEDICATÓRIA

À minha mãe

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Frei Manuel da Rainha dos Anjos: Vida e Obra

RESUMO

A autobiografia, suscita polémica como fonte de informação histórica, dada a natureza autorreflexiva, de balanço de vida, a partir de um determinado contexto e momento no tempo, que é o da sua escrita. No entanto, existindo o cuidado de analisar, cruzar dados e reinterpretar este tipo de fontes, estas assumem uma indiscutível importância para a construção da micro-história. As memórias que frei Manuel da Rainha dos Anjos nos deixou constituem, precisamente, um desses casos, e serviram de ponto de partida do exercício que definiu como objetivo a reconstituição da sua biografia, o tema desta dissertação.

No decurso da investigação desenvolvida, para além do manuscrito mencionado antes, conseguiu-se identificar dois sermões do mesmo autor, um impresso e outro manuscrito, ambos proferidos antes dos eventos que o levaram a ser perseguido. Em qualquer um dos casos estamos perante textos que nos revelam o profundo fervor do autor na defesa do Cristianismo, e dos seus dogmas, tal como as suas qualidades oratórias e o conhecimento das Sagradas Escrituras.

Ao que tudo indica, frei Manuel da Rainha dos Anjos foi vítima de um conflito que envolveu a Igreja e o Estado, no caso, personificado pelo marquês de Pombal, o qual, na época, se empenhou claramente na tarefa de subordinar esta aos seus interesses. Ao que também tudo indica, o carácter obstinado do aludido clérigo não só o converteu num incómodo como terá levado a que este se constituísse como objeto de uma feroz perseguição por parte do regime esclarecido.

Com um carácter fundado nos valores da cultura duriense, o seu percurso de vida e a trajetória que percorreu, atravessando vários países da Europa, repercutiu uma experiência rica para a sua época. O interesse desta figura prende-se exatamente com o facto de que ela representa o confronto entre duas visões do mundo, uma conservadora, vinculada aos valores de uma Igreja que tentava a todo o custo preservar a sua posição e outra, a de um Estado que, no quadro do Despotismo Esclarecido, tudo pretendia submeter à razão e ao progresso.

Palavras-Chave: (Auto)biografia; Despotismo Esclarecido; Império Otomano; Marquês de Pombal; Missões Apostólicas.

Friar Manuel da Rainha dos Anjos: Life and Work

ABSTRACT

Autobiography, raises controversy as a source of historical information, given its self-reflexive nature, a balance of life, from a certain context and moment in time, which is the time of writing. However, if care is taken to analyse and to cross-reference and reinterpret this type of source, it is undeniably important for the construction of micro-history. The memoirs that Friar Manuel da Rainha dos Anjos left us are, precisely, one of these cases and were the starting point of an exercise that defined as its objective the reconstitution of his biography, the subject of this dissertation.

In the course of our research, besides the manuscript mentioned above, we could identify two sermons by the same author, one printed and the other in manuscript format, both delivered before the events that led him to be persecuted. In both cases these texts reveal the author's deep fervour in defending Christianity and its dogmas, as well as his oratorical qualities and knowledge of the Holy Scriptures.

Everything indicates that Manuel da Rainha dos Anjos was the victim of a conflict involving the Church and the State, in this case personified by the Marquis of Pombal, who, at the time, was clearly committed to the task of subordinating the latter to his interests. It also seems that the obstinate character of the cleric not only made him a nuisance but also made him the object of fierce persecution by the enlightened regime.

With a character based on the values of the Douro culture, his life path and the trajectory he followed, crossing several European countries, reflect a rich experience for his time. The interest of this figure lies precisely in the fact that it represents the confrontation between two visions of the world, one conservative, linked to the values of a Church that tried at all costs to preserve its position, and the other, that of a State that, within the framework of Enlightened Despotism, intended to submit everything to reason and progress.

Keywords: (Auto)biography; Enlightened Despotism; Ottoman Empire; Marquis of Pombal; Apostolic Missions.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
DEDICATÓRIA.....	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	vi
ÍNDICE.....	vii
LISTA DE ABREVIATURAS	ix
LISTA DE MAPAS E QUADROS.....	x
LISTA DE FIGURAS	x
INTRODUÇÃO.....	1
Enquadramento teórico	1
Caso de estudo	2
CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO	5
O dealbar oitocentista em Portugal	5
O Despotismo esclarecido.....	6
Marquês de Pombal	8
Dicotomia político-religiosa.....	14
Ordem Terceira de São Francisco	17
Os motins do Porto de 1757.....	20
A Viradeira.....	22
CAPÍTULO 2 – PERCURSO DE VIDA.....	24
ORIGENS.....	24
Vida académica e progressão na carreira eclesiástica.....	24
O julgamento de Jorge Pauson	26
A perseguição movida por Sebastião José de Carvalho e Melo.....	31
Encarceramento na prisão da Junqueira	33
Fuga de Lisboa para Sevilha	35
A relação do fidalgo do Bonjardim com o Secretário de Estado	35
Extradição e encarceramento no Convento de São Francisco de Lisboa	39
Fuga de Lisboa para Roma	40
O encontro com Papa Clemente XIII e a sua protecção.....	43
A teia do Ministro no encaço do padre Penajóia nos Estados Pontifícios.....	45

As missões apostólicas no Império Otomano.....	50
Viagem à corte da Polónia.....	53
A guerra Turco-Russa.....	55
Regresso da missão para Roma.....	58
O reconhecimento do Papa Clemente XIV pela sua missão.....	61
Regresso à pátria.....	64
A desconsideração do seu heroísmo pela família real	65
Recolhimento e falecimento	67
CAPÍTULO 3 – A OBRA.....	69
Sermão sobre o Mistério da Santíssima Trindade	69
Sermão sobre o Mistério da Conceção da Virgem Maria	71
Autobiografia	73
EPÍLOGO	80
FONTES MANUSCRITAS	82
FONTES IMPRESSAS	83
BIBLIOGRAFIA	84
ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS	89
ANEXOS.....	91
Anexo 1 – Sermão Panegyrico Gratulatorio do Mysterio da Trindade Santissima	92
Anexo 2 – Sermão Panegirico, Laudatorio, e encomiástico	117

LISTA DE ABREVIATURAS

ACL – Academia das Ciências de Lisboa

ADL – Arquivo da Diocese de Lamego

AHE – Arquivo Histórico do Exército

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

BMNA – Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto

LISTA DE MAPAS E QUADROS

Mapa 1 – Percurso da primeira fuga de Lisboa a Sevilha e regresso, 1757/1758	38
Mapa 2 – Percurso da segunda fuga de Lisboa, 1760.....	42
Mapa 3 – Percurso realizado nos Estados Italianos entre 1760 e 1763	50
Mapa 4 – Percurso realizado no sudeste da Europa entre 1763 e 1773.....	57
Mapa 5 – Percurso entre a região da Moldávia e os Estados Papais, e estadia até regresso a Portugal, entre 1773 e 1778.....	63
Mapa 6 – Percurso realizado após o regresso a Portugal, entre 1778 e 1779.....	67
Quadro 1 – Exploração do texto do sermão sobre o Mistério da Conceção da Virgem Maria	73
Quadro 2 – Designação dos Tratados e Capítulos do manuscrito MS-658.....	75
Quadro 3 – Designação dos Apêndices do manuscrito MS-658	79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ioannes V Portugall. et Algarb. Rex fidelissimus. [1749].....	6
Figura 2 – Iosephus I. D. G. Rex Portug. ... [1756]	8
Figura 3 – Sebastiao Iose de Carvalho e Mello, Secretario de Estado & C. & C. [1759]	13
Figura 4 – S. Francisco de Assis [1735].....	18
Figura 5 – D. Maria I, Rainha de Portugal [1777-1800].....	23
Figura 6 – Retrato do Papa Clemente XIII [1759]	44
Figura 7 – Totius Danubii cum Adjacentibus Regnis nec non Totius Graeciae et Archipelagi [1766].....	51
Figura 8 – Iasi, a capital da Moldávia [1771]	59
Figura 9 – Fr. Laurentius Ganganelli [circa 1769]	61

INTRODUÇÃO

Enquadramento teórico

A prática biográfica é conhecida desde o período clássico, uma vez que o termo biografia está atestado em grego desde o século V d.C.. Aparece em dicionários em França a partir do século XVIII, mais especificamente no *Dictionnaire de Trévoux*, como descrição de uma vida em forma de livro¹. Em Portugal regista-se a palavra desde o século XIX². Para Hans Renders³, a biografia é vista como um método que permite analisar a trajetória de vida do personagem tendo por base o conhecimento histórico da época em que este viveu. Trata-se não apenas de conhecer criticamente a sua vida – nomeadamente a origem familiar e social e o percurso formativo e profissional do biografado – como também de situar historicamente o seu percurso de vida, reconstituindo a participação em conflitos da época, tal como acontece com a personalidade em estudo.

Desde a Antiguidade até à Idade Média as biografias tinham uma finalidade de moralizar a sociedade convertida ao cristianismo e de exaltar heróis e santos. Através dessa finalidade didática que visava a imitação das virtudes dos antepassados, a biografia passou a ocupar um lugar próximo da literatura ao invés de se aproximar do relato histórico. O género romanceado, sobre o qual o historiador do século XIX não tinha interesse, foi renovado, no século XX, com os contributos do alemão Ernst Kantorowicz, do americano Paul Murray Kendall e do francês Jacques Le Goff, da escola dos *Annales*, que selaria o encontro entre a produção erudita e o género biográfico já nos finais do século XX⁴.

Neste quadro, o cruzamento com acontecimentos e episódios significativos da época contribui para esclarecer e dar sentido à narrativa ou ao testemunho de vida sobre o indivíduo em estudo. Renders sublinha ainda a importância que os estudos de micro-história assumem neste contexto, dado possibilitarem uma compreensão mais fina dos acontecimentos históricos⁵. Ginzburg debruça-se sobre os métodos da história alavancando a micro-história para a compreensão de significados de sistemas maiores. Isto é, a descoberta de vestígios, que antes poderiam ser considerados negligenciáveis, pode levar à explicação ou reinterpretação de determinado objeto de estudo dentro do contexto da sua época⁶.

¹ Furetière, A.; Souciét, E. (1721). *Dictionnaire universel françois et latin*. Paris: La Compagnie des Libraires Associés.

² Cunha, A. G. (2010). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital Ltda. p. 91.

³ Autor e professor de História e Teoria da Biografia na Universidade de Groningen (Países Baixos). Desde 2004 é também diretor do *Biography Institute* que pertence à mesma universidade. Renders, H. & Haan, B. (Eds.) (2014). *Theoretical Discussions of Biography. Approaches from History, Microhistory, and Life Writing*. Boston: Brill. p. 223.

⁴ Almeida, G. M. A. (2013). «Métodos e pesquisas em biografia modal». In Encontro cearense de história da educação, 12, Encontro nacional do núcleo de história e memória da educação, 2, Fortaleza – *50 Anos de Educação: história, memória e formação: Anais*, pp. 1098-1107.

⁵ Renders, H. & Haan, B. (Eds.) (2014). *Theoretical Discussions of Biography. Approaches from History, Microhistory, and Life Writing*. Boston: Brill. p. 7.

⁶ Ginzburg, C. (1986). *Miti, emblemi, spie: morfologia e storia*. Torino: Giulio Einaudi, p. 159.

Num artigo que reconstitui a importância do género biográfico no campo do conhecimento histórico dos últimos dois séculos, Benito Schmidt enumera vários autores contemporâneos como, por exemplo Arnaud, Carlo Ginzburg ou Jacques Le Goff, para descrever a controvérsia existente entre os que defendem que a biografia é um género renovado em relação ao seu passado e os que consideram existir um oportunismo académico sobre um género que não tem preocupações explicativas ou analíticas. O facto é que a biografia, graças à inspiração e ao exemplo metodológico da micro-história, tem conseguido trazer representatividade a indivíduos comuns, deixando de ser o género que apenas se debruça sobre as elites, apontando agora para “novas possibilidades de se compreender, escrever e construir a história”⁷.

Neste sentido, a biografia de um padre do século XVIII, que não ocupava um lugar de destaque na hierarquia eclesiástica, pode servir para compreender melhor a evolução do pensamento nesse período histórico, designadamente através dos pontos de contacto entre as suas ideias e os seus comportamentos e os dos seus contemporâneos, que partilhavam em menor ou maior grau o mesmo código cultural.

Caso de estudo

Do ponto de vista social, a vida deste frade desenrola-se em vários ambientes, desde as suas origens rurais, nas margens do Douro, à Universidade de Coimbra, à sua condição de prelado em Portugal, tal como à de missionário na Europa Oriental, durante a segunda metade do século XVIII, dando-nos uma perspetiva das diferentes realidades que viveu em Portugal, em Espanha, Itália, Império Otomano, Polónia e Império Austro-Húngaro.

O interesse e a pertinência do seu percurso de vida podem também contribuir para conhecer e compreender o envolvimento do clero nas questões políticas dessa época, como se compreende pelos inúmeros conflitos ou polémicas em que o biografado se envolveu no decurso da sua trajetória. Disso são exemplo: a participação numa assembleia de prelados (consistório) com o fim de se pronunciarem sobre a libertação de um calvinista inglês (Porto, c. 1756); a defesa do Bispo Governador do Porto e Deão de Vila Viçosa, D. João da Silva Ferreira, num acto de insurreição contra a ordem de degredo do referido bispo decretada pelo Marquês de Pombal (1756), episódio que espoletou a sua perseguição, apenas contrariada pela protecção do Papa Clemente XIII.

Com efeito, um dos resultados esperados deste estudo é o contributo para o aprofundamento do conhecimento sobre os conflitos políticos na época pombalina, movidos aparentemente por questões

⁷ Schmidt, B. B. (2003). Biografia e regimes de historicidade. In *Métis: História & Cultura*. Vol. 2, n.º 3, pp. 57-72.

religiosas, a partir da análise das motivações, das estratégias e dos interesses subjacentes a estes conflitos, no contexto do absolutismo esclarecido imperante na Europa de então. A título ilustrativo, vale a pena apontar algumas das personagens de elevado estatuto político e religioso com que o biografado se envolveu durante a sua vida académica, religiosa e profissional – Desembargador José de Mascarenhas, Gonçalo Cristóvão, D. Manuel de Sousa, conhecido como *fidalgo do Calhariz*, entre outros – tendo presente as suas origens sociais e familiares, significativamente distantes das destes ilustres.

Também sob a lente da história das mentalidades, podemos vir a compreender a resistência das ideias da Igreja e dos seus representantes, mais especificamente do biografado, ao *Iluminismo*. Novas correntes de pensamento invadiam Portugal através da ideologia das *Luzes*, tardiamente face a outros Estados europeus, consubstanciando-se no despotismo esclarecido, sob a égide de Sebastião José de Carvalho e Melo, no reinado de D. José I e no governo Pombalino. Como afirma Serrão, “o monarca era o lugar-tenente de Deus e a ele competia fazer as leis para o bom governo dos homens”⁸, segundo uma razão crítica e o entendimento do homem como ser autónomo, pensante e atuante, em oposição à ignorância, ao catolicismo e ao poder temporal de Roma, buscava-se a conciliação entre a fé e a razão e uma nova dimensão do espírito, que, a par da prosperidade da burguesia, levaria à Revolução Francesa de 1789.

Não existe investigação prévia sobre o biografado, as informações existentes são baseadas na sua autobiografia, encontrada em, pelo menos, duas versões, sendo uma delas provavelmente a original, e dois sermões, um impresso e outro manuscrito. Barbosa Machado, diz que Manuel da Rainha dos Anjos professou os seus votos, em 21 de dezembro de 1734, no Instituto Seráfico do Convento do Porto da Província de Portugal⁹. Pinho Leal refere na sua obra *Portugal antigo e moderno*, que, baseando-se em informações particulares, atribui a fuga dos cárceres à intervenção da rainha D. Mariana Victória, esposa de D. José I. Esta tese do envolvimento da casa Real não é corroborada por mais nenhuma fonte e, sendo baseada em “informações particulares”, resulta algo dúbia¹⁰. Por último encontramos na obra de ficção de Camilo Castelo Branco intitulada *Onde Está a Felicidade?*, onde descreve a presença do padre Manuel da Rainha dos Anjos numa cena semelhante à dos motins do Porto de 1757, com o seu hábito e a sua respeitável fisionomia e com o seu poder de oratória dirigido às turbas de uma forma aguerrida e astuta¹¹.

⁸ Serrão, J. V. (2004). *História de Portugal*. Vol. VI. 6.ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, pp. 11-13.

⁹ Diogo, B. M. (1741). *Biblioteca Lusitana. Historica, Critica, e Cronologica*. Vol. 4, 1ª edição, tomo IV. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, p. 248.

¹⁰ Leal, A. S. A. B. P. (1886). *Portugal antigo e moderno; dicionário ... de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Vol. XI. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, pp. 948-949.

¹¹ Branco, C. C. (1905). *Onde Está a Felicidade?*, p. 28.

A fundamentação para a interpretação e conclusões deste trabalho, inclui o manuscrito *Vida trágica. Relação maviosa dos Trabalhos e perseguições que desde Portugal até á Turquia padeceu e venceu com animo constante e varonil* [Manuscrito / O.P.M. Fr. Manoel da Rainha dos Anjos Penajoya Doutor na Sagrada Theologia pela Vuniversidade de Coimbra Qualificador do S. to Officio e Missionario Apostolico neste Seminario de Nossa Senhora da Piedade de Meiõ frio escrita por ele mesmo, que se encontra à guarda da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP). O manuscrito em causa trata-se de uma cópia que, de acordo com a instituição, realizada por D. João de Magalhães e Avelar (1776-1833), Bispo do Porto. No âmbito da pesquisa realizada, localizámos outro manuscrito com o mesmo título à guarda da Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, o qual poderá tratar-se de uma outra cópia ou do próprio autógrafo, o que só poderemos concluir após uma análise atenta do mesmo, tarefa que não iremos cumprir no âmbito deste trabalho. Esta fonte, uma autobiografia, insere-se numa prática característica do humanismo renascentista (movimento que se inicia no século XIV e prossegue até ao século XVI), que promoveu o culto do individualismo e, desse modo, fez surgir a autonomia do homem face ao todo social ou coletivo, prática que se estendeu até à contemporaneidade. Nas descrições que apresenta, identificam-se características típicas do homem que se move pela sua vontade e faz escolhas. Encontram-se, igualmente, uma ordem transcendente e religiosa e muitas das características da literatura barroca, com uma linguagem dramática expressa pelo exagero¹². O documento oferece, para além de descrições e discursos enfatizados, informação muito relevante sobre a visão do biografado, o que pensavam os seus contemporâneos, as dinâmicas sociais e a cultura das diferentes geografias que percorreu ao longo da sua vida.

A par destes manuscritos consultaram-se outros materiais documentais suscetíveis de contribuir para o estudo crítico da vida e obra do biografado, como o ilustram alguns dos documentos recenseados na lista de fontes, tais como registos paroquiais, processos de inquirição e outros.

Com este trabalho pretende-se acrescentar valor, através da biografia do Padre Manuel da Rainha dos Anjos, à história de vida dos religiosos em Portugal no século XVIII, contribuindo para o entendimento das relações conflituosas entre a Igreja e o despotismo esclarecido e ajudar a entender as relações e as práticas das ordens religiosas no seio da hierarquia eclesiástica.

¹² Burke, P. (1997). A invenção da biografia e o individualismo renascentista. *Revista Estudos Históricos*. 10(19), pp. 95-96.

CAPÍTULO 1 – O CONTEXTO

Não é minha intenção debruçar-me de forma exaustiva sobre o contexto em que decorre o percurso de vida do biografado, mas enquadrá-lo a partir de alguns temas estruturantes que definiram a vida social e política da sua época.

O dealbar oitocentista em Portugal

Após a consolidação da restauração da independência, estabeleceu-se em Portugal um período de estabilidade política assente no absolutismo monárquico, que se vai progressivamente afirmando como doutrina do Estado.

O padre Manuel da Rainha dos Anjos nasceu durante aquele que viria a ser o mais opulento dos reinados. A corte de D. João V¹³ era das mais prósperas na Europa de então devido à exploração mineira no Brasil. O império colonial português incrementou a sua importância económica e, em Portugal metropolitano, assistiu-se a um aumento da circulação monetária. É nesta fase da monarquia portuguesa, que José Hermano Saraiva denomina como “o século do ouro”¹⁴, que se regista o aumento do fluxo de matérias-primas que torna possível o desenvolvimento do tráfego euro-ultramarino, que culmina no desenvolvimento de uma burguesia mercantil, na multiplicação das fortunas, na concessão de privilégios aos intervenientes do comércio e da exploração colonial, em que se incluem as congregações religiosas¹⁵. A nível interno vivem-se quase quatro décadas de paz e, no plano externo, a diplomacia portuguesa orienta-se pela não-intervenção nos conflitos internacionais e pela reconquista do prestígio da monarquia portuguesa.

O absolutismo joanino foi também caracterizado pela indolência das instituições, a ineficiência do aparelho do Estado sobre as estruturas sociais e pelo conseqüente abrandamento da capacidade de intervenção do poder central. Estas condições mantêm-se até ao final do reinado de D. João V, o que cria as condições e explica, em parte, os motivos para a ascensão política do Ministro Sebastião José de Carvalho e para o facto de que este, “ao querer restaurar a autoridade do Estado, tenha tido de começar por destruir as resistências que se opunham à plenitude do seu próprio poder como agente da instituição real”¹⁶.

¹³ D. João V nasceu, em 22 de outubro de 1689, no Paço de Lisboa, filho de D. Pedro II e de Maria Sofia de Neuberg. Em 1707, foi aclamado rei, sucedendo ao seu pai, D. Pedro II. Morreu, em Lisboa, em 1750. Silva, M. B. N. (2006). *D. João V*. Lisboa: Círculo de Leitores/Cento de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, pp. 16-23.

¹⁴ Saraiva, J. H. (dir.) (1983). Pombal e a experiência da autoridade. In Saraiva, J. H. (dir.). *História de Portugal*. Vol. 5. Lisboa: Publicações Alfa, p. 55.

¹⁵ Serrão, J. V. (2020). *História de Portugal*, vol. VI. Lisboa: Temas e Debates, pp. 11-14.

¹⁶ Saraiva, J. H. (dir.) (1983). Pombal e a experiência da autoridade, p. 57.



Figura 1 – Ioannes V Portugall. et Algarb. Rex fidelissimus. [1749]
Romae: [s.n.]. Gravura: buril e água-forte, p&b. Cota BNP: E. 4990 P.

O Despotismo esclarecido

O século XVIII, também conhecido como o Século das Luzes, é um século de revoluções: dita o fim do Antigo Regime e o dealbar da Idade Contemporânea. Estas correntes ideológicas difundidas por filósofos europeus disseminaram-se pelo mundo e inspiraram diversas revoluções, cada uma com a sua devida importância no meio em que estavam inseridas, como a Revolução Francesa de 1789. Entre as principais transformações culturais destaca-se o Iluminismo, que foi a corrente da elite intelectual europeia. Entre os seus pensadores, podemos destacar Rousseau, Montesquieu e Voltaire. Incorporou os contributos do empirismo inglês, que visava o mundo das ciências de observação, do racionalismo de Descartes, que pretendia chegar à exatidão nas ciências abstratas, do heliocentrismo

de Galileu, que difundiu a matemática como linguagem das leis naturais, e do personalismo de Blaise Pascal, que pugnava pela prioridade do pensamento passar a centrar-se no próprio indivíduo e no aprofundamento de uma nova dimensão do espírito¹⁷. Este período da história vive-se “na busca de uma conciliação entre fé e razão, entre o sentimento e o intelecto na grande aliança, inspirada pelo criticismo do Renascimento, a estabelecer entre o homem e Deus”¹⁸. Contribuíram para a difusão da nova corrente de pensamento, entre outras obras, a *L’Encyclopédie* ou *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*¹⁹, as reuniões sociais da nobreza, os cafés e os jornais que começavam a circular com maior frequência e constituíam um veículo para a formação da opinião pública. Procura-se mobilizar o poder da razão e do saber com o intuito de reformar a sociedade e o conhecimento herdado da tradição medieval²⁰. Ao buscar esse saber apurado da natureza, com o objetivo de torná-lo útil ao homem moderno e progressista, o Iluminismo promoveu também o intercâmbio intelectual e a crítica à intolerância da Igreja. Estas ideias foram assimiladas por diversos monarcas absolutos europeus, que acabaram por empreender reformas tendentes ao progresso e ao desenvolvimento cultural. Surgiam os déspotas iluminados, ou seja, emergia o despotismo esclarecido.

Em Portugal, as novas correntes filosóficas chegaram mais tarde, no final do reinado de D. João V, e progrediram ao longo do reinado de D. José I. Os seus governantes deviam agir no interesse dos vassallos, criar leis justas e adequadas que mitigassem, pelo menos na teoria, a ação régia. Na prática, como é visível na Lei Pública de 1764 (que criminaliza toda a resistência armada às missões régias), o poder do rei mantinha-se absoluto. A forma histórico-cultural do Iluminismo, que promove a liberdade como expressão crítica do homem, apenas viria a implantar-se em Portugal no reinado de D. Maria I, após o impacto ideológico da Revolução Francesa.

¹⁷ Serrão, J. V. (2020a). *História de Portugal*. Vol. VI. Lisboa: Temas e Debates, p. 11.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 11.

¹⁹ *L’Encyclopédie* ou *Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (1751-1772). In *Bibliotecas e humanidades digitais*, <https://bdh.hypotheses.org/1747>.

²⁰ Torgal, L. R. (1989). *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, pp. 46-47.



Figura 2 – Iosephus I. D. G. Rex Portug. ... [1756]

Negges, Johann Simon [1726-1792]. Gravura: maneira negra, p&b. Cota BNP: E. 45 V

Marquês de Pombal

Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu em Lisboa, em 13 de maio de 1699, no seio de uma família da pequena nobreza. Filho primogénito de Manuel de Carvalho, fidalgo da Casa Real e capitão de Cavalaria, e de D. Teresa Luísa de Mendonça e Melo, da família dos morgados dos Olivais e de Souto de El-Rei. Teve dois irmãos: Francisco Xavier de Mendonça (1700-1769), que se destacou como Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão e exerceu o cargo de adjunto do secretário de Estado no governo de Pombal; e Paulo de Carvalho e Mendonça (1702-1770), eclesiástico, presidente do

Senado de Lisboa e Inquisidor-Geral do Reino²¹. Contou também com a proteção do tio paterno, o doutor Paulo de Carvalho de Ataíde (1679-1737), que de lente de Cânones passou, mais tarde, a ser cónego da Sé Patriarcal de Lisboa. Em 1723, Sebastião José de Carvalho e Melo casou com D. Teresa de Noronha e Bourbon de Mendonça e Almada, não obstante a oposição da poderosa família desta. Depois de dez anos a viver em Soure numa quinta da família, em 1729 regressa a Lisboa. Graças ao apoio do seu tio cónego conseguiu ingressar na Academia Real da História. Em 1739, seguiu para Londres como enviado extraordinário depois do seu antecessor, Marco António de Azevedo Coutinho, lhe ter aberto as portas da diplomacia. Serrão afirma que “não foi totalmente feliz a atuação do enviado”²², deixando antever que esta missão não foi um sucesso. Em 1745, parte numa nova missão diplomática para Viena de Áustria com o intuito de servir na mediação de um conflito entre o papa Bento XIV e imperatriz Maria Teresa. No final desse ano, já viúvo, casa-se em segundas núpcias com D. Maria Leonor de Daun, que lhe abria as portas da melhor nobreza imperial²³. Serrão considera que este período de 4 anos junto da corte austríaca, foi “bem mais proveitoso” e contribuiu decisivamente para sua formação de estadista. O historiador diz ainda que foi durante o tempo em que aí permaneceu, contactando com o mundo da política e da diplomacia, que apreendeu os grandes princípios do despotismo esclarecido, que aplicaria no seu regresso a Portugal, assim como “as ideias económicas e culturais que serviriam de trave-mestra do seu governo”²⁴. Segundo Fortunato de Almeida, recebeu outras influências quando exposto a outros movimentos estrangeiros de carácter político, como o dos jansenistas e o do josefismo. Sobre o primeiro afirma que “os erros da seita jansénica-galicana, os quais lhe serviam admiravelmente para a realização do sonho da onnipotência política, desde que os jansenistas [...] se tinham mancomunado com o poder real na luta contra a Santa Sé”²⁵. Influenciado por estas ideias, regressa a Lisboa em 1749 e é junto da rainha Maria Ana de Áustria e graças ao seu valimento que chega à Secretaria de Estado. Quando o rei D. João V faleceu e D. José I assumiu o poder, procurou escolher homens para o seu governo. Foi indicado por D. Luís da Cunha para a Secretaria do Reino, e, no dia 5 de Agosto de 1750, foi nomeado para as Secretarias dos Negócios Estrangeiros e da Guerra²⁶.

Portugal viria a sofrer, no terceiro quartel do século XVIII, uma mutação política, económica, social e cultural extensa e profunda, em que todos os aspetos da vida nacional foram atingidos e se alteraram. Esse período de transformação corresponde ao reinado de D. José I (1750-1777),

²¹ Serrão, J. V. (2020a). *História de Portugal*, p. 20.

²² Idem, *ibidem*, p. 22.

²³ Idem, *ibidem*, p. 22.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 22.

²⁵ Almeida, F. (2018). *História de Portugal*. Vol. 10. Lisboa: Book Cover, p. 8.

²⁶ Almeida, F. (2018). *História de Portugal*, p. 7.

identificado pela historiografia em função da obra do Marquês de Pombal enquanto ministro e pelo seu papel de reformador, exercendo um poder absoluto. As interpretações sobre esta figura polémica divergem. Uns vêem-no como sendo influenciado pelo anglicanismo ou pelo calvinismo ao querer consagrar uma Igreja Nacional independente de Roma. Outros tendem a considerá-lo um precursor da Revolução e do Liberalismo. Por fim, há também quem o procure inserir na conjuntura da deriva das monarquias católicas europeias para o estabelecimento da hegemonia régia sobre a Igreja, como foi o caso, com variações em cada caso nacional, do galicanismo em França, do febronianismo na Alemanha, do josefismo no império dos Habsburgos, mas que em geral se designa por regalismo²⁷.

Portugal não foi exceção e o expoente máximo dessa nova conceção é alcançado durante o governo do Marquês de Pombal, ministro do rei D. José I, que procurou incrementar o poder do monarca à custa da Igreja e da velha nobreza. Ribeiro da Silva diz mesmo que “as grandes lutas de Pombal em prol do fortalecimento do poder do rei vão travar-se contra os vários grupos sociais ou instituições [...] e que todos vão ser atingidos: a nobreza, a burguesia, o clero, os mesterais, as autonomias municipais”²⁸. Na impossibilidade de abordarmos todos os aspetos do governo de Pombal atentaremos brevemente ao seu projecto político, que acabou por ter influência em todos as dimensões da vida portuguesa do último quarto do século XVIII. Pombal não se identificava como intelectual. Como refere Silva Dias, os planos cultural, económico, diplomático, ideológico ou eclesiástico eram instrumentos para o exercício político²⁹. José Hermano Saraiva refere que foi “ponta de lança do poder burguês contra o poder senhorial e aristocrático”³⁰ e que os seus dados biográficos e familiares o situam na “zona de franja que separa a burguesia da nobreza, ou talvez mais exatamente, colocam-no de pleno direito no seio da nobreza de toga”³¹. Foi graças à sua natureza firme, vigorosa, obstinada e ambiciosa que acabaria por chegar ao mais alto cargo do reino, tendo utilizado a carreira diplomática como trampolim para atingir o que verdadeiramente o tentava, a política. É com a morte de D. João V que se altera “o curso do que parecia uma carreira falhada”³². Pouco a pouco, ao longo do seu governo, vai concentrando nas suas mãos pastas de outros ministros, que manipulava, e governa como um déspota ao sabor dos seus caprichos. Os nobres aceitavam mal o poder impiedoso de um nobre de estatuto inferior e, por essa razão, alimentaram desde muito cedo a resistência ao Marquês de Pombal. É a seguir ao Terramoto de 1755 que o poder político de Sebastião José Carvalho se torna completo depois de perceber que a terrível calamidade era de facto uma oportunidade política e de tomar todas

²⁷ Seabra, J. (2021). *Pombal Contra Reforma*. Coimbra: Edições Tenacitas, pp. 19-20.

²⁸ Silva, F. R. (1990). *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular, os motins do Porto de 1757*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 21.

²⁹ Dias, J.S. S. (1984). *Pombalismo e Projecto Político*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, p. 213.

³⁰ Saraiva, J. H. (dir.) (1983). *Pombal e a experiência da autoridade*, p. 83.

³¹ Saraiva, J. H. (dir.), (1983). *Pombal e a experiência da autoridade*, p. 84.

³² Idem, *ibidem*, p. 5.

as rédeas da reconstrução de Lisboa. Hermano Saraiva salienta que “a ideia de reconstruir a capital segundo um plano imposto pelo Estado, com expressa proibição de obras de iniciativa particular, foi da autoria do ministro”³³, não é mais do que uma clara demonstração da sua superioridade não deixando que o povo, apesar dos donativos, desvirtuasse a construção de uma nova capital que se pretendia grandiosa. O autor vai mais longe ao referir que “a realização, típica do urbanismo racionalista e original sob esse especto, reflete bem a conceção que Pombal tinha da sociedade e do Estado: linhas retas, alçados iguais para todos, proibição de qualquer manifestação exterior que sugerisse a nobreza ou a condição social do proprietário.”³⁴.

Em 1756, é criada a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, medida que dava origem aos motins do Porto de 1757. Pombal viu neste incidente uma boa oportunidade para fazer sentir o peso da autoridade régia, denunciando os protestos como ações contra a lei e a vontade do monarca e como constituindo crime de lesa-majestade. Esta repressão tinha como objetivo aniquilar o “pretense poder revolucionário do povo”³⁵. Durante esse período foi ainda extinta a Casa dos Vinte e Quatro no Porto e registou-se uma conspiração frustrada da nobreza na qual estariam envolvidos os duques de Lafões e de Aveiro e os marqueses de Marialva e de Angeja, que pretendiam a queda do ministro e a formação de um novo governo. Em 1758, estes nobres, na sequência do atentado régio, são presos e, depois da sentença ser proferida em 1759, uns são executados e outros votados ao degredo. Na base do atentado estaria uma ligação amorosa do rei com uma jovem da família dos Távora, tendo o ministro aproveitado a situação para desferir, perante a população de Lisboa, um rude golpe na alta nobreza³⁶. Este acontecimento teve consequências que acabaram por envolver a família real das quais resultou o desterro dos “meninos da Palhavã” para o Convento do Buçaco. Hermano Saraiva defende que “a defesa do poder absoluto do rei convertera-se na defesa do poder absoluto do Estado” e o crime de lesa-majestade era invocado por Carvalho e Melo como delito e desobediência à lei, “que se supunha representar a vontade real, embora na realidade traduzisse a dele, ministro do rei”³⁷. Em resumo, toda a resistência ou expressão contrária à doutrina do Estado era seriamente reprimida.

É através da montagem de uma máquina de propaganda que Pombal faz a sua própria apologia, denigre os seus adversários ou cria uma opinião factícia sobre determinados problemas, que aproveita a seu favor, para a restauração da autoridade do Estado.

³³ Idem, *ibidem*, p. 90.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 91.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 93.

³⁶ Saraiva, J. H. (dir.), (1983). *Pombal e a experiência da autoridade*, p. 94.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 94.

Devido ao seu carácter determinado “tornou possível a introdução de melhoramentos duradouros em muitos aspetos da administração, da economia e da cultura portuguesa”³⁸. Criou várias repartições no seu ministério: Exército, Marinha, Comércio Geral, Indústria, Obras Públicas. Colocou ainda a Universidade a cargo de um inspetor-geral, ele próprio. Para regulamentar todos os assuntos relacionados com o comércio, cria a Junta de Comércio, dirigida por um provedor e delegados de Lisboa e Porto que mantinham as suas deliberações no mais completo segredo³⁹. Hermano Saraiva refere que uma das preocupações da política económica do Marquês era a protecção aos grandes comerciantes e a criação de companhias monopolistas, patrocinadas pelo Estado, como veículo da política do absolutismo régio. Esta visão tem repercussões na economia, que sofre uma decadência lenta e constante, agravada pelo fraco suporte social e evidenciada por uma indústria incipiente, pelo decréscimo das quantidades de ouro e de diamantes provenientes do Brasil, pela falência da pequena burguesia e pela falta de vias de comunicação.

Após a expulsão dos jesuítas, que desempenhavam um papel central no controlo do aparelho educativo, Pombal promoveu grandes alterações no campo do ensino, subordinado ao princípio de que “o ensino deve funcionar como um meio de integração do indivíduo no Estado”⁴⁰. Esta concepção irá dominar toda a reforma dos estudos pombalinos, quer no plano do ensino secundário, quer no do universitário. Eram assim instituídas escolas pelo país que lecionavam literatura latina, retórica e gramática grega como forma de preparação para o acesso ao ensino universitário. Em 1761, foi criado, em Lisboa, o Colégio dos Nobres com o objetivo de formar as famílias aristocráticas e, em 1772, foi publicada a lei que criava a figura dos mestres no ler e escrever. Importa referir que o ensino era ministrado de acordo com a condição social, na qual cada um nasce destinado a desempenhar uma função no organismo nacional. É também em 1772 que são promulgados os novos estatutos da Universidade depois da visita do Marquês à Universidade, que constitui um momento histórico descrito pelo mestre de cerimónias da sua confiança em *Diário*. Durante um mês lentes, estudante e a população da cidade viveram os cerimoniais dignos da coroa⁴¹. O propósito era o de combater o atraso da instituição e de aproximá-la ao movimento cultural europeu dos séculos XVII e XVIII. A reforma empreendida foi radical em dois aspetos: no planeamento dos cursos e na determinação das matérias e dos métodos de ensino.

A intervenção do Marquês de Pombal na política externa, segundo Hermano Saraiva, caracteriza-se pela “valoração da neutralidade como uma concretização da aliança é dos traços mais originais e

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 98.

³⁹ Maxwell, K. (2001). *O Marquês de Pombal*. Lisboa: Editorial Presença, p. 92.

⁴⁰ Saraiva, J. H. (dir.), (1983). *Pombal e a experiência da autoridade*, p. 102.

⁴¹ Serrão, J. V. (2020a). *História de Portugal*, p. 74.

mais inteligentes da política exterior pombalina, sempre que caracterizada pela preocupação de impor o respeito pela plena independência portuguesa”⁴². Esta linha orientadora explica o posicionamento de Portugal face à guerra de 1756, em que se enfrentavam dois blocos políticos: a Inglaterra que dominava os mares e a França que iniciava a disputa pelos espaços coloniais. Em 1775, já no período final da sua ação governativa, Pombal, a propósito da inauguração da estátua equestre de D. José I na Praça do Comércio e através de um documento de reflexões que entrega ao monarca, faz o balanço do seu próprio governo, que, de acordo com José Hermano Saraiva, apesar de propagandístico, resume o fundamental da sua obra. A saber, uma preocupação levada ao extremo, e apesar das misérias escondidas, com o patriotismo e o bom nome de Portugal no estrangeiro; a conquista da autonomia económica de Portugal; o apoio à burguesia; a abolição, fosse por que meio fosse, dos conflitos entre grupos sociais; e a harmonia em relação à vontade do rei⁴³.



Figura 3 – Sebastião José de Carvalho e Melo, Secretário de Estado & C. & C. [1759]

Carpinetti, João Silvério [1725-1803], PARODI, Peregrino [1705-1785]. Gravura: buril e água-forte, p&b. Cota BNP: E. 320 V

⁴² Saraiva, J. H. (dir.), (1983). Pombal e a experiência da autoridade, p. 105.

⁴³ Idem, ibidem, pp. 106-109.

Dicotomia político-religiosa

Ao longo da História, as relações entre a Igreja e o Estado não foram sempre pacíficas, homogêneas ou isentas de uma complexa rede de hierarquias internas, plena de conflitos entre facções e personalidades. A este propósito, José Pedro Paiva diz que a “a Igreja era formada por múltiplos organismos e pessoas com pretensões e atuações que não eram em tudo coincidentes e muito menos cooperantes”⁴⁴. Ou seja, a Igreja era composta por um corpo plural e heterogêneo, com uma formação moral, religiosa e social, os quais competiam entre si por recursos materiais, competências jurídico-legais e questões relacionadas com a atividade cerimonial e a representação social⁴⁵. Esta contenda era transversal à Igreja portuguesa tanto a nível interno como na sua relação com Roma. Importa referir que, de entre os vários conflitos que ocorriam no seio da Igreja, eram recorrentes os que surgiam entre os prelados ou cabidos e as ordens religiosas. Em alguns casos, as partes acabavam por recorrer ao Papa, aos núncios, ao rei e/ou aos bispos para sanar as disputas, o que é revelador da fragmentação de poderes e de interesses existentes.

Após o Concílio de Trento e ao longo do século XVII, verifica-se uma intensificação dos confrontos, denotando uma maior fragilidade interna da Igreja que foi aproveitada pela Coroa para incrementar a sua capacidade de interferência. A Igreja e o Estado, na procura constante de uma partilha de recursos em que as competências de jurisdição se sobrepujam, contribuíam “para a criação de fluxos de interesses e de inter-relações muito profundos”.⁴⁶ A interferência do rei nos assuntos da Igreja não se limitava apenas à apresentação dos mais altos cargos eclesiásticos, posteriormente confirmada pelo Papa. O soberano estava numa situação de privilégio ao trazer para a sua órbita o desempenho de funções com cariz político-religioso. O monarca conseguiu assim tomar posições de grande destaque em vários postos do governo da Igreja e atuou em benefício de alguns dos seus membros ou corpos. A apropriação pela Coroa de avultadas quantias provenientes das receitas materiais da Igreja representava, uma vez mais, uma ingerência nas funções temporais e espirituais da mesma. Pode mesmo dizer-se que esta “rede de relações de interdependência e interferência manifestava-se ainda através da solicitação do poder régio para a resolução de conflitos no interior da Igreja”⁴⁷. Para além disso, podemos ainda mencionar as trocas de favores entre o monarca e o Papa em prol da satisfação dos seus interesses ou dos das suas clientelas em detrimento dos da Igreja portuguesa. Pedro Paiva assinala ainda o bom ambiente entre Portugal e Roma através de “uma estratégia que visava permitir à monarquia o aumento dos seus benefícios e competências

⁴⁴ Paiva, J. P. (2000). A Igreja e o Poder. In Azevedo, C. M. (dir.). *História Religiosa de Portugal*. Vol.2. Lisboa: Circulo de Leitores, p.135.

⁴⁵ Paiva, J. P. (2000). A Igreja e o Poder, p. 136.

⁴⁶ Idem, ibidem, p. 138.

⁴⁷ Idem, ibidem, pp. 142-143.

sobre a esfera eclesiástica” e de “um maior aproveitamento, por parte do rei e das suas clientelas, de recursos até então nas mãos da Igreja”⁴⁸.

As relações entre Portugal e Roma alteraram-se após a Restauração da Independência e não voltaram a adquirir o carácter que as revestia antes do governo filipino. Como é sabido, o interesse francês por algumas praças portuguesas do Oriente e a obstinada oposição, por parte de Espanha, ao reconhecimento da independência portuguesa junto da corte Pontifícia, conduziu Portugal a uma situação difícil no plano político-diplomático. Este contexto gerou grandes desafios nas relações diplomáticas entre Portugal e o Vaticano e teve “consequências nocivas no âmbito da vida interna da Igreja portuguesa”⁴⁹. A assinatura, em 1688, em Madrid, do Tratado de Paz com Espanha revelou-se um fator decisivo no restabelecimento das relações entre Portugal e o Papado. Assistiu-se ao retorno das embaixadas portuguesas a Roma e da representação papal através do núncio em Lisboa, iniciando-se, desta forma, um novo ciclo na história das relações entre a Igreja e o Estado, do qual fazia parte o reconhecimento papal da legitimidade da ocupação do trono português por parte de D. João IV.

Destacaram-se duas linhas estratégicas. A primeira, que visava repor a imagem positiva e a influência que Portugal tivera, é visível na lógica de continuidade evidente na governação de D. Pedro II e na acentuação da mesma com D. João V. A segunda consistiu na intensificação das medidas políticas tendentes ao reforço da soberania portuguesa face ao poder pontifício e do incremento do poder da Coroa sobre a Igreja nacional. Como o Papa não satisfazia todas as exigências da coroa portuguesa, geraram-se tensões que culminaram num corte de relações diplomáticas entre 1728 e 1732 e que colocaram parte do alto clero ao lado da Coroa contra Roma. Contudo, reorientado a diplomacia para um sentido mais estratégico, onde os interesses individuais se distanciam de uma postura mais institucional, a coroa portuguesa reaproxima-se da Santa Sé. Roma, por seu lado, procurou obter dividendos desta reaproximação que compensassem os muitos libelos que se iam levantando contra o seu dogma, como o galicanismo e o jansenismo, para já não falar da ofensiva turca⁵⁰, que empobreciam a capital do mundo católico. Esta reconquista do prestígio e da influência em Roma foi aumentando, não só como afirmação do poder português na Europa, mas também da consolidação e do fortalecimento do poder da Coroa. Em 1737⁵¹, foi atribuída a mais alta distinção à Igreja portuguesa por parte de Roma: a outorga do barrete cardinalício ao patriarca de Lisboa e aos seus sucessores e, por outro lado, a promoção da Capela Real a Basílica Patriarcal. Paulatinamente, o

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 153.

⁴⁹ Paiva, J. P. (2000). *A Igreja e o Poder*, p. 158.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 164.

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 166.

investimento feito pela Coroa começou a produzir retorno, atingindo o seu expoente com a canonização de Santa Isabel, rainha de Portugal e a atribuição do título de Fidelíssimo a D. João V, em 1748.

O equilíbrio alcançado anteriormente sofrerá alterações com o projecto político do Marquês de Pombal. Sebastião José de Carvalho e Melo defendia o regalismo régio, doutrina que previa o direito de intervenção do chefe de Estado nos assuntos internos da própria Igreja Católica, e o beneplácito régio, que implicava a aprovação prévia do monarca à publicação de todas as determinações emanadas da Santa Sé e destinadas ao clero ou aos fiéis nacionais. Conhecidos alguns dos precedentes, compreendemos melhor o modo como o Marquês de Pombal, desde o início da sua administração, não perdeu a oportunidade de “afirmar a superioridade do poder secular em relação ao poder espiritual, limitando e oprimindo a autoridade dos bispos, atentando até contra os direitos do Sumo Pontífice, e revelando em todos os negócios eclesiásticos ódio e má vontade contra a Santa Sé”⁵².

Por ser “um poder que podia limitar a onipotência da vontade real”⁵³, dá-se a perseguição e a supressão⁵⁴, em 1759, da Companhia de Jesus, congregação religiosa que exercia uma notória influência na esfera da Corte⁵⁵, nas Missões coloniais⁵⁶, no ensino e na cultura intelectual de então⁵⁷. Após o sismo de Lisboa, em 1755, numa tentativa de reforma dos costumes e da moral, o padre Malagrida escreveu um opúsculo, no qual, para além de uma exortação moralista, justificava a catástrofe como um castigo divino⁵⁸. Pombal entendeu esta denúncia como uma insinuação acusatória, desterrando o religioso para Setúbal, o que acabou por culminar na sua condenação à morte. Passados dois anos, Pombal acusa os Jesuítas de instigarem à rebelião contra si, nomeadamente contra a criação da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro (Porto, 1757). Ato contínuo, confisca, em favor do Estado, as propriedades que detinham, numa perseguição que culminou com o Processo dos Távoras, na sequência de um atentado perpetrado por esta família contra D. José I alegadamente, com o conluio dos jesuítas.

O despotismo esclarecido exigia a criação de um Estado secular, completamente liberto da pressão ultramontana nos textos jurisdicionais, e um poder régio soberano face ao poder pontifício, à

⁵² Almeida, F. (2018). *História de Portugal*, pp. 8-9.

⁵³ Saraiva, J. H. (dir.) (1983). Pombal e a experiência da autoridade, p. 95.

⁵⁴ Serrão, J. V. (2020b). A supressão da Companhia de Jesus. In Franco, J. E.; Paiva, J. P.; Fiolhais, C. (dir.). *História Global de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 481-486.

⁵⁵ Levou a que, em 1757, os padres confessores jesuítas fossem expulsos da corte. Estes acabam por ser incriminados após o atentado contra D. José I, em 1758, e expulsos do reino, em 1759. Consultar Saraiva, J. H. (dir.) (1983). «Pombal e a experiência da autoridade», p. 96.

⁵⁶ Este conflito iniciou-se em virtude da ação dos missionários jesuítas no Maranhão. A criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão agravou a situação ao serem prejudicados os privilégios da Companhia em detrimento dos interesses dos missionários. ver Saraiva, J. H. (dir.) (1983). Pombal e a experiência da autoridade, p. 95.

⁵⁷ Franco, J. E. (2020). Os jesuítas e a primeira base de dados global. In Franco, J. E.; Paiva, J. P.; Fiolhais, C. (dir.). *História Global de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 379-384.

⁵⁸ *O Juízo da Verdadeira Causa do Terramoto* apregoava que a catástrofe era castigo de Deus pelos pecados dos homens. Denunciado à Inquisição, o inquisidor-geral, irmão de Pombal, condenou-o e foi queimado no Rossio. Saraiva, J. H. (dir.), (1983). Pombal e a experiência da autoridade, p. 97.

Igreja e ao clero, impedindo-os de interferir na esfera do poder temporal do rei⁵⁹. Assim, determinou-se a extinção das exceções eclesiásticas, uma vez que as imunidades e privilégios colocavam o clero fora da jurisdição do Estado, circunstância que punha em causa a soberania e a autoridade de um poder que se pretendia absoluto e independente. A ideologia pombalina defende-se também com a reforma da Universidade “como pólo estruturante da profunda transformação de práticas e quadros culturais e mentais de um tempo passado”⁶⁰, a qual se aprofunda nos reinados seguintes com o recurso crescente à norma de utilização dos meios da Igreja por parte do poder político. Não é por acaso que Sebastião José de Carvalho e Melo parece ter encontrado no confronto um meio de afirmação do poder do Estado. Opôs-se estrategicamente ao Núncio Apostólico em Portugal, Filippo Acciaiuoli, à Companhia de Jesus, ao Inquisidor-Geral, D. José de Bragança e ao bispo de Coimbra, D. Miguel de Anunciação. João Pedro Paiva diz que “o núncio e os Jesuítas eram emblemas do poder romano, o inquisidor-geral o representante de uma instituição poderosíssima; a prisão do bispo de Coimbra deixou bem claro, se disso ainda restassem dúvidas, em 1768, que ninguém se deveria opor à afirmação plena do poder do Estado”⁶¹. A perseguição aos Jesuítas acabaria por culminar no corte de relações diplomáticas com Roma, entre 1760 e 1770. Esta contenda acaba por deixar Pombal completamente livre para empreender um amplo programa de reformas que subordinaria a Igreja ao Estado. Empreendeu um conjunto de ações viradas para o exterior, coordenando uma batalha diplomática para conseguir o apoio dos governos francês e espanhol⁶². No plano interno, apoia-se em António Pereira de Figueiredo, para garantir a disciplina eclesiástica e a reforma da vida religiosa⁶³. Figueiredo, em *Tentativa Teológica*, diz “que acima do poder do monarca só se reconhece o poder de Deus, que todo o clero, incluindo os bispos, estão sob a autoridade do rei”⁶⁴.

Ordem Terceira de São Francisco

A designação Canónica da Ordem Franciscana é *Ordo Fratrum Minorum* – O.F.M. Podemos encontrar outras designações como Ordem Seráfica; Franciscanos(as); Menores; Menoritas; Clarissas; Damianitas; Urbanistas; Terceiros(as) regulares e Terceiros(as) seculares. A Ordem religiosa mendicante foi fundada por São Francisco de Assis e reconhecida pelo Papa Inocêncio III, em 16 de

⁵⁹ Paiva, J. P. (2000). *A Igreja e o Poder*, p. 171.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 172.

⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 172.

⁶² Saraiva, J. H. (dir.) (1983). *Pombal e a experiência da autoridade*, p. 97.

⁶³ Seabra, J. (2021). *Pombal Contra Reforma*, p.128.

⁶⁴ Paiva, J. P. (2000). *A Igreja e o Poder*, p. 174.

Abril de 1209. Este Papa confirmou o beneplácito concedido à Ordem dos Menores no IV Concílio de Latrão, em 1215.



Figura 4 – S. Francisco de Assis [1735]

Freire, Francisco Xavier [fl. 1735-1761]. Estampa religiosa: xilogravura, p&b, 17x13,5 cm. Cota BNP: rs-728

São Francisco começou por escrever uma *Formula vitae*, que era um conjunto de citações evangélicas acompanhadas de algumas normas de vida comunitária. Com a organização e difusão da Ordem, sentiu-se a necessidade de redigir uma Regra mais detalhada, a qual foi apresentada, aprovada e confirmada, em 29 de novembro de 1223, pelo Papa Honório III. Nesse texto, designadamente na Regra II, são expostos os 12 capítulos escritos por São Francisco com a colaboração dos ministros franciscanos e do cardeal Hugolino. A este texto normativo foi acrescentando, posteriormente, um corpo de constituições reordenadas e completadas por São Boaventura, em 1260. S. Boaventura

acrescentou ao texto de 1223 disposições sobre os costumes e os estatutos, assim como as atas capitulares onde se assinalavam as várias fases de desenvolvimento da Ordem. Os franciscanos tinham por missão a pregação e as obras de caridade, fazendo o voto de pobreza individual que era comum a todas as ordens religiosas, mas a que os franciscanos acrescentaram o da pobreza coletiva. A consagração à vida religiosa, segundo a forma observada pelo Santo, obriga a votos de pobreza e obediência e o compromisso com a pregação da paz, da reconciliação e da justiça⁶⁵. A ordem não possui uma missão pastoral específica e, como tal, foi-se dedicando, consoante as épocas, a fundar e a cuidar de lugares de peregrinação, à assistência hospitalar, à evangelização nas paróquias ou a atividades de ensino.

Os franciscanos estabeleceram-se em Portugal em 1217, depois de grupos de frades saírem dos Estados Pontifícios, e ficaram sujeitos à obediência de um ministro da própria ordem. Reforçada a organização, criaram-se várias províncias autónomas espalhadas por todos os reinos cristãos da Península Ibérica, que obedeciam a um governo geral sediado em Roma. Cada província dividia-se em custódias, formando então os conventos portugueses a Custódia de Portugal, mais tarde dividida nas Custódias de Coimbra e Lisboa, a que se juntou na reorganização de 1330 a Custódia de Évora.

Em 1384, os franciscanos portugueses começam a autonomizar-se em relação aos espanhóis e à Província de S. Tiago a que pertenciam, num processo que se desenrola no quadro do cisma do Ocidente, e que os leva a separarem-se em duas obediências, uma partidária do Papa de Avinhão e outra do Papa de Roma. As três custódias portuguesas, conservaram-se fiéis ao papado romano. Em 1517, registou-se a separação dos frades conventuais e dos observantes e, em 1568, por ordem de Pio XII e a pedido do cardeal Infante D. Henrique, a extinção dos Claustrais ou Conventuais, tendo estes cedido o seu património a outras ordens religiosas. Durante o reinado de D. José I, o monarca apresenta a Bento XIV alegações sobre o excesso de população conventual feminina e masculina e sobre a insuficiência das suas possibilidades económicas para se manterem por si sós. Em 1834, por decreto real e influência do liberalismo, completou-se a extinção dos conventos franciscanos em Portugal. A Província da Ordem dos Frades Menores só seria restaurada em 18 de outubro de 1891⁶⁶.

Dentro dos principais conventos por onde passou o biografado destaca-se o de São Francisco do Porto, que fora fundado em 1233. Em 1404, este convento foi deslocado, por ordem de D. João I, para junto da capela de São Nicolau, que ocupava o atual edifício da Bolsa. Foi casa capitular dos Franciscanos Conventuais de 1517 a 1568, voltando nesse ano à disciplina dos Franciscanos

⁶⁵ Sousa, B.V. (dir.) (2016). *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 257.

⁶⁶ Ribeiro, B. (2018). *Guia de Portugal Franciscano, Continente e Insular*. Braga: Editorial Franciscana, pp. 19- 28.

Observantes e a funcionar como convento de estudos teológicos⁶⁷. Durante a sua vida académica, o frei Manuel da Rainha dos Anjos passou também pelo convento de Coimbra, chamado de São Boaventura ou de São João dos Pimentas, instituído em 1530, e pelo Colégio Universitário, que, desde 1550, foi consagrado às Províncias de Portugal, Santo António e Algarves⁶⁸. Esteve preso no Convento de São Francisco da cidade de Lisboa, criado em 1217 e aumentando em 1246 e 1528. Aliás, a propósito deste convento, note-se que após o incêndio de 1708 o edifício foi alvo de um processo tal de expansão que passaram a chamar-lhe Cidade de São Francisco. O mesmo sofreu danos irreparáveis ao tempo do terramoto de 1755, quando aí pereceram mais de 600 pessoas, entre as quais muitos religiosos, e apenas foi parcialmente restaurado⁶⁹. Passou ainda pelo convento de Tarouca, paróquia de Ferreirim de São Francisco, instituído em 1525 e pela casa de estudos da Província de Portugal⁷⁰.

Por fim, permaneceu até à sua morte no convento de São Francisco de Mesão Frio, que passou a regime de seminário apostólico em 1790⁷¹. A respeito deste, frei Henrique Rema diz que “dentro da Província de Trás-os-Montes, há mais dois conventos da Ordem dos Frades Menores, mas de especiais características: os de Mesão Frio e de Vinhais, que foram Seminários Apostólicos, independentes de qualquer Província”. O mesmo autor refere ainda que “o convento de Nossa Senhora da Piedade de Mesão Frio pertenceu à Província de Portugal desde a sua fundação em 1744 até 1790, ano e em que se transformou em Seminário Apostólico”⁷², sendo extinto em 1834.

Os motins do Porto de 1757

No Porto, cidade cujos moradores sempre se mostraram ciosos dos seus privilégios e liberdades ancestrais, oriundos do mundo buliçoso dos ofícios e da comercialização do vinho do Douro, que, desde tempos remotos, era um fator primordial do desenvolvimento económico da cidade, verificou-se, em 1756, uma sublevação que ousou atentar contra uma instituição criada pelo Marquês de Pombal, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro⁷³. Esta Companhia impunha uma redução drástica do número de tabernas, onde se vendia vinha a retalho, facilitava a fiscalização pelos almotacés, impedia a falsificação do vinho do Douro, obrigava os tendeiros a adquirir vinhos de boa qualidade através do controlo do produto vendido.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 43.

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p.49. Neste convento, à volta da Universidade de Coimbra, reuniam-se, desde 1530, os cinco colégios universitários da cidade, que a prestigiaram com o ensino da Teologia aos professores e não professores.

⁶⁹ Ribeiro, B. (2018). *Guia de Portugal Franciscano, Continente e Insular*, p.42.

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p.49.

⁷¹ Idem, *ibidem*, p.58.

⁷² Rema, H. (1977). *A Ordem Franciscana em Trás-os-Montes. Estudos Transmontanos e Durienses*. N.º. 7, p.307.

⁷³ Silva, F. R. (1990). *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular*, pp. 28-29.

Na manhã do dia 23 de fevereiro de 1757, Quarta-Feira de Cinzas, uma pequena multidão concentrou-se no Campo da Cordoaria, munida de bandeiras vermelhas, e entrou pela Porta do Olival gritando “Viva el-Rei! Viva o Povo! Morra a Companhia”⁷⁴. Dirigiram-se em seguida, como uma mole humana que ia engrossando, para a rua de São Bento da Vitória e concentraram-se na Praça de São Domingos, onde exigiram ao Juiz do Povo que os liderasse nas suas reivindicações. Doente e obrigado pelo povo, o Juiz, sentado numa cadeirinha, encabeçou a multidão. Pararam junto à casa do Corregedor do Crime, que servia, à época, como governador da Relação – o mais alto representante da coroa na cidade, o qual recebeu os sublevados e cedeu à sua pressão, restabelecendo o comércio dos vinhos de acordo com a prática e as normas anteriores à instituição da Companhia. A multidão, ao passar em frente da casa do provedor da Companhia, exalta-se, invade e destrói todo o recheio da habitação e obriga à intervenção da força militar. A 15 de março desse ano, chega ao Porto uma alçada régia, presidida pelo desembargador João Pacheco Pereira de Vasconcelos, e assiste-se à intervenção de uma companhia de 200 soldados que fez dispersar a rebelião sem que tenha sido necessário o uso das armas. Na verdade, a acção de Carvalho e Melo não se cingia ao reforço das instituições do Estado, visava ainda a constituição e afirmação de um poder central forte que necessitava de ter uma expressão nacional e ser sentido a nível local⁷⁵.

Ribeiro da Silva diz que este motim levou meses a preparar e que existiam mentores que o organizaram. Os amotinados realizavam reuniões desde que, em 1756, tiveram notícia da confirmação da constituição da Companhia. Afirma ainda que o clero teve a sua quota-parte de responsabilidade na sublevação e identifica vários religiosos entre os instigadores dos acontecimentos de 1757. Francisco de Luís Gomes considera que a participação dos discípulos de São Francisco foi tão evidente que Sebastião de Carvalho e Melo ordenou ao guardião do convento de S. Francisco do Porto que vigiasse a conduta dos seus súbditos e exigiu a Pedro Mascarenhas que chamasse os superiores de certas ordens religiosas e lhes dissesse que Sua Majestade estava irritada por saber que muitos dos seus clérigos ficaram entusiasmados com a revolta do Porto⁷⁶. A este propósito, Ribeiro da Silva faz menção a uma carta do aludido desembargador, Pacheco Pereira, dirigida a Pombal, na qual este identifica o padre Penajóia como ativista e mentor deste episódio dizendo “um tal padre Penajóia, a quem Pacheco Pereira chamava de louco e fanático e que este estaria na posse de um baú de papéis comprometedores”⁷⁷.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, pp. 30-35.

⁷⁵ Idem, *ibidem*, pp. 52-53.

⁷⁶ Gomes, F. L. (1869). *Le Marquis De Pombal, esquisse de sa vie publique*. Lisboa: Imprimerie Franco-Portugaise, pp. 111-112

⁷⁷ Silva, F. R. (1990). *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular*, p. 68.

A Viradeira

Não é consensual a relação existente entre a chegada ao trono de D. Maria I e a alteração da política seguida pelo Marquês de Pombal. Segundo Serrão, o seu governo mais não fez que reabilitar os membros da nobreza e libertar as vítimas que sofreram às mãos de Sebastião José de Carvalho e Melo. Foi o próprio Marquês que, neste ambiente de contrariedade, vendo os seus inimigos serem libertos ou a regressarem ao reino, solicitou a exoneração dos cargos que ocupava. É justamente nesta nova conjuntura que o biografado retorna à sua pátria com o consentimento da rainha.

As alterações promovidas no governo de D. Maria I não terão sido na proporção que a história lhe atribui, nomeadamente a denominação “Viradeira” para este período, mas ter-se-ão resumido a actos de reparação individual como forma de preservar a memória do pai, de parentes ou de amigos. Serrão refere que “a Viradeira levou apenas ao afastamento dos seus mais diretos colaboradores e sem banhos de sangue que seriam de igual modo injustos”⁷⁸.

⁷⁸ Serrão, J. V. (2020a). *História de Portugal*, pp. 295-296.



Figura 5 – D. Maria I, Rainha de Portugal [1777-1800]

PIRES, Francisco Manuel [fl. 1775-1800]. Gravura: água-forte e buril, p&b; 25,2x17 cm. Cota BNP: E. 47 V.

CAPÍTULO 2 – PERCURSO DE VIDA

ORIGENS

Manuel⁷⁹ nasceu, em 24 de dezembro de 1716, no lugar de Moledo, Penajóia, freguesia do concelho de Lamego, distrito de Viseu. Filho primogénito de Manuel de Miranda⁸⁰ (Vila Chã – 5 de setembro de 1693) e de Esperança da Fonseca⁸¹ (lugar de Moledo – 10 de dezembro de 1696), casados em 10 de julho de 1715⁸². Neto pelo lado paterno de Gaspar Monteiro⁸³ e de Maria de Miranda⁸⁴ e pelo materno de António Ferraz⁸⁵ e Maria da Fonseca⁸⁶. Em 6 de Dezembro de 1718, nasceu o seu primeiro irmão, António⁸⁷. Não obstante a pesquisa realizada nas certidões de óbito da freguesia de Moledo, não foi possível encontrar o registo de óbito da sua mãe. O pai celebraria, em 11 de outubro de 1730, um segundo casamento, desta feita com Ana Pinto⁸⁸. Destas segundas núpcias nasceram, em 11 de agosto de 1731, o seu irmão Vicente⁸⁹ e, em 5 de Agosto de 1732, um outro irmão, de nome José⁹⁰, ao qual, adiante, me referirei como Frei José de Nossa Senhora da Ajuda⁹¹.

Vida académica e progressão na carreira eclesiástica

Em 1731, com 15 anos, entrou no Colégio de São Boaventura da Província de Portugal⁹², em Coimbra. Para além disto, sabemos também, com base na diligência a que foi sujeito para ser admitido como Qualificador do Santo Ofício⁹³, cumprindo o procedimento instituído⁹⁴, que 4 dos 10 inquiridos na freguesia de Penajóia disseram “que o conhecem desde menino quando ainda andava nos estudos”⁹⁵. Assim, podemos então concluir que frei Manuel Rainha dos Anjos terá tido instrução anterior à entrada no Colégio de São Boa Ventura. A este propósito, recorrendo a uma lista das escolas e cadeiras dirigidas pela Universidade de Coimbra, no princípio do século XVIII, publicada por

⁷⁹ AMDL, Registos Paroquiais de Penajóia (1715 – 1734), Paróquia de Penajóia (Lamego), Baptismos, cx.1, nr.2, fl. s/n.

⁸⁰ AMDL, Registos Paroquiais de Penajóia (1658 – 1696), Paróquia de Penajóia (Lamego), Mistos, cx.16, nr.2, fl. s/n.

⁸¹ AMDL, Registos Paroquiais de Penajóia (1696 – 1715), Paróquia de Penajóia (Lamego), Baptismos, cx. 1, nr.1, fl. s/n.

⁸² AMDL, Registos Paroquiais de Penajóia (1696 – 1762), Paróquia de Penajóia (Lamego), Casamentos, cx.8, nr.1, fl. s/n.

⁸³ AMDL, Registos Paroquiais de Penajóia (1658 – 1696), Paróquia de Penajóia (Lamego), Mistos, cx.16, nr.2, fl. s/n.

⁸⁴ Idem, ibidem.

⁸⁵ Idem, ibidem.

⁸⁶ Idem, ibidem.

⁸⁷ AMDL, Registos Paroquiais de Penajóia (1715 – 1734), Paróquia de Penajóia (Lamego), Baptismos, cx. 1, nr.2, fl. s/n.

⁸⁸ AMDL, Registos Paroquiais de Penajóia (1696 – 1762), Paróquia de Penajóia (Lamego), Casamentos, cx.8, nr.1, fl. s/n.

⁸⁹ AMDL, Registos Paroquiais de Penajóia (1715 – 1734), Paróquia de Penajóia (Lamego), Baptismos, cx. 1, nr.2, fl. s/n.

⁹⁰ Idem, ibidem.

⁹¹ “Nome de religião”, pelo qual ficam a ser conhecidos na instituição religiosa, consistindo em acrescentar ao nome de batismo uma referência a algum acontecimento da vida de Jesus, da Virgem Maria ou dos santos.

⁹² AUC, (F); Livros de Provas de Curso (SR), vol.80, fl. 16 - cota AUC - IV-1.*D-2-1-4.

⁹³ AN/TT, “Diligência de Habilitação de Manuel da Rainha dos Anjos Penajoco [sic]”, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mc. 66, doc. 1351.

⁹⁴ Prática corrente do Santo Ofício que, neste caso, tem uma sequência de 11 questões para averiguação da pureza do sangue, junto de testemunhas.

⁹⁵ AN/TT, “Diligência de Habilitação de Manuel da Rainha dos Anjos Penajoco [sic]”, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mc. 66, doc. 1351, fls. s/n.

António de Vasconcelos, sob o título “Escolas do ensino primário e secundário criadas em todos o país, fiscalizadas e dirigidas pela Universidade”, ficamos a saber que em Penajóia essa instrução incluía “Gramática e Língua Latina” e ainda as “Primeiras Letras”⁹⁶. Aliás, a este respeito, Isabel dos Guimarães Sá diz que para as crianças que não eram educadas no seu domicílio, forma de ensino reservada aos meios aristocráticos, podiam frequentar escolas paroquiais nas aldeias de origem. Na adolescência, considerando o seu início aos 15 anos, os rapazes passavam para os colégios administrados por ordens religiosas, que os encaminhavam para uma carreira eclesiástica, os preparavam para ingressar na universidade ou ambas. A mesma autora acrescenta ainda que os grupos sociais intermédios eram os mais interessados, pois uma boa instrução poderia significar melhores perspetivas de ascensão social⁹⁷. Podemos então concluir, com uma reduzida margem de erro, que terá sido assim que o biografado deu os primeiros passos da sua longa carreira académica e eclesiástica.

A propósito de Frei Manuel da Rainha dos Anjos, Diogo Barbosa Machado, um dos poucos autores que se lhe refere, diz o seguinte:

Fr. MANOEL DA RAINHA DOS ANJOS PENAJOYA, nasceu na Freguesia de Penajoya termo do Bispado de Lamego a 24 de Dezembro de 1716, onde teve por pais a Manoel de Miranda, e Esperança da Fonseca. Professou o Instituto Seráfico no Convento do Porto da Provincia de Portugal a 21 de Dezembro de 1734. Tal foy o progresso, que fez o seu talento nas sciencias Escolasticas, que mereceo ser laureado Doutor em Theologia em a Universidade de Coimbra a 30 de Junho de 1746, e depois ser Qualificador do Santo Officio.⁹⁸

Os registos de matrícula na Universidade de Coimbra⁹⁹ atestam a sua inscrição como estudante de licenciatura no período entre 1734 e 1746, não fazendo menção a qualquer inscrição no ano de 1743. O ciclo de provas de avaliação iniciou-se com “a primeira tentativa de exame”, ocorrida em 9 de outubro de 1745, a qual foi acompanhada da realização do 1º e 2º Princípios, a 25 de outubro de 1745. A formatura e o 4º Princípio ocorreram em 6 de novembro de 1745 e a “magna ordinária” a 20 de novembro do mesmo ano. A “segunda tentativa de exame” teve lugar no ano seguinte, em 14 de Outubro de 1746, o que se afigura algo estranho, atendendo a, antes dessa data, entre maio e junho, se submeteu a provas que o conduziram à obtenção do grau de licenciado, a saber: atos e graus, em

⁹⁶ Vasto organismo escolar, que se estendia por todo o reino, tendo por centro de controlo a Universidade, que movia e dirigia a máquina pedagógica. Existiam 3 comissários que a representavam nas provincias afastadas, e que aí fiscalizavam o ensino. Ver em *Revista da Universidade de Coimbra* (1912). Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 641.

⁹⁷ Sá, I. G. (2011). As famílias e os indivíduos. As crianças e as idades da vida. In Mattoso, José (dir.); Monteiro, N. G. (coord.). *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores e Temas e Debates, pp. 75-82.

⁹⁸ Diogo, B. M. (1741). *Biblioteca Lusitana. Historica, Critica, e Cronologica*. Vol. 4, 1ª edição, tomo IV. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, p. 248.

⁹⁹ “AUC, Manuel Rainha dos Anjos (padre frei de São Francisco da Provincia de Portugal)”, Índice de Alunos da Universidade de Coimbra 1537-1919, letra R, doc. 83.

16 de Maio de 1746; *quodlibetos*, em 10 de Junho de 1746; exame privado, em 16 de Junho de 1746; e, finalmente, o grau de licenciatura¹⁰⁰, em 18 de Junho de 1746.

Mais, como já assinalou Teófilo Braga na sua *História da Universidade de Coimbra*, Manuel da Rainha dos Anjos consta como concorrente, na Faculdade de Teologia, à cadeira de Escoto no ano de 1751 para 1752¹⁰¹. Na mesma época, quer dizer a 27 de julho de 1751, surgem referências a uma diligência de Habilitação *De Genere* pelo Santo Ofício¹⁰² motivada pela instrução do processo para se tornar Qualificador. Este documento confirma a naturalidade, os seus ascendentes, e ofícios que tinham; a idade do requerente, a sua ocupação e residência à data de 1751 e 1752, anos em que existem depoimentos das testemunhas inquiridas. Acrescenta ainda informação sobre a investigação étnica realizada aos seus antepassados para confirmar a “pureza de sangue”, a sua boa conduta e a dos seus familiares, e a inexistência de filhos ilegítimos.

O julgamento de Jorge Pauson

A partir de 1756, o que sabemos sobre a vida de Frei Manuel da Rainha dos Anjos é aquilo que o próprio nos diz ao descrever as suas deambulações, aquelas que o levaram a viajar de Lisboa até à Moldávia, culminando no seu regresso a Portugal, em 1778.

O autor, dando conta de todas as desgraças que lhe aconteceram, situa o início da sua trágica aventura no Porto oitocentista, quando um anglicano chamado Jorge Pauson, homem de negócios e filho de Guilherme Pauson¹⁰³, se apaixona por uma donzela católica e decide pedir a mão desta em casamento. A nubente e a sua família colocaram como condição que caso tivessem um filho, o mesmo teria de ser batizado, de acordo com o rito romano, e educado na doutrina da fé católica. Contando a criança 7 anos de idade, o seu pai revelou a vontade de o levar para Londres com o pretexto de aprender inglês. O verdadeiro intuito, porém, era o de introduzir o jovem no calvinismo. Apercebendo-se do objetivo do marido, a esposa impõe-se e acompanha o filho na dita viagem. Instalados em Londres há um ano, o pai da criança informa a sua mulher de que era tempo de voltarem ao Porto e que o menino ficaria em Londres, à sua ordem, para aprender a língua paterna. A mãe acede na condição de deixar o filho entregue a uma família católica. Deixam, desta forma, o filho em Londres e

¹⁰⁰ Para melhor esclarecimento do percurso universitário na faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, consultar o livro terceiro dos estatutos, título 1 “Da Matricula, e prova dos cursos”. AUC, Biblioteca Geral. *Estatutos da Universidade de Coimbra (1674): confirmados por el Rey nosso snôr Don João o 4º em o anno de 1653 / impressos por mandando... de Manoel de Saldanha*. Coimbra: officina de Thome Carvalho, p. 135-143. Em forma resumida consultar [Instituições de cultura ? século XVI - Joaquim de Carvalho. vida e obra](#)

¹⁰¹ Braga, T. (1898). *Historia da Universidade de Coimbra, nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa*. Tomo III, 1700 a 1800. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, p. 226.

¹⁰² AN/TT, “Diligência de Habilitação de Manuel da Rainha dos Anjos Penajoco [sic]”, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mc. 66, doc. 1351.

¹⁰³ AN/TT, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821, Inquirição de Lisboa, Processos, Processo de Jorge Pauson, doc. 3373, fl. 1.

regressam ao Porto, porém, o pai escreve uma carta a um amigo seu para que, furtivamente, levasse o seu filho para uma outra cidade, onde pudesse ser criado, como se criou, no rito anglicano. Anos mais tarde, no início de outubro de 1755, este apóstata e outros companheiros chegam a Portugal sem passarem pelo crivo do Santo Ofício, valendo-se de um pedido que tinham feito anteriormente ao embaixador em Londres, D. Luís da Cunha¹⁰⁴. Este intercederia junto do secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, comprometendo-se a dar conta da decisão do então conde de Oeiras. Com este fim em mente, desembolsaram trinta mil cruzados para lograrem o seu objetivo e entrarem assim no Reino de Portugal. No manuscrito, esta permissividade ou este laxismo das autoridades régias é associado ao Terramoto de 1 de novembro de 1755, que, alguns uns dias após a entrada deste grupo de ingleses no país a troco de influência e dinheiro, teria sido infligido por Deus a Lisboa para a penalizar pela venalidade dos seus homens¹⁰⁵.

Na presença do próprio requerente, o primeiro passo que Sebastião José de Carvalho e Melo deu na contenda que viria a desenrolar-se foi solicitar aos Ministros do Santo Ofício um esclarecimento, a pedido de Sua Majestade, que se pronunciassem sobre se um homem vassalo do rei de Inglaterra, batizado no rito romano e, mais tarde, convertido ao calvinismo, estaria ou não em incumprimento perante as leis daquele tribunal. Respondeu a esta solicitação o Primeiro-Inquisidor, Bento Paes do Amaral¹⁰⁶, que ocupava o cargo de Presidente do Santo Ofício, informando-o de que não poderia revelar a decisão dos seus Ministros devido ao sigilo a que estavam obrigados. No entanto, informa-o também que se o rei quisesse saber mais pormenores acerca do caso lhe apresentasse o arguente, para, dessa forma, proceder à criação de um processo perante os seus Ministros, ficando a saber qual o seu veredicto. Insatisfeito com esta resposta, o conde de Oeiras envia uma ordem ao Tribunal da Inquisição solicitando que contra aquele homem, vassalo do rei de Inglaterra, não fosse aberto naquele Tribunal caso algum. Determinou ainda que o referido apóstata fosse para casa de seus pais, no Porto, e não receasse retaliação alguma por parte da Inquisição. Este processo acabaria por levar ao afastamento deste Inquisidor, que se recolheu à sua terra natal, Mangualde¹⁰⁷.

Contudo, ao chegar à cidade do Porto, de nada lhe serviu a proteção do secretário de Estado pois recebeu ordem de prisão pelo Bispo Governador do Porto, D. João da Silva Ferreira, Bispo Deão de Vila Viçosa¹⁰⁸. Acusado de apostasia, passou cinco meses encarcerado. Durante este período foram-lhe enviados padres espirituais no sentido de o persuadir a abandonar a religião à qual se convertera

¹⁰⁴ Cunha Manuel, embaixador em Londres sobrinho de D. Luís da Cunha, grande figura política de D. João V. Ver em Sena-Lino, P. (2020). *De Quase Nada a Quase Rei, Biografia de Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal*. Lisboa: Contraponto, pp. 317 e 358.

¹⁰⁵ BPMP, Manuscritos, doc. Ms. 658, fl. 2v.

¹⁰⁶ BPMP, Manuscritos, doc. Ms.658, fl. 2v.

¹⁰⁷ Idem, fl. 3.

¹⁰⁸ Idem, fl. 3.

em Inglaterra, o que era reforçada pelas constantes visitas e pelos apelos da sua mãe. Em sentido oposto, o pai insistia com filho para que este perseverasse no seu credo porque, muito em breve, sairia um decreto régio em seu favor. A resistência e a perseverança fariam com que fosse visto como um herói por parte dos ingleses, ao abrir as portas de Portugal aos anglicanos.

Antes de receber ordem de soltura, foi processado e sentenciado como herege pelo tribunal do Bispo do Porto, cuja sentença foi remetida a Sua Majestade. Astutamente, o secretário de Estado, ao saber da notícia, expediu um decreto em nome do rei pelo qual ordenou ao aludido bispo que “apresente a Sua Majestade o processo que Vossa Excelência formou contra fulano pocer vassalo de El Rei de Inglaterra e por quanto tendo já Sua Majestade consultando neste ponto Theologos e Canonistas determina que Vossa Excelência logo logo mande soltar o prezo e se abstenha de semelhantes violencias contra os vassalos da Gran Bretanha”¹⁰⁹.

É a partir desta sequência de eventos, nos quais o Padre Manuel Penajóia se viu envolvido que, segundo o mesmo, se desenrolaram as inúmeras desgraças que viveu durante 22 anos, entre as quais se incluíram as perseguições que sofreu, tal como ter sido preso por quatro vezes. A sua primeira prisão passou-a, durante 8 meses, em Belém. Depois esteve enclausurado em Sevilha pelo período de 6 meses. Seguir-se-ia Lisboa, cidade à qual retornou e onde permaneceu dois anos encarcerado. Por fim, em Roma, o enclausuramento não duraria mais do que duas horas.

O que está na origem de todas as suas desgraças, conforme nos diz o referido padre, é a sua participação numa assembleia de teólogos para decidir, a mando do bispo do Porto, sobre o caso de Jorge Pauson, preso no Aljube desde a sua chegada à cidade. Assim, em novembro de 1756, constituído um consistório de sábios da Igreja, presidido pelo seu vigário-geral, empenhado na libertação do réu, ouvidos os presentes, o consistório decidiu-se pela sua libertação, o que ia contra a vontade do bispo.

A este propósito conta o dito padre que, antes do aludido consistório, chegou ao Convento de São Francisco do Porto um criado de José Pedroso Virgolino, provisor do dito bispo, que pede ao padre guardião desse convento que ordenasse de imediato a presença do padre Manuel Penajóia no Paço do Bispo, em companhia de um outro discípulo jubilado, o padre Manuel Catão. Ao chegarem ao dito Paço depararam-se com outros religiosos das várias ordens existentes, que também haviam sido convocados para o consistório, achando-se assim todos os Ministros do Bispo do Porto nesta assembleia. Como o prelado se encontrava ausente, presidiu a esta congregação o vigário-geral, José Virgolino, informando os participantes das razões que o levava a chamá-los. Foi colocada aos presentes

¹⁰⁹ BPMP, Manuscritos, doc. Ms.658, fl. 3.

a questão a ser decidida: se deveria ser considerado uma apostasia o facto de um indivíduo que tendo sido batizado no rito romano numa igreja paroquial do Porto e oferecido por seus pais à fé católica, tenha abraçado o anglicanismo. Continuou o relator a inquirir os participantes se deveriam obedecer, em boa consciência, a Sua Majestade, executando o seu decreto, ou à Igreja, cumprindo o que esta havia determinado. Advertiu ainda os presentes do risco que o bispo do Porto corria de perder o governo do seu bispado, assim como a própria vida, responsabilizando todos os teólogos presentes caso não tomassem uma decisão a favor da libertação. Nesta contenda, os devotos reclamaram por não terem sido avisados com o tempo necessário para poderem ponderar devidamente sobre o assunto. É obvio que o vigário-geral, tendo relações com os ingleses, mobilizava todo o seu empenho para favorecer o réu neste caso. Deste modo, compreende-se a opção estratégica de não avisar antecipadamente os teólogos, não lhes dando tempo para se prepararem contra o seu “afilhado”¹¹⁰. Contudo, não obstante a pressão sobre os membros da aludida assembleia, como se verá a seguir, as suas intenções seriam goradas.

O primeiro a intervir foi o padre Vicente Pereira¹¹¹, da congregação de São Filipe Néri, confessor do Bispo e já com o devido conhecimento de causa. Respondeu que o seu superior não devia executar o decreto do rei, mas somente as Leis da Igreja. Mais, se cedesse ao decreto real que ordenava a libertação do réu, o bispo poderia cair na censura da “Bulla da Cea”¹¹² e a sua ação poderia, de acordo com as cláusulas da mesma ser considerada uma heresia, pelo que, segundo Vicente Pereira, seria do interesse do bispo informar novamente D. José I sobre a ponderação do Real Decreto, pois não era crível que Sua Majestade quisesse confrontar as Leis da Igreja ou, então, estaria a ser mal aconselhado. O segundo interveniente, amigo do vigário-geral, com o qual mantinha uma amizade que vinha desde os dias de Universidade, defendeu que o batismo na Igreja não fez, nem nunca poderia fazer, do réu católico. O terceiro padre, da Ordem de Santo Agostinho, queixando-se do relator pela falta de aviso antecipado e pela necessidade de preparação para um caso desta magnitude, defende que o bispo deveria seguir o decreto do rei cuja fundamentação terá obtido em consultas com teólogos e canonistas da sua corte. Depois, o terceiro interveniente dirigiu-se aos presentes para os exortar a ratificar e a acompanhar a decisão de Sua Majestade. A quarta opinião proferida no consistório foi a de frei Manuel de Seabra, da Ordem de São Domingos, que se pronunciou em defesa da Igreja e criticou o juízo do segundo teólogo. O quinto interveniente, o Doutor frei Boaventura de Castro, considerando que os direitos e as prerrogativas da Igreja estavam a ser atropelados, disse perante a assembleia: “meus

¹¹⁰ BPMP, Manuscritos, doc. Ms.658, fl. 4.

¹¹¹ Idem, fl. 4v.

¹¹² *Bulla da Cea de nosso Sanctissimo Padre Papa Clemente VIII*. Consultado em: <https://am.uc.pt/bib-geral/item/45857>

senhores na verdade estou admirado do que estou vendo e ouvindo neste acto!”¹¹³. Prosseguiu a sua intervenção com a seguinte análise: “meus senhores isto hé vergonha grande. Não tenho mais que dizer nem nunca tal se vio”¹¹⁴. Finalmente, manifestou-se contra e riu-se do Decreto Real e da convocação dos sábios. O sexto e o sétimo teólogos, o Padre Mendicante Doutor frei João Baptista e o seu companheiro da Ordem de São Bento, disseram que de nenhum modo podia o bispo do Porto executar o Decreto do Rei, pois tratava-se de uma grande injúria contra os direitos de Igreja. Devia ainda o senhor bispo informar Sua Majestade, digna de veneração, que não era sua intenção ofender ou desrespeitá-lo. Contudo, segundo os padres, o rei não teria sido bem informado ou teria mesmo sido enganado. O oitavo interlocutor, um padre da Congregação de Santo Elói, concordou com a posição do bispo. O nono teólogo, o padre António de Azevedo, que se encontrava na companhia de dois companheiros seus, manifestou-se a favor da libertação do réu e do cumprimento do Decreto Real, sendo alvo de forte contestação por parte do padre Manuel da Rainha dos Anjos. O décimo interveniente, companheiro do padre António Azevedo, reafirmou que estava de acordo com o anterior prelado. Por fim o décimo primeiro, o Padre Manuel Penajóia, disse que o baptismo que recebera na Igreja do Porto não fazia, nem nunca faria, do réu um católico romano.

O vigário-geral insistiu em defender a libertação do réu, porém, foi sempre contestado pelo Padre Penajóia, o qual defendeu intransigentemente a Santa Madre Igreja, argumentando que o réu, sendo batizado na Igreja, se tornava imediatamente seu filho e esta sua mãe. Esta relação seria traduzida pela lei do baptismo: “Minha Maen eu por virtude deste nascimento Espiritual que agora alcancei do teu amorozo gremio adquiro juz a todos os mais Sacramentos que se me podem seguir para o futuro”¹¹⁵. E, prossegue, “diz agora a igreja como Maen: tambem eu por virtude deste nascimento que tu agora tiveste do meu gremio adquiro juz sobre ti que todas as vezes que tu abuzares da minha Obediencia Romana seguindo outra qualquer seita em contrario eu te castigarei segundo ás minhas leis”¹¹⁶. Resumindo, este clérigo fundamenta, perante toda a assembleia, a sua posição sobre o caso em discussão recorrendo à Sagrada Doutrina da Igreja e chamando a atenção para o perigo que uma decisão deste tipo poderia abrir em casos futuros. Os prelados que estavam empenhados na causa do calvinista, diz o padre Penajóia, ficaram sem fundamentos perante os seus argumentos. O Vigário-Geral, admirado, afirmou perante todo o congresso que estava contra a argumentação deste padre e apelou para que todos se munissem das armas que lhes eram oferecidas pela Doutrina e as usassem

¹¹³ BPMP, Manuscritos, doc. Ms.658, fl. 5v.

¹¹⁴ Idem, ibidem.

¹¹⁵ BPMP, Manuscritos, doc. Ms.658, fl. 8.

¹¹⁶ Idem, ibidem.

contra o padre Penajóia, não granjeando, porém, apoio da maior parte dos participantes na assembleia.

O décimo segundo a intervir, sendo padre, mas não teólogo, e pressionado pelo vigário-geral para dar uma opinião, disse que apoiava o parecer do nono teólogo, seu prelado, a favor da libertação. Frei Boaventura, da ordem dos Carmelitas Descalços, e o décimo terceiro a intervir, declarou perante todos que Sua Excelência não quer saber se este réu é ou não digno de pena, mas somente pretende saber se o pode ou não soltar do cárcere como manda o Decreto. Esta atitude motivou forte contestação por parte do padre Manuel da Rainha dos Anjos. O último a responder perante a assembleia, o décimo quarto participante, apoiou o que disse o anterior companheiro.

Concluiu-se esta assembleia com o parecer favorável de sete teólogos àquela que havia sido a posição do bispo do Porto, sendo eles o padre Vicente Pereira da Congregação, o padre Manuel Seabra da Ordem Dominicana, o Padre Doutor Boaventura de Castro da mesma Ordem, o padre Doutor Manuel João Baptista da Ordem de São Bento, o Padre Doutor Penajóia e o seu companheiro, Catão. A favor da libertação do réu estiveram quatro teólogos: o segundo e o nono intervenientes e os seus companheiros, sendo que um deles nem teólogo era, mas que, pressionado pelo vigário-geral, votou com o seu prelado. Os restantes, mais cautelosos, decidiram não votar.

Enfim, o relator, ao comunicar a decisão que os prelados manifestaram no consílio realizado, informou o bispo de modo contrário ao que fora decidido. Disse ao bispo que sete teólogos haviam votado a favor de manter o calvinista na prisão, o que correspondia à verdade. Contudo, quando se referiu aos votos a favor da libertação do enclausurado disse que tinham sido nove. O bispo, acreditando na palavra do seu ministro, mandou soltar o réu. Sobre este desfecho observaremos as consequências que daí advirão para o bispo do Porto e para o padre Manuel da Rainha dos Anjos, este devido à sua manifesta intransigência na aplicação daquilo que entendia ser a lei da Igreja.

A perseguição movida por Sebastião José de Carvalho e Melo

O Secretário de Estado, quando chegou à corte a notícia da assembleia reunida por ordem do bispo do Porto, expediu um decreto, dirigido a um Ministro da Relação, que intimava, em nome do rei, o prelado a, num prazo de 24 horas, abandonar a diocese e a partir para o exílio no Alentejo¹¹⁷. No que diz respeito ao padre Penajóia, por este ter publicado um panfleto, intitulado *Conclusiones de Sacrificio*

¹¹⁷ AHE. "Correspondência de João da Silva Ferreira, bispo de Tânger e prelado deão de Vila Viçosa, governador e administrador do Bispado do Porto, para D. Luís da Cunha Manuel, ministro da Guerra, sobre a sua saída do Porto para ocupar o cargo de deão de Vila Viçosa e a soltura do inglês Jorge Pansori", Grupo de fundos, Divisões, caixa nr. 23, doc. 3.

*Missae*¹¹⁸, em que se insurgia contra ele devido à condenação e ao degredo a que havia votado o bispo do Porto, quando este apenas cumpria as leis da Igreja, como sucessor de Cristo na terra¹¹⁹, foi sujeito a perseguições e à prisão. Neste panfleto, o padre pedia ao Secretário de Estado que desistisse da ação violenta contra a Igreja e advertia-o para o risco de excomunhão consagrado na “Bulla da Cea”. Esta publicação do padre Penajóia foi aprovada e a sua impressão permitida pelo Tribunal do Santo Ofício. Distribuídas pela cidade do Porto, estas *Conclusiones* deveriam ter sido apresentadas, a 29 de Abril de 1757, pelo próprio Manuel Rainha dos Anjos, o que não veio a verificar-se. Alguns amigos advertem-no para as consequências que poderia vir a sofrer – como, de resto, sofreu – nas mãos de Sebastião José de Carvalho e Melo. O padre aceita o risco dizendo que esperava que a mão do Altíssimo lhe conferisse o discernimento, a paciência e o espírito para vencer “tormentos, carceres, desterros, crueldades, perseguições por toda a Europa sem comer nem beber e sem vestido nem calçado em muitas ocasiões¹²⁰. Denunciado pelos seus inimigos, que aproveitaram as *Conclusiones* para o entregar, a apresentação acabou por ser suspensa. Ainda foi defendido pelos padres do convento de São Francisco, que se insurgiram contra esta decisão, mas de nada lhe valeu, logo a denúncia chegou às mãos de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo. Este, apodado de tirano ao serviço do Governo, tinha chegado à cidade do Porto com trezentos soldados, na sequência da sublevação do povo contra a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro¹²¹.

Os motins que ocorreram no Porto entre 23 de fevereiro e 15 de março de 1757 pretendiam abolir a Companhia que tinha sido criada pelo conde de Oeiras. Os amotinados, exclusivamente oriundos da plebe, visaram aniquilar o monopólio atribuído à Companhia, desafiando a autoridade régia. Segundo Francisco Ribeiro da Silva, o clero desempenhou um papel importante e esteve na raiz dos levantamentos populares. É neste contexto que o autor assinala a presença do biografado nos motins, dizendo que este “estava na posse de um baú de papéis comprometedores”¹²² e que a participação dos discípulos de São Francisco foi tão evidente que Sebastião José de Carvalho e Melo ordenou ao guardião do convento que vigiasse a conduta dos seus confrades. Numa carta enviada ao Secretário de Estado, Pacheco Pereira de Vasconcelos refere-se ao padre Penajóia como louco e fanático¹²³. Curiosamente, numa cena que faz lembrar os motins do Porto de 1757, Camilo Castelo

¹¹⁸ BPMP, Manuscritos, doc. Ms.658, fl. 10.

¹¹⁹ Idem, ibidem.

¹²⁰ Idem, ibidem.

¹²¹ Oliveira, F. de (1930.). *O Motim Popular de 1757, Uma página na história da época Pombalina*, Porto: Instituto de Estudos Históricos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 54, 64 e 70.

¹²² Silva, F. R. (1990). *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular, os motins do Porto de 1757*, p. 68. É possível que os “papéis comprometedores” a que o autor se refere fossem os panfletos impressos em Coimbra pelo padre Manuel da Rainha dos Anjos, a serem distribuídos na cidade do Porto.

¹²³ Idem, ibidem, p. 68.

Branco, na sua obra de ficção intitulada *Onde Está a Felicidade?*¹²⁴, inclui a presença do padre Manuel da Rainha dos Anjos, com o seu hábito e a sua respeitável fisionomia, dirigindo-se às turbas com a sua “tocante eloquência”.

Ao que tudo indica, foi neste contexto que o guardião do convento acusou o Padre Penajóia, apresentando como prova as *Conclusiones*, junto de José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, o que o levou a ser preso, em segredo, e posteriormente a ser conduzido a Lisboa. É preso na noite de 28 para 29 de abril, no convento de São Francisco do Porto, por José Mascarenhas e acusado de, através da publicação mencionada antes, se insurgir contra o rei D. José I. O padre Manuel da Rainha dos Anjos defende-se dizendo que a acusação não tinha qualquer fundamento e que as suas palavras haviam sido mal interpretadas. Esclareceu que no seu opúsculo pretendia apenas referir-se aos apóstatas e defensores da heresia e não ao rei. José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, segundo o autor, apercebe-se do erro, mas, apesar de tudo, leva-o preso e algemado, permitindo, no entanto, que o Padre Mendicante frei Bento da Luz o confessasse.

Encarceramento na prisão da Junqueira

Frei Manuel da Rainha dos Anjos chegou a Lisboa, a 10 de maio de 1757, conduzido por D. Lourenço de Amorim e por uma tropa da cavalaria de guarda, após dez dias de viagem. Transferido dissimuladamente para uma sege, foi levado a toda a pressa a casa dos pais de Mascarenhas, enquanto se dava parte da sua chegada ao Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, aguardavam também a sua resolução, visto que, no Porto, não tinha sido expedido nenhum decreto ou ordem de prisão régia contra o padre Penajóia. O José Mascarenhas remetera-lhe do Porto, por mala-posta, informações falsas a respeito do Padre Penajóia. O Secretário de Estado, pelo que o Padre nos diz, não averiguando a veracidade dos factos, acusando-o de ter cometido um crime de lesa-majestade, condena-o sumariamente a prisão perpétua. O aludido padre diz-nos ainda que chegou a Belém, acompanhado de uma larga comitiva de soldados e oficiais régios, onde foi recebido pelo Corregedor do Bairro, José António Oliveira Machado, e deu entrada na prisão da Junqueira¹²⁵.

Aí, esteve preso durante oito meses. A sua descrição da experiência do cárcere, tal como da fuga, evoca, como seria de esperar, a intervenção divina. Segundo o autor, numa noite de desespero, depois de ter adormecido banhado em lágrimas e pedindo solução a Deus e a Maria Santíssima, apareceu-lhe em sonho Jesus Cristo que lhe exigiu mais fé e resiliência. Inspirado pelo Salvador e com

¹²⁴ Branco, C. C. (1905). *Onde Está a Felicidade?*, p. 28.

¹²⁵ Prisão política de nobres e clérigos, pretensa ou realmente envolvidos, desafetos a Sebastião José. D. João de Almeida Portugal, marquês de Alorna (2005). *As Prisões da Junqueira*. Lisboa: Frenesi, pp. 5-6.

a permissão da Virgem começou então a preparar a sua fuga, processo que durou quatro meses. A este propósito, conta que tudo começou quando encontrou um prego, às escuras, na mesa onde comia, episódio fortuito que atribui à vontade de Deus, atendendo a que, com a meia hora de luz de que dispunha enquanto comia, só essa explicação o poderia justificar. É com essa ferramenta que consegue romper as tábuas da sua cela e iludir o guarda da prisão, justificando o ruído que fazia com a desculpa de que caçava ratos. Contudo, viu-se forçado a adiar a sua fuga pois, entretanto, recebeu um companheiro de cela, um maltês que, inconformado com a sua sorte, não parava de gritar e de chorar. O clérigo, desesperado por não conseguir ajudar o pobre homem e tentando consolá-lo, revelou-lhe o seu segredo: o buraco que tinha feito nas tábuas da cela para fugir. Assim se converteu em alegria todo o pranto do maltês, acabando por combinar a fuga com este, combinando que fugiriam para França. Entretanto, o maltês adoece e o padre, apesar da tristeza que isso lhe causou, foge. Passa pelos guardas que dormiam, encontra, tal como previa, as chaves da porta da rua, passa por muitos outros guardas e, apressando o passo, consegue afastar-se dos muros da cadeia. Consegue passar despercebido a cerca de 200 guardas, apressando o passo para se afastar dos muros da cadeia. Na fuga, cai ao mar, mas, segundo ele, graças ao amor e à piedade divina consegue salvar-se.¹²⁶

A propósito do tempo que passou na prisão da Junqueira, note-se que na obra de D. João de Almeida Portugal¹²⁷, Marquês de Alorna, à guarda da Academia das Ciências de Lisboa, intitulada *Relação Individual Dos Carceres que se formaraõ Neste Forte da Junqueira Situado na praya junto ao Tejo entre o forte de Lisboa, e o Sitio de Bellem...*, não se encontra qualquer referência a Frei Manuel da Rainha dos Anjos. Na obra de Luz Soriano¹²⁸, designadamente na sua relação dos presos que estiveram no forte da Junqueira, também não consta o nome do biografado. Porém, naquela que Alberto Teles¹²⁹ publicou, acrescentando o nome de sete presos aos que já se conheciam, inclui-se o do Padre Penajóia. A este respeito, veja-se o que diz o autor:

foi publicada uma relação dos presos da Junqueira,... com a que damos adiante, fielmente extraída do registo original do forte da Junqueira. Vão em itálico os nomes dos presos que até agora não foram divulgados pela imprensa. [...] **O Penajóia**, frade franciscano. — Fugiu em 20 de Dezembro de 1757 e, tornando a ser preso no convento de S. Francisco da Cidade, fugiu

¹²⁶ BPMP, Manuscritos, doc. Ms.658, fl. 15v.

¹²⁷ ACL. Catálogo de Manuscritos da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (série vermelha), Alorna, Marquês de, códice 806. *RELAÇÃO DOS CARCERES QUE SE FORMARÃO NO FORTE DA JUNQUERIA, SITUADO NA PRAYA JUNTO AO TEJO ENTRE A CORTE DE LISBOA, E O SITIO DE BELEM; ONDE SE CONTÃO OS APERTOS, ANGUSTIAS, DESHUMANIDADES OU ASPREZAS, COM QUE SÃO TRATADAS AS PESSOAS N' ELLES ENCERRADAS PELO MINISTERIO DO MARQUEZ DE POMBAL.*

¹²⁸ Soriano, J. L. (1867). *Historia do Reinado de El-Rei D. José e da Administração do Marquez de Pombal*. T. II. Lisboa: Typographia Universal, pp. 282-283.

¹²⁹ Em 1888, a revista assinala novamente o padre Penajóia na lista dos presos da Junqueira remete essa afirmação para as palavras de Pinho Leal. Teles, A. (1917). *Camilo Castelo-Branco na cadeia da relação do Porto*. Lisboa: Livraria Ferreira, pp. 217-223. «A Bastilha Portuguesa» (1887). A Ilustração Portuguesa. N.º 42, p. 5-7.

novamente...baseando-se em informações particulares, atribue a fuga do mesmo padre dos cárceres da Junqueira á intervenção da rainha D. Mariana Victória, esposa de D. José I.¹³⁰

A menção à fuga do Padre Penajóia, supostamente com a conviência da rainha D. Mariana Victória, esposa de D. José I, assenta numa informação fornecida por Pinho Leal, no Portugal antigo e moderno, com base em “informações particulares”, não é corroborada pelo testemunho de Frei Manuel da Rainha dos Anjos e, por outro lado, não foi possível identificar a sua origem. O autor remete para a obra de Pinho Leal¹³¹,

Fuga de Lisboa para Sevilha

A fuga conduziu o autor a várias peripécias, incluindo esconder-se em Belém, Benfica e Xabregas. As pessoas em quem tropeça, uns ajudam-no, outros recusam-se a fazê-lo, com receio das consequências, e pedem-lhe que siga o seu caminho. A este respeito, o Padre Penajóia conta-nos que se escondeu nas Alcaçarias del Rei, nas caves do palácio do Marquês de Marialva e no convento dos padres dominicanos em Benfica. Com a intenção de cruzar o Tejo, dirigiu-se aos padres Lóios no convento do Beato António, também conhecido por convento de S. João Evangelista, no dia 25 de dezembro, pedindo ajuda, a qual lhe negam. Pouco depois, entra de noite em casa do fidalgo do Bonjardim, em busca de auxílio, o qual lhe concedeu, o que trouxe a este sérios dissabores pois incorreu na ira de Sebastião José de Carvalho e Melo.

A relação do fidalgo do Bonjardim com o Secretário de Estado

Num artigo, intitulado “A Bastilha Portuguesa”, assinado por Alberto Telles, publicado na revista literária e artística *A Ilustração Portuguesa*¹³², fazendo menção à prisão de Gonçalo Cristóvão e do seu sobrinho, João Bernardo, conhecido por fidalgo do Bonjardim, diz-nos que esta foi por ter escondido e ajudado na fuga a José Policarpo de Azevedo, acusado de alta traição e regicídio¹³³. D. João de Almeida Portugal¹³⁴, 2.º Marquês de Alorna, na obra a que fizemos menção antes, *As Prisões da Junqueira*, diz-nos que “estes dois presos, ainda depois de lhes fazerem perguntas, não ficaram conhecendo com bastante clareza o motivo por que os privaram da liberdade”¹³⁵. Pinho Leal diz que Gonçalo Cristóvão,

¹³⁰ Teles, A. (1917). Camilo Castelo-Branco na cadeia da relação do Porto, pp. 217-219.

¹³¹ Leal, A. S. A. B. P. (1886). *Portugal antigo e moderno; dicionário ... de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Vol. XI. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, pp. 948-949.

¹³² «A Bastilha Portuguesa» (1887). *A Ilustração Portuguesa*. N.º 42, pp. 5-7.

¹³³ Camilo Castelo Branco refuta totalmente essa acusação. Branco, C. C. (2014). Perfil do Marquês de Pombal. Lisboa: Plátano Editora, p. 109.

¹³⁴ ACL. Catálogo de Manuscritos da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (série vermelha), Alorna, Marquês de, códice 806. *RELAÇÃO DOS CARCERES QUE SE FORMARÃO NO FORTE DA JUNQUERIA, SITUADO NA PRAYA JUNTO AO TEJO ENTRE A CORTE DE LISBOA, E O SITIO DE BELEM; ONDE SE CONTÃO OS APERTOS, ANGUSTIAS, DESHUMANIDADES OU ASPREZAS, COM QUE SÃO TRATADAS AS PESSOAS N' ELLES ENCERRADAS PELO MINISTERIO DO MARQUEZ DE POMBAL*.

¹³⁵ Almeida, D. João de Almeida Portugal, marquês de Alorna (2005). *As Prisões da Junqueira*. Lisboa: Frenesi, p.76.

um dos fidalgos mais nobres e ricos de Portugal, foi vítima da ira do conde de Oeiras que o mandou prender na Junqueira, onde se manteve durante 18 anos e da qual só foi libertado após a morte de D. José I. Segundo o autor, a descoberta do manuscrito, à guarda da Biblioteca Pública Municipal do Porto, intitulado *Vida trágica e relação mavirosa dos trabalhos e perseguições que soffreu Fr. Manuel da Rainha dos Anjos Penajóia desde Portugal até á Turquia, escripta por elle próprio*¹³⁶, veio trazer luz ao motivo da prisão do fidalgo do Bonjardim. Como dissemos antes, o padre Penajóia, depois de ter fugido da prisão da Junqueira, terá ido, certa noite, bater à porta de Bonjardim em busca de auxílio para atravessar o rio Tejo e, dessa forma, fugir para Espanha, o que poderá ter constituído um dos motivos da animosidade de Sebastião José contra o aludido fidalgo. Para além disso, Pinho Leal menciona ainda outros motivos, como a pretensão do conde de Oeiras de casar com uma irmã do fidalgo e a que este se terá oposto ou ainda a luta travada pelo título do Marquês de Montalvão que decorria no momento do episódio que envolveu o padre Penajóia. sendo esta aproveitada Sebastião José de Carvalho e Melo para se desfazer do seu adversário. Em qualquer caso, Sebastião José de Carvalho e Melo manda-o para a prisão da Junqueira, juntamente com João Bernardo, desterra para o Alentejo duas irmãs deste e, finalmente, ordena a detenção de um padre Lóio. O autor não refere o destino do padre Gonçalo Pinto, tio de Gonçalo Cristóvão, também presente nessa noite em casa do fidalgo do Bonjardim. Em qualquer caso, esta sucessão de ordens de prisão e de degredo deixa evidente o tratamento implacável que o poderoso Secretário de Estado dispensava a quem, ainda que inadvertidamente, se colocava no seu caminho.

Como é sabido, a figura do marquês de Pombal sempre suscitou larga discussão, na época e posteriormente, opondo os seus apoiantes e os seus detratores, porém, em relação a essa figura todos se mostraram unânimes em considerar que a sua atuação, em defesa do Estado, sempre se opôs à Igreja.

Entre os inúmeros autores que se pronunciaram sobre a figura do marquês de Pombal podemos incluir, por exemplo, Camilo Castelo Branco que, na sua obra *Perfil do Marquês de Pombal*, oferece uma visão muito negativa do biografado. Aliás, a propósito do assunto, Carlos Rebelo, no preâmbulo ao livro, afirma que o autor explora habilmente as fraquezas de Pombal, mas que desvaloriza ou omite algumas das suas medidas¹³⁷. Mais, Camilo refere que “o despotismo embrutecera-os todos em vinte e sete anos de terror, de tristeza, duma desconsolação profunda que se revela na paralisação da jovialidade popular daquele período”¹³⁸. Fortunato de Almeida, na sua *História de Portugal*, considera

¹³⁶ Leal, A. S. A. B. P. (1886). *Portugal antigo e moderno*, p. 29.

¹³⁷ Branco, C. C. (2014). *Perfil do Marquês de Pombal*. Lisboa: Plátano Editora, p. 26.

¹³⁸ Idem, ibidem, p. 296.

que o Marquês de Pombal, “desde o princípio da sua administração, não perdeu ensejo de afirmar a superioridade do poder secular em relação ao poder espiritual, limitando e oprimindo a autoridade dos bispos, atentando até contra os direitos do supremo hierarca da Igreja, e revelando em todos os negócios eclesiásticos ódios e más vontades que chegavam até à mais despejada insolência”¹³⁹. João Lúcio de Azevedo, contemporâneo de Fortunato de Almeida, acrescenta que, “cioso do poder régio para maior consolidação do seu próprio, dificilmente poderia Carvalho esquivar-se ao conflito com o clero”¹⁴⁰ e que “sob a mão do ministro, a máquina eclesiástica ia funcionando sem núncio, nem subordinação à Santa Sé”¹⁴¹. Diz ainda que “dentro do País tudo obediente se curvava ao seu arbitrio. Não havia resistência que o seu jugo não dobrasse, nem excessos ou erros de mando que o aplauso não cobrisse”¹⁴².

Silva Dias, na sua obra *Pombalismo e Projecto Político*, sobre o mesmo assunto, refere que o Marquês pautou a sua ação pela “necessidade de reconduzir a igreja católica ao seu múnus espiritual e de integrar o clero nos fins ‘esclarecidos’ do estado absolutista. Apercebeu-se também de que uma coisa era o papa e a igreja, que venerava, e outra o aparelho político que a parasitava e corroía”¹⁴³. O autor refere ainda que Sebastião José de Carvalho e Melo “não deixa a menor dúvida da sua identidade com o regalismo e do seu anticurialismo”, mas que o “fulcro da sua sensibilidade era a política”¹⁴⁴. Finalmente, no mesmo sentido, Keneth Maxwell diz que o regime pombalino foi “inspirado pelo absolutismo da razão, pelo que o seu autoritarismo foi essencial para o Governo poder restabelecer o controlo sobre a economia e revitalizar o Estado”¹⁴⁵.

Mas, regressando às deambulações do Padre Penajóia, como dissemos antes, ele encontrou refúgio na casa do fidalgo do Bonjardim na noite de 25 de dezembro de 1757. Acolhido por esta família, parte nessa madrugada para a quinta do fidalgo do Calhariz¹⁴⁶, pois não conseguiu encontrar um barco disponível para passar o Tejo. Foi nesta quinta, que ficava junto a São Cornélio¹⁴⁷ e à qual já lhe fizera menção o seu companheiro de cela maltês que ele, graças ao caseiro da dita quinta, conseguiu arranjar maneira de atravessar o Tejo. Daí, chegando à Aldeia Galega¹⁴⁸, partiu para uma outra quinta do aludido fidalgo, a quinta do Calhariz, onde este se encontrava com residência fixa, a

¹³⁹ Almeida, F. (2018). *História de Portugal*, p. 9.

¹⁴⁰ Azevedo, J. L. (2009). *O Marquês de Pombal e a sua época*. Lisboa: Alfarrábio, p. 130.

¹⁴¹ Azevedo, J. L. (2009). *O Marquês de Pombal e a sua época*, p. 298.

¹⁴² Idem, ibidem, pp. 323-324.

¹⁴³ Dias, J.S. S. (1984). *Pombalismo e Projecto Político*, p. 182.

¹⁴⁴ Idem, ibidem, pp. 203-213.

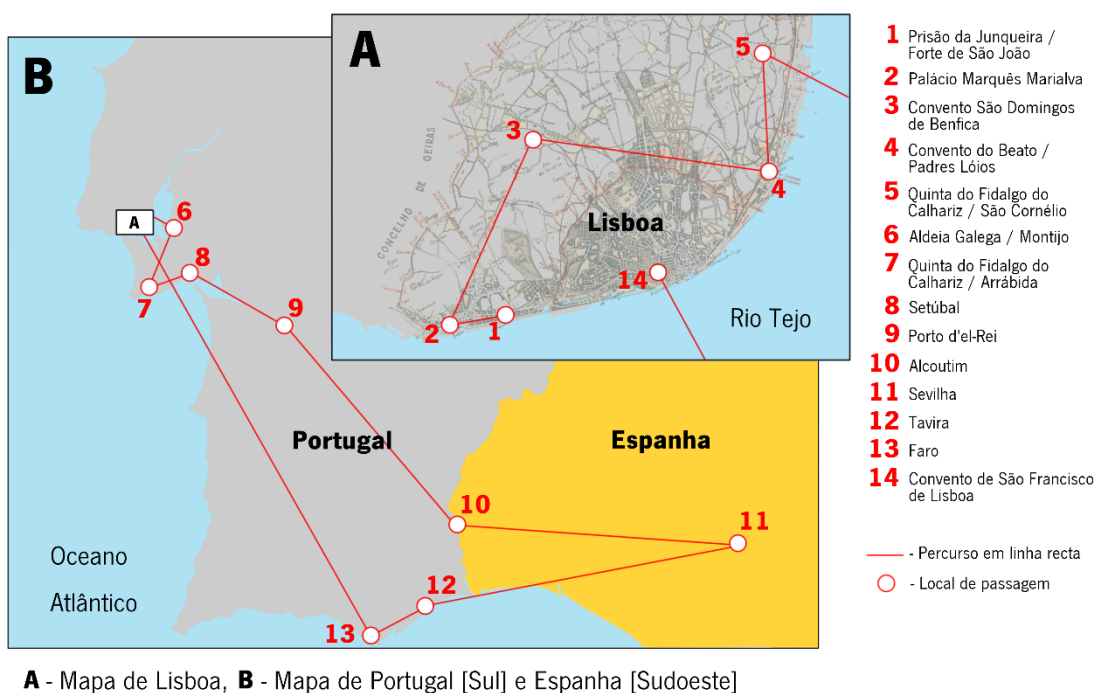
¹⁴⁵ Maxwell, K. (2001). *O Marquês de Pombal*, p. 37.

¹⁴⁶ Casa de Calhariz, situa-se em Azeitão, nas fraldas da serra da Arrábida, Setúbal. Ver em: <http://www.casadecalhariz.pt/index.html>.

¹⁴⁷ Estrada de São Cornélio, onde existia o convento de São Cornélio, situa-se hoje em dia entre os Olivais e o Parque das Nações. Ver em <http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=678>.

¹⁴⁸ Montijo, antiga Freguesia do Espírito Santo de Aldeia Galega do Ribatejo, deve a sua designação atual a um topónimo antigo: o lugar do Montijo. Era ponto de transbordo de passageiros e mercadorias que se deslocavam para e de Lisboa. Ver em <https://www.pcp.pt/cria%c3%a7%a3o-da-freguesia-do-montijo-no-concelho-do-montijo-distrito-de-set%c3%babal>.

mando do Secretário de Estado. Aí foi recebido pelo dito fidalgo, o qual, com receio de represálias, lhe pede que parta logo que possível, disponibilizando-lhe um criado que o deveria levar a Setúbal, donde poderia encontrar uma embarcação que o levasse a Espanha, o que acabou por não acontecer devido à desconfiança causada pela sua “figura de criminoso”¹⁴⁹. De Setúbal, a pé, dirigiu-se ao Porto de Rei¹⁵⁰ e daí, numa besta, foi para o Algarve, tendo chegado a Alcoutim, onde conseguiu que um irmão do fidalgo do Calhariz, aí desterrado, o ajudasse a passar para Espanha. Ao fim de três dias de descanso nas margens do Guadiana, alugou uma besta que o levou até Sevilha, onde chegou no dia 1 de janeiro de 1758.



Mapa 1 – Percurso da primeira fuga de Lisboa a Sevilha e regresso, 1757/1758¹⁵¹

Na ilustração 1 está representado o percurso da primeira fuga do padre Penajóia desde a prisão da Junqueira, contornando o centro de Lisboa e transpondo o rio perto da zona de Cabo Ruivo com direcção ao Montijo para, daí, se dirigir para Sevilha. O percurso foi realizado a pé, de barco na passagem dos rios e numa besta. A soma total do traçado em linha recta entre os locais assinalados totaliza 386 quilómetros, os quais realizou em 12 dias, entre 20 de dezembro a 1 de janeiro de 1758.

¹⁴⁹ BPMP, Manuscritos, doc. Ms.658, fl. 19.

¹⁵⁰ Pequeno porto fluvial do Sado, a cerca de 16km de Alcácer do Sal, de onde eram escoadas diversas mercadorias oriundas do Alentejo e possivelmente do interior do Algarve para Setúbal e Lisboa. Capela, J. Viriato; Castro, S.; Matos, H. (2016). *As freguesias dos distritos de Lisboa e Setúbal nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: Universidade do Minho, p. 58-793.

¹⁵¹ Adaptação realizada a partir do site Google Maps (<https://www.google.pt/maps>); escala aprox. mapa A – 1:220.000; escala aprox. mapa B – 1:3.750.000

Em média, o padre percorreu 32 quilómetros por dia, o que quer dizer, atendendo a que passou alguns dias em Lisboa, significa que nos últimos seis dias terá realizado em média cerca de 64 quilómetros por dia. Considerando que estes cálculos foram baseados na distância em linha recta (distância mínima possível), o percurso terá sido, muito provavelmente, de grande exigência tendo em conta os dias de que dispôs para os realizar.

Extradição e encarceramento no Convento de São Francisco de Lisboa

Já em Sevilha, dirige-se ao Cardeal-Arcebispo Solis e pede-lhe ajuda para chegar a Roma. Como não o encontra, procura o Primeiro Inquisidor, a quem chama Senhor Curiel, narrando-lhe todos os acontecimentos por que havia passado em Portugal, escreve ao Padre Geral da Companhia de Jesus e fica instalado no convento de São Francisco de Sevilha, retribuindo a hospedagem através de conferências de teologia e filosofia em aula pública, enquanto aguardava indicações de Madrid. Então, é surpreendido pela resposta do Padre Geral que lhe ordenou que ficasse com residência fixa no convento, onde iria permanecer durante seis meses, até que lhe chegassem informações do Padre Geral da Companhia em Lisboa. O Secretário de Estado, logo que tomou conhecimento da situação, empenhou-se junto do Geral, em Madrid, em arranjar forma de o conduzir a Lisboa quanto antes.

Com efeito, partiu para Lisboa, no dia 24 de junho de 1758, acompanhado por dois guardas religiosos. No percurso, não foram recebidos no convento de Tavira, o que os obrigou a ir até Faro. Aí, pouco depois, chegaram ordens para que Manuel da Rainha fosse conduzido à corte sob escolta militar. Entra na capital do reino no dia 11 de julho de 1758 e é agrilhado e metido numa cela do convento de São Francisco de Lisboa, permanecendo aí 2 anos, sob vigilância apertada por indicação de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Enquanto aí esteve, pelo que nos diz, apenas recebeu as visitas de frei Manuel da Ressurreição, seu confessor, o qual lhe falou do atentado contra D. José I¹⁵², em setembro do mesmo ano. Mais, pelo que também nos diz, o seu confessor não só partilhava do mesmo fervor religioso como também entendia que o Altíssimo iria, mais cedo ou mais tarde, castigar severamente todos aqueles que governavam alheios à piedade, com violência e total desrespeito pela Santa Madre Igreja.

¹⁵² Fortunato de Almeida diz que, no dia 3 de setembro de 1758, o rei D. José I sofreu um atentado ao recolher-se, de uma aventura amorosa, no seu palácio da Ajuda. Diz ainda que toda a narrativa do atentado ao rei lhe parece um “conto mal cerzido”. Almeida, F. (2018). História de Portugal, p. 24-33. Veríssimo Serrão corrobora este acontecimento e vai mais longe ao afirmar que foi uma conspiração da antiga nobreza tendo como autores D. José de Mascarenhas, duque de Aveiro, e os jesuítas, de terem conspirado a conjura e envolvendo Gabriel Malagrida, jesuíta, por outros motivos, mas principalmente por ser o confessor da marquesa velha dos Távora. Serrão, J. V. (2004). História de Portugal. Vol. VI, 6.ª ed. Lisboa: Editorial Verbo, p. 38, 42.

Os dois acreditavam na providência divina, atribuindo especial significado quando num sorteio de figuras, tradição no primeiro dia do ano, calham ao padre Penajóia as estampas de Cristo Salvador e de Santa Bárbara. Ao ter conhecimento destes temas, o frei Ressurreição é levado perante o Ministro de Estado, que ordena a sua detenção por ofensas a Sua Majestade, ao consentirem que as cartas premonitórias da religiosa do Convento de Santa Ana fossem reais. Face ao sucedido, o Marquês reforça os pedidos de máxima segurança ao guardião do convento.

Fuga de Lisboa para Roma

A 10 de Março de 1760, passados quase dois anos da sua terceira experiência no cárcere, o religioso consegue fugir. Este conta-nos que, novamente por vontade de Deus, encontrou uma lima de ferro, a qual utilizou, durante um ano, para cortar os grilhões e as grades da janela da cela, o que escondia dos guardas disfarçando os cortes com tabaco mascado e pauzinhos.

As circunstâncias descritas são inusitadas e a lima encontrada pode, na realidade, estar relacionada com a visita secreta de um irmão de sangue, também religioso, frei José de Nossa Senhora da Ajuda, cerca de um ano antes¹⁵³.

Após a fuga, diz ter-se escondido nas ruínas do palácio do conde da Ribeira¹⁵⁴ e, de madrugada, encontra-se já junto do chafariz do Rei¹⁵⁵, em Alfama onde, interpelado por guardas, alegou que era religioso e que estava a pedir. Daí, seguiu depois na direção a São Cornélio, que distava de Lisboa cerca de duas léguas¹⁵⁶, para quinta do fidalgo de Calhariz, na qual já tinha estado refugiado três anos antes, em 1757, onde reencontra o caseiro que o assistiu nessa altura. Aí permaneceu escondido, durante dois dias e duas noites, num campo de trigo, partindo, a coberto da noite e evitando as estradas públicas, para Vialonga¹⁵⁷ Nesta localidade entra na primeira casa que encontra, uma mercearia, cujo dono, por coincidência, era patrício seu. Aí descansa e pede auxílio para passar o rio Tejo. Sai nessa noite em direção a Alverca munido de uma carta para um amigo do merceeiro que o deveria ajudar a achar uma barca que lhe permitisse passar o rio. Já na outra margem do Tejo, vestido de secular, segue, durante sete dias, pelos campos em direcção a Castelo de Vide¹⁵⁸. No caminho,

¹⁵³ Registos Paroquiais de Penajóia (1715–1734). Arquivo Museu da Diocese de Lamego, Paróquia de Penajóia (Lamego), Baptismos, cx. 1, nr.2, fl. s/n.

¹⁵⁴ Norberto de Araújo contradiz o depoimento do frei Manuel da Rainha dos Anjos ao dizer que o palácio do conde da Ribeira pouco sofreu com o terramoto de 1755. Araújo, N. (1950). *Inventário de Lisboa*. Fascículo VII. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 49-51. Este palácio dista do antigo convento de São Francisco cerca de 4km.

¹⁵⁵ Situa-se na rua do Cais de Santarém, Lisboa/Lisboa/Santa Maria Maior. Ver em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9599

¹⁵⁶ 1 légua corresponde a cerca de 6600 metros.

¹⁵⁷ Desde 1527 que Vialonga esteve incluída no termo da capital do Reino. A posse da terra pertencia à Coroa, a tutela administrativa cabia ao Senado Lisbonense. Do ponto de vista judicial era sujeita ao Corregedor do Crime do Bairro da Ribeira em Lisboa. Eclesiasticamente enquadrava-se na Diocese de Lisboa Oriental. Ver em: <https://if-vialonga.pt/historia/>.

¹⁵⁸ O percurso é de cerca de 180 km.

aluga uma besta a um almocreve, é enganado pelo arrieiro que desaparece, sem saber por onde andava e sem que alguém o ajudasse atravessa a nado o que diz ser um grande rio¹⁵⁹ e, finalmente, chega a Castelo de Vide. Depois de pernoitar em casa de um vilão, a quem pergunta como chegar a Espanha sem usar a estrada, partindo com a aurora, chegou a um sítio onde avistou um pastor, a quem perguntou se aquele lugar pertencia a Portugal ou a Espanha, ao que ele respondeu que já eram terras de Espanha.

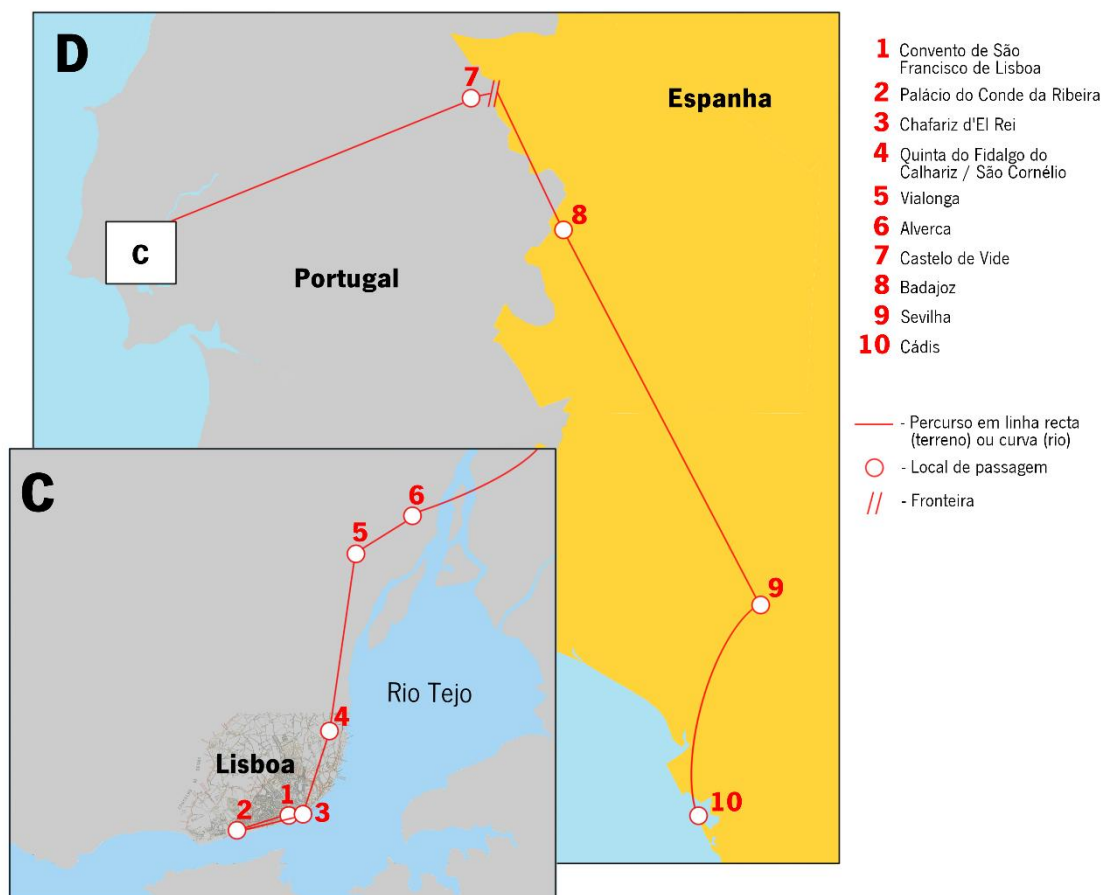
Dai a pouco, no dia 3 de abril de 1760, Quinta-Feira Santa¹⁶⁰, chegou a uma aldeia espanhola e entrou numa igreja para visitar o Santíssimo Sacramento. O pároco perguntou-lhe se era português e se sabia cantochão¹⁶¹, ao que ele respondeu que sim. Ao ouvi-lo e a rogo de outros clérigos o pároco pediu-lhe que ficasse até ao fim da Páscoa. Ficou, comendo em casa do dito pároco e dormindo numa casa vizinha cujo recheio consistia apenas num simples colchão. Após a Páscoa, partiu para Badajoz, com algum receio de ser descoberto, passou por Sevilha e, com recurso a esmolas, conseguiu pagar a passagem para descer o Guadalquivir, a caminho de Cádiz, onde chegou ao fim de dois dias, durante os quais, diz ele, esteve sem comer nem beber.

¹⁵⁹ Provavelmente o rio Sorraia ou a ribeira de Sor.

¹⁶⁰ Semana Santa compreendida entre 31 de março a 6 de abril de 1760.

¹⁶¹ Canto firme e coral, também chamado canto gregoriano.

Bluteau, R. (1712-1728). *Vocabulário Portuguez e Latino*. Vols. 2- 8, Supl. 1 – 2. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu. p.111.



C - Mapa de Lisboa e estuário do Tejo **D** - Mapa de Portugal [Centro] e Espanha [Sudoeste]

Mapa 2 – Percurso da segunda fuga de Lisboa, 1760¹⁶²

O mapa anterior mostra os caminhos que tomou na sua fuga, diversos da anterior, desta feita por um caminho mais longo. Assim, cruzou o Tejo perto de Alverca e a fronteira junto de Castelo de Vide, de Badajoz vai a Sevilha e daí para Cádiz. Ao todo, percorreu mais de 600 quilómetros, quer dizer, mais ou menos, 25 quilómetros por dia. A propósito desta fuga, podemos sugerir que, na fase inicial, não parece ter sido planeada, uma vez que segue no sentido oeste, em direcção ao palácio do Conde da Ribeira, para depois seguir no sentido contrário, atravessando, com maior risco de ser identificado, o centro de Lisboa.

Em Cádiz, durante o dia pede esmolas nas portarias dos conventos e à noite dorme por terra numa ruína. Permanece nesta cidade cinco semanas à espera de um navio que o levasse a Roma, período durante o qual, conta, passou muita fome até que o reitor da Companhia, compadecido da sua história, lhe providenciou uma cela e mesa e lhe procurou um benfeitor que o vestisse e ajudasse na travessia de Cádiz para Livorno. Abordado na praça da cidade por um mercador de livros maltês, que o

¹⁶² Adaptação realizada a partir do site Google Maps (<https://www.google.pt/maps>); escala aprox. mapa C – 1:500.000; escala aprox. mapa D – 1:3.350.000

reconheceu do Porto, de quando vendia livros na rua das Flores, é levado a sua casa e recebe uma esmola significativa de três mil e quatrocentos réis. Parte de Cádiz, num navio napolitano que regressava das Índias francesas com destino a Livorno, na companhia de dois religiosos leigos portugueses Jesuítas, fugidos de Portugal e que também tinham como destino a cidade de Roma, onde esperavam encontrar socorro, tal como o Padre Penajóia. Ao passarem por Gibraltar, encontram um mar revolto e, depois de três a quatro dias de jornada, deparam-se de noite com um navio mouro vindo do Sul com a intenção de investir sobre a embarcação. Contudo, almejaram escapar de um dramático cativo em Argel, não só graças à névoa que se abateu nessa noite como ao tamanho da embarcação em que viajavam. A propósito da sua viagem, o Padre Penajóia conta que, no decurso desta, ficou a saber que Sebastião José de Carvalho e Melo enviara instruções para os cônsules portugueses em Marselha e em Génova para que estes tratassem de o prender e de o enviar para Lisboa. Ao chegar a Livorno, diz ter sido assediado por judeus portugueses, os quais, durante os oito dias que aí permaneceu, aguardando por uma embarcação que o levasse a Civitavecchia¹⁶³, o procuraram converter ao judaísmo com promessas de riqueza.

Entra em Roma no dia 11 de junho de 1760 com a intenção de procurar a proteção pontifícia. Tendo em consideração a afinidade pela sua causa, pensava recorrer ao cardeal Filipe Acciaiuoli¹⁶⁴, uma vez que tinha também ele sido perseguido e expulso do reino em 15 de junho¹⁶⁵ e que chegara recentemente a Roma. Acaba, no entanto, por ser apoiado por um jesuíta português que o avisa, para sua segurança, que não deve ficar a pernoitar na casa de Santo António dos Portugueses, deve antes recolher-se numa estalagem, dando-lhe ainda cinco tostões para pagar a estadia. Se tivesse pernoitado na referida casa teria sido preso, visto que o conde de Oeiras tinha enviado ao embaixador português em Roma, Francisco de Almada¹⁶⁶, ordens para que o prendesse e enviasse para Lisboa. Os clérigos do Hospital de Santo António dos Portugueses tinham já sido instruídos pelo embaixador no sentido de o informarem acerca do paradeiro do Padre Penajóia.

O encontro com Papa Clemente XIII e a sua protecção

Procurou o Papa, mas, encontrando-se este em Castel Gondolfo, foi atendido pelo cardeal Galli que despachava na sua ausência. É instruído a recolher-se ao convento de São Francisco de Aracoeli e

¹⁶³ Porto marítimo de Roma que se encontra a cerca de 80km da cidade. Ver em <http://www.port-of-rome.org/>

¹⁶⁴ Nuncio Apostólico para Portugal, 28 de janeiro de 1754 a 22 de outubro de 1760. Ver em <http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/bacciai.html>

¹⁶⁵ Expulso de Portugal por Pombal devido à sua intervenção em defesa dos jesuítas. De acordo com Serrão, o nuncio recebeu ordem régia para deixar a corte em 15 de junho de 1760. Serrão, J. V. (2004). *História de Portugal*, p. 66.

¹⁶⁶ Embaixador de Portugal em Roma, Francisco de Almada e Mendonça, primo de Sebastião de Carvalho e Melo, que se mostrou um zeloso servidor da política josefina. Viria a protagonizar o corte das relações entre a coroa e o pontificado de Clemente XIII (1758-1769). Serrão, J. V. (2004). *História de Portugal*, p. 64.

a apresentar-se ao Padre Geral, que, por sua vez, o reencaminha para o Procurador-Geral das Espanhas, solicitando que este o alojasse até ao regresso do Sumo Pontífice a Roma. Devido a uma ordem dada pelo Procurador, que foi mal compreendida por um religioso leigo, é metido no cárcere do convento, naquela que seria sua quarta experiência na prisão. Desfeito o mal-entendido e com receio de ser remetido a Lisboa pelo ministro Almada, o padre Manuel da Rainha dos Anjos foge de Roma e apresenta-se ao Papa em Castel Gandolfo.



Figura 6 – Retrato do Papa Clemente XIII [1759]

Mengs, Anton Raphael [1728-1779]. Pintura a óleo, 137.7 x 98.2 cm. The Walters Art Museum Accession Number: 37.1700

Recebido por Sua Santidade, entrega-lhe um memorial em que expõe a sua causa e as perseguições, os cárceres e os trabalhos que enfrentou por defender a Igreja dos calvinistas, segundo ele, protegidos pelo Secretário de Estado. Não se pronunciando sobre o assunto, o Papa procurou informar-se junto do Geral dos Jesuítas sobre a veracidade do relato apresentado pelo padre Penajóia. Oito dias demorou o Geral a dar, pessoalmente, esta informação ao Papa. Durante esse tempo de espera, o frei Penajóia continuou a padecer muitos trabalhos, não comendo e dormindo por terra nos

campos nos arredores da residência de férias do Pontífice. Nestes dias, em que aguardava a convocatória de Sua Santidade, conversava com os padres jesuítas que tinham ali perto uma quinta e, por essa via, tomou conhecimento de que o ministro Almada o tinha procurado no convento de Aracoeli com o objetivo de o prender e enviar para Lisboa. Como não o encontrou, escreveu ao seu primo, Secretário de Estado, dizendo que apesar de todas as diligências desenvolvidas para prender o frade, este se encontrava sob proteção do seu Padre Geral, do Papa e do cardeal Galli.

Lúcio de Azevedo diz que Almada escrevia regularmente cartas particulares ao seu primo e “não deixava de mencionar as diligências e instâncias que fazia, as manobras dos adversários”. Afirma ainda que “Almada a intervalos voltava à carga e, sendo de génio arrebatado e rude falar, não raro se excedia nos discursos”¹⁶⁷. As palavras de Azevedo corroboram, de certa forma, a atitude altiva de Almada, tal como descrita pelo biografado, perante o Padre Geral do convento de Aracoeli ao pedir que lhe entregasse o padre Penajóia sob severas ameaças de destruir todos os conventos da sua jurisdição.

A teia do Ministro no encaço do padre Penajóia nos Estados Pontifícios

Ao tomar conhecimento da perseguição do que o conde de Oeiras lhe movia, em Roma, através de Almada, toma a resolução de partir como missionário apostólico para a Turquia, sem esperar sequer pela decisão do Papa, com receio de ser novamente preso e remetido à presença do Secretário de Estado. No momento em que o padre Penajóia conversava à porta da quinta dos Jesuítas, conta ele, apareceu um espião, disfarçado, a mando do embaixador português em Roma, que tinha já preparado uma sege com grilhões e quatro beleguins para que, quando se afastasse dos padres jesuítas, o pudessem prender em segredo e o conduzissem de imediato para Portugal sem que o Papa soubesse¹⁶⁸. Desconfiado, foge pelas portas do palácio do Papa, sobe por uma parede de uma vinha e põe-se em fuga, desemboca no Lago dos Romanos Antigos¹⁶⁹ e vê-se obrigado a lançar-se a essas águas, perseguido pelos inimigos que acabam por não o encontrar. Saiu do lago, passou essa noite num bosque e, na manhã seguinte, partiu para Rufinella, uma quinta particular dos jesuítas que distava 12 quilómetros e onde se encontravam nessa ocasião muito padres portugueses. Foi aí recebido com grande euforia, à exceção do Padre Geral da Ordem, que não desejava irritar ainda mais os ânimos do rei de Portugal. Chegada a noite, é esmolado e convidado a partir, porém, eis que um dos padres presentes sente o desamparo a que foi votado o padre Penajóia e dá-lhe uma chave para que este se

¹⁶⁷ Azevedo, J. L. (2009). *O Marquês de Pombal e a sua época*, p. 395.

¹⁶⁸ Este espião era um frade franciscano secular, cónego da Sé de Coimbra, que alcançou o canonicato por serviços que fez de beleguim. BPMP, Manuscritos, doc. Ms.658, fl. 37.

¹⁶⁹ O lago a que se refere o autor deve corresponder ao lago Albano, ladeado por Castel Gandolfo, região do Lázio a cerca de 25 km de Roma. O biografado refere ainda que este lago era o lago do Castel Gandolfo. BPMP, Manuscritos, doc. Ms.658, fl. 37v.

pudesse hospedar numa casa da quinta, a Casa de Cícero. O padre tinha ainda a intensão de, no dia seguinte, lhe levar de comer, o que acabou por nunca acontecer. Perde-se de noite depois de ter procurado alimento e decide partir para a cidade de Tivoli, onde existia uma quinta de Jesuítas.

Embora conhecedores da ordem do seu Geral, o reitor deste abrigo acolhe-o em segredo durante três dias e três noites e na última noite, despedindo-se, dá-lhe uma esmola de 8 mil réis. Volta com muito receio para Roma e, entrando nesta cidade pela segunda vez, dirigiu-se ao Colégio da Penitenciária dos Jesuítas à procura de um conterrâneo seu, que lhe disse que o Papa lhe queria falar para lhe dar conta da sua decisão sobre o seu caso. Com receio de ser preso por D. Francisco de Almada pede ao seu patrício que o represente perante o Papa, já resolvido a partir como missionário para a Turquia. Parte já depois da meia-noite e recolhe-se, sob o Pórtico de S. Pedro, no Vaticano, para pernoitar. Adormecendo, é surpreendido por um ladrão. Então, acordando, levantou a voz contra o larápio, o qual fugiu de imediato.

Disfarçado de jesuíta vai a uma feira em Roma e compra um jumento para partir para Veneza, onde pretendia apanhar um barco para a Turquia. Segue a estrada de Viterbo, contrária ao percurso pretendido, como forma de escapar aos seus inimigos. Chega à cidade de Macerata¹⁷⁰ e procura o Colégio dos Padres Jesuítas para pedir esmola e saber novidades, tomando aí conhecimento de que o ministro Almada tinha já partido de Roma, com receio do Santo Padre devido às perseguições movidas contra o padre Penajóia. Acredita, depois de lhe terem mostrado as cartas que chegavam de Roma, que o Sumo Pontífice o tinha já procurado, na festa de S. Pedro, para o proteger. É através do cardeal Andrea Corsini, como protetor da Coroa Portuguesa, que Sua Santidade demonstra o seu descontentamento para com o Ministro Almada, fazendo com que no dia seguinte este parta de Roma com o seu capelão. Acrescenta que Almada, afrontando o Papa, em Roma, despiu o Hábito e pisou-o publicamente, dizendo que estimava mil vezes mais o Secretário de Estado que o Santo Padre. O Ministro Almada publica, nessa altura, um decreto em que ordena que todos os portugueses eclesiásticos e seculares que entrassem em Roma deveriam deixar a cidade no prazo de três dias sob ameaça de perderem a pátria e de verem os seus bens confiscados pela coroa. Tendo em conta a posição do Papa, os Jesuítas tentam persuadir o padre Penajóia a voltar ao Vaticano, mas este prefere continuar a sua viagem até à Turquia com receio de ser morto por algum espião deixado na cidade por Almada. Parte para Rimini¹⁷¹, onde se dirige ao Colégio dos Padres Jesuítas, local em que se achavam alguns portugueses, ao quais tomaram por devoção lavar os pés a este religioso, imitando a figura de

¹⁷⁰ Esta cidade dista de Roma cerca de 230km.

¹⁷¹ Esta urbe dista de Macerata cerca de 130km.

Cristo, após o que o presentearam com uma esmola. Depois, apanha um barco em Rimini e três dias depois chegou a Veneza.

Aguarda em Veneza uma embarcação para a Turquia e, no Colégio dos Jesuítas dessa cidade conhece um português, o padre Manuel de Azevedo, de Paredes da Beira, com o qual estabelece uma relação de amizade. O aludido padre residia nessa cidade, era homem douto e nobre de nascimento e estava desterrado de Roma, a mando de Almada. Hospedado, por cautela, numa estalagem, com receio, vai à Praça de S. Marcos, rezando na Basílica.

Entretanto, chegam de Roma cartas endereçadas ao padre Manuel de Azevedo da parte de Sua Santidade a persuadir o frei Manuel da Rainha dos Anjos a voltar a Roma, nas quais ficava claro que o Santo Padre o pretendia amparar e proteger dos seus inimigos. Após oito dias na cidade de Veneza, parte para Roma. Ao prosseguir a sua viagem por terra, passa o patrono por Pádua e aproveita para visitar o seu santo S. António de Lisboa. A partir das margens do rio Pó, procura uma barca para passar para os Estados Pontifícios. Aí, conta que ficou muito assustado por o terem fechado numa cabana com ervas secas, às quais atearam fogo, solução, afinal, usada para purificar os maus ares, em tempos de pandemia. Chega a Ferrara no dia de S. Tiago, 25 de Julho de 1760, e dirige-se ao Colégio dos Padres Jesuítas dessa cidade, onde encontra nove padres seus patrícios, perseguidos pelo mesmo inimigo os quais o recebem efusivamente. Levado em braços para a cela do padre Francisco Ferraz, será aí visitado pelo Cardeal Cremonense, arcebispo de Ferrara. Este mostra-lhe uma carta que escreveu dirigida ao Papa, seu condiscípulo, para que o favorecesse. Este, prometendo-lhe que lhe enviaria a resposta papal quando a recebesse e que a reencaminharia para Roma, dizia a carta do Papa Clemente XIII dirigida ao Cardeal de Ferrara: “recebemos a vossa carta com o costumado prazer nosso. O Religioso em que me falais...o estamos esperando de dia em dia...A sua causa por honesta e santa e os seus trabalhos e perseguições nos tem custado muitas lagrimas... O certo hé que Maria Santissima o tem muito protegido e o tem da sua Mãe”¹⁷². Visita a cidade de Assis, nomeadamente a casa do Seráfico Patriarca S. Francisco e de sua mãe Maria Santissima dos Anjos da Porciúncula, para se reconciliar com Deus, através dos Sacramentos, obter indulgência plenária, e, por outro lado, para admirar as maravilhas daqueles dois templos tão celebrados em toda a Europa e tão importantes para a Ordem Franciscana. Entra no dia seguinte, pela segunda vez, em Roma e apresenta-se ao Pontífice com toda a cautela. Não trajava de clérigo secular e ainda menos de frade. Quando o viu, lançou-se aos pés do Papa Clemente XIII. Este entrega-lhe um documento pelo qual lhe concede duas graças: a primeira consistia numa ameaça de excomunhão a todos aqueles que pretendessem fazer-lhe mal e a

¹⁷² BPMP, Manuscritos, doc. Ms.658, fl. 42v.

segunda determinava que, em toda a Roma, o padre Penajóia pudesse celebrar missa vestido de clérigo, como se apresentava perante Clemente XIII, ou com o hábito de franciscano. O Papa disse-lhe ainda que se apresentasse com esse mesmo papel ao Cardeal Vigário e que lhe pedisse tudo aquilo de que necessitasse. O português pede ao Santo Padre que não o faça regressar à sua ordem, com receio de represálias para si e para os seus, e roga-lhe que o mandasse recolher num Colégio em Roma onde pudesse ensinar filosofia ou teologia moral, pois, em Portugal, essa tinha sido a sua ocupação durante muitos anos. Recusado este pedido devido à falta de vagas, pede apenas que o mandem para junto dos padres Conventuais com o seu hábito de observante.

Foi apresentar-se ao secretário do Cardeal Vigário, o qual desconfia de tantas graças concedidas a um clérigo que tinha acabado de entrar em Roma. Percebendo o religioso esta desconfiança, deixa-lhe a patente e parte para a estalagem onde se tinha recolhido aquando da sua chegada à cidade. O Santo Padre ao tomar conhecimento deste episódio manda que o dito secretário entregue de imediato a patente ao frei Manuel da Rainha dos Anjos. O Sumo Pontífice manda chamar perante si o Padre Geral dos Conventuais e intima-o a receber no seu instituto o padre Manuel da Rainha dos Anjos, assistindo-o com tudo o que fosse necessário. Passados três dias, e tal como lhe tinha sido recomendado, volta à presença do Papa, que lhe diz estar tudo tratado com o Geral dos Padres Conventuais e que fosse, nesse momento, encontrar-se com ele que o estava esperando no Convento dos Santos Apóstolos, em Roma. O Geral recebe-o com muita cortesia, oferece-lhe a cadeira de Teologia, mas apercebe-se que o Papa o tinha dispensado de observante da regra do seu instituto, algo que atribuiu a um mal-entendido causado pela barreira linguística. O padre Penajóia comunica ao Padre Geral que não procurava esta mudança, mas apenas uma solução temporária. Ou seja, pretendia conservar o seu hábito por cinco ou seis anos, até que a paz voltasse a pautar as relações entre Portugal e Roma, altura em que regressaria à sua ordem monástica. Passados três dias, regressou à presença do Geral Columbini, aceitando a sua integração na Ordem dos Conventuais por não querer que os seus confrades sofressem retaliações por parte do conde de Oeiras.

Durante a sua estadia em Roma é enviado, num dia em que visitou o Santo Padre, à presença do Cardeal Galli, que lhe lê os autos e lhe pede que os assine para memória do Tribunal da Inquisição. É, diz ainda Frei Manuel da Rainha dos Anjos, condecorado pelo próprio Papa pela defesa da Santa Madre Igreja contra o protestantismo, ação que lhe valeu a perseguição movida pelo conde de Oeiras e que o “condenou” a um exílio de 20 anos. Tem um novo encontro com Clemente XIII, na presença do Cardeal Cavalquini e do Geral dos Jesuítas, onde pede permissão para partir no dia seguinte, 4 de

outubro de 1760, para Assis para vestir o hábito de Conventual, depois de 26 anos como Observante da Província do N.P. S. Francisco de Portugal.

Entretanto, diz-nos ele, agitavam-se em Roma os espíões enviados por Sebastião José de Carvalho e Melo para o matar ou prender, perguntando-se onde se achava este religioso franciscano português chamado de Penajóia e admirando-se com o crédito lhe tinha dado Clemente XIII. O Sumo Pontífice avisa os padres Conventuais de Assis que tivessem toda a cautela para com o padre Manuel da Rainha dos Anjos, atendendo ao grande número de inimigos poderosos que o perseguiram. O guarda-portão do convento de Assis foi inquirido acerca do padre Penajóia por um português, vestido de Ermitão, que lhe disse precisar de falar pessoalmente com ele. O porteiro acede ao pedido deste desconhecido e encaminha-o para cela do religioso, da qual, contudo, não se conseguiu aproximar em virtude de as portas do local se encontrarem sempre encerradas.

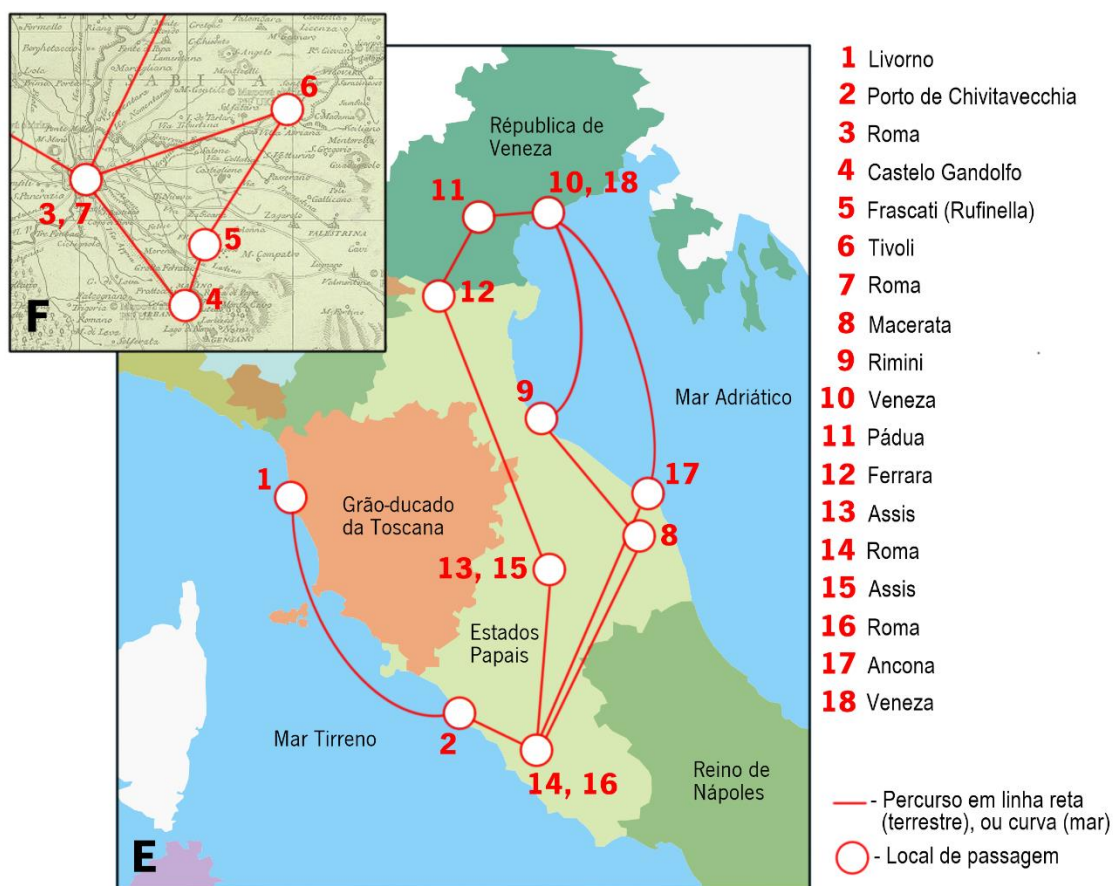
Com receio de matarem o seu protegido, o Papa, após 6 meses de integração na nova Ordem, ordena que regresse a Roma. Em abril, Sua Santidade pede ao Padre Geral da Ordem que o apressasse no exercício das Cadeiras de Teologia e que, de forma alguma, o enviasse para fora dos Estados Pontifícios. Perdidas as esperanças de regressar ao reino, o padre Penajóia ofereceu-se, em Roma, para missionário na Turquia. O pedido seria recusado pelo Geral da Ordem, que entendia que Penajóia era qualificado demais e tinha demasiado talento para essas funções. O religioso permaneceu em Itália dois anos, período durante o qual a coroa portuguesa esteve de relações cortadas com a Santa Sé, até que o Geral da Ordem acabou por aceitar o seu pedido para ser missionário e o fez ingressar no Colégio da Propaganda para, como era costume, se preparar para um exame público. Ao fim de seis meses o cardeal Castelli¹⁷³ pede-lhe que o visite e recebe-o entre abraços, louvores e aplausos e oferece-lhe uma esmola para o ajudar nos gastos com a sua jornada até à Turquia.

Em 8 de Julho de 1763, parte de Roma, como missionário apostólico, na companhia de um outro religioso. Embarca em Ancona com destino Veneza, mas, durante a viagem, abateu-se uma tempestade tão forte sobre o Adriático que nem a destreza da tripulação evitou que o vento empurrasse a embarcação novamente para terra. Abriga-se novamente em conventos, onde encontra outros conterrâneos desterrados, nomeadamente um fidalgo português, marquês de Gouveia, irmão do Duque de Aveiro. Este fugira do reino de Portugal há já 30 anos. Desterrados e perseguidos,

¹⁷³ Giuseppe Maria Castelli (1763-1780). Cardeal e Prefeito-Geral da Congregação da Propaganda. Moroni, G. (1841). *Dizionario Di Erudizione Storico-Ecclesiastica*. Vol. X. Veneza: Tipografia Emiliana, p. 211.

Propaganda Fide, Congregação para a Evangelização dos Povos (*Congregatio pro Gentium Evangelizatione*). Esta congregação tem uma tarefa especificamente missionária. Deve dar as diretrizes, promover a formação de missionários, dar impulso e prover o sustento daqueles que estão em missão, devendo, para isso, recorrer, às Pontifícias Obras Missionárias.

confortaram-se mutuamente e daí partiram ambos para Veneza, onde vivia a família deste Marquês e onde o padre Penajóia havia de embarcar para a Turquia.



E - Mapa dos Estados Italianos [Norte e Centro] **F** - Mapa da região a este de Roma

Mapa 3 – Percurso realizado nos Estados Italianos entre 1760 e 1763¹⁷⁴

As missões apostólicas no Império Otomano

A 8 de Setembro de 1763, zarpa de Veneza com destino à Turquia numa nau mercantil, na companhia de soldados bem armados, prática corrente na época devido ao risco de ataques de piratas, turcos ou gregos, nas águas do Adriático. Durante a viagem são perseguidos por duas embarcações e um xaveco que se fingiam cristãos, mas que, na verdade, eram oriundas de Tunes. Não chegam a ser atacados porque o capitão da nau veneziana, já preparado para este tipo de situação, os avisa com fogo e estes, hasteando a bandeira grega, afastaram-se. Antes de chegar ao canal de Dardanelos, acesso a Constantinopla, falta o vento à nau e, vendo-se obrigada a parar, lança a

¹⁷⁴ Adaptação realizada a partir do site Google Maps (<https://www.google.pt/maps>) e do Mapa “Campagna di Roma / Dom. Pronti fecit. In Roma presso Piaie Neg. di Stampe e Carta a S. Carlo al Corso n.428” de Doménico Pronti, no ano de origem 1782 e edição digital de Institut Cartogràfic i Geològic de Catalunya; escala aprox. mapa E – 1:5.700.000; escala aprox. mapa F – 1:1.000.000.

lança aos passageiros para desembarcarem na praia, junto das ruínas da antiga cidade de Tróia, onde permanecem por 13 dias.



Figura 7 – Totius Danubii cum Adjacentibus Regnis nec non Totius Graeciae et Archipelagi [1766] BÖHME, August Gottlob [1719-1797]. Cartografia da Europa Central. Nuremberga: Cura Homannianorum Heredum.

Entram em Constantinopla a 27 de outubro de 1763, sob o comando de um capitão turco, depois de cinco dias no Dardanelos (estreito que liga o mar Negro ao mar de Mármara e ao mar Egeu e que obriga a especial destreza na condução das embarcações). O padre Penajóia e o seu companheiro missionário hospedam-se no hospício da sua Ordem, onde recebe o embaixador de França na Turquia, Charles Vergennes¹⁷⁵. Este, previamente informado sobre a perseguição de que Manuel da Rainha dos Anjos era vítima, coloca-lhe várias questões sobre a sua causa. Invocando o grande afeto à nação portuguesa por ter estado na capital do país durante nove anos com o seu tio, que era embaixador de França na corte de Lisboa, convida-o a jantar em sua casa¹⁷⁶. Estavam presentes no repasto, além do anfitrião, o embaixador de Veneza e o arcebispo romano que pediram ao religioso para pregar na Quaresma. Para que tal fosse possível, o emissário francês pediu permissão a Roma. Finda a pregação da Quaresma, o padre Penajóia pretendia partir para a Moldávia Turca,

¹⁷⁵ Conde Charles Gravier Vergennes (1717-1787), introduzido na profissão da diplomacia por seu tio Anne-Theodore Chavignard de Chavigny, embaixador de Luís XV em Lisboa de 1739 a 1749, foi para Constantinopla em 1755 como Ministro plenipotenciário, em seguida, como embaixador de França no Império Otomano. *The Encyclopædia Britannica, A Dictionary of Arts, Sciences, Literature and General Information*. 1911. Ed. 11, Vol. XXVII. Cambridge: University Press, pp. 1021-1022. Ver ainda Murphy, O. T. (1982). *Charles Gravier, Comte de Vergennes. French Diplomacy in the Age of Revolution: 1719-1787*. Albany: State University of New York Press, p. 3-53; e Marsangy, L. B. (1894). *Le Chevalier de Vergennes, son Ambassade A Constantinople*. Vol. 1. Paris: Librairie Plon, pp. 12-151.

¹⁷⁶ Marsangy, L. B. (1894). *Le Chevalier de Vergennes*, p. 28.

mas, a pedido dos embaixadores, que o queriam manter como orador dos católicos, permaneceu naquela cidade por mais um ano.

Parte para a Moldávia, pelo que nos diz, com pena daqueles que lhe haviam pedido antes para ficar, na comitiva de um médico napolitano que ia a mando do Grão Senhor do Império Otomano. Atravessam a Trácia e, ao fim de três dias de viagem, chegam a uma aldeia chamada Quarenta Igrejas¹⁷⁷, lugar onde permaneceram três dias, tempo necessário para que o médico que o acompanhava se restabelecesse das febres de que fora acometido durante a jornada. Entram na Bulgária e ao fim de 12 dias chegam às margens do Danúbio, que atravessam numa barca até ao Porto de Galati¹⁷⁸. Chegam à cidade de Iasi¹⁷⁹, capital da Moldávia Turca, depois de três dias de navegação e são aí recebidos com grandes honras pelo príncipe que governava aquela província.

O seu superior destinara-o a uma paróquia que distava dez léguas de Iasi, confinante com a Hungria, onde tinha apenas uma casa térrea coberta de feno. Não dispunha de dinheiro para a compor, nem de cama, de pão ou de qualquer recurso para aí se manter. É apoiado por um homem que servia os padres aí destacados com farinha de milho e algum sal. O autor compara a vida de missionário à dos Apóstolos que, segundo Jesus Cristo, deveriam viver despojados de todos os bens. Na sua missionação, o padre Penajóia diz que “bem imitou” o exemplo do seu Salvador.

Mais tarde, graças à esmola de um proprietário local, cismático, filho de um apóstata, francês e rico, que gostava de conversar com ele, consegue obter trigo, vinho e manteiga. Durante a sua estadia nesta paróquia recebeu em sua casa uma moribunda sífilítica, que vivia em concubinato, fugida do marido que residia na Hungria. Tratou-a com caldos de galinha quando esta, ao fim de oito dias, começava a dar sinais de melhoras, o pretense marido exige ao clérigo que lhe devolva a sua mulher. Este, como não visse satisfeita a sua pretensão, foi queixar-se ao Senhor da aldeia, que também era cismático, o qual solicitou de imediato que o padre Manuel da Rainha dos Anjos fosse à sua presença. O Padre apresentou-se perante ele, que se encontrava na companhia de dois padres cismáticos, mas todos lhe deram razão. Por uma questão de cautela, na noite seguinte, conduziu a mulher a casa de um seu irmão que vivia numa aldeia católica a 30 quilómetros de distância.

Começou a correr pela província moldava a notícia de que o frade de barba branca era um homem eloquente, depois de ter frequentado uma assembleia em casa de Boer de Lan, homem rico e

¹⁷⁷ Provavelmente a aldeia será hoje a cidade de Nesebar na Bulgária, na costa do mar Negro. De acordo com algumas lendas, havia cerca de 40 igrejas em Nesebar. Hoje há informação sobre 23. Além das igrejas que foram transformadas em museus, vários outros templos restaurados e bem preservados podem ser vistos na Cidade Velha. Ver em <https://bulgariatravel.org/nesebar-architectural-historical-reserve/>. Consultado em 8 de dezembro de 2021.

¹⁷⁸ O Porto de Galati é o maior porto fluvial-marítimo, localizado na margem esquerda do rio Danúbio. É um distrito da actual Roménia, na região da Moldávia. Ver em <https://www.primariagalati.ro/portal/galati/portal.nsf/AllByUNID/istorie-0001d492?OpenDocument>. Consultado em 8 de dezembro de 2021.

¹⁷⁹ O município de Iasi está entre os assentamentos mais antigos e importantes da Roménia. Era capital da região da Moldávia. Ver em <http://www.primaria-iasi.ro/portal-iasi/pmi/meniu-pmi/52/despre-iasi>. Consultado em 8 de dezembro de 2021.

poderoso daquela região. Visita o bispo daquela diocese e, no jantar para o qual havia sido convidado, perguntam-lhe que assunto havia discutido na referida assembleia, ao que ele respondeu que defendera a primazia da fé católica face ao credo cismático. Como é evidente, a breve trecho, isso fará com que o frade ganhe inimigos entre os monges e os frades daquela província, que desdenhavam do padre Penajóia por verem que este era mais estimado e honrado pelos grandes e nobres, que o convidavam para as suas mesas, tratamento que não dispensavam aos clérigos cismáticos. O referido padre diz que o tratamento que lhe davam levou muitos religiosos a fingirem-se de católicos para terem acesso a regalias idênticas, por outro lado, em jeito de represália, obrigaram o clérigo a pagar tributo pelo terreno onde se encontrava a sua humilde casa, o que não tinha acontecido com os missionários anteriores. O padre Penajóia ainda tentou argumentar que não tinha recursos, que sempre os missionários tinham estado isentos e que os turcos, senhores daquelas terras, não queriam que os religiosos católicos fossem molestados, mas, não lhe serviu de nada, acabou por pagar, não com dinheiro, mas com os cinco ou seis pratos de estanho onde comia. Manuel da Rainha dos Anjos acaba por se ver obrigado a pagar, não em dinheiro, mas com os cinco ou seis pratos de estanho em que comia. Então, o padre Penajóia queixou-se às autoridades da violência que tinha sofrido, razão pela qual o Superior dos ditos cismáticos foi convocado e, na presença dele, levou muitas bordoadas, até que frei Manuel da Rainha dos Anjos intercedeu pelo desgraçado. Enfim, tudo acabou com os monges a devolverem os pratos ao padre Penajóia e a receberem indicações expressas para que não o incomodassem mais.

Viagem à corte da Polónia

O superior do padre Penajóia, em Iasi, enviou-o ao encontro do rei da Polónia para lhe pedir que, enquanto protetor da Santa Sé, ajudasse e protegesse os missionários naquela parte da Turquia confinante com a Rússia Polaca, nomeadamente através do apoio à reconstrução de uma igreja que tinha ardido naquela cidade, capital da Moldávia e, por outro lado, contrariando a oposição que, segundo ele, por ódio, os ditos cismáticos levantavam à aludida reconstrução. Nestas circunstâncias, partiu em direção a Leopoli¹⁸⁰, capital da Rússia polaca, na companhia de um ourives italiano a 4 ou 5

¹⁸⁰ Leopoli ou Lviv em Ucrainiano, apareceu em meados do século XIII como a capital de um poderoso Estado do Leste Europeu – o principado Galícia-Volínia.

Devido à sua localização geográfica única na intersecção das principais rotas comerciais entre oeste e leste, Lviv, nos séculos XV-XVII, tornou-se o principal centro comercial da Europa Oriental e na maior cidade da Ucrânia.

Estando inserida no espaço cultural europeu, Lviv se transformou numa verdadeira jóia arquitetónica e um centro de publicação de livros, de artesanato e das artes.

Nos séculos XVIII-XX, como parte do Império Austro-Húngaro, Lviv tornou-se conhecida como uma cidade de inovações técnicas. No início do século XX, Lviv tornou-se a capital da terceira maior região mundial de produção de petróleo, depois dos Estados Unidos e da Rússia. Consultado em <https://city-adm.lviv.ua/portal/history-of-lviv> consultado em 12 de dezembro de 2021.

de Fevereiro de 1768. Passaram pela cidade de Horodenka¹⁸¹, numa espécie de trenó puxado por cavalos, tal era o rigor do frio e da neve naquela altura do ano. Ficaram hospedados nesta cidade durante quatro dias, partindo, depois, para as margens do rio Dniestre¹⁸², curso de água que atravessaram com alguma dificuldade porque os barqueiros tinham que romper o gelo. Ao chegar a Leopoli, entrou no convento da sua Ordem, onde permaneceu por três meses devido às revoltas, aos levantamentos e às mortes que assolavam a Polónia¹⁸³. Durante o tempo em que permaneceu na cidade foi admirado e honrado pelas lições que proferiu. Daí partiu para Varsóvia, cidade que acolhia a corte do reino da Polónia, a fim de se apresentar a Sua Majestade com a missiva que levava da parte do seu Superior. Devido à desordem instalada e à insurgência dos súbditos¹⁸⁴ contra o seu monarca¹⁸⁵, o padre Penajóia entrega os papéis que trazia da Moldávia a um confidente do rei, do qual esperava um despacho favorável. Contudo, não obteve deferimento algum. Apresenta-se ao convento da sua Ordem naquela cidade e aí permanece durante essa semana, sem receber qualquer resposta da corte. Então, muito embora o Núncio Apostólico¹⁸⁶ em Varsóvia tivesse recebido instruções de Roma para colaborar e ajudar o padre Penajóia no seu propósito, não o ajudou, o que levou frei Manuel da Rainha dos Anjos, novamente conforme o seu testemunho, a lavrar e a oferecer a este monarca uma oratória¹⁸⁷ expondo o assunto. É dessa forma que se abrem as portas da Secretaria-Real, pois o irmão do rei, Secretário de Estado, mandou logo inquirir quem tinha remetido um memorial em língua latina. O padre Penajóia respondeu, dizendo que o texto era de sua autoria e que esperava despacho. Então, foi-lhe servido um café, uma grande honra que lhe despertou o ânimo, rodeado que estava por tantos senhores na corte que aguardavam a palavra do rei. Ao sair da corte para voltar ao convento, conta, foi chamado pelo Núncio, que demonstrou interesse em saber se tinha falado com o rei e que lhe pediu para ler o texto que tinha apresentado ao soberano, após o que lhe deu as suas felicitações e convidou para jantar.

¹⁸¹ Gorodenka (Pol. Horodenka), uma cidade na região do Oblast de Invano-Frankivsk (Stanislawow), actualmente na Ucrânia. Horodenka fica perto do rio Dniestre e nas sombras das Montes Cárpatos. As principais cidades que estão relativamente perto de Horodenka são Kiev, cerca de 255 milhas a nordeste de Horodenka, e Lviv, também conhecido como Lemberg, 112 milhas a noroeste. Esta área também era conhecida como Galícia quando sob o domínio austro-húngaro. Consultado em https://kehalinks.jewishgen.org/Gorodenka/html/a_brief_history.html a 12 de dezembro de 2021.

¹⁸² O rio Dniestre é o segundo maior rio da Ucrânia. Tem 1.360 km. Marcou a fronteira ucraniana-romena. Abaixo de Rybnica, o território étnico romeno cruza para a margem esquerda do Dniestre. Quase 25% da Bacia de Dniestre fica fora dos territórios étnicos ucranianos e além das fronteiras da Ucrânia. O Dniestre é o principal rio da região da Galícia. Por esta razão, é às vezes chamada de Naddnistrianshchyna (Terra do Dniestre). O significado histórico e etnográfico do Dniestre como símbolo do Principado da Galícia-Volinia sobreviveu à sua importância económica e política. Consultado em <http://www.encyclopediaofukraine.com/display.asp?linkpath=pages%5CD%5CN%5CDnisterRiver.htm> consultado a 12 de dezembro de 2021.

¹⁸³ O rei Estanislau Augusto Poniatowski tentou reformar o país que se encontrava em crise. Infelizmente, porém, valia-se do apoio da Rússia, que cada vez mais profundamente exercia a sua ingerência nas questões internas da República das Duas Nações e impedia mudanças indispensáveis. Em resposta, foi firmada em 1768 a Confederação de Bar, cujos partidários aspiravam a manutenção dos tradicionais direitos da nobreza, a dominação do catolicismo e a autonomia em relação à Rússia. Este primeiro levantamento nacional foi abafado pelo exército russo após quatro anos de luta. Kamiński, Ł.; Korcuć, M. (2016). *1050 anos, Guia Pela História da Polónia de 966 a 2016*. Cracóvia: Legra Sp. Z.o.o, p. 41; Madariaga, I. (1990). *Catherine The Great; a short history*. Londres: Yale University Press, pp. 1 e10.

¹⁸⁴ Os Grandes do reino, Arcebispos e Bispos. BPMP, Manuscritos, doc. MS-658, fls. 60v, 61.

¹⁸⁵ Estanislau Augusto II (1764-1795).

¹⁸⁶ Angelo Maria Durini (1725-1796), em 24 de julho de 1766, dois anos após a ascensão ao trono de Stanislaus Augustus Poniatowsky, como Núncio Apostólico em Varsóvia, onde se manteve por seis anos, coincidindo com um dos períodos mais dramáticos da história da Polónia. Raponi, N. (1993). *Dizionario Biografico degli Italiani*. Vol. 42. Consultado em [https://www.treccani.it/enciclopedia/angelo-maria-durini_\(Dizionario-Biografico\)](https://www.treccani.it/enciclopedia/angelo-maria-durini_(Dizionario-Biografico)) em 18 de dezembro de 2021.

¹⁸⁷ BPMP, Manuscritos, doc. Ms.658, fls. 61, 61v.

Concluída a sua missão, partiu de Varsóvia em direção à cidade de Leopoldis, onde o padre Provincial lhe ofereceu várias honras para que permanecesse no convento da sua ordem, impressionado que ficara com as suas preleções na sua primeira visita, e ainda para cantar no coro. Manuel dos Anjos rejeita todas as ofertas por obediência à sua missão como missionário, com a qual se havia comprometido em Roma. Depois, partiu para a Moldávia Turca, onde recebeu a notícia de que o Superior das Missões tinha sido levado preso para Constantinopla por ordem do Grão-Senhor. Mais, ficou a saber que, no contexto da guerra entre a Rússia e o Império Otomano, haviam presos alguns padres cismáticos e três missionários de Roma, seus companheiros. Finalmente, conta ainda que detidos foram condenados à morte, o que levou o Superior a oferecer tudo o que existia no hospício para que lhes perdoassem.

A guerra Turco-Russa

A guerra Turco-Russa, de 1768 a 1774, foi declarada pelo império Otomano depois de incidentes a norte do Dniestre, nomeadamente de um enfrentamento com o exército moscovita na fronteira com a Polónia (parte da actual Ucrânia) e da deslocação da frota russa do mar Báltico para o Mediterrâneo. Durante a guerra, os turcos ocuparam os territórios da Moldávia, da Valáquia e da península da Crimeia. A ofensiva turca foi motivada não só pela expansão territorial russa, mas também pela abertura de um canal comercial para o mar Negro e, finalmente por razões religiosas – em 1774, a Rússia tinha adquirido legitimidade para representar a Igreja Ortodoxa em Constantinopla.

O padre Manuel encontrava-se na sua paróquia, a cerca de dez léguas¹⁸⁸ de Iasi, quando deflagrou a guerra Turco-Russa, enfrentando as consequências que daí advieram, nomeadamente a fome e a peste. O flagelo da guerra e dos seus efeitos sobre a população local foi atribuído pelo religioso à ira de Deus. No que a si diz respeito, sofreu pacientemente as agruras na Moldávia turca. Primeiro, chegaram os Otomanos que roubavam, matavam e incendiavam tudo à sua passagem, fazendo com que o religioso se refugiasse num bosque. Depois da primeira incursão e de ter deixado passar alguns dias para a situação acalmar, volta a sua casa e encontra-a com as portas arrombadas. Depois dos turcos baterem em retirada, entraram os Moscovitas, que agiram ainda pior que os primeiros invasores. Não encontrando que roubar, entravam pelos bosques a procurar das gentes que aí se refugiavam para que lhes dessem de comer e beber, matando, de imediato, os que recusavam a fazê-lo. Devido à obrigação de ministrar o Sacramento aos moribundos, o religioso saía da floresta para se deslocar aos enfermos. Correndo as estradas montado na sua égua, teve vários encontros com as

¹⁸⁸ Cerca de 50km.

tropas russas e moldavas. Em 1769, a peste grassa nas províncias da Moldávia e da Valáquia levando à morte de milhares de turcos, os ditos cismáticos e católicos. Ao apoio que já prestava aos membros da sua paróquia acrescentou o que passou a dar em paróquias vizinhas devido à fuga do pároco local, apavorado com os invasores e com as consequências da guerra. Diz-nos que ministrava, de dia e de noite, os sacramentos e sepultava os mortos, alguns dos quais teve que enterrar com as suas próprias mãos porque os conterrâneos, devido ao receio da peste, os deixavam abandonados à sua sorte. Se o clérigo morresse naquele serviço de assistir aos empestados, morreria como mártir da caridade, como se lê no *Martirologio Romano* de 1586¹⁸⁹. Esta consideração animava cada vez mais o espírito do padre para não deixar desamparada aquela multidão de enfermos, entre a qual se encontravam o seu Superior e demais companheiros missionários. Durante dez meses continuou o contágio, levando a que esta província se esvaziasse de gente. Os poucos que restavam terão pensado que o padre Penajóia teria morrido às mãos dos turcos ou vítima da peste. Contudo, pelo zelo e pela caridade que atribuiu à Providencia divina, escapou com vida a estas provações.

Permaneceria dois anos nesta freguesia de Husi, junto ao rio Prut¹⁹⁰. Estavam estacionados por aquelas aldeias cerca de três mil soldados moscovitas quando um oficial se enamorou de uma donzela católica. Requerendo a sua presença perante si, como não a encontraram por ter fugido para um bosque, prenderam o seu pai. O irmão da dita rapariga pediu auxílio ao religioso que, munido de um crucifixo e acompanhado pelo mancebo, se deslocou ao local onde se encontrava o dito oficial russo para o questionar acerca da causa que o levou a aprisionar o velho católico. Furioso, o oficial russo põe-no na rua. Porém, temendo as represálias do seu superior, o *Feld Marechal* Romansow¹⁹¹, entregou-lhe o preso e disse-lhe que iria, no Domingo seguinte, assistir a uma missa sua. Segundo o padre Manuel dos Anjos, este militar tinha por hábito intimidar e tirar as filhas ou até as mulheres a muitos moldavos. Em retaliação pela afronta sofrida, o oficial moscovita enviou oito soldados seus para, durante a noite, matarem o padre Penajóia. No entanto, alertado pelo sacristão que o assistia, fugiu atempadamente para um bosque. Os soldados roubam-lhe um bezerro e noutra investida, a própria vaca que dava sustento ao padre, ao sacristão e à família deste, o que o levou a decidir visitar o Tenente-Coronel, superior do aludido oficial, por quem nutria uma grande simpatia. O sentimento era mútuo visto que este Tenente-Coronel o convidou várias vezes para jantar consigo. Com receio que o

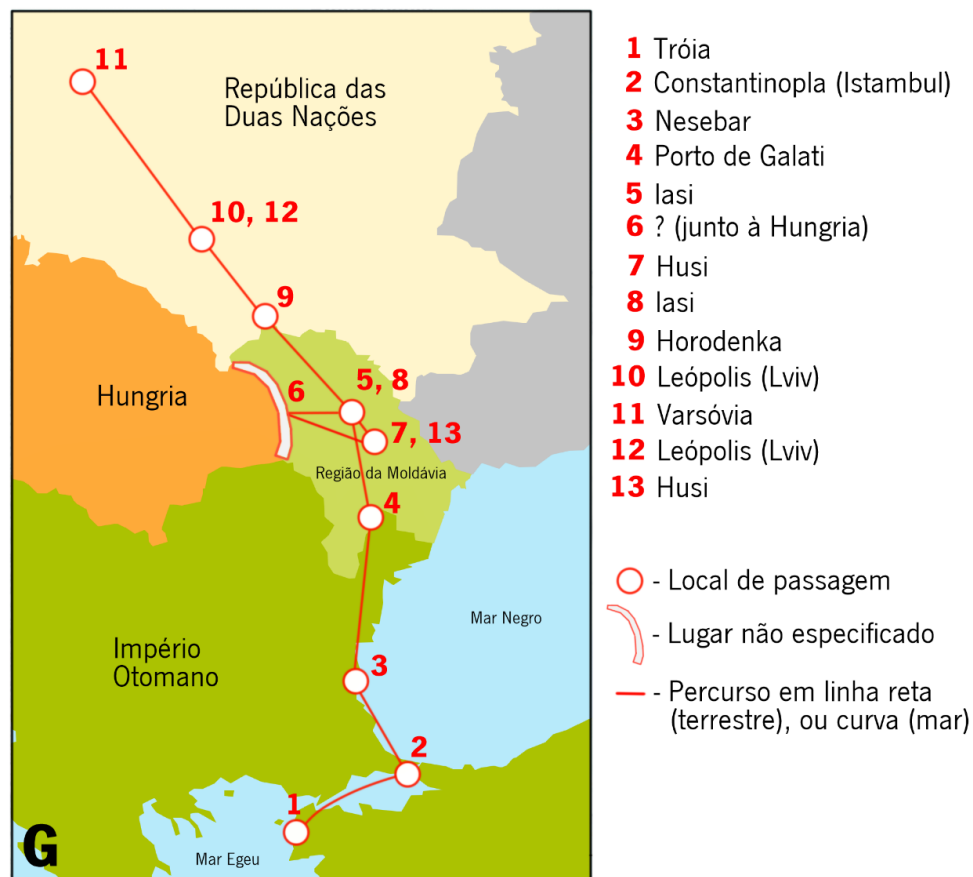
¹⁸⁹ O *Martirologio Romano* é um livro litúrgico que contém o elenco dos Santos e Beatos honrados pela Igreja Católica Romana. O nome sugere uma lista de mártires, mas, na verdade, inclui todo o santoral. A tradição de guardar a memória daqueles que morriam por causa da sua fé, os mártires, vem dos primeiros tempos do cristianismo, em que cada igreja tinha o seu *Martirologio*, onde se anotava o dia da passagem dos mártires à vida eterna, chamado «dies natalis». O dia da morte passou a ser o dia da celebração anual da sua memória. O Martirologio foi incluído entre os livros utilizados nas celebrações litúrgicas para prestar o culto digno da Santíssima Trindade. Ver em <https://liturgia.pt/martirologio/apresentacao.php> em 8 de janeiro de 2022.

¹⁹⁰ BPMP, Manuscritos, doc. Ms.658, fl.64v. Apesar do manuscrito referir "junto ao Danúbio", "Hus" referenciada a 10 léguas de Iasi, fica junto ao rio Prut, que é um afluente do Danúbio.

¹⁹¹ Creio que o nome correcto seria o do Marechal czarista Rumianzow. Giurescu, C. C.; Giurescu, D. (1979). *História do Povo Romeno*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 124.

pudessem matar, o Tenente deu-lhe guarida durante dois meses, esperando que os moscovitas partissem para o Danúbio onde guerreavam os turcos. Na noite de Natal de 1768, ainda lhe roubaram a égua, único meio de locomoção de que dispunha e lhe permitia dirigir-se a todas aldeias em que administrava os Sacramentos. Foi vítima de outros assaltos à sua casa e à sua igreja, mas o maior roubo foi protagonizado por um bispo ortodoxo que o queria obrigar a pagar o dízimo daquele ano. Quando o padre lhe disse que nada tinha, o emissário do bispo levou-lhe um dos três vasos de ameixas. Ao contrário da Grécia que condenava à força os autores desse tipo de delitos, tanto os otomanos como os moscovitas eram permissivos.

O autor personifica nos otomanos e nos ditos cismáticos, fossem eles guerreiros ou clérigos, as divergências face à fé e aos valores da igreja Católica. Fá-lo através da narrativa das pilhagens a que foi sujeito durante os nove anos em que serviu nas missões apostólicas na Moldávia turca.



G - Mapa da Europa [Sudeste]

Mapa 4 – Percurso realizado no sudeste da Europa entre 1763 e 1773¹⁹²

¹⁹² Adaptação realizada a partir do site Google Maps (<https://www.google.pt/maps>) e do Mapa "Tabula geographica continens despotatus Wallachiae atque Moldaviae, provinciam Bessarabiae sub clientela Turcica, itemque provinciam polonicam Podoliae" de Homann Erben, publicado por ab Homannianis Heredibus em 1769; escala aprox. mapa G – 1:12.590.000.

Regresso da missão para Roma

Após dez anos de serviço como missionário apostólico, de 1763 a 1773, frei Manuel da Rainha dos Anjos parte em julho de 1773, para Roma. Deixa a paróquia de Husi, via cidade de Iasi, capital da Moldávia. No trajecto sofre alguns dissabores, mas, com o ânimo que tanto o caracterizava, conseguiu sair ileso. No caminho, o seu Superior pediu-lhe que conduzisse uma mulher prevaricadora a casa do seu marido que vivia na Rússia, a uma distância de três dias de jornada. Obrigado à obediência e à caridade, conduziu-a por terras turcas, apesar da guerra. O caminho mais curto, segundo o padre Penajóia, passava pelo reino da Hungria, na região em que este confinava com a Turquia, contudo, por causa da guerra, acabou por dobrar a jornada ao ir pela Rússia. Ao percorrer a Moldávia Turca, a caminho da Rússia, por causa dos muitos ladrões que matavam e roubavam os viajantes, o religioso viu-se também obrigado a caminhar três dias pelos montes. No decurso dessa travessia encontrou vários pastores arménios que lhe forneceram indicações sobre a melhor forma de escapar aos ladrões e que, durante três dias, lhe providenciaram leite e queijos de que se alimentou. Assim se manteve por mais três dias, alimentando-se de leite e queijo recebendo indicações dos pastores, que lhe mostraram o caminho a seguir de forma a não cair nas mãos dos ladrões.

Chegou a Khotyn (na atual Ucrânia), a última fortaleza turca confinante com a Rússia, a qual fora ocupada pelo exército imperial russo, em 1769, no contexto da Guerra Russo-Turca de 1768-1774¹⁹³. Não estando munido de um passaporte passado pelo Marechal de Campo Romanzow (ver figura 8), como era costume, os guardas impediram o religioso de passar o rio Dniestre, em direção ao território russo e obrigaram-no a voltar para trás para pedir um salvo-conduto ao dito Romanzow. Quando o padre Penajóia chegou à fortaleza de Kamieniec¹⁹⁴, em território polaco, foi recebido num convento da Ordem dos Padres Conventuais, que o acolheram e cuidaram com toda a caridade. O regozijo de se encontrar, finalmente, fora da Turquia foi grande, comparando o autor esta alegria e felicidade àquela que sentirá quem sai do penitente purgatório. Manteve-se em Kamieniec durante oito dias até encontrar uma carroça que o levasse à cidade de Leópolis, capital da Rússia Polaca, ocupada pelas tropas imperiais. Estas não o molestavam sempre que apresentava a licença do seu Superior.

¹⁹³ Ver em <https://web.archive.org/web/20070515184639/http://rain.prohosting.com/ut/hotin.htm>. Consultado em 11 de janeiro de 2022.

¹⁹⁴ Ver em <https://web.archive.org/web/20071029003029/http://www.lviv.ua/kamianets/#>. Consultado em 11 de janeiro de 2022.

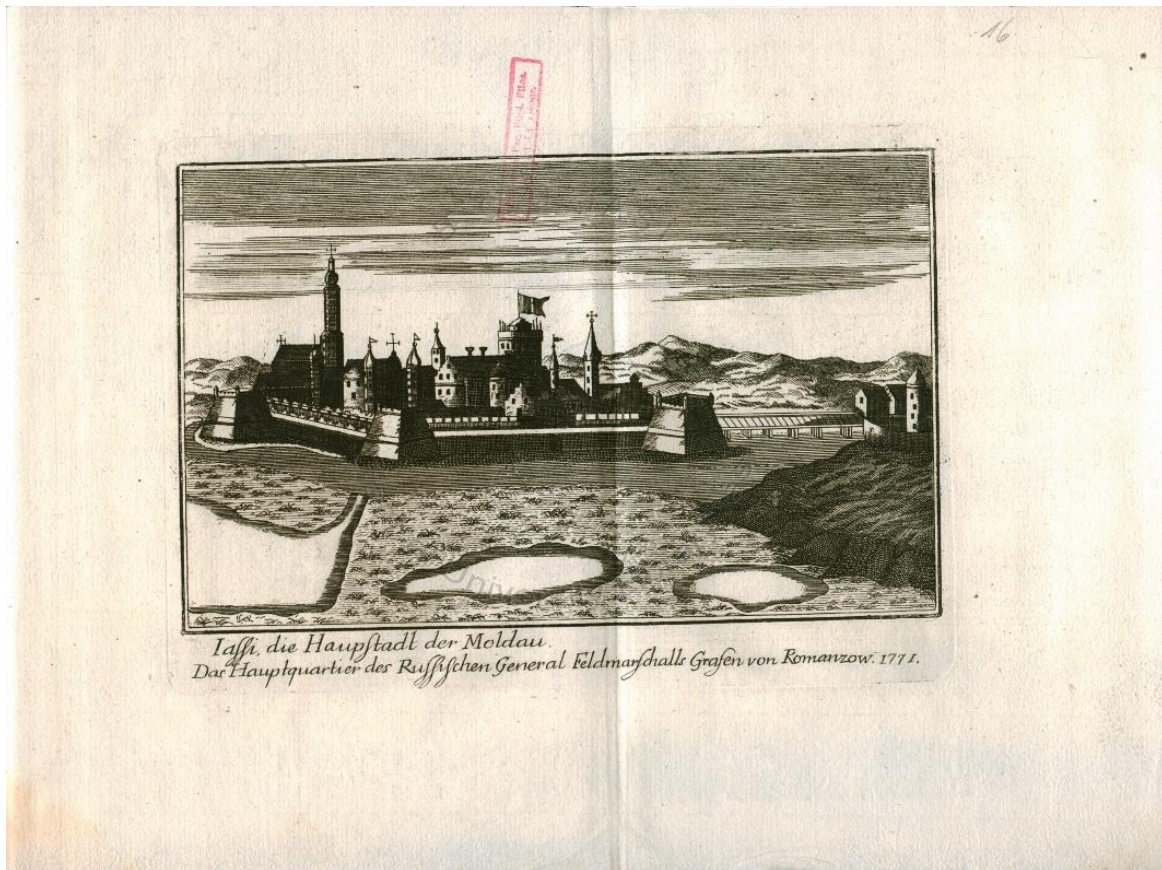


Figura 8 – Iasi, a capital da Moldávia [1771]

Bodenehr, Gabriel [1673-1765]. O quartel-general do Marechal russo Romanzow. Gravura, 10,6x17,4 cm. Biblioteca da Universidade Mihai Eminescu – Iasi. Ver em: <http://dspace.bcu-iasi.ro/handle/123456789/101>

Depois de cinco dias de viagem chega à cidade de Leópolis, onde já tinha estado anteriormente, e instala-se no convento da sua Ordem, onde aqueles que o acolheram esperavam que ficasse definitivamente. Tal como quatro anos antes, foram-lhe apresentadas propostas tentadoras para se fazer filho daquela província, agora, russa. Na esperança de voltar e de poder descansar na sua amada pátria, o padre Penajóia, não querendo desagradar aos padres depois ter sido sempre bem recebido, justifica a sua decisão de partir com a subida ao trono de Roma do cardeal Ganganelli¹⁹⁵, em 1769, do qual esperava compadecimento. pois este, agora Clemente XIV, era seu amigo. Durante o período que aí permaneceu, a cidade recebeu a visita, em Julho de 1773, do imperador do Sacro Império Romano-Germânico, José II, para tomar posse desta sua nova região, denominada a Galícia¹⁹⁶.

¹⁹⁵ Papa Clemente XIV (Lorenzo ou Giovanni Vincenzo Antonio Ganganelli), Rimini 1705 – Roma 1774. Responsável durante o seu pontificado pela supressão da Companhia de Jesus.

Wilhelm, J. (1908). Papa Clemente XIV. In *The Catholic Encyclopedia*. Vol. 4. Nova Iorque: Robert Appleton Company, pp. 34-38.

¹⁹⁶ Em 1772, tinha ocorrido a primeira partilha da Polónia pela Rússia, Prússia e Áustria, esta região tinha passado para o domínio dos Habsburgos-Lorena. Wolff, L. (2010). *The Idea Of Galicia, History and Fantasy in Habsburg Political Culture*. Stanford: Stanford University Press, p.13.

Depois de cinco semanas na cidade, parte para a Alta Silésia, não pelo caminho mais curto, que cruzava a Hungria e a Transilvânia, porque esse estava pejado de soldados que não permitiam a passagem a ninguém. Segue assim pela Alta Polónia e, em seis ou sete dias, chega numa carroça a Cracóvia, cidade onde, anteriormente, estivera instalada a corte dos reis polacos. Fica num convento da sua Ordem, onde se entreteve alguns dias a conhecer a cidade e a esperar a oportunidade para prosseguir a sua viagem. Na Silésia, provavelmente em Opole¹⁹⁷, urbe principal da Silésia, depara-se com dois conventos contíguos, separados apenas por uma igreja, um atribuído aos religiosos conventuais e outro às religiosas de Santa Clara. Da Silésia descreve o contraste das estradas retas, ladeadas de campos, prados, pomares e vinhas, paisagem significativamente diferente daquela que havia conhecido nos últimos anos. Na Morávia, passa pelas margens da Boémia e pelos Estados do rei da Prússia. Chega a Viena de Áustria e recolhe-se num convento da sua Ordem, onde ficou, durante onze ou doze dias, a descansar e a tomar alento e disfrutando da aprazível cidade. Durante esse período, chega de Roma a notícia da extinção da Companhia de Jesus, o que leva o padre Penajóia a condear-se dos padres desta congregação, agora também perseguidos. Em 1759, tinham sido expulsos de Portugal¹⁹⁸ pelo conde de Oeiras e, em 3 de setembro de 1773, de toda a Europa católica pelo papa Clemente XIV¹⁹⁹. A imperatriz-mãe manda informar imediatamente o seu filho, que se deslocava em visita pelos territórios da Nova Rússia, e pede-lhe que regresse à corte e execute as ordens pontifícias.

Sai de Viena numa carroça do correio e passados cinco ou seis dias chega à cidade de Trieste, em Itália, onde se instala, num convento da sua Ordem, no dia 17 de setembro, vésperas do Dia de São José Cupertino. Aí, pede-lhe que celebre missa, o que gerou grande alvoroço no povo devido às semelhanças físicas com o dito santo, levando-o a ter dificuldades para sair da sacristia, porque todos se deitavam a beijar-lhe os pés. Após alguns dias de espera, aguardando uma embarcação que o levasse a Ancona, chegou aí no dia 3 de outubro, véspera do dia de São Francisco de Assis. Hospeda-se no convento da sua Ordem, onde se entreteve alguns dias aguardando condução até Roma, cidade que distava quarenta léguas daquela em que se encontrava²⁰⁰. Acaba por tomar uma carruagem até Loreto, que distava cinco ou seis léguas de Ancona, e, depois, uma outra que o levará até Roma.

¹⁹⁷ Trata-se da capital histórica da Alta Silésia, que o autor designa como "huma cidade principal da Silésia". Ver em BPMP, Manuscritos, doc. Ms.658, fl.71v.

¹⁹⁸ Ver resumidamente a informação na Torre do Tombo, <https://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/expulsao-dos-jesuitas/>. Consultado em 16 de janeiro de 2022.

Consultado em 16 de janeiro de 2022.

¹⁹⁹ Supressão da Companhia pelo Papa Clemente XIV, em 1773. Ver em <https://pontoj.pt/jesuitas/quem-somos/>. Consultado em 16 de janeiro de 2022. Consultar a obra do padre José de Castro (1939). *Portugal em Roma*. 1º Vol. Lisboa: União Gráfica, pp. 323-374.

²⁰⁰ Corresponde sensivelmente a cerca de 200 km. Consultando o *Google Earth*, o percurso a pé corresponde mais ou menos a 270km.

O reconhecimento do Papa Clemente XIV pela sua missão

Quando entra na cidade vai de imediato beijar os pés a Clemente XIV, que reconhece a sua bravura por ter triunfado sobre tantos inimigos e por ter servido a Igreja na Turquia durante dez anos, razão pela qual o Santo Padre o pretendia recompensar largamente, não fora os muitos inimigos que ele tinha na corte portuguesa. A este propósito diz: “Queria assim o Papa Clemente dar alento as azas e tambem premio ás penas deste pobre Religioso mas que! Temia-se da pedrada que poderia vir lhe daquella dura pedra inimiga entãõ da Igreja e este era todo o pezo que suspendia huns taes voos assim no peito do Papa para não lhe dar alento como tambem na pessoa deste Pobre para o ver mais abatido”²⁰¹.

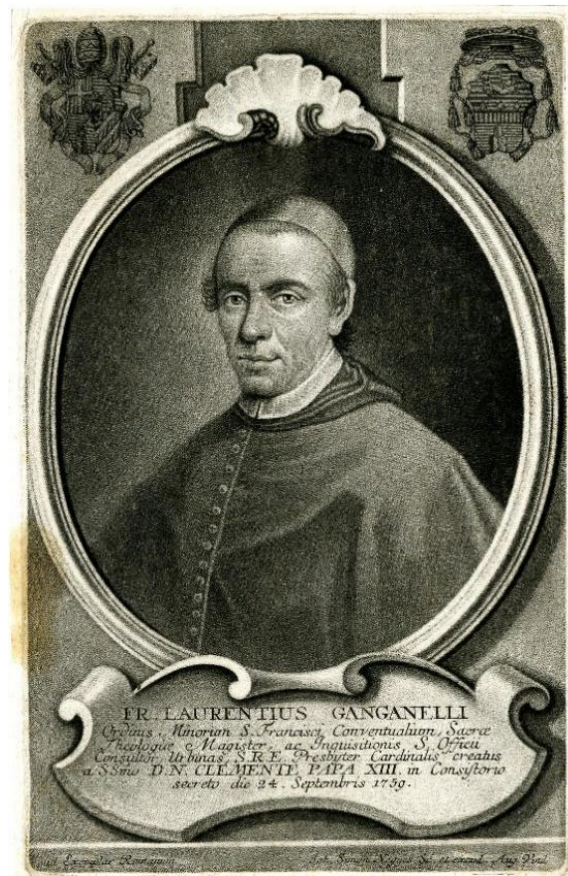


Figura 9 – Fr. Laurentius Ganganelli [circa 1769]

Negges, Johann Simon [1726-1792]. Mezzotinto, 25 x 15,9 cm. The British Museum: Bb,13.248

²⁰¹ BPMP, Manuscritos, doc. Ms.658, fl.74.

Em todo o caso, foi nomeado Penitenciário Apostólico²⁰² na Basílica de Nossa Senhora do Loreto, tanto pelo seu talento como pelas línguas que dominava, qualidades necessárias para ouvir a confissão das gentes de várias nações que todos os dias acorriam a essa igreja. Fica alojado no convento dos Padres Penitenciários Apostólicos, edifício que tinha sido anteriormente dos padres da Companhia de Jesus. Porém, o padre Penajóia permaneceu pouco tempo nestas funções pois foi nomeado guardião em Santa Victória, Arcebispado de Fermo²⁰³, nos Estados Pontifícios.

Aceita o cargo com relutância e depara-se, desde logo, com desafios provocados por certos seculares e inimigos daquela comunidade por causa de um religioso que estava sob sua alçada, acusado perante o Cardeal Paracciani²⁰⁴, Arcebispo de Fermo. O padre Penajóia é chamado ao seu Superior em defesa do seu subordinado, mas, apesar dos seus protestos, o arcebispo não lhe dá crédito e manda prender o delatado por ofensa às leis da Igreja. O denunciado muda de convento e o padre Manuel dos Anjos renuncia à guardiania e parte para Assis. Os padres de Assis, diz, queriam elegê-lo Penitenciário Apostólico no santuário da Nossa Senhora da Porciúncula e na Igreja dos Padres Conventuais, ambos em Assis. O local, como é sabido, era muito frequentado pelas gentes das várias nações da Europa que aí acorriam. Respondeu o padre Manuel da Rainha dos Anjos que sem ordem do seu Provincial não poderia aceitar tal cargo. Escreveu uma carta ao Superior, que, na resposta, requisita a sua presença para substituir um confessor de um outro convento.

É na cidade de Colli²⁰⁵, termo de Urbino²⁰⁶, numa nova guardiania que assiste a um novo desacato. Ao tempo, alguns religiosos tinham deixado a chave na porta do sacrário, o que foi entendido como crime de negligência, tendo cabido ao padre Penajóia, a mando do bispo, cuidar da execução do castigo.

Chega a Colli a notícia da morte de D. José I²⁰⁷. O padre Penajóia procura confirmar a informação sobre a morte do rei e sobre o destino do seu verdugo, Sebastião José de Carvalho e Melo. Quando lhe disseram que este fora afastado da corte, dispõe-se a regressar de imediato à pátria. Renuncia ao cargo de guardião do convento e dirige-se a Roma para pedir licença ao seu Padre Geral para entrar naquela cidade. Na presença do seu Superior pede-lhe autorização para regressar a Portugal para ver o seu pai, seus irmãos, parentes e amigos. Este concede-lhe a licença escrita, sem prazo de validade,

²⁰² A definição do teólogo da Penitenciaria Apostólica é: "Prelado encarregado de assistir o Penitenciário Mor, examinando os casos mais complexos submetidos ao Tribunal e propondo sua resolução". Ver em <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2021-10/arquivo-teologo-penitenciaria-apostolica-piacenza.html>. Consultado em 18 de janeiro de 22.

²⁰³ Fermo, capital provincial, é uma cidade italiana na região de Marche. Ver em <https://www.comune.fermo.it>. Consultado em 20 de janeiro de 2022.

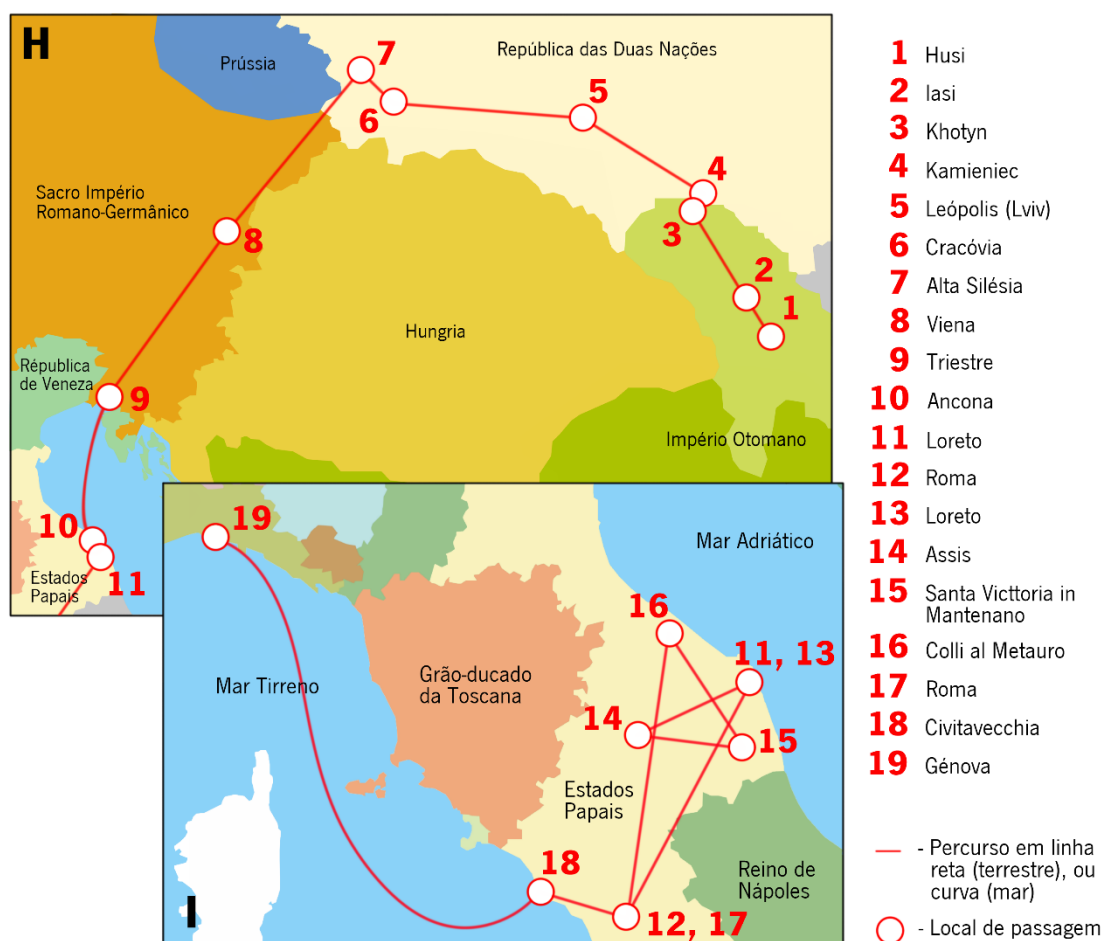
²⁰⁴ Urbano Paracciani Rutilli, padre católico italiano, bispo e cardeal (1715-1777). Nomeado Arcebispo de Fermo em 9 de julho de 1764. Ver em <http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/bparru.html>. Consultado em 21 de janeiro de 2022.

²⁰⁵ Colli Al Metauro, município da região de Marche, província de Pesaro e Urbino. Ver em <https://www.comune.collialmetauro.pu.it/c041069/zf/index.php/servizi-aggiuntivi/index/index/idtesto/245>. Consultado em 21 de janeiro de 2022.

²⁰⁶ Cidade de Urbino, província de Pesaro e Urbino – União Montana Alta Valle del Metauro. Ver em <http://www.comune.urbino.pu.it/>. Consultado em 21 de janeiro de 2022.

²⁰⁷ D. José I faleceu em 24 de fevereiro de 1777 em Lisboa. Saraiva, J. H. (1983). *História de Portugal*, p. 112.

conferindo-lhe a duração de que necessitasse para permanecer no reino. Escreveu uma carta ao Bispo de Coimbra²⁰⁸, como ele vítima de perseguição, e outra ao benfeitor, o Fidalgo do Bom Jardim, Gonçalo Cristóvão que sofreu também às mãos do Marquês de Pombal, pedindo-lhes que intercedesse por si no sentido de obter autorização régia que lhe permitisse entrar no reino sem temer represálias, ao que lhe foi respondido que poderia regressar.



Mapa 5 – Percurso entre a região da Moldávia e os Estados Papais, e estadia até regresso a Portugal, entre 1773 e 1778²⁰⁹.

²⁰⁸ D. Miguel da Anunciação (fevereiro de 1704 – 29 de agosto de 1779). De seu nome completo Miguel Carlos da Cunha, foi apresentado Bispo de Coimbra em 1739 e sagrado em 9 de abril de 1741. No seu pontificado, as Carmelitas Descalças, que viviam desde 14 de fevereiro de 1739 na Arregaça, entraram em 23 de julho de 1744, no seu convento do Casal do Chantre, no Penedo da Saudade. A 16 de Julho de 1748 foi lançada a primeira pedra para o Seminário (Casa Velha). Pela bula Gloria Domini do Papa Bento XIV, de 22 de junho de 1747, fundou a Academia Litúrgica de Santa Cruz. A 8 de Novembro de 1768 publicou uma Pastoral em que condenava algumas obras eivadas de regalismo. Foi preso a 9 de dezembro de 1768 e passou mais de oito anos na prisão de Pedrouços. Restituído à liberdade por el-Rei D. José, o Venerando Prelado saiu da prisão a 25 de fevereiro de 1777 e, depois de uma viagem triunfal, entrou na Sé de Coimbra e assumiu o seu governo, em 22 de agosto desse ano. Faleceu em 29 de agosto de 1779, em Semide. Ver em <https://www.diocesedecoimbra.pt/diocese/historia/bispos/1741-1779-d-miguel-da-anunciacao:1143>. Consultado em 22 de janeiro de 2022.

²⁰⁹ Adaptação realizada a partir do site *Google Maps* (<https://www.google.pt/maps>) e do Mapa “Totius Danubii cum Adjacentibus Regnis nec non Totius Graeciae et Archipelagi Novissima Tabula ex recentissimis subsidis concinnata et ad Leges Projectionis Stereographicae legitimae reducta” de August Gottlob Böhme, publicado em 1766 por Norimbergae: Cura Homannianorum Heredum; escala aprox. mapa H – 1:13.080.000; escala aprox. mapa I – 1:5.600.000.

Regresso à pátria

Frei Manuel da Rainha dos Anjos partiu, a 7 de setembro de 1778, do porto de Civitavecchia, via Génova para Lisboa, depois de ter recebido a aludida autorização e segurança. Em Génova, o capitão do navio pediu-lhe para obter um passaporte junto do cônsul português nessa cidade, mas este, do partido de Pombal, nega-lhe o documento como retaliação por não o ter conseguido prender, aquando da primeira passagem por esta cidade. Como solução o padre foi nomeado capitão do navio para poder embarcar. Durante a viagem, a mulher do capitão da nau pediu aos viajantes que, como era costume, ao passar por Gibraltar, aqueles que o fizessem pela primeira vez, pagassem dois tostões. O padre contestou, dizendo que era a segunda vez que por ali passava e que sendo assim deveria pagar, o que leva os marinheiros a prendê-lo com uma corda ao cinto, a içá-lo e a deixá-lo debater-se sobre o mar, o que o convenceu a pagar.

Ao avistar o mar de Belém e Lisboa sofre e é acometido de grande emoção, alegria e prazer. Quando os guardas do Tribunal entram para verificar o rol dos passageiros, disseram-lhes que vinha a bordo um religioso, romano, e que este vinha como capitão, estranharam. O padre saiu, assustado, sem olhar para trás.

Quando em terra, em Belém, dirigiu-se ao cárcere²¹⁰ em que estivera preso durante oito meses. Perguntou pela casa do corregedor José António Oliveira Machado e deparou-se com uma estrebaria onde antes tinha sido a prisão da Junqueira. Viu a chave da porta da rua pela qual tinha escapado. Apertou-a na mão e deu graças a Deus. O substituto do Machado convida-o para a sua mesa e este conta ao ministro tudo o que lhe acontecera. O dignitário chorava de piedade, o religioso ria de felicidade. Dirige-se, na companhia do Fidalgo do Bonjardim, ao hospício da Ordem de Cristo, às Escolas Gerais, para aí se hospedar, temendo ser mal visto pelos religiosos de São Francisco depois da sua fuga e por terem alguns deles sofrido represálias pelas suas acções. No aludido hospício respondem-lhe que para tal tinham que escrever ao Padre Geral a pedir licença para entrar um religioso de outra Ordem.

Seguiu para Vila Viçosa, via Évora, e aproveitou para visitar o arcebispo, Cardeal Cunha²¹¹, que esperava nessa noite, como hóspedes no seu palácio, os Sereníssimos Príncipes, que vinham da corte de Lisboa para Vila Viçosa. Depois do encontro entre o religioso e os Príncipes em casa do Cardeal, o Juiz de Fora da cidade, compadecido do padre, leva-o na sua sege até Vila Viçosa. Aloja-se no Hospício dos Confessores das religiosas de Santa Clara e, depois, apresentou-se a Sua Majestade para lhe beijar

²¹⁰ Refere-se à prisão da Junqueira.

²¹¹ João Cosme Cardeal da Cunha (de Nossa Senhora da Porta), O.C.S.A. (Lisboa 1715-Évora 1783), ordenado Arcebispo de Évora em 1759 e elevado a Cardeal em 1770. Ver em <http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/bdacunhaj.html>. Consultado em 23 de janeiro de 2022.

a mão. É recebido por uma dama da Rainha, a que chama a senhora Arriaga²¹², a quem expõe toda a sua vida, “trágica e lastimosa”, durante 2 horas. Quando estava nas varandas do palácio de Vila Viçosa a conversar com fidalgos, teve oportunidade de ser saudado pelo Príncipe. Ficou pelo paço entre dez a doze dias. Ao terceiro dia, o filho²¹³ do marquês de Pombal, conde de Oeiras e camareiro da rainha, ausenta-se para Pombal onde se encontrava refugiado o seu pai depois de ter sido banido da corte, para lhe dar parte da chegada dele.

Parte de Vila Viçosa para o norte, passando por Lisboa. Em Coimbra, ficou cerca de seis dias na Universidade da qual era membro e visitou os Príncipes de Palhavã²¹⁴, perseguidos e desterrados no Buçaco por Sebastião José de Carvalho e Melo. Estes acabam por ajudar o religioso nas despesas da sua jornada com uma avultada esmola. Depois, segue para o Porto e recolhe-se no Convento de São Francisco, onde permanece seis dias, quando aparecem parentes seus que o iam buscar e com quem se retirou para a sua terra natal, Penajóia, onde encontrou vivos seu pai, irmãos e sobrinho, que com grande alegria o receberam. Durante quatro meses, esteve entre parentes, amigos e patrícios, que vinham de toda a parte ver o “mártir”. Depois de visitar o bispo de Lamego, com quem esteve oito dias, vai a Braga visitar Sua Alteza, o Arcebispo Primaz de Braga²¹⁵. Permaneceu em Braga por cinco dias, em que ambos recordaram o temor que viveram durante o governo de Pombal. Partiu novamente para Lisboa, não lhe tendo sido possível apresentar-se a um concurso na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, pois desde que chegara que não parara. A propósito desta vaga, diz que tentou mover algumas influências para a conseguir, junto dos Príncipes da Palhavã, do marquês de Penalva e do conde da Calheta, mas que o Reitor, protegido do marquês de Pombal, não lha concedeu.

A desconsideração do seu heroísmo pela família real

Um dia, quando jantava em casa de cavalheiros da Corte a já mencionada dama Arriaga, aia da Rainha D. Maria I, perguntou-lhe porque motivo não aparecia em Belém, onde era desejado. Assim, levado pela insistência da Senhora Arriaga e assumindo que era coisa da Rainha, determinou-se a ir ao palácio. Partiu de Lisboa para Belém e entrou na Capela Real. Apercebeu-se da entrada da Rainha, acompanhada por duas Senhoras, as princesas suas irmãs, no coro da igreja e de que esta o reconheceu. Ao mesmo tempo surgiu o Príncipe que, assim que o viu o voltou para trás a informar seu pai da presença dele na igreja. O rei observou-o insistentemente até se retirar. Como não se lhe

²¹² Mariana Joaquina Pereira Coutinho (Arcos de Valdevez, 1748– Oeiras, 1820).

²¹³ Henrique José de Carvalho e Melo (Lisboa, 1748 – Rio de Janeiro, 1812).

²¹⁴ Por decisão do Conselho de Estado, foram presos e desterrados para o Buçaco. Azevedo, J. L. (2009). *O Marquês de Pombal e a sua época*, p. 230.

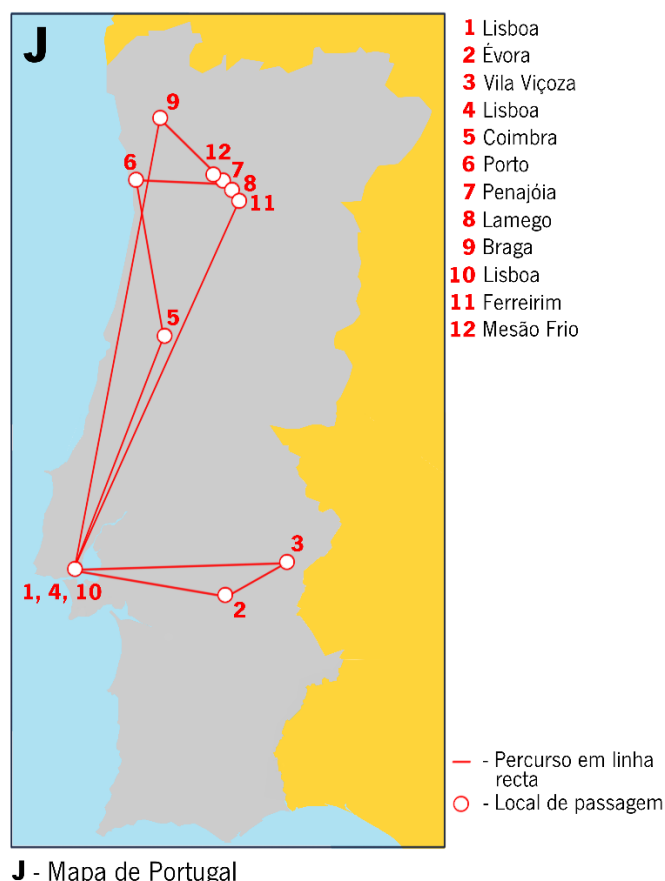
²¹⁵ Dom Gaspar de Bragança (Lisboa, 1716 – Braga, 1789), filho ilegítimo de D. João V, ordenado em 1758 Arcebispo de Braga. Ver em <http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/bbragg.html>. Consultado em 23 de janeiro de 2022.

dirigiram, logo critica a família real, por não partilhar “frutos” com quem os “merece”, podemos depreender, magoado pela falta de reconhecimento e de atenção depois de tudo aquilo por que passou.

Visitou o Secretário de Estado, o marquês de Angeja, foi convidado a comer à sua mesa e a relatar as novidades da Europa, de Roma e da Turquia. No final da refeição, o Marquês reforçou o convite para aparecer para jantar e conversar em sua casa sempre que passasse por Belém. É num desses jantares, a que acorria amiúde, que surge na casa do aludido Marquês o arcebispo de Tessalónica²¹⁶, confessor da Rainha. O padre Penajóia cumprimentou-o, mas não obteve qualquer saudação ou resposta da sua parte, tal como já lhe havia acontecido em Vila Viçosa, em Belém e da última vez que estivera em casa do Secretário de Estado.

Permaneceu na corte durante 15 meses e ocupou o tempo com as prédicas que lhe pediam, consultando para o efeito a livraria do Convento de São Francisco, a qual, durante as suas prisões, lhe fora negado. É ainda durante esse período, em que o autor diz ter recebido o auxílio do “Altíssimo”, perdido em pensamentos, apercebe-se, diz ele, de que ainda não tinha lugar certo nem convento permanente. Então, acrescenta, pensou despir o hábito Conventual e retornar ao instituto dos padres Observantes, instalando-se no Seminário de Mesão Frio, no convento do Varatojo ou ainda no de Brancanes. Enfim, despede-se do marquês de Angeja, seu único amigo, recusando o pedido deste para que se deixasse ficar na corte.

²¹⁶ Inácio de São Caetano (Chaves, 1718–Queluz, 1788), Bispo de Penafiel (1771) e Arcebispo de Tessalónica (1778). Disponível em <http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/bsaoc.html>. Consultado em 30 de janeiro de 2022.



Mapa 6 – Percurso realizado após o regresso a Portugal, entre 1778 e 1779²¹⁷.

Recolhimento e falecimento

Partiu da corte para se recolher no convento de São Francisco de Mesão Frio, trocando os trabalhos de padre Conventual pelos de Missionário Apostólico. É informado ao chegar a este convento que não podem receber um religioso de uma outra ordem sem autorização apostólica. Escreveu ao padre Provincial pedindo-lhe que o deixasse ingressar no Convento de Ferreirim, visto ter sido religioso nesta Província durante 26 anos, para que professasse e, posteriormente, pudesse ingressar no Seminário de Mesão Frio. Entrou neste convento a 13 de novembro de 1779, depois de renovada a ordem, com data de 8 de Novembro, na província em Ferreirim.

Apesar das várias diligências realizadas, nomeadamente a pesquisa na Torre do Tombo, no Arquivo da Diocese de Lamego, nos Arquivos Distritais de Vila Real e do Porto, no Arquivo da Universidade de Coimbra, no Arquivo da Câmara Municipal de Mesão Frio, no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Mesão Frio e no Arquivo Histórico da Província Portuguesa da Ordem Franciscana, sob responsabilidade da Universidade Católica Portuguesa, não foi possível identificar acontecimentos

²¹⁷ Adaptação realizada a partir do site *Google Maps* (<https://www.google.pt/maps>); escala aprox. mapa J – 1:4.840.000.

relacionados com o biografado após a entrada dele no referido convento. Conforme indicação obtida do Centro de Estudos de História Religiosa, por parte da Doutora Alice Gago²¹⁸, grande parte dos acervos documentais das casas monásticas masculinas da Ordem dos Frades Menores, após a sua extinção em 1834, encontra-se em parte indeterminada ou foi mesmo perdida. Através de um manuscrito, à guarda da Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia e cujo conteúdo é idêntico ao manuscrito usado para esta dissertação – mas que possui, a mais, uma anotação na última página com diferente tipo de caligrafia – sabemos que o Padre Penajóia terá falecido no Seminário de Mesão Frio, em setembro de 1794²¹⁹, o que quer dizer que viveu até aos 77 anos de idade.

Pouco mais de meio século volvido, Camilo Castelo Branco, em 1845, publicou a sua obra *Onde está a Felicidade?* Nesta obra de ficção, na qual o autor apresenta um retrato da época em que viveu Frei Manuel da Rainha dos Anjos, este inclui uma personagem com o mesmo nome, claramente inspirado nele, para descrever uma cena de sublevação que envolve os ditos jacobinos e o juiz governador, situação em tudo semelhante ao relato dos motins do Porto de 1757. Nesta obra de ficção, o padre Penajóia é caracterizado como apoiante do juiz governador, que astuciosamente se tenta defender perante a possibilidade de o condenarem à morte.

Vinha, pois, o enfermo chanceler numa cadeirinha para ser supliciado no cadafalso raso [...]. Perto da cadeirinha, avultava frei Manuel da Rainha dos Anjos, com o seu hábito, e com a sua veneranda fisionomia, e corri a sua tocante eloquência falando às turbas, tão depressa enfurecidas como amansadas, na sua estúpida consciência dos deveres, Dizia o frade que conduzissem o preso à presença do reverendíssimo bispo-governador, para ser mais solenemente sentenciado à pena última, se a merecesse. Recorrera o bom do religioso à astúcia, quando viu impotente a palavra sacrossanta do seu ministério de paz.²²⁰

²¹⁸ Investigadora do Centro de Estudos de História Religiosa, com amplo trabalho relacionado com o tema. Ver em: <https://ciencia.ucp.pt/en/persons/alice-borges-gago/projects/>.

²¹⁹ *Vida trágica e relação maviosa dos trabalhos e perseguições que desde Portugal até a Turquia padeceu e venceu com animo constante e varonil o P. M. Fr. Manoel da Rainha dos Anjos Pennajoia doutor na sagrada theologia*. Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Manuscritos, Ms/COD/255 (BMNARQ) – 16407.

²²⁰ Branco, C. C. (1905). *Onde Está a Felicidade?*, p. 28.

CAPÍTULO 3 – A OBRA

À semelhança daquilo que observámos em relação à vida de frei Manuel da Rainha dos Anjos, as obras de referência, designadamente a Bibliotheca Lusitana, de Diogo Barbosa Machado, e o Dicionario Bibliographico Portuguez, de Francisco Inocêncio da Silva, pouco nos dizem sobre a obra deste autor. A primeira, sob o título *Fr. Manoel da Rainha dos Anjos Penajoya*, regista que ele compôs um “*Sermão Panegyrico Gratulatorio do Mysterio da Trindade Santissima. Coimbra, por Luiz Secco Ferreira, 1747, 4*”²²¹. A segunda, na qual não consta qualquer entrada sobre o mencionado frade, a propósito do Pedro Augusto Ferreira, o Abade de Miragaia, diz que este pretendia publicar um códice da Biblioteca Municipal do Porto, intitulado “Vida trágica ou relação maviosa dos trabalhos que soffreu com animo constante e varonil fr. Manuel da Rainha dos Anjos Penajoia, desde Lisboa até a Turquia, escripta por elle próprio.”²²².

No decurso da investigação desenvolvida em torno da vida e obra de frei Manuel da Rainha dos Anjos, para além do sermão mencionado antes e do manuscrito da Vida trágica ou relação maviosa..., na Biblioteca Pública Municipal do Porto, o qual está na origem desta dissertação, foi possível identificar ainda um outro sermão, manuscrito²²³, desconhecido até agora e sobre o qual nos debruçaremos mais à frente.

Sermão sobre o Mistério da Santíssima Trindade

O sermão a que faz menção Diogo Barbosa Machado, objeto de pesquisa em várias bibliotecas nacionais, sem sucesso, foi por mim identificado e adquirido num alfarrabista, em Guimarães. O referido sermão, intitulado *Sermão Panegyrico Gratulatorio do Mysterio da Trindade Santissima Que todos os annos manda fazer o Reverendo Bento Soares da Fonseca...*, foi pregado pelo autor, conforme consta da folha de rosto, o Reverendo Padre Mestre Frei Manoel da Rainha dos Anjos Pennajoya, de tarde no mesmo Domingo da Trindade Santissima, ou seja, 5 de junho de 1747 dado ao prelo, sem consentimento do autor, pelo Reverendo Miguel de Souto Mayor, em Coimbra, Na Officina de Luis Secco Ferreyra, em 1747. Trata-se de um pequeno folheto, in-quarto, com 24 páginas, a que acresce a folha de rosto. Na referida folha, como sempre, consta o título, diferentes intervenientes, a oficina de impressão e a data de publicação. Na primeira página, encimada por uma cartela com motivos florais, no centro da qual está fixado o anagrama jesuíta Iesus Hominum Salvator, sobrepujado por uma cruz e

²²¹. Diogo, B. M. (1741). *Bibliotheca Lusithana. Historica, Crítica, e Cronologica*. Vol. 4, 1ª edição, tomo IV. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, p. 248.

²²² Silva, I. (1858). *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Vols. 1- 23, tomo 17. Lisboa: Imprensa Nacional. p.190.

²²³ Agradeço à Doutora Marta Irene de Gonçalves Rua o ter me dado conhecimento da existência deste sermão.

com três setas, encontramos uma capital, igualmente com motivos florais. O sermão é precedido por uma citação, a título de mote, *Tria sunt difficilia mihi et quartum pênitus ignóro*, ou seja, há três coisas que me são mistério, quatro mesmo, que não compreendo²²⁴, identificada como sendo do Livro de Provérbios, 30, 19, na verdade, 30, 18. A partir daí, estende-se o sermão, propriamente dito, em formato corrido, com anotações laterais, a maior parte das quais remetendo para as Sagradas Escrituras.

A impressão de sermões setecentistas dava poder à palavra, constituía uma honra para os autores e tinha várias finalidades, entre as quais a utilidade catequética enquanto instrumento de persuasão e alteração de comportamentos, servindo ainda como de meio de propaganda, de satisfação do interesse da população culta e oferta de exemplos de fácil imitação para outros pregadores²²⁵.

O sermão consiste num louvor e numa exaltação à Santíssima Trindade. Para o frei Manuel da Rainha dos Anjos, a incompreensão aumenta o mistério e, dessa forma, a dignidade e o valor do tema central do sermão. O texto, naturalmente, atendendo à sua natureza, inclui inúmeras citações, nomeadamente bíblicas, as quais pretendem elucidar a dimensão do esforço e as dificuldades que são inerentes ao aperfeiçoamento moral. Serve-se de figuras metafóricas como “sustenta sobre os ombros a águia que voa”, em que compara o esforço para levantar voo à dificuldade de compreender o mistério religioso, ou “como a pedra sendo ainda polida” para retratar um processo longo para atingir a perfeição. Também recorre a hipérboles para expressar intensidade “porque só por esta fraze hé, que se pode perceber de Plataõ toda a grandeza: julgaraõ os antigos por impossível compreender deste Heroé a gigantia” e a antíteses para marcar o contraste paradoxal de como “a glória cresce entre as dificuldades”. Pode afirmar-se que o autor usa um estilo literário, marcadamente barroco, caracterizado pelos conflitos espirituais, aqui ou ali, salpicado por alusões à cultura clássica, igualmente para sustentar o seu pensamento. Ao olharmos para o número de ocorrências de palavras ou expressões, verifica-se que a palavra mais usada (37 vezes) é “mystério”, que traduz o que na religião cristã se apresenta como objeto de fé e que é impenetrável à razão humana. As expressões “mystério da trindade” (usada 11 vezes) e “da trindade santissima” (usada 13 vezes) simbolizam o objeto de carácter secreto e intransponível à compreensão humana.

²²⁴ *Sermaõ Panegyrico Gratulatorio Do Mystério Da Trindade Santissima, Que Todos os anos manda fazer O R. Bento Soares da Fonseca*. Coimbra: Officina de Luis Secco Ferreyra, 1747. fl.1.

²²⁵ Drumond Braga, P. (2017). Sermões Setecentistas Portugueses de Autos-da-Fé//Portuguese Seventeenth-Century Sermons Preached at Autos-da-Fé. *Librosdelacorte.ÉS*, n.º 6, p. 226. <https://doi.org/10.15366/ldc2017.9.m6.011>.

Sermão sobre o Mistério da Conceção da Virgem Maria

Como dissemos antes, no decurso da pesquisa desenvolvida, identificámos um outro sermão, até agora desconhecido. O sermão em causa, manuscrito, encontra-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto, onde consta com a cota Ms. 1498, junto de outros, num códice factício, encadernado em pele inteira, na lombada do qual, com ferros a dourado, está um rótulo onde se lê: Anno Predic. O sermão, intitulado *Sermaõ. Panegirico, Laudatorio, e encomiastico, que do ineffavel misterio da Conceição de Maria Santissima, pregou de tarde - No convento de Saõ Francisco do Porto em oito de Dezembro de 1756*²²⁶, conforme está registado na folha de rosto, é obra do Muito Reverendo Padre Mestre Frei Manuel da Raynha dos Anjos Penajoya e foi copiado por um outro franciscano, não identificado. A cópia, como podemos depreender da nota no fim da página 36, ou seja no fim do sermão e antes da lista de obras citadas, foi concluída *Em, 14 de Maio de 1757, em o Collegio de Santa Rita de Coimbra e Naõ se imprimio*. O sermão está paginado pelo que, desde logo deve não só omitir qualquer referência a fólhos como converter toda a numeração, conforme o que consta nas referidas páginas, com exceção, naturalmente, do Prólogo, o qual está inumerado. Nos fólhos 21 a 22 consta uma lista das referências citadas pelo autor do sermão.

O Prólogo poderá ser, como sugere, da autoria de quem fez a cópia, o que se poderá retirar do que diz mais à frente. Em qualquer caso, não me parece que possa fazer mais do que apenas sugerir tal coisa que justifica o sermão pela necessidade de “*espresar Sensuras*”, isto é, de acusar os inimigos da Igreja, fazendo a separação entre o bem e o mal, “o trigo que na ceara se cria nunca nasceo taõ puro, que naõ tivesse joyo”. Esclarece o tema objeto do sermão, classificando-o como matéria “purissima digna de particular segredo”, e descreve o tipo de leitor a quem se dirige, caracterizando-o como erudito “mas só com os Sabios, e prudentes... pode pois o leitor prudente, e Sabio purificar neste sermaõ o ouro, a incilha do fogo do bom espirito”. O prólogo termina com um elogio e um agradecimento ao autor do sermão, o padre Penajóia, “pois tal he o genio do Author”.

O sermão, tal como o antecedente, dedica-se a outro dogma da fé católica, neste caso o da conceção, livre do pecado original, da Virgem Maria. Dedicar uma parte significativa da prédica a caracterizar o tipo de “mistério” ou “segredo” a que alude recorrendo a diversos autores da Igreja, como é o caso de nomeadamente de Manuel de Villarroel²²⁷, que é citado nos dois sermões analisados, e a passagens da Bíblia. Conclui que o “mistério” é apenas compreendido por Deus e, para reforçar essa ideia, usa duas vezes a comparação “menos custoso me seria sustentar na lingua huma brasa

²²⁶ *Sermaõ Panegirico Laudatorio*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscritos, Ms.1498.

²²⁷ Frade espanhol beneditino (1661-1731), famoso pelos conhecimentos clássicos e vasta obra publicada. Monterroso, F. C. (1985). Fray Manuel de Villarroel, monje de San Salvador de Villanueva de Lorenzana, diócesis de Mondoñedo, escritor, abad y obispo electo de Puerto Rico. Estudios Mindonienses. Vol.1, pp. 285-325.

aceza”, que pode ser interpretada como uma advertência ao ouvinte para que este não se atrevesse na compreensão de segredos que só a Deus pertencem. Usa várias metáforas no discurso, nomeadamente na analogia entre a concepção da Virgem Maria e o rio Nilo, para descrever as virtudes do dogma:

aguas taõ puras, e cristalinas, que nem o tempo com as suas furias, nem o inverno com as tempestades lhe pode entolhar as aguas, nem enxovalhar os cantores, com tal singularidade, que avistando-se lhe o fim, pois he o mar, em que acaba, não é facil descobrir lhes a raiz, donde principia; se bem que alguns pensão que nasce do Paraiso.²²⁸

Descreve a genealogia de Maria recorrendo ao Evangelho de São Lucas para a dar como descendente de Adão e, sendo dele descendente, é prodigiosa por ser também descendente do próprio Deus:

e continuando desta forma por todos descendentes da Senhora, chegando ao ultimo tronco, e á raiz ultima desta Arvore conclue assim; qui fuit Adam qui fuit Dei . quero dizer em bom romance o Evangelista nestas palavras, que a geraçõ de Maria Santissima por linha desta a *** em Christo; mas que principiando de *** por todos os ramos desta Arvore, a ultima raiz donde brotára esta prodigiosa planta, fora Deos a hum de Adam: qui fuit Adam qui fuit Dei²²⁹.

Termina o sermão dirigindo-se à Virgem Maria com um louvor e pedindo-lhe a sua intercessão para remissão da culpa dos homens²³⁰.

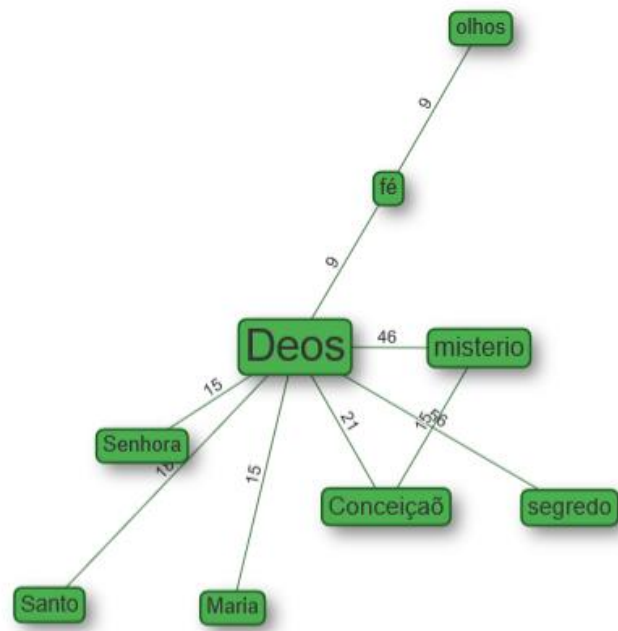
Ao analisarmos o texto do ponto de vista quantitativo, isto é, da frequência de palavras e expressões verifica-se que “Deos” ocorre 164 vezes, das quais 46 associada à palavra “mistério” e 21 vezes à palavra “Concepção”. Esta trilogia de palavras dão corpo ao núcleo da mensagem do sermão, que justifica o mistério da concepção de Maria, livre de pecado, pela intervenção de Deus.

²²⁸ *Sermão Panegirico Laudatorio*. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Manuscritos, Ms.1498, fl. 4v.

²²⁹ *Idem*, fl. 5.

²³⁰ Veja-se o sermão no Anexo, pp. 127-159.

Quadro 1 – Exploração do texto do sermão sobre o Mistério da Conceção da Virgem Maria



Tamanho das palavras representa o número de ocorrências no texto; Ligação entre palavras representa o número de vezes que aparecem na mesma frase²³¹.

Autobiografia

O manuscrito autobiográfico, intitulado *Vida trágica. Relação maviosa dos Trabalhos e perseguiçoens que desde Portugal até á Turquia padeceu e venceu com animo constante e varonil*, encontra-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto, na qual consta como a referência Ms. 658²³². O códice, encadernado, com lombada e cantos em pele, na lombada da qual consta, dourado a ferros, “Memor. Do P. Penajoya” é constituído por 83 fólhos inumerados e, conforme indicação que consta do catálogo, trata-se de uma cópia da mão de D. João de Magalhães e Avelar, bispo do Porto, donde se pode retirar, tal como uma análise da escrita também sugere, que poderá ser datada da primeira metade do século XIX²³³. Aliás, a propósito desta obra e da atribuição desta cópia a D. João de Magalhães e Avelar, Pinho Leal diz o seguinte:

Vida trágica e relação maviosa dos trabalhos e perseguições que soffreu Fr. Manuel da Rainha dos Anjos Penajoia desde Portugal até á Turquia, escripta por elle próprio.

²³¹ Foi usada a ferramenta Sobek Mining para exploração quantitativa do texto, em <http://sobek.ufrgs.br>.

²³² A identificação e a sugestão deste manuscrito e do eventual interesse na obra do frei Manuel da Rainha dos Anjos foi uma sugestão do meu orientador, a quem agradeço.

²³³ *Vida trágica. Relação maviosa dos Trabalhos e perseguiçoens que desde Portugal até á Turquia padeceu e venceu com animo constante e varonil [Manuscrito] / O.P.M. Fr. Manoel da Rainha dos Anjos Penajoya Doutor na Sagrada Theologia pela Vuniversidade de Coimbra Qualificador do S. to Officio e Missionario Apostolico neste Seminario de Nossa Senhora da Piedade de Meião frio escrita por elle mesmo.* Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms.658.

Este códice é tão interessante que foi copiado pelo próprio punho do bispo D. João de Magalhães e Avelar. *N'elle o padre Penajoia, meu patricio, natural da povoação do Moledo, freguezia da Penajoia, dr. de capello, homem muito illustrado, qualificador do Santo Officio e ascendente do sr. dr. João Cardoso Ferraz de Miranda, hoje official maior na secretaria do reino, descrevendo a perseguição que lhe moveu o marquez de Pombal*³⁴.

A escrita, cursiva, apresenta caracteres em tamanho pequeno de características regulares, com ligeiro ângulo, quase na vertical, e poucas rasuras. A mancha do texto preenche quase por completo o suporte, mostrando margens diminutas. O texto possui muitas palavras abreviadas pela letra inicial, com letras sobrepostas (ex. “p.^a” para abreviar “para”), e supressão de elementos gráficos no meio da palavra com elementos sobrepostos (ex. “S.^{to} Off.^o” para abreviar “Santo Officio”). Nas formas verbais do verbo ser usa o “h” como em: “He”, tal como no artigo definido, como em: “Hum”.

O texto estende-se por 732 linhas e inclui cerca de 90 203 palavras, ao longo dos 93 fólhos, divididos em 13 tratados, cada um destes com um número variável de capítulos, entre 6 e 13, de dimensão também variável. No fim do texto, num fólho, consta o que chamámos apêndice, onde podemos observar, fora da sequência, notícias sobre pessoas que foram vítimas da perseguição pelas autoridades por terem ajudado Frei Manuel da Rainha dos Anjos, sobre as discórdias entre Portugal e a Santa Sé, etc.

Como antes, se olharmos para a ocorrência das palavras, podemos destacar: “religioso” (1.143), na maior parte das vezes precedida de “este” para se referir a ele próprio ou a outras personagens pertencentes à vida eclesiástica; “pobre” (537), que também surge na maior parte das vezes para se autocaracterizar como “este pobre” ou como “pobre religioso”; “padre” (262); “Deus” (173); “Roma” (157), para se referir à sua passagem pela cidade, destino da sua fuga, ou local onde vai pedir proteção; “noute” (151), em que enquadra o ambiente em que se dão episódios de fuga, sustos e em que padece de solidão; “rei” (149); “cidade” (142); “caza” (141); “grande” (135); “ministro” (133), para se referir ao marquês de Pombal, a Francisco de Almada, primo do marquês, ou a administradores de cidades ou regiões por onde desenvolveu a sua atividade missionária; “Papa” (133); “homem” (131); “cauza” (120), que ganha o significado de missão quando se refere à sua motivação ou no contexto em que apresenta os motivos para uma consequência; “contra” (117), muitas vezes associada a explicações sobre o bem e o mal; e “cárcere” (107), para aludir às várias prisões a que foi sujeito.

³⁴ Leal, A. S. A. B. P. (1886). Portugal antigo e moderno, p. 949.

Esta obra, como se depreende da sua utilização para reconstituir a biografia de frei Manuel da Rainha dos Anjos, estende-se por uma descrição detalhada sobre os acontecimentos que se desenrolaram entre 1756 e 1779, ou seja, entre os acontecimentos que levaram à sua prisão e o seu regresso a Portugal, após um longo exílio. O texto está escrito na terceira pessoa, embora surja, no princípio do manuscrito, uma chamada de atenção ao leitor: “Já sabes leitor...”. O autor, como não podia deixar de ser, atendendo ao seu perfil, recorre amiúde aos textos das Sagradas Escrituras, à literatura religiosa e a um manancial de referências clássicas, exibindo a sua fé e erudição. Mais, talvez o mais interessante em toda a sua obra, revela-nos descrições vivas de pessoas e lugares distante, na Europa Central e Oriental, donde nunca está ausente a sua condição e as suas profundas convicções religiosas. Como dissemos antes, o texto está organizado em tratados, subdivididos em capítulos, conforme os quadros que se podem ver de seguida.

Quadro 2 – Designação dos Tratados e Capítulos do manuscrito MS-658

Tratado	Designação do Tratado	Capítulo	Designação do Capítulo	Fólio
1	Da resolução que tomou o Bispo sobre este cazo	1	Da Junta dos Theologos que fez o Bispo e da reposta que cada hum deste o deu sobre a materia presente em huma noute	3v
		2	Da Resolução que nesta cauza tomou o Senhor Bispo	9
		3	Do degredo que padeceu o Bispo por esta cauza	9v
		4	Manda o Padre Mendicante Penajoya estampar huma Conclusoens de Theologia; cauza que foraõ de suas perseguicoens	9v
		5	Da primeira prizaõ que sofreu o Padre Mendicante Penajoya	10v
		6	Da leva que á Corte de Lisboa conduzio este Religioso	11v
		7	De como foi recebido e em que lugar foi posto este Religioso na Corte	12
		8	Do Decreto de carcere para sempre que chegou contra o Religioso	12v
2	Do primeiro Carcere em que meteraõ a este Religioso	1	De quanto padeceu neste carcere este pobre Religioso	13
		2	Argumento que no carcere teve este Religioso com o Ministro que o tinha prezo	13
		3	De hum sonho que talvez por obra da Phãrezia teve este Riligioso no carcere Del Rei	13v
		4	Do modo como este Religioso rompeu o carcere Del Rei e fugio para Hespanha	14
		5	Metem por companheiro deste Religioso no carcere hum Maltes com o qual se ajusta a fugida	15
		6	cahe no Mar este Religioso apenas fugio do carcere Del Rei	15v
		7	Infelicidade sensivel que aconteceu a este Pobre na fugida de Belem	15v
		8	Sahe este Religioso das Alcacarias Del Rei e o condusem para huma quinta tambem Del Rei	16v
		9	Ao Convento dos Padres Dominicos de Bemfica vai direito este Pobre obrigado da grande fome	17

Tratado	Designação do Tratado	Capítulo	Designação do Capítulo	Fólio
		10	Hospitalidade que em huma Caza particular se fez a este Religioso	17
		11	Caridade especial que com este Religioso teve o Fidalgo do Bom Jardim do Porto	17v
		12	Vai este Religioso dirigido a huma Quinta do Fidalgo Calhariz valer-se do cazeiro para passar o Tejo	19
3	De quanto a aconteceu a este Religioso	1	A boa sorte que em Sevilha tocou a este Religioso	19v
		2	Provaõ os Castelhanos o talento deste Religioso em humas Conferencias Publicas	20
		3	Segunda vez prezo vem reconduzido este Religioso de Sevilha a Lisboa	21
		4	Da Cidade de Tavira para a Cidade de Faro parte este Religioso na sua Liberdade	21v
		5	Chega a Cidade de Faro o Decreto Del Rei para que logo seja conduzido á Corte prezo o Padre Mendicante Penajoya	22v
		6	Entra na Corte segunda vez prezo com outra Tropa o Padre Mendicante Penajoya	22v
4	De quanto padeceu este Religioso no Carcere de Saõ Francisco de Lisboa por 2 annos	1	Da constancia de animo com que este Pobre sofreu tantos tormentos sempre com saúde ate ao presente	23
		2	Successo tragico que no carcere de Saõ Francisco de Lisboa aconteceu a este Religioso do qual resultaraõ varios infortunios	23v
		3	Da sutileza com que este Religioso rompeu este segundo Carcere em que o tinha posto o Ministro de Estado por toda a vida	25v
		4	De felicissima 2ª fugida que do carcere de Saõ Francisco de Lisboa fez o Padre Mendicante Penajoya no Anno de 1760	26v
		5	Dos primeros passos que na Corte deu este Religioso depois que fugio	27
		6	Vai este Religioso dirigido á quinta do Fidalgo Calhariz para achar remedio como da primeira fuga	27v
		7	Parte este Religioso da Quinta do Calhariz para Via Longa	28v
		8	Do que passou na Villa de Alverca este Religioso	29
		9	Passa este Religioso o Tejo e vai seguindo a Estrada ate Castello de Vide	29v
		10	Do que passou este Religioso em Castello de Vide nos confins da Hespanha	30
5	Do que passou este Religioso pela Hespanha	1	Successo particular que aconteceu a este Religioso em huma Aldea de Hespanha	30
		2	Chega este Religioso á Cidade de Badajoz mui fatigado	30v
		3	Chega este Religioso a Cidade de Sevilha	31
		4	Entra este Religioso na Cidade de Cadiz	31v
		5	Embarca-se em Cadiz para Liorne este Religioso	32v
		6	Entra este Religioso na Cidade de Leorne	33
6	Do ingresso que este Religioso fez em Roma	1	Graça particular que o Altissimo fez a este Religioso livrando de hum assalto que os seus inimigos lhe tinhaõ já preparado	34v
		2	Foge de Roma este Religioso e vai apresentar-se ao Papa a Castello Gandolfo	36

Tratado	Designação do Tratado	Capítulo	Designação do Capítulo	Fólio
		3	Resolução que tomou este Religioso para escapar das espias e traçoens do infame Ministro Almada	37
		4	Lança-se este Religioso precipitado no lago dos Romanos Antigos perseguido dos seus inimigos.	37v
		5	Vai dirigido este Religioso a Rufinella quinta dos Jesuitas	38
		6	Entra este Religioso na Cidade de Tivoli patria do grande Horacio	38v
		7	Entra de noute em Roma este Religioso com muita cautella por cauza dos Inimigos	39
		8	Compra este Religioso em huma Feira publica em Roma hum jumento para partir para Veneza	39v
		9	Entre na Cidade de Rimini este Pobre Religioso	40
		10	Entra este Religioso em Veneza para se embarcar para a Turquia	40v
		11	Chegaõ de repente a Veneza cartas de Roma ao Padre Manoel de Azevedo para que da parte de Sua Santidade persuada este Religioso tornar a Roma e que ja la vai o seu inimigo Almada	41
8 (deveria ser 7)	Torna a entrar este Religioso no Estado Papal	1	Entra este Religioso na Cidade de Ferrara	42
		2	Chega a Cidade de Assis este Religioso por devoção particular	42v
		3	Entra em Roma segunda vez este Religioso e vai apresentar-se ao Papa	44
		4	Manda o Papa Clemente XIII a este Religioso para a Religião dos Padres Conventuaes para melhor o livrar dos seus inimigos	45
		5	Successo maravilhoso e de honra particular para este Religioso	45v
		6	Outra honra que a esse Religioso fez o Papa Clemente XIII na presença do Cardeal Cavalguini	46
		7	Parte de Roma para Assis este Religioso a receber o Habito dos Padres Conventuaes	46v
		8	Resolução que tomou o Papa para defender este Pobre Religioso em Assis contra o furor dos seus inimigos que tanto em Roma o buscavam para o prender ou matar	47
		9	Entra na cella deste Pobre em Assis hum assassino vestido de Ermitaõ, julga-se para matar este Pobre	47
		10	Manda o Papa ao convento de Assis que faça este Religioso a sua nova Profissão aos seis e que parta logo para Roma	47v
		11	Resolução que tomou este Religioso de partir para a Turquia Missionario Apostolico	48
		12	Do Exame que na Propaganda de Roma fez publicamente este Religioso em pleno Consistorio presidindo neste o Eminentissimo Casteli e as honras que deste Exame se seguiraõ	48
		13	Parte de Roma para a Turquia com hum companheiro este Religioso com patente de Missionario Apostolico no anno de 1763 aos 8 de Julho	49v
8	Da última Partida para a Turquia	1	Embarca-se em Veneza este Religioso com seu companheiro em huma Nau Veneziana para a Cidade de Constantinopola Capital da Turquia	50v
		2	Encontro infeliz que no Archipelago teve este Religioso com duas Náos de Turcos	50v
		3	Vai abordar nos Campos da Antiga Troia esta Não por falta de vento	51

Tratado	Designação do Tratado	Capítulo	Designação do Capítulo	Fólio
		4	Entra este Religioso na Cidade de Constantinopla	51v
		5	Encontro arriscadissimo que com duas Turcas teve este Religioso	53
		6	Livra Deus a este Religioso de outro encontro arriscado	53v
		7	Na noute de Natal entra este Religioso na Sé dos Gregos Schismaticos em Constantinopla	54
		8	Parte de Constantinopla para a Moldavia Turca este Religioso	55
9	Do que passou este Religioso na Moldavia Turca	1	Destina o Superior este Religioso para huma Igreja nos confins da Moldavia com a Hungria	56
		2	Perigo que se expoz este Religioso pelo credito das leis da Igreja	56v
		3	Segundo risco a que se expoem este Religioso por impugnar outro Matrimonio nullo como o primeiro	57v
		4	Assemblea onde se achou este Religioso entre varios Schismaticos disputando sobre o ponto do Purgatorio que elles negam	57v
		5	Perante o Bispo Schismatico expoz este Religioso todo o referido	59
		6	Violencia que a este Religioso fizeraõ certos Monges Schismaticos	59v
10	Da jornada a Polonia	1	Remete o Prelado este Religioso perante o Rei de Polonia	60
		2	Do que passou este Religioso na corte de Varsovia em Polonia	60v
		3	Do que passou este Religioso com o Nuncio Apostolico daquela Cidade sobre a Oratoria	61v
		4	Parte este Religioso da corte de Varsovia para a Cidade de Leopoli	62
		5	Parte este Religioso da Cidade de Leopoli para a Turquia	62v
		6	Principiaõ os trabalhos das guerras dos Turcos com os Moscovitas que sofreu este Religioso	63
		7	Entra naquellas Provincia da Moldavia e da Valaquia o contagio da peste de que morrerãõ muitos mil homens	64
		8	Do que sofreu este Religioso na Freguesia de Hus junto ao Danubio	64v
		9	Manda hum Capitaõ Moscovita ocultamente oito soldados para que de noute lhe matem este Religioso.	65v
		10	Roubaõ a este Religioso a sua egua por ordem do mesmo Capitaõ	66
		11	De outros roubos e violencias que sofreu este Religioso	66v
		12	Entraõ huma noute os ladroens na Igreja deste Religioso	67
		13	Outra violencia do Bispo Schismatico que lhe pague este Religioso o Dizimo	67
11	Da partida para Roma	1	Parte este Religioso de Moldavia para Roma depois de dez annos de serviço	68v
		2	Difficultoza empreza offerece a este Religioso o seu Superior	69
		3	Parte da Moldavia Turca ja despedido este Religioso no anno de 1773 no mez de Julho	69
		4	Chega este Religioso a Agochim Fortaleza Turca confinante com a Russia	69v
		5	Chega este Religioso com feliz successo a Raminiech Fortaleza del Rei de Polonia	70

Tratado	Designação do Tratado	Capítulo	Designação do Capítulo	Fólio
		6	Chega este Religioso a Cidade de Leopoli cabeça da Russia Polaca	70v
		7	Parte este Religioso de Leopoli para a Alta Silesia	71
		8	Entra este Religioso e se recolhe em hum Convento da sua Ordem	71v
		9	Parte este Religioso pela Silesia e Moravia a Vienna de Austria	71v
		10	Parte este Religioso de Vienna de Austria para a Italia	72v
		11	Chega este Religioso a Trieste Porto de Mar do Imperador	72v
		12	Entra no Porto de Ancona do Estado Papal este Religioso	73
12	Entra em Roma este Religioso	1	Destino que deste tomou a Religião para delle se utilizar	73v
		2	Vai de Roma para o Loreto este Religioso destinado Penitenciario Apostolico pelas varias linguas em que hé versado	74
		3	Pretendem os Padres de Assis eleger este Religioso no Emprego de Penitenciario Apostolico	74v
		4	Obrigam com Politicas este Religioso a huma guardiania e para certos fins	75v
		5	Chega as Italias a infeliz noticia da morte de El Rei de Portugal. Muda de Systema este Religioso	75v
		6	Parte de Roma para Portugal este Religioso mais feliz	76
		7	Embarca em Genova este Religioso para Portugal	76
		8	Violencia do Consul Portuguez contra este Religioso em Genova	76v
		9	Violencia que no mar se fez a este Religioso e castigo que Deus mandou ao Agressor	76v
		10	Chega a Belem de Lisboa este Religioso com bom successo	77
		11	Dezembra em Belem este Religioso e se dirige a Corte	77v
		12	Vai este Religioso hospedar-se no Hospicio da Ordem de Christo ás Escollas Geraes.	77v
		13	Parte da Corte para Villa Viçozza este Religioso beijar a mão a Sua Magestade	78
13	Da partida da Corte para a Patria	1	Parte este Religioso de Villa Viçozza para Lisboa e de aqui para o Porto	79
		2	Parte de Coimbra para o Porto este Religioso	79v
		3	Parte este Religioso da Corte com animo de recolher-se ao Seminario de Mezaõ frio	81
		4	Meios de que uzou este Religioso para entrar no Seminario	81v

Quadro 3 – Designação dos Apêndices do manuscrito MS-658

Designação do Apêndice	Fólio
Noticia das Pessoas que padecerão e perderão a vida pela cauza deste Religioso inocentemente	82v
Pessoas que padecerão pela fugida deste Religioso	82v
Discordias que houveraõ em Roma entre os Ministros do Papa e os Ministros de El Rei de Portugal sobre a cauza deste Religioso perseguido injustamente	82v
Injuria que em Roma fez contra o Papa o Ministro Portuguez Francisco de Almada Primo do Marquez de Pombal	83
Principio de Heresia e de Schisma	83

EPÍLOGO

Através de uma perspetiva holística e abstraindo-nos dos enredos da sua história, identificamos facilmente as principais características do homem biografado. Assim, destaco cronologicamente: **O jovem duriense**, filho de proprietários agrícolas, tendo perdido a mãe antes dos 14 anos de idade, foi certamente marcado pelo dramatismo da paisagem, por invernos rigorosos e verões escaldantes, assim como pela conjuntura das profissões de cavadores, carreiros e almocreves²³⁵. Criado no seio de uma família de vocações religiosas, que deu dois de quatro filhos à vida eclesiástica, professa aos 18 anos de idade no Convento de São Francisco do Porto e forma-se em teologia na Universidade de Coimbra. **O guardião da fé**, no exercício das suas funções como Qualificador do Santo Ofício, revelando um profundo fervor religioso impregnado nos sermões que lhe são atribuídos, assim como na defesa dos princípios e dogmas cristãos, dimensão evidente ao longo da sua autobiografia. **O mártir**, condição que assume ao longo da sua autobiografia e que encontra forma num estilo literário barroco e numa clara insistência em aceitar tudo o que lhe acontece como expressão da vontade divina. Na perspetiva do biografado, podemos incluir, temporalmente, todo o relato do seu manuscrito enquanto preso político, perseguido e missionário nos domínios otomanos, em condições particularmente difíceis, vivendo pobremente e correndo risco de vida. **O pregador apostólico**, merecedor de louvores por parte de ilustres nobres e clérigos, reivindicando para si o sucesso das missões de que foi incumbido, em prol da Santa Madre Igreja²³⁶.

Sobre os seus últimos anos em Portugal, após se ter recolhido ao seminário apostólico de Mesão Frio, nada se sabe. Podemos assumir, com o que nos parece ser uma reduzida margem de erro, que nesse período de 15 anos terá exercido a sua influência junto dos seus companheiros e da população local. O seu percurso de vida está intimamente ligado à Ordem de São Francisco, não apenas pelos votos sacerdotais, mas também como pela forma como, no cárcere, nas localidades por onde passou, nas suas missões, contou com o apoio da rede contactos da aludida congregação. Aliás, o notável edifício religioso da ordem, referido pelo autor, é demonstrativo da sua importância na Europa desse tempo.

Este trabalho foi possível a partir da reunião das fontes primárias que constituem a obra do biografado: sermões e autobiografia; fontes secundárias; e dados obtidos através de pesquisa nos arquivos e em contacto com instituições como os Franciscanos de Montariol, a Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos, entre muitas outras. Em relação à sua autobiografia, posso afirmar

²³⁵ Monteiro, M. A. M. (2005). O Homo Duriense e a sua identidade (um perfil sociológico e cultural). *Douro Estudos & Documentos*. Ano 10, n.º 19, p. 186.

²³⁶ Gomes, S. A. (2019). A presença franciscana nas periferias urbanas de Portugal nos primeiros tempos da Ordem. *Itinerarium*. Ano LXV, n.º 221/222, p. 236.

que, apesar do estilo literário dramático e um tanto ou quanto exuberante, se apresenta verosímil, o que pôde ser, aqui ou ali, corroborado com o recurso a outras fontes e a bibliografia da especialidade, nomeadamente, por exemplo, no que concerne às descrições geográficas, aos monumentos que descreve ou às distâncias que identifica.

Apesar da informação recolhida, os dados para reconstituir a sua trajetória de vida são escassos e, dada a vastidão de temas, foram tratados de forma nem sempre devidamente aprofundada. Em todo o caso, este foi um exercício que não pretendeu encerrar o assunto. Alguns períodos, como, por exemplo, a década que se estendeu entre o momento em que deixou a Universidade de Coimbra e a sua fuga ou o tempo que viveu no convento de Mesão Frio, ficaram por explorar. Em qualquer caso, este foi um trabalho de investigação que se assumiu como ponto de partida de um trabalho a desenvolver no futuro, trabalho que possa contribuir, de alguma forma, para uma melhor compreensão da figura, frei Manuel da Rainha dos Anjos, e do seu tempo.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico do Exército

AHE, “Correspondência de João da Silva Ferreira, bispo de Tânger e prelado deão de Vila Viçosa, governador e administrador do Bispado do Porto, para D. Luís da Cunha Manuel, ministro da Guerra, sobre a sua saída do Porto para ocupar o cargo de deão de Vila Viçosa e a soltura do inglês Jorge Panson”, Grupo de fundos, Divisões, caixa nr. 23, doc. 3.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AN/TT, “Diligência de Habilitação de Manuel da Rainha dos Anjos Penajoco *[sic]*”. Tribunal do Santo Ofício 1536/1821, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 66, doc. 1351.

AN/TT, “Processo de Jorge Pauson”. Tribunal do Santo Ofício 1536/1821, Inquisição de Lisboa, Processos, Processo de Jorge Pauson, doc. 3373.

Arquivo da Universidade de Coimbra

AUC, “Manuel Rainha dos Anjos (padre frei de São Francisco da Província de Portugal)”. Índice de Alunos da Universidade de Coimbra 1537-1919, letra R, doc. 83.

Biblioteca da Academia das Ciências

BAC, Catálogo de Manuscritos (série vermelha), Marquês de Alorna, códice 806. RELAÇÃO DOS CARCERES QUE SE FORMARÃO NO FORTE DA JUNQUERIA, SITUADO NA PRAÇA JUNTO AO TEJO ENTRE A CORTE DE LISBOA, E O SÍTIO DE BELEM; ONDE SE CONTÃO OS APERTOS, ANGUSTIAS, DESHUMANIDADES OU ASPREZAS, COM QUE SÃO TRATADAS AS PESSOAS N´ELLES ENCERRADAS PELO MINISTERIO DO MARQUEZ DE POMBAL.

Arquivo da Diocese de Lamego

ADL, Registos Paroquiais de Penajóia (1715 – 1734). Paróquia de Penajóia (Lamego), Baptismos, cx. 1, nr.2, fl. 25.

Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia

BMNA, “Vida tragica e relação maviosa dos trabalhos e perseguiçoens que desde Portugal athé a Turquia padeceo e venceo com animo constante e varonil o P. M. Fr. Manoel da Raynha dos Anjos Pennajoia doutor na sagrada teologia, MS-16407.

Biblioteca Pública Municipal do Porto

BPMP, “Sermaõ Panegirico Laudatorio”. Manuscritos, Ms.1498.

BPMP, “Vida trágica. Relação maviosa dos Trabalhos e perseguiçoens que desde Portugal até á Turquia padeceu e venceu com animo constante e varonil”. Manuscritos, Ms.658.

FONTES IMPRESSAS

«A Bastilha Portuguesa». *A Ilustração Portuguesa*. 1887, n.º 42.

«Relação exacta dos presos da Junqueira». *A Ilustração Portuguesa*. 1888, n.º 52.

Portugal, D. João de Almeida Portugal, marquês de Alorna (2005). *As Prisões da Junqueira*. Lisboa: Frenesi.

Estatutos da Universidade de Coimbra [1674]: confirmados por el Rey nosso snör Don João o 4º em o anno de 1653/impessos por mandando... de Manoel de Saldanha. Coimbra: officina de Thome Carvalho.

Fonseca, B. S. (1747). *Sermaõ Panegyrico Gratulatorio do Mysterio da Trindade Santissima*. Coimbra: Na Officina de Luis Secco Ferreyra.

BIBLIOGRAFIA

- A Dictionary of Arts, Sciences, Literature and General Information* (1911). Ed. 11, Vol. XXVII. Cambridge: Cambridge University Press.
- Almeida, G. M. A. (2013). «Métodos e pesquisas em biografia modal». In Encontro cearense de história da educação, 12, Encontro nacional do núcleo de história e memória da educação, 2, Fortaleza – 50 Anos de Educação: história, memória e formação: Anais, p. 1098-1107.
- Almeida, F. (2018). *História de Portugal*. Vol. 10. Lisboa: Book Cover.
- Alves, C. F. T. A. (2019). Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, uma biografia (1735-1822). *Revista de História*. N.º 178, p. 1-27. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2019.145431. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/145431>.
- Angeli, D. (s.d.). *Le chiese Di Roma. Guida Storica E Artistica Delle Basiliche, Chiese e Oratorii Della Città Di Roma*. Roma: Tipografia E. Voghera.
- Araújo, N. (1950). *Inventário de Lisboa*. Fascículo VII. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Araújo, N. (1993). *Peregrinações em Lisboa*. 2.ª ed., vol. IX. Lisboa: Vega.
- Azevedo, C. M. (Dir.), Jorge, A. M., Rodrigues, A. M., Gouveia, A. C., Ferreira, A. M., Barbosa, D. S., Lima, J. S., Thomaz, L. F., Fontes, P. F. O., Rodrigues, S. (2000). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Volumes 1-8. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Azevedo, C.M. (Dir.), Jorge, A. M. C. M., Rodrigues, A.M. S. S. (coords.), Jorge, A. M. C. M., Rodrigues, A. M. S. A., Vilar, H. V., Lavajo, J. C., Rosa, M. de L., Tavares, M. J. F., Gomes, S. A. (2000). *História Religiosa de Portugal*. Volumes 1-9. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Azevedo, J. L. (2009). *O Marquês de Pombal e a sua época*. Lisboa: Alfarrábio.
- Azuage, M. F. F. (2011). *A Presença Portuguesa em Roma na Real Igreja, Casa e Hospital de Santo António dos Portugueses na época moderna - Uma visita guiada pela História e pelo Património*. Tese de Mestrado em História e Património. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Basto, A. M. (1935). *Poeira dos Arquivos*. Porto: Editora–Livraria Escolar “Progridior”.
- Bluteau, R. (1712-1728). *Vocabulario Portuguez e Latino*. Vols. 1- 8, Supl. 1 – 2. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu.
- Braga, T. (1898). *Historia da Universidade de Coimbra, nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa*. Tomo III, 1700 a 1800. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Branco, C. C. (2003). *Onde Está a Felicidade?*. Porto: Edições Caixotim.

- Branco, C. C. (1882). *Perfil do Marquez de Pombal*. Porto: Clavel e Companhia.
- Burke, P. (1997). A invenção da biografia e o individualismo renascentista. *Revista Estudos Históricos*. 10 (19), p. 83-97.
- Calado, M. (1996). *O Convento de S. Francisco da Cidade (Subsídios para uma monografia)*. (Tese de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.
- Capela, J. V.; Castro, S.; Matos, H. (2016). As freguesias dos distritos de Lisboa e Setúbal nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património. Braga: Universidade do Minho.
- Capela, J. V.; Castro, S.; Matos, H. (2016). As freguesias do distrito de Viseu nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património. Braga: Universidade do Minho.
- Cardoso, A. B. (1996). O Alvará de Instituição da Companhia e os motins do Porto de 1757. *Douro, Estudos & Documentos*. Vol. 1 (1), 1ª ed., p. 55-76.
- Charles, E. E.; Habermann, G.; Face, E. A.; Pallen, C. B.; Shahan, T. J.; Wyne, J. J. (2014). The Catholic Encyclopedia, An International Work of Reference on the Constitution, Doctrine, and History of the Catholic Church (1908). *The Encyclopaedia Britannica*. Vol. IV. Nova Iorque: Robert Appleton Company.
- Clemente M. (1998). D. Francisco Gomes de Avelar no Episcopado do seu tempo. *Didaskalia – Revista da Faculdade de Teologia Lisboa*. Vol. XXVIII, fasc. 2.
- Correia, F. A. S. (2007). *Penajóia das Memórias*. Porto: Papiro Editora.
- Dias, J.S. S. (1984). *Pombalismo e Projecto Político*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.
- Diogo, B. M. (1741). *Biblioteca Lusitana. Historica, Critica, e Cronologica*. Vols. 4. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- Dixon, S. (2009). *Catherine the Great*. Reino Unido: HarperCollins Publishers Ltd.
- Franco, J. E. (dir.), (2019). Dicionário Histórico das Ordens: Institutos Religiosos e outras formas de vida consagrada Católica em Portugal. Lisboa: Gradiva.
- Franco, J. E. (2020). Os jesuítas e a primeira base de dados global. In Franco, J. E.; Paiva, J. P.; Fiolhais, C. (dir.). *História Global de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, p. 379–384.
- Furetière, A.; Souciet, E. (1721). *Dictionnaire universel françois et latin*. Paris: La Compagnie des Libraires Associés.
- Ghobrial, J.-P. (2019). Introduction: Seeing the World Like. *Past & Present*. N.º 242, s. 14, p. 1-22.
- Ginzburg, C. (1986). *Miti, emblemi, spie: morfologia e storia*. Torino: Giulio Einaudi

- Giurescu, C. C.; Giurescu, D. (1979). *História do Povo Romeno*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Gomes, F. L. (1869). *Le Marquis de Pombal. Esquisse de sa vie publique*. Lisboa: Imprimerie Franco-Portugaise.
- Gomes, S. A. (2019). A presença franciscana nas periferias urbanas de Portugal nos primeiros tempos da Ordem. *Itinerarium*. Ano LXV, n.º 221/222, p. 65-73.
- Higounet, C. (2003). *História concisa da Escrita*. 1ª Ed. São Paulo: Parábola Editorial.
- Kamiński, Ł.; Korkuć, M. (2016). *1050 anos, Guia Pela História da Polónia de 966 a 2016*. Cracóvia: Legra Sp. Z.o.o
- Le Goff, J. (1999). Les «retours» dans l'historiographie française actuelle. *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*. N.º 22, p. 1-9. Consultado em 6 de outubro 2020. URL: <http://journals.openedition.org/ccrh/2322>.
- "l'Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers (1751-1772)". In *Bibliotecas e humanidades digitais*, <https://bdh.hypotheses.org/1747>.
- Lieven, D. (2006). *Imperial Russia, 1689-1917. The Cambridge History of Russia*. (2006). Cambridge University Press.
- Lopes, A. (2006). Loucas Relações entre Clemente XIV e Pombal sobre a Extinção da Companhia de Jesus. *Lusitania Sacra*. 2.º semestre, n.º 18, pp. 485-503.
- Macedo, J. B. (1951). A situação económica no tempo de Pombal: alguns aspectos. Porto: Portugália
- Madariaga, I. (1990). *Catherine The Great: a short history*. Londres: Yale University press.
- Marques, M. S. (2004). O Homo Duriense e a sua identidade. *Douro Estudos & Documentos*. N.º 1., Actas do 2º Encontro Internacional de História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro. Porto: Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, Universidade do Porto, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Marques, M. S. (2005). O Homo Duriense e a sua identidade (um perfil sociológico e cultural). *Douro Estudos & Documentos*. Ano 10, nº 19, p. 55-67.
- Martins, F. (2004). História, biografia e ética. *Análise Social*. Vol. XXIX (Verão), n.º 171, p. 391-408.
- Marsangy, L. B. (1894). *Le Chevalier de Vergennes, son Ambassade A Constantinople*. Vol. 1. Paris: Librairie Plon.
- Massie, R. K. (2013). *Catarina, a Grande. Retrato de uma Mulher*. Rio de Janeiro: Rocco Digital.
- Maxwell, K. (2001). *O Marquês de Pombal*. Lisboa: Editorial Presença.

- Monteiro, M. A. M. (2005). O Homo Duriense e a sua identidade (um perfil sociológico e cultural). In *Douro Estudos & Documentos*. Ano 10, n.º 19.
- Monterroso, F. C. (1985). Fray Manuel de Villarreal, monje de San Salvador de Villanueva de Lorenzana, diócesis de Mondoñedo, escritor, abad y obispo electo de Puerto Rico. *Estudios Mindonienses*. Vol.1, p. 285-325.
- Moroni, G. (1841). *Dizionario Di Erudizione Storico-Ecclesiastica*. Vol. X. Venezia: Tipografia Emiliana.
- Murphy, O. T. (1982). Charles Gravier, Comte de Vergennes. *French Diplomacy in the Age of Revolution: 1719-1787*. Albany: State University of New York Press.
- Oliveira, F. (1930). *O Motim Popular de 1757. Uma Página na história época pombalina*. Porto: Instituto de Estudos Históricos/Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de licenciatura.
- Oliveira, J. A. (2019). D. João de Magalhães e Avelar e a Fundação da Real Biblioteca Pública Municipal do Porto (1833). *POLISSEMA – Revista De Letras Do ISCAP*. Vol. 9, p. 91-133.
- Paiva, J. P. (2000). A Igreja e o Poder. In Moreira, C. (dir.). *História Religiosa de Portugal*. Vol.2. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 135-185.
- Pérez, M. G. N. (1997). La biografía en la actual historiografía contemporánea española. *Espacio, Tiempo y Forma, Historia Contemporánea*. Serie V, t. 10, pp. 407-439.
- Leal, A. S. A. B. P. (1873). Portugal antigo e moderno; dicionario ... de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias. Vol. V. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.
- Leal, A. S. A. B. P. (1886). Portugal antigo e moderno; dicionario ... de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias. Vol. XI. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão.
- Ratton, J. (1992). Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do Seu Tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810. Lisboa: Fenda Edições.
- Renders, H.; Haan, B. (eds.) (2014). *Theoretical Discussions of Biography. Approaches from History, Microhistory, and Life Writing*. Boston: Brill.
- Revel, J. (2010). Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 15, n.º 45, pp. 434-590.
- Ribeiro, B. OFM. (2018). *Guia de Portugal Franciscano, Continente e Insular*. Braga: Editorial Franciscana.

- Sá, I. G. (2011). As famílias e os indivíduos. As crianças e as idades da vida. In Mattoso, J. (dir.); Monteiro, N. G. *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp. 70-95.
- Santos, J. J. C. (1991). *Literatura e Política. Pombalismo e Antipombalismo*. Coimbra: Minerva – História.
- Santos, M.M.G. (2010). *Heráldica eclesiástica – Brasões de Armas de Bispos – Condes*. Coimbra: Faculdade de Letras Da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural.
- Saraiva, J. H. (dir.) (1983). Pombal e a experiência da autoridade. In Saraiva, J. H. (Dir.). *História de Portugal*. Vol. 5. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 83-108.
- Schmidt. B. B (2003). Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história & cultura*. Vol. 2, n.º 3, p. INDICAR PÁGINAS.
- Seabra, J. (2021). *Pombal Contra Reforma*. Coimbra: Edições Tenacitas.
- Sena-Lino, P. (2020). De Quase Nada a Quase Rei, Biografia de Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. Lisboa: Contraponto.
- Serrão, J. V. (2004). *História de Portugal*. Vol. VI, 6.ª ed. Lisboa: Editorial Verbo.
- Serrão, J. V. (2020a). *História de Portugal*. Vol. VI. Lisboa: Temas e Debates.
- Serrão, J. V. (2020b). A supressão da Companhia de Jesus. In *História Global de Portugal*, Lisboa: Temas e Debates.
- Silva, A. M. e S. (1823). *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Vols. 1- 2. Lisboa: Na Typographia de M.P. de Lacerda.
- Silva, F. R (1990). Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular, os motins do Porto de 1757. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Silva, I. (1858). *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Vols. 1- 23. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva. M. B. N. (2006). *D. João V*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.
- Solnon. J.F. (2017). *L'Empire ottoman et l'Europe*. Paris: Editions Perrin.
- Soriano, J. L. (1867). Historia do Reinado de El-Rei D. José e da Administração do Marquez de Pombal. T. II. Lisboa: Typographia Universal.
- Sousa, B.V. (Dir.); Pina, I. C.; Andrade, M.F.; Santos, M. L. F. O. S. (2016). *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Subtil, J. M. (2006). *O Terramoto Político (1755-1759) – Memória e Poder*. Lisboa: Edual – Universidade Autónoma Editora.
- Teles, A. (1917). Camilo Castelo-Branco na cadeia da relação do Porto. Lisboa: Livraria Ferreira.
- Torgal, L. R. (1989). *História e Ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva.
- Wilhelm, J. (1908). Papa Clemente XIV. In *The Catholic Encyclopedia*, vol. 4. Nova York: Robert Appleton Company.
- Wolff, L. (2010). *The Idea Of Galicia, History and Fantasy in Habsburg Political Culture*. Stanford: Stanford University Press.

ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS

- Aldeia Galega do Ribatejo – <https://www.pcp.pt/criação-da-freguesia-do-montijo-no-concelho-do-montijo-distrito-de-setúbal/>.
- Arquivo Nacional torre do Tombo – <https://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/expulsao-dos-jesuitas/>.
- Bulla da Cea de nosso Sanctissimo Padre Papa Clemente VIII – <https://am.uc.pt/bib-geral/item/45857/>.
- Câmara Municipal de Colli Al Metauro (Itália), <https://www.comune.colliametauro.pu.it/>.
- Câmara Municipal de Galati (Roménia) – <https://www.primariagalati.ro/>.
- Câmara Municipal de Iasi (Roménia) – <http://www.primaria-iasi.ro/portal-iasi/pmi/meniu-pmi/52/despre-iasi/>.
- Câmara Municipal de Fermo (Itália) – <https://www.comune.fermo.it/>.
- Câmara Municipal de Lviv (Ucrânia) – <https://city-adm.lviv.ua/portal/history-of-lviv/>.
- Câmara Municipal de Urbino (Itália) – <http://www.comune.urbino.pu.it/>.
- Catholic-hierarchy.org – <http://www.catholic-hierarchy.org/>.
- Casa de Calhariz – <http://www.casadecalhariz.pt/index.html/>.
- Centro de Estudos de História Religiosa – <https://ciencia.ucp.pt/en/persons/alice-borges-gago/projects/>.
- Chafariz D´El Rei – http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=9599/.
- Diocese de Coimbra – <https://www.diocesedecoimbra.pt/diocese/historia/bispos/1741-1779-d-miguel-da-anunciacao:1143/>.

Dizionario Biografico degli Italiani, [https://www.treccani.it/enciclopedia/angelo-maria-durini_\(Dizionario-Biografico\)/](https://www.treccani.it/enciclopedia/angelo-maria-durini_(Dizionario-Biografico)/).

Drumond Braga, P. (2017). *[POR] SERMÕES SETECENTISTAS PORTUGUESES DE AUTOS-DA-FÉ // PORTUGUESE SEVENTEENTH-CENTURY SERMONS PREACHED AT AUTOS-DA FÉ*. Librosdelacorte.Es. N.º 6. <https://doi.org/10.15366/ldc2017.9.m6.011/>.

Estrada de São Cornélio – <http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/>.

Horodenka (Ucrânia) – https://kehilalinks.jewishgen.org/Gorodenka/html/a_brief_history.html/.

Joaquim de Carvalho.org – vida e obra – <http://www.joaquimdecarvalho.org/>.

Junta de Freguesia de Vialonga – <https://jf-vialonga.pt/historia/>.

Kamianets-Podilsky (Ucrânia) – <https://web.archive.org/web/20071029003029/>.

Khotyn (Ucrânia) – <https://web.archive.org/web/20070515184639/>.

Palácio Marialva – <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/>.

Porto Marítimo de Civitavecchia (Itália) – <http://www.port-of-rome.org/>.

Província Portuguesa da Companhia de Jesus – <https://pontosj.pt/jesuitas/quem-somos/>.

Revista de História da Universidade de São Paulo – <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/145431/156621/>.

Rio Dniestre (Ucrânia) – <http://www.encyclopediaofukraine.com/>.

Secretariado Nacional de Liturgia – <https://liturgia.pt/martirologio/apresentacao.php/>.

Turismo da Bulgária – <https://bulgariatravel.org/nesebar-architectural-historical-reserve/>.

Vaticano News – <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2021-10/arquivo-teologo-penitenciaria-apostolica-piacenza.html/>.

ANEXOS

Anexo 1 – Sermão Panegyrico Gratulatorio do Mysterio da Trindade Santissima

SERMAÕ

PANEGYRICO GRATULATORIO

DO MYSTERIO DA

TRINDADE

SANTISSIMA,

Que todos os anos manda fazer

O R. BENTO SOARES DA FONSECA

Natural da Cidade de Coimbra, donde foy para a Bahia, e se recolheo á Sagrada Religião da Companhia de JESUS; athé que passados alguns tempos sahindo della para fora exercitou o ministerio de Parocho no Certaõ por muytos anos, aonde adquirindo grossos cabedaes com os quaes se recolheo á dicta Cidade da Bahia, tornando de novo a entrar no claustro de sua amada Religião; nella totalmente a poucos tempos cegou.

Pregado de tarde no mesmo Domingo da Trindade Santissima pelo
R. P. M. Fr. MANOEL DA RAINHA DOS ANJOS

PENNAJOYA:

Religioso observante de N. S. P. S. Francisco da Provincia de Portugal, e Doutor na Sagrada Theologia pela Universidade de Coimbra anno de 1746.

Dado ao Prélo (sem consenso do Auctor) pelo

R. MIGUEL DE SOUTO MAYOR

Conego Prebendando na Sé de Coimbra, e Ministro da Veneravel Ordem Terceira da Penitencia de N. P. S. Francisco da mesma Cidade, em cuja Cappella manda estabelecer esta annual solemnidade, o referido devoto, a quem recebeo por seu Irmaõ a mesma Ordem Veneravel.

COIMBRA

Na Officina de LUIS SECCO FERREYRA, Anno do SENHOR

M. DCCXLVII.

Com todas as Licenças necessárias

Fol. I

**Tria sunt difficilia ~~mibi-mihi,~~
Quartum pênitus ~~ignôrio-ignoro~~²³⁷,
Proverb. 30. 19.**

A MAYOR difficuldade, que as Es-
féras não comprehendem, o eni-
gma mais profundo, que os en-
genhos não alcançãõ, e o impos-
sivel mais alto, que ás subtilezas se
esconde, hé na presente hora o
emprego da memoria, o alvo do
entendimento, e a baliza do discurso.

Mas que memoria por mais fecunda! Que enten-
dimento por mais perito! Ou que discurso por mais
subtil, que no már de tantas difficuldades, e que no
abismo de tantas invedecias, aonde preceraõ os
Agostinhos, titubiarãõ os Athanasios, e se sumergi-

A 2

raõ

2 Sermaõ

raõ os Anselmos, julgue fondar o pégo com o prumo
do conhecimento, ou com o conhecimento da cla-

²³⁷ Há três coisas que me são difíceis: a quarta ignoro-a completamente.

reza? Será sem duvida sepultar-se a memoria, confundir-se o entendimento, e a fogar-se o discurso.

Prodigiosa, e não menos admirada pelos entendimentos mais doutos foy aquella famosa Estatua da Sybilla Cumana, que lá vio a antiguidade com tal enigma e descripção, que sendo muytas as diligencias dos Sabios, eraõ menos do enigma as percepçoens: tinha aquêlla estatua na mão direita tres distintas coroas de Ouro; porêem com tal engenho, unidas, e de tal forte enlaçadas, que ainda que na realidade eraõ distintas, com tudo na uniaõ inseparaveis; Logo na mão esquerda apparecia hum livro aberto com este discreto Lemma *impossibile, possibile*²³⁸: queria dizer tres coroas distintas, mas realmente inseparaveis; mysterio admiravel, mas enigma imperceptivel: possivel na existencia, mas impossivel na comprehensãõ.

Sem duvida era este discreto emblema huma demonstraçãõ enigmatica do mysterio da Trindade Santissima, que sendo tres pessoas na realidade distintas, saõ tambem inseparaveis por vinculo da natureza; mysterio tambem este possivel, e impossivel: possivel na existencia; porque *defacto*²³⁹ existe, e a nossa fé o confessa; e impossivel na comprehensãõ; porque a memoria o não percebe; o entendimento

o

Panegyrico

3

o não alcança, nem o discurso o comprehende. Porém, ainda que ao nosso conhecimento se difficulte este mysterio, e na esfêra da nossa comprehensãõ

²³⁸ O impossivel é possivel.

²³⁹ De facto.

não caiba a sua grandeza, com tudo, nem a grandeza de Deos Trino se diminua e nesta dificuldade, nem a gloria da Trindade se deperde nesta invidencia; antes parece, que sobre as colunas da dificuldade, e entre as sombras da invidencia hé que mais se estabelece de Deos Trino a sua gloria, e da Trindade Santissima a sua grandeza; assim o deu a entender (inda que a outro intento) o Douto Pincinéli, *Gloria inter difficultates crescit*²⁴⁰; ou como o descreveo in Mun- em outro discreto Lemma: *Quó difficiliús, eó præclariús*²⁴¹, quanto mais difficultozo, porisso mesmo mais preclaro.

Isto mesmo (se me não engano) foy o que lá experimentou o Rey Sabio nas palavras do nosso Thema: lançou Salamaõ os olhos por todas as creaturas do mundo; e correndo, ou discorrendo universalmente por todas com hum preclaro e pleno conhecimento, sómente em tres encontrou dificuldades: *Tria Sunt difficilia mihi, Scilicet imperceptibilia mihi* Vert Setuagint. *Intelligere*²⁴², vertem os setenta; Não indagou Salamaõ como, ou de que sorte o ár sendo hum corpo diafano, sustenta sobre os hombros a Aguia, que voa: *Viam Aquile in coelo*²⁴³; não alcançou tambem como a pedra sendo ainda polida, e dura, dá passagem á cobra

4 Sermaõ

bra, que sobre o peito caminha: *Viam colubri Super petram*²⁴⁴; nem taõ pouco reconheceo como a Náu

²⁴⁰ Cresce entre dificuldades.

²⁴¹ Quanto mais difficil, tanto mais notável.

²⁴² Há três coisas que me são difíceis, designadamente compreender as coisas imperceptíveis.

²⁴³ Águias no céu.

²⁴⁴ A via de uma cobra sobre uma pedra.

entre as crespas ondas da tormenta assegura o Norte, a que aspira: *Viam Navis in medio maris*²⁴⁵. Isto porém, que no sentido literal nos diz o texto, verte o meu Lyra para os mystico dizendo se deve entender este enigma imperceptivel do mysterio da geraçãõ eterna, cuja profundidade hé a Trindade Santissima: *Descripsit Salomon mysterium generationis Æterne*²⁴⁶, Lyt. in aonde o mesmo he ser imperceptivel, que excellent: ou ser excelente, que imperceptivel; assim o diz 30.19. outra versaõ: *Tria sunt imperceptibilia mibi; tria sunt excellentia mibi*²⁴⁷: Logo parece, que entre as sombras da dificuldade, ou entre as difficuldades do nosso conhecimento, hé que mais se estabelece, e que muito mais se exalta a gloria de Deos em quanto Trino: *Tria Sunt difficilia mibi; tria sunt excellentia mibi; gloria inter difficultates crescit*²⁴⁸. E este ferá deste nosso panegyrico o breve mappa, em cuja circumferencia veremos as difficuldades do nosso conhecimento, e os impossiveis da nossa comprehensãõ no mysterio da Trindade. Linguas manifestativas da gloria de Deos em quanto Trino; a quarta ignorancia de Salamaõ: *Quartum pênitus ignóro*²⁴⁹, que no sentir de Alapide he aquelle Augusto Sacramento, nos há de roborar a empreza depois de lhe implorarmos os frutos da sua graça. AVE MARIA

Tam-

²⁴⁵ A via de um navio no meio do mar.

²⁴⁶ Salomão descreveu o mistério da geração eterna.

²⁴⁷ Existem três coisas que me são imperceptíveis; existem três coisas que me são excelentes.

²⁴⁸ Existem três coisas que me são imperceptíveis; existem três coisas que me são excelentes. A glória cresce por entre as dificuldades.

²⁴⁹ Ignoro completamente o quarto/a quarta coisa.

Tambem as difficuldades do conhecimento, e os impossiveis da comprehensãõ fervem de aqueductos, por donde se condûs o mar de hũa grandeza, e de mappa, em que se debuxa de huma gloria a gigantfia. Para os antigos inculcarem ao mundo a incomprehensivel gradeza de Plataõ usaraõ deste enigma; levantarãõ curiosamente na sua Athenas atodos os Heroés estatuas; porêm sómente a Plataõ negaraõ taõ grande culto: pois que hé isto? (Perguntava o mundo admirado) há que ser taõ liberal este rendimento nas grandezas dos mais Heroés, e sómente a Plataõ há de mostrar taõ escaça a sua liberalidade? Sim: porque só por esta fraze hé, que se pode perceber de Plataõ toda a grandeza: julgaraõ os antigos por impossivel comprehender deste Heroé a gigantfia, e pois que fazem para lhe inculcar ao mundo as glorias! Que? Usaõ daquele enigma; negaõlhe aquella estatua, para que o mundo entre pasmos, e admiraçoens conheça, e sayba, que se hé impossivel comprehender de Plataõ a gigantfia na pequenez de hũa estatua, tambem o mesmo impossivel, ou esta mesma difficuldade lhe serve de Cizel, que nas laminas da fama lhe eterniza toda a gloria: *Eã, nempè, facinora Pincinel. sunt digna Heroe, quoe nisi inter gravissimas difficulates eduntur*²⁵⁰. Saõ palavras do Douto Pincineli. 53.

Assim incompreensiveis as grandezas de Plataõ, e assim inexplicavel o mysterio da Trindade: as

A 3

grand-

²⁵⁰ Estes crimes são dignos de Herodes, os quais não são trazidos à luz a não ser entre gravissimas difficuldades.

6

Sermaõ

grandezas de Plataõ só com os impossiveis da comprehensã se manifestavaõ: o mysterio da Trindade só com as difficuldades do conhecimento se explicaõ: as gigantías de Plataõ por hum impossivel manifestas, inculcavaõ ao mundo o mayor Brazaõ da sua gloria; as excellencias da Trindade decifradas nesta hora pelos impossiveis da nossa comprehensã, mostraõ tambem da sua grandeza o melhor timbre, e da sua gloria o mayor Brazaõ: em tal forma; que os impossiveis da comprehensã daquelle Herõ foraõ das suas façanhas a mayor estatua; e as difficuldades do nosso conhecimento no mysterio da Trindade, são tambem da sua gloria o melhor modelo, e o mais proprio retrato.

Muy confiadamente, e bastantemente elevádo, pe-
De Moyses a Deos, que lhe mostre a sua gloria: *Osten-* Exod.
*de mibi gloriam tuam*²⁵¹; Mas que resposta julgaes vos, 33.18
daria Deos a Moyses á vista daquelle supplica? Esta
mesma *Non poteris vidére faciem meam*²⁵²; Moyses Ibid. 20.
(diz Deos) fecha os olhos á tua curiosidade; abate
as azas á tua diligencia, e adverte; que te hé impos-
sivel avistar a minha face, e reconhecer a minha
gloria: *Non poteris videre faciem meam*²⁵³. Tende maõ,
Senhor, e aonde está a vossa amizade! Ou aonde
estão vossas finezas? Assim pagaes a Moyses o gran-
de amor, com que vos trata, e o muyto que vos tem
fervido? Sim: dirá Deos; assim despacho Moyses

a

²⁵¹ Ostende-me a tua glória.

²⁵² Não poderás ver a minha face.

²⁵³ Não poderás ver a minha face.

a sua petição, e assim lhe defiro à sua supplica; e sabeis porque? Porque se eu mostrasse a Moyses a minha face, e lhe declarasse o segredo da minha gloria, mostrarlhe-hia tambem intuitivamente o ineffavel mysterio da minha Trindade: *Quia si faciem detegerem, essentiam patefacerem, que visa, hypostastes tres nequidem abscondere*²⁵⁴; Disse o Douto Castilho: pois não (dirá Deos) fique Moyses muyto embora com o desejo de ver a minha face, e com o impossivel de avistar a minha gloria; porque esta mesma difficuldade, ou este mesmo impossivel: *Non poteris*²⁵⁵, hé a mayor grandeza, o mayor timbre, e o mais alto braço da minha gloria, e da gloria da minha Trindade: *Nam, ea est supremi, & incomprehensibilis Dei excellencia, ut á creatura nequeat comprehendí, scilicet, mysterium Trinitatis*²⁵⁶; Conclue o mesmo Douto. E se mais claro quereis ver nesta hora este heroyco pensamento, chamemos por Isayas.

Vinde cá Propheta Santo, dizeinos: que mysterio era aquelle, que lá no Trono de Deos avistaraõ os vossos olhos! Dous Seraphins (diz Isayas) vi estar decantando affectivamente em altos vivas toda a Trindade Santissima: *Clamabant alter alter, ad alterum: Sanctus, Sanctus, Sanctus Dominus Deus; in quo cantico Trinitas Sanctissima exprimitur*²⁵⁷. Comenta o Duhamel; porém com tal ordem, e composição estavaõ postos estes dous abrazados espiritos; que ador-

andose

²⁵⁴ Porque se revelasse a minha face, deixaria a descoberto a minha essência, e tendo esta sido vista, não teria sido capaz de esconder as três hipóstases.

²⁵⁵ Não poderás.

²⁵⁶ Pois é esta a excelência do supremo e incompreensível Deus, que não possa ser compreendido pela criatura, designadamente o mistério da Trindade.

²⁵⁷ Bradava um para o outro: Santo, Santo, Santo Senhor Deus; em qual cântico se expressa a Trindade Santissima.

8

Sermaõ

nando-se cada hum de persi com seis azas, só com as do peito voavaõ: *Duabus volabant*²⁵⁸; E pondo em silencio as dos pés, *Duabus velabant pedes ejus*²⁵⁹, com tudo com outras duas, diz o Propheta, occultavaõ a face, vendavaõ os olhos, e disfarçavaõ a gentileza:

*Duabus velabant faciem ejus*²⁶⁰; Pois que hé isto, Propheta Santo! Que cerimonia hé esta dos Seraphins! Occultaõ a face, vendaõ os olhos, e disfarçaõ a gentileza, quando se apuraõ Philomélas nos encomios da Trindade! Sim: responderá Isayas; fechaõ os Seraphins os olhos, com a cortina de suas azas, a tempo, que da Trindade Santissima se recordão; e sabeis porque? Porque em mysterio taõ grande como este, vale mais trabalhar com as azas da fé, que saõ os affectos da alma, e os vo-os do coração, do que naõ com os vo-os do discurso, nem com as azas do entendimento: e quereis agora saber a ultima rezaõ, desta differença? Esta mesma porque fechando os olhos ao entendimento, e abatendo as azas ao discurso, como faziaõ os Seraphins, só entãõ hé, que se conhece por mais alta, e engrandecida a gloria de Deos em quanto Trino: *Duabus velabant faciem*

*ejus; quia incomprehensibilitas extollit mysterium Trinitatis*²⁶¹. Saõ as palavras do Doutor allegado.

Caftil. de

V. eft. v.

A` imitaçaõ dos Seraphins nesta misteriosa cerimonia proseguio tambem (se me naõ engano) o nosso Seraphim devoto, que abrazado entre chamas

37. n. 71.

do

²⁵⁸ Com duas [asas] voavam.

²⁵⁹ Com duas [asas] cobriam os pés Dele.

²⁶⁰ Com duas [asas] cobriam a face Dele.

²⁶¹ Com duas [asas] velavam a face Dele; pois a incompreensibilidade eleva o mysterio da Trindade.

do amor Divino, sem dar treguas ás pennas do desejo, nem ás azas da devoção, com estas mesmas parece vendou os olhos, quando nas victimas da fé entre chamas de amor pertendia offerecer ao Ceo em reverencia da Trindade Santissima os affectos da alma, os alentos da vida, e os vo-os do coração. Pelas mesmas acçoens com que Isayas vio postos lá no empyreo aquelles Seraphins amantes abrazados, e incendiados nos gloriosos encomios daquelle mysterio ineffavel; mostraremos tambem por partes compendiosamente os progressos deste Seraphim devoto, para credito mayor do seu espirito, todo dirigido, e de todo empenhado nas gradezas, e louvores deste mysterio tão profundo.

Vio Isayas primeiramente, que na companhia de Deos se abrazavaõ entre chamas de amor aquelles Seraphins amantes: *Clamabant alter ad alterum*²⁶², e Ifay. 63. este foy o primeiro progresso do nosso Seraphim devoto, que depois de se passar da Universidade de Coimbra patria sua, para a Cidade da Bahia, buscou logo o Ceo da Religião Sagrada na Companhia de JESU, para que nesta tão doce sociedade principiasse logo em humildes faiscas hum amor, que ao depois havia de acabar em copiosos incendios: *Amor humilia quærit, & alta petit*²⁶³. Vio mais o Propheta Santo, que movido da caridade hum daquelles Serafins, que na companhia de Deos estavaõ preferentes, apres-

A 4

sou

²⁶² Bradavam um para o outro.

²⁶³ O amor procura as coisas humildes e dirige-se para as coisas altas.

10

Sermaõ

sou de tal sorte os vo-os, e dirigio com tal modestia os passos, que nos estimulos da sua incançavel diligencia purificou a Isayas o espirito, tocandolhe os labios com a administração de huma ardente braza figura symbolica daquelle Augusto Sacramento: *Volabvit ad mé unus de Seraphim, & in manu ejus calcus... & tetigit os meum: calcus ignitus est Sacramentum*²⁶⁴; E esta foy tambem a occûpação misteriosa, em que o nosso Seraphim devoto se empregou, quando da Cidade da Bahia se auzentou para o Sertaõ, exercitando entre os estimulos da caridade, e as diligencias do seu zelo o officio Parochial na administração dos Sacramentos da Igreja, occûpação taõ relevante, que para exercêla parece que até os Seraphins do Ceo largaõ de Deos a companhia: *Volabvit ad mé Unus de Seraphim*²⁶⁵.

Mas como a companhia de Deos, ou a assistencia Do Ceo, he Himan, *que* atrahe coraçõens amantes, Remora, que suspende do Amor as Velas, e Prometheo que rouba do peito as chamas: *Amanti quælibet à JESU separatio valde difficilis*²⁶⁶; Roubado, suspenso, E atrahido docemente o nosso Seraphim devoto, pelo grande amor de sua Sagrada Mãe, se recolhe-o segunda vez ao mystico Ceo da Companhia de JESU, aonde quasi por mysterio totalmente cegou; ou para que em tudo, e por tudo imitasse aos Seraphins do Ceo com os olhos vendados na companhia de Deos:

Ibid. v. 6.

& 7.

Polyant.

Euch.

Sylv.

tom. 5.

lib 7 c.

18. n. 9.

Dua-

²⁶⁴ Voou para mim um dos Serafins e na mão dele [havia] uma pequena pedra ... e tocou na minha boca. A pedra inflamada é o sacramento.

²⁶⁵ Voou para mim um dos Serafins.

²⁶⁶ É bastante difícil qualquer tipo de separação de Jesus, que ama.

*Duabus velabant faciem ejus*²⁶⁷. Ou para que o primeiro Sacrificio, que nas áras da devoção sacrificava ao Ceo em obsequio da Trindade Santissima, fossem taõ sómente as meninas dos seus olhos.

No Psalmo **24.** faz o Rey dos Prophetas ao Ceo dous agigantados sacrificios; no primeiro offerece David a Deos as claras luzes dos seus olhos, e no segundo entregalhe o espirito da sua alma; mas com esta differença, que no primeiro Sacrificio entregando David a Deos as meninas dos seus olhos, dellas não faz mais cabedal, porque lhas entrega para sempre: *Occuli mei femper ad Dominum*²⁶⁸. E no segundo Pfalm. Sacrificio entregandolhe a sua alma, ainda desta não 24.v.15. perde as esperanças; porque pede a Deos, que lha guarde, e tenha da sua mão: *Custodi animam meam*²⁶⁹. Pois valhame o Ceo com tal differença? Não são os olhos aquellas ardentes tochas, que formoseando o rosto com suas luzes, ficaõ sendo inveja do Ceo com menos garbo? A experiencia o mostra: e não hé a alma tambem aquella perfeição ultima, de quem tanto depende a creatura nas suas acçoens vitaes! Hé sem duvida: pois logo se David offerece a Deos o espirito da sua alma, e as luzes dos seus olhos, porque rezaõ não pede a Deos este Propheta, que lhe guarde dos seus olhos as claras luzes assim como lhe supplica, que lhe reserve da sua alma o próprio espirito: *Custodi animam meam*²⁷⁰! Direi: porque se David pe-

disse

²⁶⁷ Com duas [asas] cobriam a face Dele.

²⁶⁸ Os meus olhos estão sempre [virados] para o Senhor.

²⁶⁹ Vigia a minha alma.

²⁷⁰ Vigia a minha alma!

disse a Deos, que lhe guardasse os seus olhos, quando deles lhe fazia sacrificio, assim como lhe supplicava, que a alma lhe reservasse, quando della lhe fazia holocausto, mostraria sem duvida nesta supplica, que ainda além de Deos tinha David algum affecto particular, em que os seus olhos se empregassem, e disvellados se divertissem; e assim ficaria David menos acreditado nas victimas do seu Amor para com Deos:

pois não; fiquem muyto embora os olhos de David no poder de Deos, sem que das suas luzes se faça mais cabedal: *Occuli mei femper ad Dominum*²⁷¹. Ainda que da alma fiquem algũas esperanças: *Custodi animam meam*²⁷²; porque o verdadeiro sacrificio, que hũa creatura deve fazer ao seu Creador, há de ser tão relevante, tão firme, e prezistente, que até por fineza ultima lhe há de entregar entre os fumos da soberania as claras luzes dos seus olhos, sem lhe ficar nas esperanças do cuidado a mais leve verdura do desejo:

*Amor cæcus est; amenus igitur, ut cæci fiamus quamvis amittamus frontis luminária magna*²⁷³.

Vill. Ro-
el. tom I..

Assim prosequio igualmente com David o nosso grande devoto; que para oferecer ao Ceo o mais acertado Sacrificio, principiaraõ as victimas do seu amor pelas luzes dos seus olhos, sem que no Theatro do mundo lhe ficasse o mais leve cuidado, que as esperanças lhe retrahisse, nem o disvellos lhe captivasse; *Occuli mei femper ad Dominum*²⁷⁴; Antes sup-

Taur 4.
Didasec. 5.
num. 3.

plicou

271 Os meus olhos estão sempre [virados] para o Senhor.

272 Vigia a minha alma.

273 O amor é cego; amemos, portanto, para nos tornarmos cegos, ainda que percamos os grandes olhos da face.

274 Os meus olhos estão sempre [virados] para o Senhor.

plicou a Deos, que na sua companhia dentro do Ceo da Religião sagrada lhe guardasse a alma, e lhe reservasse o espirito: *Custodi animam meam*²⁷⁵, em cujas aras lhe fazia tambem offerta dos seus olhos, para que cego o seu amor pelo Deos, ficasse mãos soberana aquella victima, e muyto mais generoso o sacrificio: *Amor cæus est; amemus igitur, ut cæci fiamus, quamvis amittamus frontis luminária p̄ magna*²⁷⁶.

Estes foraõ os primeiros progressos do nosso devoto; e tendo estes por exemplar as acçoens de David, e os progressos dos Seraphins, quem não dirá, que a sua tragica vida hé toda hum misterio puro! Mas para continuarmos com o nosso principal misterio, que hé o da Trindade Santissima unico emprego do nosso Seraphim devoto, e unico objecto deste nosso panegyrico, suspendamos a penna aos progressos temporaes; e sobre os alentos da fé apliquemos-lhe os sopros do discurso, para que elevada remonte esta os seus vo-os a esta profunda esfera da Santissima Trindade, em cujo pelago, saõ tantos os graós de gloria, quantas as incomprehensoens do discurso humano: *Incomprehensibilitas extóllit mysterium Trinitatis*²⁷⁷.

Hé o ineffavel misterio da Trindade taõ imperceptivel ao nosso conhecimento, e taõ difficultoso, à nossa comprehensãõ, que nelle confessa por obsequio a nossa fé, o que a rezaõ por natural não confessára: neste mysterio achaõ-se compativeis a multi-

plicidade

²⁷⁵ Vigia a minha alma.

²⁷⁶ O amor é cego; amemos, portanto, para nos tornarmos cegos, ainda que percamos os grandes olhos da face.

²⁷⁷ A incompreensibilidade eleva o mistério da Trindade.

plicidade com a uniaõ; a uniaõ com a differença; e a differença com a identidade. A identidade com a differença, porque indentificando-se a natureza realmente com as pessoas, são as pessoas entre si realmente distintas mas da natureza inseparaveis: a differença com a com a uniaõ, porque differindo entre si as pessoas nas relaçoens, são todas tres hũa só cousa na Essencia: e a uniaõ com a multiplicidade, porque sendo hum só Deos por natureza, mostra-se tres na geraçaõ. Captivar porêm do entendimento os vo-os nesta suprema Divindade, e abater ao discurso as azas á vista deste mysterio, ferve para Deos de tanto agrado, e de tanta gloria, que nelle se mostra o Ceo mais agradecido com o sacrificio da fé, do que não com outra qualquer obra por mais heroyca que seja.

O mais heroyco sacrificio, que a meu ver, recebeu Deos Senhor Nosso da mão dos homens, foy o sacrificio de Abraham, quando nos fios de huma espada quis consagrar ao Ceo a tenra planta de hum filho: porêm repáro, que tendo Deos Senhor Nosso por hum decreto determinado aquella victima: *Tolle filium tuum... & offers eum*²⁷⁸, com tudo a tempo, Genef. 22.2. que da bainha pucha Abraham a espada, milagrosamente lhe suspende o Ceo aquelle golpe: *Non extendas manum tuam super puerum*²⁷⁹; Pois que hé isto, *Ibid. v. 32* Senhor, ainda agora determinaes o sacrificio: *Tolle filium*²⁸⁰, e já taõ brevemente revogaes vosso decreto,

rou-

²⁷⁸ Pega no teu filho ... e oferece-o.

²⁷⁹ Não estendas a tua mão sobre o menino.

²⁸⁰ Pega no filho.

roubando a Prothéo as formas, e tomando a Jáno os

Rostos: *Non extendas manum tuam*²⁸¹! Sim: (dirá

Deos) não vedes, que naqueles tres dias, que gastou

Abraham para o sacrificio, se representa por enigma

o mysterio da Trindade Santissima! Assim o profere

São João Chrysostomo: *Ambulavit Abraham tres di-* Chry.

*es, ut monstraret mysterium Trinitatis*²⁸², E não repa- fof. apud

raes tambem, que neste mesmo mysterio emprega Caftil. de

Abraham totalmente os olhos da sua fé! Elle mesmo v e ftib v.

testeficou por bocca de Santo Agostinho: *Tanta est* 37. n. 74.

*fides mea, ut credant*²⁸³. E ainda que este insigne Patri- Aug.

archa (diz Deos) concorra para os obsequios deste Serm. 72

mysterio com as victimas de huma vida, e com o sa- apud.

sacrificio da fé, com tudo mais lhe agradeço eu o sacri- Aut. Cit.

ficio da fé neste mysterio, do que não lhe agradeço as

victimias de Izac no sacrificio: *Ambulavit Abraham*

tres dies, ut monstraret mysterium Trinitatis: tanta est

fides mea ut credant: non extendas manum tuam super

*puerum*²⁸⁴.

Assim reconhece, e agradece Deos por mayor fi-

neza os sacrificios da fé, que nas áras do coração se

acendem em obsequio, e reverencia de tão grande

mysterio, do que não outra qualquer obra por mais

heroyca, que seja, e ainda que custe huma vida. Ver-

dade hé, que a virtude da fé sem o consorcio das bo-

as obras perde o ser, que tem, e acaba de todo, o ser

fé: *Fides fine operibus mortua est*²⁸⁵; Diz o grande Ago-

stinho:

²⁸¹ Não estendas a tua mão!

²⁸² Abraão caminhou durante três dias, para mostrar o mistério da Trindade.

²⁸³ É tamanhá a minha fé, que [eles] acreditam.

²⁸⁴ Abraão caminhou durante três dias, para mostrar o mistério da Trindade. É tamanha a minha fé, que [eles] acreditam. Não estendas a tua mão sobre o menino.

²⁸⁵ A fé fica morta sem obras.

stinho: por isso advertida, e discretamente proseguiu o nosso grande devoto, que em profunda Reverencia, e veneraçãõ deste mysterio seguindo (tal ves) em tudo, e por tudo as eleyçoens de Abraham no sacrificio, accumulou por esmalte à virtude da sua fé a moralidade das boas obras. Caminhava Abraham no sacrificio para o fim de huma vida com tal espirito, e fervor, que entre os ardores da fé, como disse Agostinho, sacrificava ao Ceo os mais nobres cabedaes de sua casa: proseguiu tambem este devoto com o mesmo espirito de Abraham, offerecendo a Deos quasi no fim da vida as mayores opulencias de sua casa mesma: Abraham, para fazer mais acertado a Deos o sacrificio servialhe de Norte a enigmatica luz da Trindade Santissima: *Ambulavit Abraham tres dies, ut monstraret mysterium Trinitatis*²⁸⁶. E este devoto para de todo se estabelecerem as suas obras pias, e para sempre subsistirem os seus effectos, buscou tambem da mesma Trindade Santissima hũa symbolica figura, que hé a muyto esclarecida, e sempre penitente ter- Ex. offic.
ceyra Ordem de meu P.S. Francisco: *Tres ordines S. Franc.*
hic ordinat... in numero ternario Divine Tryados ar- antif ad
*canum revelatur*²⁸⁷.

Nesta Terceyra Ordem de meu P.S Francisco fi- Laud.
gura expressa da Trindade Santissima estabeleceo Cañil. v.
este devoto os empregos da sua devoçãõ, os cabeda- 37. n. 74.
es da sua fé, e os actos da sua virtude; porque tam-
bem

²⁸⁶ Abraão caminhou durante três dias, para mostrar o mistério da Trindade.

²⁸⁷ Aqui dispõe três ordens ... no número ternário revela-se o segredo da Divina Trindade.

bem fervem de gloria ao Ceo os meyo, que no mundo se buscaõ para se eternizarem os alentos de hum espirito generoso, e os impulsos de hũa devoçaõ heroyca.

Auzente da sua Patria se achava Jacob em Bethêl quando a Deos fez hũa plena deixaçaõ de todas as suas virtudes, cabedaes entã com que se achava; mas que meyo julgais vos buscaria Jacob, para que esta deixaçaõ, ou este ôbito permanecesse para sempre!

O mesmo texto o declara: *Tulit lapidem...fundens* Genef.

*oleum desuper*²⁸⁸; Hũa pedra foy o meyo, que Jacob 28. 19.

buscou, para nella eternizar a deixaçaõ das suas virtudes symbolicas naquele liquor, que elle mesmo

lhe derramou: *Oleum, scilicet, luminis, fructus cha-* Lauret.

*ritatis, & opera misericordiæ*²⁸⁹; Pois hũa pedra hé o verb.

meyo, que Jacob acha mais decente para eternizar Oleum

hũa deixaçaõ taõ relevante? Sim: porque nesta pedra vio Jacob representada por enigma hũa tercey-

ra Ordem espelho representativo da Santissima Trin-

dade, assim o expoêm o Douto Villarroel *Arbitrati* Vill. Ro-

sunt tres supposuisse lapides, qui in unum conversi el tom. 7.

*sunt, in speculum Santissimæ Trinitatis*²⁹⁰; E como a- Taut. 3.

quelle lugar, em que Jacob fazia aquella deixaçaõ Didaf-

mysteriosa, era huma casa de Deos: *Non est bic* cal. 6. n. 4

*aliud, nisi Domus Dei*²⁹¹, ou huma casa Religiosa,

que se compunha de huma comunidade sujeita

ao seu Prelado; *In Bathêl erant mille viri designan-*

tes

²⁸⁸ Levantou a pedra... derramando óleo de cima.

²⁸⁹ Um óleo, designadamente, de luz, um fruto de caridade e uma obra de misericórdia.

²⁹⁰ Julgaram que colocou três pedras, que foram convertidas numa só, em espelho da Santíssima Trindade.

²⁹¹ Não está aqui outra coisa, a não ser a Casa de Deus.

*tes defensores Ecclesiæ cum suo Prælo conjuncti*²⁹²;

Porisso como discreto, e como acertado prosequio Lauret.

Jacob naquela mysteriosa eleyção, buscando huma verb. Be-

pedra, ou para melhor dizer, hum lugar religioso, thel.

em que resplandecia hũa taõ Divina, e Soberana

Ordem Terceyra, só para melhor eternizar os effei-

tos da sua caridade, as luzes das boas obras, e a dei-

xação das suas virtudes: *Tulit lapidem... fundens Ole-*

um desuper, scilicet charitatis, & opera misericordiæ:

Arbitrati sunt tres supposuisse lapides, qui in unum

*conversi sunt speculum Sancissime Trinitatis*²⁹³.

Fica taõ proprio, e natural ao nosso intento este

sucesso de Jacob, que me parece superflua a mais le-

ve applicação neste lugar; porque com todas as cir-

cunstancias, com que Jacob terceyro possuidor da-

quelle Patriarchado estabeleceo os Theouros das

suas virtudes, assim da mesma forma prosequio o

nosso devoto terceyro filho de meu Patriarcha Sera- A este de-

phico, buscando com Jacob ausente da sua Patria voto re-

hum lugar sagrado, e religioso, ou huma pedra tri- cebeo por

plicada, que hê esta terceyra Ordem Seraphica ex- Irmaõ

pressa figura da Trindade Sanctissima, só para nella Jeu aVe-

estabelecer perpetuamente os effeitos da sua cari- neravel

dade; as luzes das boas obras, e a deixação das suas Ordem

virtudes; *Tulit lapidem... essundens Oleum, scilicet, Terceira.*

charitatis, & opera misericordiæ... Arbitrati sunt tres

supposuisse lapides... in speculum Sanctissimæ Trini-

*tatis*²⁹⁴. Gran-

²⁹² Em Bathel havia mil homens que designava por defensores da Igreja, em conjunto com o seu *Prælo*.

²⁹³ Levantou a pedra... derramando óleo de cima, designadamente de caridade, e uma obra de misericórdia. Julgaram que colocou três pedras, que foram convertidas num só espelho da Santissima Trindade.

²⁹⁴ Levantou a pedra ... exsudando um óleo, designadamente de caridade, e uma obra de misericórdia. Julgaram que colocou três pedras ... em espelho da Santissima Trindade.

Grandes são na verdade os efeitos, que produz a virtude da fé, quando comsigo tras o consorcio das boas obras, tudo para mayor culto, e mais alto rendimento do mysterio da Trindade Santissima: Porém ainda que as boas obras sirvão de alentos á fé, e sejaõ desta virtude a alma, coração, e vida: *Fides sine operibus mortua est*²⁹⁵; Com tudo para os aplausos, e gradezas da Trindade, mais vale o concurso habitual da fé, que não os actos das mais virtudes; pois parece, que se por impossivel se acabassem no mundo as virtudes das boas obras, e permanecesse sempre firme o habito da fé, este parece bastaria no mysterio da Trindade para augmentar, e engrandecer a gloria de Deos em quanto Trino.

Ao alto do Thabôr leva CHRISTO a seus Discipulos, para nelle se lhe inculcar cheyo de glorias:

Duxit illos in montem excelsum, & transfiguratus Math-17

*est ante eos*²⁹⁶. Lança Pedro os olhos para a face do Senhor a tempo, que já o sol o revestia de gâllas, e cercava de resplendores: *Resplenduit facies ejus sicut* Ibid. n. 2.

*sol*²⁹⁷: Admirado Pedro de tanta gloria, rompe nestas palavras, Senhor, agora sim he que vos peço façamos aqui tres tabernaculos: *Faciamus h̄ h̄c tria tabernacula*²⁹⁸: As palavras, que eraõ dictas, despede o Ceo esta resposta: *Hic est filius meus dilectus*²⁹⁹: Como se dissera Ibid. n. 5.

oh homens! Este que aqui vedes todo Soberano, e cheyo de glorias, adverti, que hé o meu querido, e

ama-

²⁹⁵ A fé fica morta sem obras.

²⁹⁶ Conduziu-os para um monte excelso, e transfigurou-Se perante eles.

²⁹⁷ A face Dele resplandeceu como o sol.

²⁹⁸ Façamos aqui três tendas.

²⁹⁹ Este é o meu filho, muito amado.

amado filho: e quem não repara neste modo de falar! Senhor, por ventura claudicou até aqui a fé em reconhecer a CRISTO por vosso filho? He certo que não; porque há bem poucos dias, que Pedro publicamente o confessou por filho vosso: *Tu es CHRISTUS filius Dei vivi*³⁰⁰. Pois logo para que lhe Math. 26. 16. fazeis nesta hora hũa advertência a meu ver superflua, e a meu ver impertinente: *Hic est filius meus dilectus*³⁰¹.? Sim: dirá Deos, faço esta advertencia a Pedro: e sabeis porque? Porque nas glorias do Thabôr estão assistentes a meu filho as tres pessoas da Santissima Trindade: *In Thabore, quo visa gloria salvatoris, astiterunt perfonæ Sanctissimæ Trinitatis*³⁰², disse o Vill Ro- el tom. 4 Taut. Douto Villarroel; e como Pedro intentava nas glorias deste mysterio assentir mais com a praxe das boas obras, do que não com a virtude da fé: *Faciamus tria tabermacula*³⁰³, pois isso, rejeitando-lhe eu essas obras como desnecessarias: só virtude da fé o advertito; *Hic est filius meus dilectus*³⁰⁴, para que saiba o mundo, que em mysterio taõ relevante, como este, em que resplandece a minha gloria, mais necessaria hé a virtude da fé, do que não a praxe das mais obras; hé mais necessaria a virtude da fé, porque nesta se estabelece a minha gloria, *Hic est filius meus dilectus*³⁰⁵: E não hé taõ necessaria a praxe das mais obras, porque sem ellas admiravelmente pode a minha Trindade gloriar-te: *Faciamus hic tria tabernacula: Hic est*

³⁰⁰ Tu és CRISTO, filho do Deus vivo.

³⁰¹ Este é o meu filho muito amado.

³⁰² No [monte] Tabor, no qual foi vista a glória do Salvador, erguiam-se as Pessoas da Santissima Trindade.

³⁰³ Façamos três tendas.

³⁰⁴ Este é o meu filho, muito amado.

³⁰⁵ Este é o meu filho, muito amado.

*est filius meus dilectus: in Thaborea, quo visa gloria salvatoris asterunt perforæ Sanctissimæ Trinitatis*³⁰⁶.

Alcançado, e percebido tem já o nosso conhecimento, como para a gloria de Deos em quanto Trino pervalesse mais que tudo a virtude da fé em comparação das mais obras; porque se a fé, conforme os Theologos com o Apostolo hé hum argumento imperceptivel de preciosidades occultas: *Spe- Ad. Hæ-*
randarum substantia rerum argumentum non appa- br.11.
*rentium*³⁰⁷, Que mayor, ou que mais imperceptivel preciosidade para á nossa fé, que o mysterio da Trindade Santissima! Em cuja profundidade o Juizo se afroxa, o discurso se engana, e o entendimento se humilha: Humilha-se o entendimento, porque se lhe cegaõ os olhos, quando intuitivamente pertende attingir este mysterio: engana-se o discurso, porque neste mysterio vendo certas as premissas, faélhe errada a consequencia: e afroxa-se o Juizo, porque tambem nesta profundidade não reconhece por infalveis os principios da sua natural Philosophia. Todas estas difficuldades, ou todas estas impercepçoens são columnas de marmore, e pedrestaes de bronze, sobre que se funda, e estabelece a gloria deste mysterio, *Quo difficilius eò præclarius*³⁰⁸. Em tal forma, que se o entendimento pela evidencia, o discurso pela illação, ou o Juizo pela actividade comprehendesse deste mysterio a grandeza, certamente

³⁰⁶ Fazemos aqui três tendas. Este é o meu filho, muito amado. No [monte] Tabor, no qual foi vista a glória do Salvador, erguiam-se as Pessoas da Santissima Trindade.

³⁰⁷ [A fé é] a substância das coisas de onde se tem esperança, um argumento das coisas que não aparecem.

³⁰⁸ Quanto mais difficil, tanto mais illustre.

mente parece, não se poderia chamar grande, excelente, nem Divino este mysterio da Trindade:

foy conceyto do Douro Villarroel: *Equidem si comprehendere posset Judicium humanum, nec esset magnum, neque Divinum hoc mysterium Trinitatis*³⁰⁹. Vill. Ro- el tom. 7
Taut. 3.

go parece, que com grande fundamento se queixa Did. 6. n.
Salamaõ, quando com tantas difficuldades se lhe re- 8.

presenta este mysterio soberano naquele enigma do nosso Théma: *Tria sunt difficilia mihi, scilicet, imperceptibilia mihi*³¹⁰; Mas as mesmas difficuldades, que da comprehensãõ o eximem, fervemlhe de linguas, que a sua gloria lhe manifestaõ: *Tria sunt excellentia mihi; gloria inter difficultates crescit*³¹¹. Hé ja tempo de apparecer a quarta ignorancia de Salamaõ, que hé aquelle profundo, e Eucharistico Sacramento, para roborar ultimamente toda a verdade deste nosso argumento.

Rasga-se essa cortina do Ceo aos olhos do Evangelista Aguia, a tempo no Empyreo ouve clamar, e reclamar a hum Anjo; cujas vozes eraõ estas nem no Céõ, nem na terra, nem nos abysmos há quem se atreva a abrir aquelle livro, que com sette sellos está fechado: *Nemo poterat neque in cælo, neque in terra, neque subtus terram aperire librum*³¹². Fatal Apoc. 5.
2.

impossivel na verdade? Pois nem na Universidade do Céõ, aonde os entendimentos provaõ de mais finos pela postilla, que recebem na Divida Essencia,

há

³⁰⁹ Efetivamente, se o juizo humano o pudesse compreender, este mysterio da Trindade nem seria grande, nem divino.

³¹⁰ Existem três coisas que me são difíceis, designadamente, impercetíveis.

³¹¹ Existem três coisas que me são excelentes. A glória cresce entre as difficuldades.

³¹² Ninguém podia abrir o livro, nem no céu, nem na terra, nem debaixo da terra.

há de haver quem se atreva a abrir aquelle livro:

*Nemo poterat neque in caelo*³¹³! Naõ: e a rezaõ deste im-

possivel a meu ver ferá esta, porque se aquelle li-

vro se abrisse, facilmente se poderiaõ comprehen-

der os mysterios, que dentro de sy encerrava; ah

fim! Antaõ mayor duvida: e que mysterio taõ pro-

fundos occultava esse livro fechado? O Excel-

lente, e sempre Augusto Sacramento Eucharistico,

posto em Custodia entre as tres Divinas Pessoas: Sylv. in

Eucharisticum Sacramentum est liber signatus sigillis apoc.

*septem*³¹⁴, Athé aqui o Silveira, *In quo signatur myste-* tom. I.

*rium abstrusum Sanctissime Trinitatis*³¹⁵; Conclue o cap. 5. Q.

Villarroel; e como da incomprehensaõ, e difficul- 3

dade profunda destes dous mysterios depende muy- Vill. Ro-

to a gloria de Deos em quanto Trino: *Imcompre-* el tom. 4.

hensibilis Dei excellentia est, ut à nulla creatura com- Did. I. n.

*prehendatur hoc mysterium*³¹⁶. Por isso nem no Céu, 5.

nem na terra, nem nos abysmos há de haver quem se Cautil.

atreva a abrir aquelle livro do Sacramento, e da fup. Cit.

Trindade; porque esta mesma difficuldade, ou esta

mesma incomprehensaõ hé a lingua mais aguda,

que nos templos da fé publica por mais alta, e en-

grandecida a gloria de Deos em quanto Trino: *Ne-*

nemo poterat neque in Cælo, neque in terra, neque sub-

tus terram aperire librum: liber est Sacramentum, in

quo signatur mysterium Trinitatis; incomprehensibi-

*litas extollit hoc mysterium.*³¹⁷

So-

³¹³ Ninguém podia, nem no céu!

³¹⁴ O sacramento eucarístico é o livro assinalado com sete selos.

³¹⁵ No qual está assinalado o mistério oculto da Santíssima Trindade.

³¹⁶ É incompreensível a excelência de Deus, ao ponto de este mistério não ser compreendido por nenhuma criatura.

³¹⁷ Ninguém podia abrir o livro, nem no céu, nem na terra, nem sob a terra. O livro é o Sacramento, no qual se assinala o mistério da Trindade. A incompreensibilidade de Deus aumenta este mistério.

Soberano, e Poderoso Deos Sacramento, e juntamente Trino: Este foy o Norte, que no Pelago infurcavel, e incomprehenivel da vossa Trina immensidade me mostrou aquelle Sabio Argonauta, aquem pedi tambem por estrella aquelle enigma: *Tria sunt, &*³¹⁸. Só para que as difficuldades, e incomprehensoens deste mysterio taõ profundo servissem hoje de linguas manifestativas da vossa gloria: *Tria sunt difficilia mihi: Tria sunt excellentia mihi; gloria inter difficultates crescit*³¹⁹. Aceitay, Senhor, por ultimo nas Aras da devoção esta victima mais jucunda, que entre os alentos da vontade vos consagra o mayor coração devoto; e fe a rellação de semelhança hé do amor a mayor causa: *Similitudo est caufa Amoris*³²⁰. Nesta terceyra Ordem de meu P. S. Francisco: Imagem mais propria da Vossa Trindade Santissima: *In numero ternario Divine tryados arcanum revelatur*³²¹, tendes naõ só do amor a mais alta devoção, mas tambem por companhia fragoas de Seraphins amantes, que respirando entre incêndios amorosos Ethnas de aplausos, perfumaõ com os aromas da fé a vossa Magestade, a vossa grandeza, e ultimamente a vossa gloria: *Ad quam nos perducatur Deus Pater, Filius, & Spiritus Sanctus*³²².

FINIS LAUS DEO³²³

³¹⁸ São três e...

³¹⁹ Existem três coisas que me são difíceis. Existem três coisas que me são excelentes. A glória cresce entre as dificuldades.

³²⁰ A semelhança é a causa do Amor.

³²¹ No número ternário revela-se o mistério da Divina Trindade.

³²² Para a qual nos conduza Deus, Pai, Filho e Espírito Santo.

³²³ Fim. Louvor a Deus.

Anexo 2 – Sermão Panegirico, Laudatorio, e encomiástico

Sermão Panegirico, Laudatorio, e encomiástico; *que* Do ineffavel misterio da Conceição de *Maria Santissima*, pregou de tarde – No convento de *São Francisco* do Porto em oito de Dezembro de 1756 estando o Santissimo Sacramento manifesto – O M.R.P. M. Fr. quer dizer, Mui Reverendo Padre Mestre *Frei Manuel* da Raynha dos Anjos Penajoya Da Regular observancia do Serafico Patriarcha *Doutor* na Sagrada Theologia pella vniuersidade de Coimbra, qualificador do *Santo Officio* e Lente de Tercia na mesma Faculdade.

Dado a Luz sem consento do mesmo Author por hum especial devoto da mesma *Senhora*, particular amigo, e devoto de toda a illustre, esclarecida, e Sagrada Religião Serafica³²⁴.

Prologo³²⁵

Como *quartos* professam o instituto mais humilde e se deve obrigar mais das *Sensuras*, *que* das *Lizonjas*, por *que* na esfera da humildade são mais discretas as emendas, *que* os elogios, não se encaminha este prologo a captar benevolencias, mas sim a espresar *Sensuras*, como despertadoras da Reforma: *que* so assim he, *que* o genio do Author pode ficar mais satisfeito, e aos *Sensores* obrigado. O [borrão] O trigo *que* na ceara Se cria nunca nasceo tão puro, *que* não tivesse joyo, *que* se lhe mondar; se bem *que* na ceára mais pura do *Evangelho* não faltou hum inimigo, *que* na sinceridade do trigo puro lançou com a sizania o maior veneno; e se na abreviada composição deste opusculo houverem verduras, *que* o aRancar , não pella mão inimiga, mas prudente, recolhera o Author por fruto os *documentos*, *para* com elles colher, como de trigo ja puro os *Celeiros* da erudição.

A materia de *que* se tratta neste pequeno Sermão não só he pura, mas purissima digna de particular segredo *para* *mutos* entendimentos e com *particularidade* *para* aquelles, cujo assumpto, ou por *Zoilos* na vontade, ou por *Pigmeos* na *inteligencia* o não percebem, nem alcanção *para* os quaes fica mui proprio o emblema [borrão] [de] *Al*

Aciato ³²⁶, [espaço em branco], em *que* pintando a lua immaculada, prateada de luzes, e guarnecida de *Resplandores*, logo em sinal de enveja lhe debuxou por baixo dous caens ladrando com

³²⁴ Este sermão integra um códice factício, tratando-se do primeiro sermão do referico códice donde no quanto superior direito a numeração consta o número 1.

³²⁵ O Prólogo não está numerado e inicia no verso da folha de rosto.

³²⁶ Entenda-se *Alciato*, *Andrea Alciato*.

esta Letra: Pulchrior dum invides³²⁷. Com estes pois se não se entende o Prologo, mas só com os Sabios, e prudentes, *que* sabem separar o ouro das flores, e a prata da Glorea: pode pois o leitor prudente, e Sabio purificar neste sermaõ o ouro, a [...] do fogo do bom espirito, e qualificar a prata nas diligencias da forja do seu Talento; pois tal he o genio do Author, *que* dos mesmos fios da Sensura tecerá a fabrica de hum fiel agradecim^{ento} podendo dizer desta piedad^e em melhor sentido =

Nominis aute mei venient oblivia nobis;
Pectore quam pietas sit tua pulsa meo;
Et prius hanc animam vacuas reddemus in auras,
Quam fiat meriti gratia vana tui³²⁸.

Ovid. 2.Pont.

Vale³²⁹.

Sermaõ primeiro da Conceição de *Maria Santissima*

Secretum meum mihi³³⁰ lay 24. v. 16.

§ 1.

Hum misterio, *que* na sua profundidad^e mais foi segredo de *Deos*, *que* noticia sabida dos homens venera hoje o nosso Espiricto, e reverente celebra a nossa devoçãõ. Logo *que* eu puz os olhos na profundidad^e deste misterio, e lhe não pude descobrir a raiz, nem o principio, inferi *que* todo lhe hera segredo de *Deos*, e so *para Deos* reservado; por cujo resp^{osta} me resolvi a pregar deste misterio como em silencio, por não parecer demasiado: Sentenca *que* por conselho dava Pythagoras a *quem* queria falar não como homens, mas como Oraculo: Ab hominibus loquellam, a Diis vero taciturnitatem autem dicimus³³¹. Tambem me lembra, *que* perguntado em esta ocasião Aristotelles, qual seria o homem, *que* se atreveria a guardar inviolavel um segredo? Respondeo, *que* so o poderia guardar melhor, o *que* se atrevesse a sustentar na lingua hũa brasa aceza; Qui carbonem ignitum lingua

³²⁷ É mais bela enquanto invejas.

³²⁸ Antes virá a mim o esquecimento do meu nome
Do que a tua piedade seja expulsa do meu peito,
E antes entregaremos esta alma às vagas auras,
Do que ocorra uma graça desconsiderada do teu mérito. Ovid. 2. Pont.

Trata-se de versos do poeta romano Ovidio, que se encontram nas suas Epistulae ex Ponto livro 2, poema 11, versos 5-8. Na passagem em questão, Ovidio fala ao seu amigo Rufo, quando o poeta estava no exílio.

³²⁹ Adeus.

³³⁰ [Disse]-me a mim o meu segredo.

³³¹ Dizemos que dos homens vem a tagarelice, já dos deuses vem o silêncio.

detinere³³². Avista pois desta Sentença confesso, *que* mais facil me seria na occasiã presente vencer este impossivel, do *que* manifestar-vos hum misterio, *que* na sua profundidade foi todo segredo de Deos, e só por Deos compreendido.

2. Fala o *Senhor* por Isaias no capitulo 24. dizendo *que* o seu segredo he somente *para* ele, pello *mu*to, *que* tem de seu e *para* ninguem mais a sua comprehensã. Secretum meum mihi³³³. Por este segredo entende Theodozio com *Sã*o Jeronimo um misterio: Secretum meum, mysterium meum³³⁴. E que misterio julgaraõ agora circumspectos serã este, cuja

// [p. 1] //

cuja profundidade reservou Deos *para* Si Só? *Sã*o Bernardo diz, *que* se deve entender a respõsta da esposa, *que* em segredo buscou, e achou a Deos: = Haec adaptat sponsae, quae in secreto sponsum quaerit, et invenit³³⁵. Melhor o exprime *Sã*to Thomaz, porque diz, In latere ejus³³⁶: quer dizer, *que* a esposa de Deos mais amada, pello *mu*to *que* lhe roubara do seu coraçã o amor, se concebera falãra, e existira no intimo do lado de Deos; e senã. Ovi o *que* diz a mesma esposa soberana por boca de Salamam: Cum eo eram cuncta componens³³⁷. agora outra questaõ: In latere eius eram quasi enutrita³³⁸. Eus [...] *Mariã* Santissima falando da sua Conceiçã Preliminar) deste *mu*to antes, *que* houvesse mundo, Ante omnem creaturam³³⁹, *primeiro que* o Ceo abrisse os thesouros das suas luzes, nem a terra revestisse de esmeraldas as suas plantas; *primeiro que* o Mar encrespasse as suas ondas, nem o Ar se guarnecesse com a primavera das Aves, ja me achava concebido no intimo do coraçã de Deos; *que* por isso junta com elle em seu lado, In latere ejus³⁴⁰, estavamos compondo ambos tudo o *que* ao depois havia de ser: Cum eo eram cuncta componens³⁴¹; por cujo respeito *quando* eu houve de sahir do seu coraçã *para* o mundo, a porta por onde sahi foi a boca do Altissimo; Ego ex ore Altissimi prodivi³⁴².

3. Dizei me agora; a Conceiçã de *que* fala esta esposa soberana nã foi *para* todos nõz hum profundissimo misterio? Assim o confessa

³³² [nã estou certo quanto à leitura desta palavra] possit (Que pudesse deter/sustentar com a língua um carvão aceso)

³³³ [Disse]-me a mim o meu segredo. Is. 24, 16

³³⁴ O meu segredo, o meu mistério.

³³⁵ Adapta estas coisas à esposa, que procura e encontra um esposo no segredo.

³³⁶ Ao lado Dele.

³³⁷ Estava com ele a compor todas as coisas. Provérbios, 8.30

³³⁸ Estava ao lado Dele, como que alimentada.

³³⁹ Antes de toda a criatura.

³⁴⁰ Ao lado Dele.

³⁴¹ Estava com ele a compor todas as coisas. Provérbios, 8.30

³⁴² Saí da boca do Altissimo.

// [p. 2] //

o confessa por pia a nossa fé: e este misterio não foi de *Deos hum* particular segredo dentro de seu peito encerrado? assim o publica o mesmo Deos; Secretum meum, mysterium meum mihi: Haec adaptat sponsae³⁴³. Logo como vos poderei eu manifestar *hum* misterio, *que* no interior de Deos visse fechado desde *multo* antes *que* houvesse mundo? Ex ore Altissimi prodivi ante omnem creaturam³⁴⁴? O certo he, *que* menos custoso me seria sustentar na lingua hũa brasa aceza, do *que* exprimisse hum misterio, cuja profundidade só *para Deos* foi reservada: mysterium meum Mihi³⁴⁵. Porem se *Deos* nas palavras *que* tomei por tema, me está offerecendo o assumpto, não he justo, *que* eu o despreze; pois como he offerecido por *Deos*, nelle posso ter firme esperança, e por indefectivel a minha estrela.

Diz pois o *Senhor* por praias, *que* o misterio da pureza e Conceição da sua espoza fora *para* o seu amor *hum* particular segredo; Secretum meum, Mysterium meum mihi: Haec adaptat sponsae³⁴⁶. Já eu me não admiro, *que* desprezados trabalhassem athe qui tantos entendimentos sobre a indagação. Este mistério *quando* lhe vinha no coração de *Deos* como em clausura fechado, e como segredo escondido: e *que* se houve entendimento *que* por especial revelação chegou apresenta lo, foi só da esfera dos pequenos humildes, a quem *Deos* por especial honra revelou este segredo, Abscondisti haec a sapientibus et prudentibus et revelasti ea parvulis, In Francisco absconditus erat Deus, et revelatus³⁴⁷.

// [p. 3] //

revelatus est in Francisco³⁴⁸. Expoem villarroel nem por outra razão commentaõ alguns Authores as palavras do nosso tema dizendo; *que* abaixo de *Deos* só aos seus escolhidos revelara a providencia deste misterio: Secretum meum, mysterium meum mihi, et mei³⁴⁹. e se *para* a revelação deste segredo se agradece *Deos* mais dos humildes voos da rasteira Pomba, *que* dos remontados impulsos da generosa Aguia, protesto de não afastar me do literal deste assumpto, em *que* mostrarei um *hum* breve ponto, como a conceição foi, e ainda he hum segredo impercetivel a todo o entendimento creado, e tão profundo, *que* e só *Deos* o comprehende como segredo e seu particular, em tal forma,

³⁴³ O meu segredo, a mim o meu mistério: adapta estas coisas à esposa.

³⁴⁴ Sai da boca do Altissimo antes de toda a criatura?

³⁴⁵ A mim o meu mistério.

³⁴⁶ O meu segredo. A mim o meu mistério: adapta estas coisas à esposa.

³⁴⁷ Escondeste estas coisas dos sábios e dos prudentes e revelaste-as aos pequeninos. Deus estava escondido em Francisco, e foi revelado em Francisco.

³⁴⁸ Foi revelado em Francisco.

³⁴⁹ O meu segredo, a mim o meu mistério, e de mim.

que nem os Anjos, nem os homens se atreveraõ atequi a contar lhe as graças, numera lhe os dotes, nem medir lhe os grãoz da fermosura, e pureza, por cujo respeito foi, e hade ser *para* todos eles a conceiçaõ, da *May de Deos hum* misterio incrustavel, e *hum* segredo impercetivel. Essa a materia, e [...] do pençamento, a *que* nesta hora e se haõ de dirigir os alentos do meu discurso: a mesma *Senhora que* do peito de *Deos* foi Salve Maria, mas hade ficar deste inexhaurivel tesouro auxilios *para* o alento, donde ella *para* si tirou a graça. Ave Maria.

Secretum meum mihi. L. cit.³⁵⁰

4. Entre *mutos* e varios emblemas, em *que* os humanistas figuraõ e simbolizaõ a conceiçaõ da *May de Deos*

// [p. 4] //

de *Deos*, he *para* o nosso intento o Rio Nilo o mais proprio, e singular emblema: Conceptio ut Nilus, quia purus profluit³⁵¹. Escreve o Tauthologico. Corre pois despenhadamente *para* o mar este Rio com as aguas taõ puras, e cristalinas, *que* nem o tempo com as suas furias, nem o inverno com as tempestades lhe pode entolhar as aguas, nem enxovalhar os cantores, com tal singularidade, *que* avistando-se lhe o fim, pois he o mar, em *que* acaba, naõ é facil descobrir lhes a raiz, donde principia; se bem *que* alguns pensaõ *que* nasce do Paraiso, pello *que* lhe chamou os Poetas Rio arcano caudaloso: *Santo Agostinho* com outros Santos *Padres* querem *que* este seja o mesmo Rio Geon, *que* nasce do Paraiso, sobre o qual cantou o Poeta: Tertius inde Geon, Latio qui nomine Nilus dicitur, ignoto cunctis illustrior ortu³⁵². Tal foi a conceiçaõ por eliminar da *May de Deos*, Rio cristalino, e privilegiada corrente, a cujos cadores nem as tempestades da culpa offenderaõ, nem os achaques da natureza molestaram; liquido Aljofar, *que* dimanando desta Regiaõ Celeste por palhetões de prata se lhe não descobre a mais pequena liga: Quaeretur peccatum illius, et non invenietur³⁵³. Assim correu, e ainda corre esta affluencia cristalina em girandolas de neve de *hum* mar *para* outro mar; do mar da gloria de *Deos para* o mar da Santidade de Christo. O mar, em *que* se termina esta comenta cristalina, he o mar vermelho do sangue de Christo, *que* pellos merecimentos da sua Paixaõ sagrada preservou da culpa a

³⁵⁰ A mim o meu segredo.

³⁵¹ Uma conceiçaõ como a do [rio] Nilo, porque flui puro.

³⁵² O terceiro depois é Geon, que em nome Lácio [isto é, em Latim] se diz Nilo, o mais illustre de todos pelo seu ignoto nascimento. Trata-se de versos do poeta Ávito de Vienne *De spiritualis historiae gestis* livro I, versos 264-265.

³⁵³ O pecado dela [também pode ser traduzido por “dele”, mas como se refere, segundo creio, à Virgem Maria, deverá ser traduzido por “dela”] será procurado, e não será encontrado) passagem de um salmo, não consigo identificar qual.

esta esposa: Qui ex morte eiusdem filii sui eam ab omni labe preservasti³⁵⁴. O mar provem donde dimana a graça, a pureza, o candor,

// [p. 5] //

o candor, os dotes, e mais privilegios sobrenaturaes desta *Senhora*, isto *para* nós he segredo. He manancial imperceptivel, *que* avistando-se lhe a praya, em *que* a despede, não se lhe descobre a mina donde nasce. Sabemos sim, *que* vem *Deos*, assim como dispomos, *que* das estranhas do Paraiso nasce o Nilo; mas isso mesmo *que* sabemos, ignoramos; porque o modo com que nasce, com quantas graças ele se enriquece, os dotes, com *que* se adorna, e os privilegios, com *que* se exalta isto só *graça* a Deos está enteressado, e por ninguem mais comprehendido.

5. Descreve o *Evangelista São Lucas* a genealogia da *Senhora* centrando a descrever a dilatada prologia de seus Pays, e Progenitores, principiando por Joaquim, Pay de Maria, diz assim: Et ipse Iesus ... putabatur filius Ioseph qui fuit Heli, qui fuit Matthat qui fuit Levi³⁵⁵. et cetera e continuando desta forma por todos descendentes da *Senhora*, chegando ao ultimo tronco, e á raiz ultima desta Arvore conclue assim; qui fuit Adam qui fuit Dei³⁵⁶. quero dizer em bom romance o *Evangelista* nestas palavras, *que* a geração de *Marã Santíssima* por linha reta acabara em Christo; mas *que* principiando de sobir por todos os ramos desta Arvore, a ultima raiz donde brotára esta prodigiosa planta, fora Deos a hum de Adam: qui fuit Adam qui fuit Dei³⁵⁷. Nota agora Augusto esta frase de proceder pellos ra=

// [p. 6] //

ramos desta arvore dizendo, *que* nella se descobre hum misterioso circulo, em *que* a *Senhora* principiando em Deos e acaba em Deos: principiando em *Deos*, donde como em primeiro principio foi concebida em graça, acaba em *Deos*, isto he, em Christo, donde como em ramo ultimo foi preservada da culpa, Novum initium, et finem coniunxit et circulum fecit³⁵⁸. Valha me o ceo com tal circulo? pois não bastava *que* o *Evangelista* nesta conta fizesse pausa em Adam, mas a tem de Adam prosa a Deos, qui fuit Adam, qui fuit Dei?³⁵⁹ Sim: porque Adão, supostos *que* entre aqui na conta da *Senhora*, com

³⁵⁴ Que a preservaste de toda a destruição através da morte do mesmo Filho seu.

³⁵⁵ E o próprio Jesus era considerado filho de José, que foi filho de Heli, que foi filho de Matat, que foi filho de Levi. Trata-se da passagem Lc. 3, 23-24, com alguns cortes.

³⁵⁶ Que foi filho de Adão, que foi filho de Deus. Lc. 3 38.

³⁵⁷ Que foi filho de Adão, que foi filho de Deus. Lc. 3 38.

³⁵⁸ Conjugou um novo início e fim e fez um círculo.

³⁵⁹ Que foi filho de Adão, que foi filho de Deus?

tudo a *Senhora* em certo modo não foi da conta de Adam: assim o afirma o Angelico *Doutor Sarto* Thomaz: Potest aliquod creatum inveniri, quo nihil purius, et talis fuit puritas Beatae Virginis, quae peccato originali, et actuali fuit immunis³⁶⁰. Se a *Senhora* tivesse em Adam o seu primeiro tronco, e a sua ultima raiz, haveriaõ olhos *que* a vissem, *que* lhe medissem a formosura, e lhe comprehendessem a beleza, assim como aconteceu ás outras filhas dos homens, quasi immediatas descendentes de Adam: videntes autem filii Dei, id est, filii Seth filias hominum quod essent pulchrae³⁶¹. Não teria em tal caso a *May* de *Deos* a sua conceição no ceo como segredo occulto, mas sim na terra manifesto, como os filhos dos mais homens: Dicuntur filiae hominum, quia erant perversae. et terrae affixae³⁶². Comenta o Alapide.

// [p. 7] //

6. Save pois a geração de *María* de Adam a *Deos*: seja *Deos* o *primeiro* tronco, e a principal raiz desta arvore mariana; e seja *Christo*, como *Deos*, *que* he, desta mesma arvore o ramo ultimo: seja a geração de *María* hum misterioso circulo *que* principiando em *Deos*, acaba em *Deos*, isto he em *Christo*, pella preservação da culpa: ande emfim a *Senhora* neste circulo incompreensivel de *Deos para Deos*: e *para que* fim? Ouvi agora o doutissimo Sylveira: para *que* saiba o mundo, diz o douto *que* a conceição de *María* na sua profundidade he hum circulo, ou misterio impercetivel e inscrutavel, *que* falando de dous pontos, em *Deos*, *que* a concebeo em graça, e com *Christo*, *que* a presenteou da culpa, nem *Christo*, *quando* da culpa a presenteou, nos deo a conhecer este misterio, nem *Deos*, *quando* em graça a concebeo, nos revelou este segredo: Ecce arcanus circulus, in quo Deipara tota versatur ut tota sit de Deo in Deum³⁶³. Eis ahi, diz o douto, o *que* he a conceição: he um circulo silencioso, e hum segredo imperceptivel, em *que* a *Senhora* andou sempre de *Deos para Deos*, sem *que* houvessem olhos, *que* a vissem, nem entendimento *que* a comprehendese. Ecce arcanus circulus Maria³⁶⁴.

7. De *Deos para Deos* andou *María Santissima*

// [p. 8] //

³⁶⁰ É possível encontrar-se algo criado e que nada lhe seja mais puro, e tal foi a pureza da Beata Virgem, que foi imune do pecado original e atual.

³⁶¹ Vendo, porém, os filhos de Deus, isto é, os filhos de Seth, as filhas dos homens, que eram belas. Gn. 6,2.

³⁶² São ditas de filhas dos homens, por serem perversas e estarem presas à terra.

³⁶³ Eis o círculo arcano, no qual está toda a Mãe de Deus, para que toda seja de Deus para Deus. Versatur, não tenho a certeza da leitura desta palavra.

³⁶⁴ Eis o círculo arcano: Maria.

Santissima na sua conceição immaculada cujas passos, *que* ella dava neste impercetivel circulo tiveraõ tanto de justos, *quarto* tiveraõ de acertados. No *primeiro* passo em *que* a *Senhora* rompia, pizava a culpa original; no *segundo* atropelava a mancha actual, em o terceiro triunfava da venial: mas como, o quando, e de *que* forma? Com *quartas* graça? Com *quartos* dotes, e privilegios? Só Deos o pode comprehender, porem os homens *perfeitamente* não o podem alcançar: antequam mundus videret sanctam et pudoratam ejusmodi foeminam, gratia super gratiam dedignatur, dum ex Adamo concipitur, quippe ejus labem in conceptione non solum [non]³⁶⁵ contraxit, sed nec potuit³⁶⁶.

Escreveo villaroel: *que* testaraõ os triunfos, *que* logo nos *primeiros* passos levantou na gloria a May de Deos, em *que* se ve, *que* não só melhor ficou vitoriosa, mas *que* não podia deixar de assim ser: Non solum non contraxit, sed nec potuit³⁶⁷. Haveriaõ porventura olhos, *que* ao menos se atrevessem a atingir da *Senhora* os passos nestes *primeiros* triunfos? não; porque ate nestes se portou *Deos* com desvello tanto, *que para que* não houvesse Basilisco, *que* com o toque da vista lhe comunicasse o veneno, Ordenou Deos, *que* estes passos, que a esposa dava apenas concebida, fossem pos-

// [p. 9] //

postos em segredo, fazendo se assim do seu amor mais apeteçidos, e outro tanto engraçados. Foi o mesmo *que* la se vio na casa de Cesar; *que para* ninguem a offender, trazia por sinal da immuidade esta letra: Noli me tangere, quia Caesaris sum³⁶⁸. não me toques, porque sou de Cesar. Assim, e ainda melhor Maria *Santissima* nos *primeiros* alentos do seu ser: Noli me tangere, quia Dei sum³⁶⁹. Escreve por amor mio. Não me toques, condição humana, porque sou toda Divina. Porem o expressa o Divino, esposo no Epythalamio dos cantores. Poem este os olhos nos *primeiros* passos, *que* a sua amada esposa dá apenas concebida; e como *quem*, não cabe em si de gosto, com sobre saltitos de alegria rompa o estremecido *amante* nestas não menos misteriosas, *que* admiraveis palavras; quam pulchri sunt gressus tui in calciamentis, filia Principis³⁷⁰!; oh quam formosos são os vossos passos, filha verdadeiramente de Principe! O trabalho neste texto lê assim: Quam pulchri sunt pedes tui, filia Principis!³⁷¹ quer dizer, *que* os encomeos deste elogio se dirigiram aos pés da esposa, *quando* Deos os via calçados: e *para que* he tal seremonia, elogiar *Deos* com tanto empenho os pés de *Maria* não como

³⁶⁵ Non, o autor esqueceu-se de acrescentar esta palavra, tendo em conta o contexto e a citação infra.

³⁶⁶ Antes de o mundo ter visto a santa e casta mulher, é-lhe rejeitada a graça sobre a graça, enquanto é concebido desde Adão, visto que ela não só não contraiu a queda dele na conceição, como não pôde.

³⁶⁷ (Não só não contraiu, como não pôde.

³⁶⁸ Não me toques, pois eu sou de César.

³⁶⁹ Não me toques, pois sou de Deus.

³⁷⁰ Como são belos os teus passos nos sapados, ó filha do Principe! Cant. 7.1

³⁷¹ Como são belos os teus pés, ó filha do Principe!

descalços, mas só calçados. In calceamentis?³⁷² Direi: porque so desta forma pizou a *Senhora*, e enxovalhou apenas concebida a cabeça da infernal serpente; Et ipsa conteret caput

// [p. 10] //

caput tuum³⁷³; e *para que* os péz tocassem por sombras o veneno, *que* na cabeça da serpente por natureza, nem a mesma serpente tivesse olhos *para* os seus péz, *que* a calcavaõ, ordenou Deos, *que* os péz da sua Esposa apenas concebida tivessem logo calçado, *para que* assim occultos, e fechados fossem péz de hũa conceiçaõ toda occulta, e toda posta em segredo: Tu autem ó filia principis bene calceata caput serpentis contrivisti³⁷⁴. Ate aqui Rupesto. Agora o Sylveira: Praeclarissima Deiparae Magnalia á suis primis gressibus, á sua prima formatione, seu conceptione inde exurgunt, magno sané arcano misterio³⁷⁵.

8. Não se pode mais dizer, nem ha mais *que* expressar: plantas, *que* assim pisaõ, e enxovalhaõ a cabeça do infernal Dragam, levantando nestes *primeiros* passos por especial brasaõ tantos triunfos, não hade haver olhos, *que* apreciaõ; nem vistas *que* tocallas possaõ; e menos os da infernal Medusa, *que* ainda depois de morta tinha tal veneno nos olhos, *que* convertia os homens em pedra, efeito, *que* em hum coração previsto costuma fazer o peccado: indurabitur cor ejus tamquam lapis³⁷⁶. Sejaõ pois plantas occultas as de *Maria* ou péz calçados; in calciamentis³⁷⁷; *para que* fugindo aos olhos humanos especialmente aos do infernal Basilisco, mereçaõ o credito de Divinos pello *multo que* tem de engraçados: quam pulchri sunt pedes tui in calciamentis filia Principy! Tu autem bené calcata caput serpentis contrivisti: Magno sane arcano misterio³⁷⁸.

// [p. 11] //

9. Notaveis plantas por certo, *que* por serem tambem occultas, levantaraõ por brasaõ tantos trofeos! oh se assim fossem ainda hoje os péz das mais donsellas, *que* nestas florecem, *que* por não serem recatados, e se presam de manifestos! os péz da Esposa por occultos dominaraõ na serpente hũa cabeça; e hoje por desgraça nossa não ha cabeça, *que* governe os péz: porem deixando nós estas

³⁷² Nos sapatos?

³⁷³ E a própria esmagará a tua cabeça. Gn. 3:15

³⁷⁴ Já tu, ó filha do Príncipe bem calçada, esmagaste a cabeça da serpente.

³⁷⁵ Preclaríssimas magnólias da Deipara surgem dos seus primeiros passos, desde a sua primeira formação ou conceção, sem dúvida num grande e arcano mistério.

³⁷⁶ O coração dele ficará duro como uma pedra.

³⁷⁷ Nos sapatos.

³⁷⁸ Como são belos os teus pés nos sapatos, ó filha do Príncipe! tu, bem calçada, esmagaste a cabeça da serpente: sem dúvida num grande e arcano mistério.

moralidades, *que* só pertencem a outros assumptos, adiantemos o pensamento. Outra razão alcanço eu, porque na fabrica deste misterio se portou *Deos* com tantas cautelas, *que* ate os pêz da *Senhora* por occultos, *quando* pisaraõ a serpente, e vem a ser: destinou *Deos* este misterio *para* obsequio da nossa fé, *que* por isso *quando* o *Senhor* fala nesta Pomba immaculada diz, *que* a sua criação não pertence aos efeitos da carne, como qualquer criação humana, mas sim aos obsequios da fé, pello *que* tem de divina: Columba mea generationi, non carnis sed fidei³⁷⁹ e pôr *Deos* em tanto segredo o misterio da conceição, *que* até os pêz lhe poz occultos, por não serem vistos, nem pella serpente tocados, não foi senão, porque queria *que* ficasse na esfera da nossa fé hum misterio, *que* elle tanto reserva *para* glória dos seus olhos. Pinta se a nossa fé cega, porque he argumento das cousas, *que* senão vem, nem se podem ver: Argumentum rerum non apparentium³⁸⁰ diz o Apostholo: e como *Deos* queria, *que* a conceição da sua esposa fosse só emprego das suas vistas, e não enleo dos mais olhos, como disse o meu *São* Bernardino

// [p. 12] //

Bernadino de Sena: Tanta fuit perfectio virginis, ut soli deo cognoscenda reserveretur³⁸¹, sem duvida não só os pêz lhe poz occultos, *quando* pisava a serpente mas toda a mais formosura do corpo lhe escondeo *para* que desta sorte occulta, e escondida ficasse *para* veneração da nossa fé, o *que* o *Senhor* só queria *para* delicia dos seus olhos; senão vede.

10. Fala o Ecclesiastica da Conceição de Maria e rompe nestas divinas, e profundissimas palavras: Ipse creavit eam in spiritu sancto, et vidit, et dinumeravit, et mensus est, et effudit illam super omnia opera sua³⁸². Criou *Deos* (diz o sabio) a conceição de *Maria* na pessoa do *Espirto Santo*: vico=a, vidit³⁸³, isto he, condecorada de graças, e exornada de privilegios: vidit eam gratia plenam³⁸⁴: Commenta Sylveira. Contou-a, dinumeravit³⁸⁵, por unica e singular esposa sua, unica est mea columba³⁸⁶. Medio-a mensus est³⁸⁷; vem a ser, medio lhe a formosura pellos graãos da sua pureza: e desta forma sahio a *Senhora* [...] do nada, e perfeita *que* na sua eminencia ficou dando a todas as mais obras da omenipolencia Divina: Effudit illam super omnia opera sua³⁸⁸. *Santo* Anselmo diz, *que*

³⁷⁹ A minha pomba para a geração, não a da carne, mas a da Fé.

³⁸⁰ Um argumento/assunto de coisas que não são aparentes. Reconstrução feita com base em Heb. 11 1

³⁸¹ Foi tanta a perfeição da Virgem, que foi reservada para ser conhecida somente a Deus.

³⁸² O próprio criou-a no Espírito Santo, e viu-a e mediu-a e difundeu-a ("difundiu-a" na *Vulgata*) sobre todas as suas obras. Eccl. 1,9.

³⁸³ Viu.

³⁸⁴ Viu-a cheia de graça.

³⁸⁵ Contou.

³⁸⁶ É única a minha pomba.

³⁸⁷ Mediu.

³⁸⁸ Difundiu-a sobre todas as suas obras.

das mãoz de *Deos* sahira esta maravilha com tal gosto, e formosura, *que* abaixo de *Deos* não ha mais *que* ver: ut ea puritate nitiret (“niteret” em latim clássico) qua maior et ab Deo nequit intelligi³⁸⁹: de forma, *que* a tanto chegou o empenho de *Deos* com esta obra *que* melhor affirma este *Sarto Padre* se exauriraõ, e esgotaraõ os cabelos do seu poder, por*que* maior mundo, mais alto Ceo, e mais dilatado mar pode *Deos* fazer; porem maior *May*, mais pura, nem mais Santa, nem *Deos* o pode fazer, nem o seu pode obrar: Maiorem Mundum potest Deus facere, Maiorem Matrem non potest Deus facere³⁹⁰. Eu ja não reparo neste non plus ultra³⁹¹

// [p. 13] //

ultra das perfeições de *Maria*, por*que* emfim basta sabermos, *que* so ella foi o empenho unico da *omnipresença* sagrada: effundit illam super super omnia opera sua³⁹²: no *que* só reparo he, *que* podendo *Deos* fabricar este misterio da materia do sol por mais luzido, da substancia da sua da lua por perfeita, ou do esplendor das estrellas por mais brilhantes, passa o *Senhor* a mais com este empenho, e sobe de maior ponto nesta obra, pois só na palavra e substancia do *Espirito Sarto* infundio á culpa do fogo do seu amor, qual outra *Minerva* na cabeça de *Jupiter* a incitta do fogo do *Vulcano*, esta sua amada esposa derretido ouro da *Divindade* Suprema: Ipse creavit illam in Spiritu Sancto³⁹³. E *para que* foi empenho tanto, *quando* com menos custo podia ficar peregrina a obra? Direi: por*que* quis *Deos* nesta occasiaõ deixar dentro dos limites da nossa fé hum misterio, *que* ele reservava só *para* gloria dos seus olhos. Se não dizei me: por donde procede em *Deos* a pessoa do *Espirito Sarto*? haveis de dizer, *que* pella vontade, pois assim o ensina a fé, e a *Theologia Sagrada*: Spiritus qui a patre procedit per voluntatem³⁹⁴. Dizei me mais: e esta vontade em *Deos* donde dimana, ou donde nasce? direis tambem, *que* nasce do coração, pois só o coração he o *que* dá alentos á vontade. Bem está e será da fé, tudo o *que* procede do coração e vontade de *Deos* junto com a pessoa do *Espirito Sarto*? direi, fundado na *Theologia Sagrada*: he de fé issencial, e substancial, *que* o *Espirito Sarto* procede *pela* vontade de *Deos*; e tambem he de fé, ainda *que* pia, e menos rigorosa, *que* a *Senhora* foi concebida pura, e immaculada na pessoa do *Espirito Sarto*, como o entendem *mutos Sartos Padres* sobre a sentença de

389 Para que ela brilhasse em pureza, sendo que não se pode compreender algo maior do que ela, tirando Deus.

390 Deus pode fazer um mundo maior, Deus não pode fazer uma Mãe Maior.

391 Não mais para além.

392 Difundiu-a sobre todas as suas obras.

393 O próprio criou-a no Espírito Santo.

394 O Espírito que procede do Pai através da vontade.

Salomaõ ja referida, e conforme Ruposto na pessoa de *Deos*: Columba mea generationi non carnis, sed³⁹⁵

// [p. 14] //

Sed fidei³⁹⁶: logo crear *Deos* com tanto empenho a Conceição de *María* na pessoa do *Espírito Santo*, fabricar o *Senhor* este misterio no mesmo lugar, donde procede o *Espírito Santo*, *que* he o interior do seu peito, fonte donde dimana pella *vontadè* essa afluencia de *Deos* amor, e a nossa Pomba immaculada, como ella diz; Cum eo eram, in latere ejus eram quasi enutrita³⁹⁷, de inferior he, *que* neste modo de proceder destinava *Deos* a Conceição *para* misterio da fé. He de fé, *que* o *Espírito Santo* ab aeterno³⁹⁸ proceda pello *Deos* *vontadè*, e tambem em certo modo he da fé *que* *Senhora* ab aeterno³⁹⁹ foi no lado de *Deos* concebida, como ella o afirma: Ab aeterno ordinata sum. In latere ejus eram⁴⁰⁰. Emfim o *Espírito Santo* procede em *Deos* pella *vontadè* a *quem* o coração dá alentos, e a conceição teve o seu *primeiro* Ser não só no lado de *Deos*, donde existe o coração, In latere ejus⁴⁰¹, mas na pessoa do *Espírito Santo*, *que* do mesmo coração procede: Ipse creavit illum in spiritu sancto⁴⁰². Haverá agora por ventura alguma, *que* se atreva a comprehender o *que* lá se podia no coração de *Deos*? haverá Anjo, *Evangelista* ou Salomaõ assim nos ceos, como na Terra, *que* se atreva com olhos de *Agua* a indagar os segredos de *Deo* rayos investigaveis desse *Sol* Sempre innaccessivel? não: porque nem ainda o *Apostolo São Paulo* sendo ao *Ceo* rebatado pode dizer desse coração *Altissimo* cousa *alguma* mais, *que* romper em pasmos, e admiração entre confuso e atonito: o altitudo divitiarum sapientiae, et scientiae Dei: quam incomprehensibilia sunt iudicia eius, et investigabiles viae eius!⁴⁰³. Logo se nem no ceos, nem na terra ha, nem pode haver entendimento *algum*, *que* se atreva a comprehender os segredos do coração de *Deos*, *segundo* diz o *Sábio*: Quis enim investigabit magnalia eius?⁴⁰⁴ procedendo pella *vontadè* desse coração *altissimo* a pessoa do *Espírito Santo*, em *que* a *Senhora* foi creada, *claramente* se

// [p. 15] //

³⁹⁵ A minha pomba para a geração, não a da carne, mas a da Fé.

³⁹⁶ Mas de fé.

³⁹⁷ Eu estava com ele, estava ao lado Dele como que alimentada.

³⁹⁸ Desde a eternidade.

³⁹⁹ Desde a eternidade.

⁴⁰⁰ Fui estabelecida desde a eternidade, estava ao lado Dele.

⁴⁰¹ Ao lado Dele.

⁴⁰² Ele próprio criou-a no Espírito Santo.

⁴⁰³ Ó profundidade das riquezas da sabedoria e da ciência de Deus: como são incompreensíveis os seus juízos e inacessíveis as vias Dele. Rom. 11 33

⁴⁰⁴ De facto, quem é que investigará as magnólias Dele? Eccl. 18 3

Se deixa ver *que* a conceição da *May* de *Deos* não foi menos *que* *hum* segredo puro, e *hum* misterio escondido a toda a comprehensãõ humana; e *que* se *Deos* só he o *que* o vé, e o comprehende, como obra sua: Et vidit eam gratia plenam⁴⁰⁵, he porque só quiz destinar *para* obsequio da nossa fé, o *que* elle reservava *para* glória dos seus olhos: Deus in illo primo signo aeternitatis eam creavit simul in spiritu sancto, ut in primo instanti suae⁴⁰⁶ creationis esset illius gratia plena, et inde ad tantum cumulum⁴⁰⁷ meritorum, ut solus Deus sua infinita sapientia valeat eam agnoscere, et dinumerare. Columba mea generationi non carnis, sed fidei⁴⁰⁸. Conclusãõ Sylveira.

11. Se assim roubou a *Deos* *María Santíssima* o fogo do seu amor, na pessoa do *Espirto Sarto* creada, e em seu lado concebida melhor, *que* o faboloso *Protheo*, de *quem* fingem os *Poetas*, roubara no ceo o fogo a *Jupiter*, *para* animar hũa estatua, dissera eu, *que* em tal caso mais hera este misterio, emquanto infundido na pessoa do *Espirto Sarto*; obra de *Deos* amor ad intra⁴⁰⁹, do *que* a obra da omnipotência ad extra⁴¹⁰; notai: suas qualidades de obras consideram os theologos em *Deos*: hũas *que* se chamaõ obras ad intra, e outras *que* se intitulaõ obras ad extra. As obras de *Deos* ad intra sãõ aquellas *que* *Deos* faz dentro de si, e comsigo mesmo. As obras, porem de *Deos* ad extra sãõ aquellas, *que* *Deos* faz fora de si, e alem de si. Eu me explico: applica *Deos* o seu poder na architettura, e fabrica do mundo semeando o ceo de estrellas, povoando o ár com *Aves*, revestindo as plantas com folhas, exornando os jardins com rosas, e pestiliando o mar com *Peixes*: e aqui as obras de *Deos* ad extra;

// [p. 16] //

ad extra porque todas estas obras fez *Deos* fora de si, e alem de si. Empunha se no ceo o extremo *Pay* agora pello entendimento fecundo a pessoa de seu filho, e do filho junto com o *Pay* se espira pella vontade fecunda a pessoa do *Espirito Sarto* cuja aqui as obras de *Deos* ad intra, porque as faz *Deos* dentro de si, e comsigo mesmo. Vede agora: e como *Deos* fez com especial empenho a obra da conceição dentro de si na pessoa do *Espirto Sarto*: Ipse creavit illam in Spiritu sancto⁴¹¹, cuja pessoa por proceder pella dita vontade he obra de *Deos* ad intra, *que* diremos nós deste misterio da conceição. Sendo, como diz Sylveira, creado simultaneamente na pessoa do *Espirto Sarto*: Eam

⁴⁰⁵ E viu-a cheia de graça.

⁴⁰⁶ Não estou certo quanto à leitura desta palavra.

⁴⁰⁷ Não estou certo quanto à leitura desta palavra.

⁴⁰⁸ Deus criou-a naquele primeiro sinal da eternidade, simultaneamente no *Espirito Santo*, para que no primeiro instante da sua criação houvesse a plena graça dela, e daí, para tanto cúmulo de méritos, que somente Deus tenha capacidade, com a sua infinita sabedoria, de a reconhecer e contar. A minha pomba para a geração, não da carne, mas da fé.

⁴⁰⁹ Interior/ interiormente/ intimo.

⁴¹⁰ Exterior/exteriormente/ para fora.

⁴¹¹ O próprio criou-a no *Espirito Santo*.

creavit simul in spiritu sancto?⁴¹² diremos, *que* em certo modo mais foi obra do *d'ito* amor ad intra, do *que* obra da omnipotencia ad extra. Não foi a Conceição *que* de Maria tanto da omnipotencia ad extra, porque a não fez *Deos* como as outras obras fora de si, e alem de si; foi sim obra do seu amor ad intra, pois a fez *Deos* dentro de si, e consigo mesmo: Eam creavit simul in spiritu sancto⁴¹³. E sendo assim, haverá porventura alguém, *que se* atreva a indagar, ou comprehender as obras de *Deos* ad intra? haverá *quem* nos declare como, ou de *que* forma se fazem, com *quarta* graça, com *quartos* dons, e privilegios as obras, *que* *Deos* dispoem dentro de si, e consigo mesmo? julgo que não: pois também não será facil ver o modo, nem a substancia desta obra por *multo* especial, e peregrina, contar lhe as graças, numerar lhe os dotes, referir lhe os privilegios, medir lhe a formosura, nem compreender lhe a pureza; *que* isso só a *Deos* pertence: Vidit, dinumeravit, et mensus est⁴¹⁴

// [p. 17] //

est eam: *quando multo* só com a fé venera e se pode hum misterio, *que* o *d'ito* amor quiz reservar como seu particular segredo: Secretum meum mihi. Mysterium meum mihi. Haec adaptat sponsae. Tanta fuit perfectio virginis, ut soli deo cognoscenda reserveretur⁴¹⁵.

12. Se o pensamento me não engana, creio, *que* a mesma *Senhora* nos confirma com hūas palavras suas estas razam theologica: Fecit potentiam in brachio suo, dispersit superbos mente cordis sui⁴¹⁶; exercitou *Deos* em mim (diz *Maria* Santissima) como em seu braço o atributo da sua potencia, ou do seu poder, que vale o mesmo: Exercuit potentiam brachio suo⁴¹⁷, veste o [...]. Fecit potentiam in brachio, id est, Deus fecit mihi potentiam, Deus fecit mihi magna⁴¹⁸, commenta Sylveira. Nem me admiro deste empenho, por*que* assim como o corpo nada pode obrar, e sem *que* seja pello valor do seu braço, assim *Deos* nada quer dispor sem *que* primeiro corra pellas mãos de sua *May* Santissima: Nihil a Deo obtinemur nisi per manus Mariae⁴¹⁹. *Civilidade* plausivel, *que* com sua *May* *Olympia* observava Alexandre consultando antecipado nas empresas de maior brio: Consultite Matrem⁴²⁰. O *que* só me causa *novidade* he, *que* dizendo a *Senhora*, *que* *Deos* lhe dispensara os favores do seu poder

⁴¹² Criou-a em simultâneo no Espírito Santo?

⁴¹³ Criou-a em simultâneo no Espírito.

⁴¹⁴ Viu, contou e mediu-a.

⁴¹⁵ A mim o meu segredo. A mim o meu mistério. Adapta estas coisas à esposa. Foi tanta a perfeição da Virgem, que foi reservada para ser conhecida somente a Deus.

⁴¹⁶ Criou um poder com o seu braço, dispersou os soberbos no íntimo do seu coração. Lc 1 51

⁴¹⁷ Exerceu uma potência com o seu braço.

⁴¹⁸ Criou um poder com o braço, isto é, Deus fez-me um poder, Deus fez-me coisas grandes.

⁴¹⁹ Nada obtemos de Deus a não ser através das mãos de Maria.

⁴²⁰ Consultai a mãe.

Fecit potentiam⁴²¹, não diga *que* estes favores vinhaõ da omnipotencia: Fecit omnipotentiam?⁴²² He certo, *que Deos quando* quer, tudo pode, *que* por isso privilegiou, e eximio a sua esposa da condiçaõ humana porque

// [p. 18] //

porque a assim o quiz, e o pode fazer: Ipse dixit, et facta sunt⁴²³: logo por ele *que* com maior propriedade devia dizer a *Senhora*, *que Deos* a favorecera com o valor da omnipotencia, *que* tudo pode; e não com o braço do seu poder, *que* em certo modo nem tudo faz? Direi o *que* alcanço: tudo deve seu misterio; notai: de dous modos exercita *Deos* o Atributo do seu poder: o primeiro he naquellas obras, *que Deos* faz ad intra⁴²⁴, isto he dentro de si, como ja ouvistes; e o segundo he naquellas obras, *que Deos* faz ad extra⁴²⁵, fora de si, e alem de si: quando *Deos* faz alguma obra fora de si, e alem de si, não se chama *Deos* poderoso, mas todo poderoso, o omnipotente, *que* tudo pode; quando porem faz o *Senhor* alguma obra dentro de si, e no seu interior, chamaste somente poderoso, ou potente, *que* isso, *que* faz, faze lo pode; observai agora: e como *Deos* tinha feito a obra da conceiçaõ, não fora de si, nem alem de si, mas dentro de si, e no seu interior, pois foi o seu peito o primeiro berço, donde se embalou esta Infanta: In latere ejus eram quasi enutrita⁴²⁶, por isso havendo ella aqui de referir os favores, e beneficios, *que Deos* lhe fizera, não se conta por hũa das obras de *Deos* ad extra, isto he, por hũa das obras *que* Deos faz fora de si; mas só se conta por hũa das obras de *Deos* ad extra, fabricada no intimo do lado soberano. In latere ejus⁴²⁷, louvando ao mesmo *Senhor* não como omnipotente, mas no seu braço poderoso: Fecit potentiam in brachio suo. Deus fecit mihi potentiam. Deus fecit mihi magna. In latere ejus eram quasi enutrita⁴²⁸. Vede agora o *que* o Profeta Isaias diz falando do valor do braço de Deos; pois diz ou suppoem, *que* a ninguem pode chegar a comprehensaõ

// [p. 19] //

⁴²¹ Criou uma força.

⁴²² Criou uma omnipotência?

⁴²³ O próprio disse, e as coisas foram feitas. Ps. 32, 9

⁴²⁴ Para dentro.

⁴²⁵ Para fora.

⁴²⁶ Eu estava ao lado Dele, como que alimentada.

⁴²⁷ Ao lado Dele.

⁴²⁸ Criou um poder com o seu braço. Deus criou-me um poder. Deus fez-me coisas grandes. Estava ao lado Dele, como que alimentada.

compreensão deste braço: Et brachium Domini cui revelatum est?⁴²⁹ Logo se no valor deste braço esteve obra da conceição, he certo, *que* este misterio he sagrado occulto, e escondido: Secretum meum mihi. Mysterium meum mihi⁴³⁰: E se houver *quem* nos impugne, *que* este misterio seja de fé, pelas mesmas palavras do Profeta; Et brachium Domini cui revelatum est?⁴³¹ perguntando, a *quem* se revelou este misterio? Responderemos com o mesmo Profeta nas palavras do nosso tema, *que* o revelou *Deos* não a todos, mas *somente* aos seus escolhidos: Secretum meum mihi, et mei⁴³².

13. Da formosura da Pandora fabulizaraõ os antigos, *que* sendo esta a *primeira* Divindade *que* do sexo feminino se criára, concorreraõ *para* a sua galhardia cada qual com especial atributo todos os outros Deoses: Ethnici primam feminam vocavere Pandoram, id est, omnibus dotibus aprime cultam⁴³³. escreve o tautológico. Pello *que* diz Hesiodo, *que* Vulcano a incittes do fogo a fabricara por decreto de Jupiter, donde *para* esta obra offereceo Venus a joia da formosura; Palos o esmalte da Sabedoria; Apollo o melifluo da suavidade, e Mercurio a pratta da eloquencia, rezam, porque o mesmo he chamar se Pandora, *que* ser hũa

colleção de perfeições: Pandora, id est, omnibus dotibus a Vulcano fabricata, quam singuli Dei donis suis ornaverunt⁴³⁴. Errada formosura, e fingida *Deusa*, cujo ser todo he fantastico, pello *que* tem de si merito; verdadeira e real Pandora fabricada não pello fingido Vulcano, mas a inciste do fogo do amor *Dea* dentro da pessoa do *Espírito Santo* *que* todo por natureza he fogo, foi *Maria Santíssima* na sua conceição preliminar; Ipse creavit illam in spiritu sancto⁴³⁵. Esta foi a *primeira* Divindade, *que* no sexo feminino creou *Deos*; Ab aeterno ordinata sum ... ante omnem creaturam⁴³⁶. Esta foi o non plus ultra⁴³⁷ das obras de *Deos*; Efudit illam super omnia⁴³⁸. Para ella concorreraõ com especiais

// [p. 20] //

especial atributos, como prendas particulares, as tres pessoas Divinas; O Eterno Pay com o poder; porque na obra da conceição empenhou todo o valor do seo braço: Fecit potentiam in brachio suo⁴³⁹: O filho com a sabedoria; porque a não soube mais bella, mais donosa, nem mais perfeita: Ut ea

⁴²⁹ E o braço do Senhor foi revelado a quem?

⁴³⁰ A mim o meu segredo/ É meu o meu segredo. A mim o meu mistério/ É meu o meu mistério.

⁴³¹ E a quem foi revelado o braço do Senhor?

⁴³² A mim o meu segredo, e de mim.

⁴³³ Os Gentios chamaram Pandora, isto é, a que era primorosamente ornada com todos os dotes, de primeira mulher "Pandora", em grego, significa, "todos os dotes".

⁴³⁴ Pandora, isto é, fabricada por Vulcano com todos os dotes, que cada um dos deuses ornou com os seus dons.

⁴³⁵ O Próprio criou-a no Espírito Santo.

⁴³⁶ Fui ordenada/disposta pelo eterno... antes de toda a criatura.

⁴³⁷ Não mais além.

⁴³⁸ Opera sua difundiu-a sobre todas as suas obras.

⁴³⁹ Criou uma força com o seu braço.

puritate niteret, qua maior sub Deo nequit intelligi⁴⁴⁰: O Espirito *Santo* com o amor, porque neste purissimo ouro da caridade mais ardente dentro da fornalha do soberano peito se infundio esta incomparavel joia, cuja perfeição, e valor subio ao ultimo quilate; creavit illam in spiritu sancto: et efudit illam super omnia⁴⁴¹: donde veio á Senhora chamar se de Maria, *que* vale o mesmo, *que* hũa colleção de perfeições; ou hum profundo mar de graças: Maria Mare gratiarum⁴⁴².

14. Porem aqui, e se bem pondero, me podem arguir os circumspectos dizendo, *que* se *para* a obra da Conceição concorreraõ igualmente as tres Divinas pessoas; o Pay como o poder, O filho com a Sabedoria, e o Espirito Santo com o amor, parece, *que* já senaõ pode chamar este misterio segredo rigoroso; porque o *que* se passa entre tres mal pode ser segredo perfeito? Ao *que* respondo, *que* ainda assim foi o misterio da conceição rigorosamente segredo, não só *para* os homens, como fica provado, mas também *para* os Anjos, como agora o provarei. Sabe *María Santíssima* da boca do Eterno *Padre*, como ella diz: Ex ore Altissimi prodivi⁴⁴³. Tras por timbre o Brazaõ de Morgada da casa de Deos, pois vem como filha sua Primogenita: Primogenita prodivi⁴⁴⁴: começa a Senhora a dar passos *para* o ventre de *Santa* Anna, só afim de tomar carne humana a *que* ate qui esteve occulta no interior da essencia Divina: E qual outro Orfeo, *que* com o encanto das suas prendas atrahia a si até as pedras: Lyra Orpheus saxa moverat Orfeu moverat⁴⁴⁵, faz a *Senhora* *que* os Anjos do Ceo atrahidos da tanta graça rompaõ como attonitos nestas misteriosas palavras: Quae est ista quae progreditur quasi aurora?⁴⁴⁶ *que* maravilha he esta? dizem os Anjos, *que* formosura taõ bella, e engraçada, cujas passos pello *que* tem de luzidos, cujo adorno pello *que* tem

// [p. 21] //

que tem de brilhante faz competencias com a aurora, pondo em envejas o Sol: Electa ut sol⁴⁴⁷, em opposições a Lua: Pulchra ut Luna⁴⁴⁸, e em assombros as Estrellas: Quasi aurora⁴⁴⁹: tende maõ, Espiritos Angelicos: desconheceis acaso a Alma *Santíssima* mais amada? ignoras por ventura a esposa de *Deos* mais querida? *que* me dizeis? nada respondem os Anjos, ficaõ se no seu assombro, e atequi nos não declararaõ, *que* Divindade esta seja: assim havia de ser, diz Lucas Abbade, porque ao romper

⁴⁴⁰ Para que ela brilhasse em pureza, sendo que não se pode encontrar algo maior do que ela sob Deus.

⁴⁴¹ Opera sua criou-a no Espirito Santo e difundiu-a sobre todas as suas obras.

⁴⁴² Maria mar de graças.

⁴⁴³ Sai da boca do Altissimo.

⁴⁴⁴ Sai primogénita.

⁴⁴⁵ As pedras com uma lira.

⁴⁴⁶ Quem é esta que avança como se fosse uma aurora?

⁴⁴⁷ Eleita como o sol.

⁴⁴⁸ Bela como a Lua.

⁴⁴⁹ Como se fosse a aurora.

desta aurora houverão trevas de ignorancia: Egreditur quasi aurora post ignorantiae tenebras⁴⁵⁰, cuja privação se estendeo aos Anjos: Mas o daõ a entender nesta pergunta *que* foram; pois se he certo, *que* quem pergunta quer saber, perguntando nesta occasião os Anjos, quem era esposa, Quae est ista?⁴⁵¹ de inferior he, *que* a ignoravaõ, e *que* atequi a desconheciãõ, assim o affirma Sylveira: Angeli, dum erant viatores, de ipsa sanctissima Matre habuerunt notitiam objectivam eam adorantes⁴⁵²: os Anjos, (diz o douto), em *quarto* heraõ viadores, e não estavaõ glorificados, não conheceraõ clara, e intuitivamente a May de *Deos*; por*que* della tinhaõ por revelaçaõ hũa noticia confusa, *por que* objectiva; e por isso só por fé a veneravaõ, e adoravaõ: Eam adorantes⁴⁵³: mas desculpemos desta ignorancia os Anjos, pois como o misterio da conceiçaõ *que* estava occulto no interior de *Deos* como segredo seu particular: Secretum meum. Mysterium meum Mihi⁴⁵⁴, não era *melhor que* os Anjos ignorassem as existencias da conceiçaõ, não obstante ser obra fabricada pello poder do Pay, dada à Luz *pela* sabedoria do filho, infundida no fogo do *Espirto Sarto*: Quae est ista, quae progreditur quasi aurora? Egreditur post ignorantiae tenebras. Angeli, dum erant viatores de ipsa sanctissima matre habuerunt notitiam objectivam eam adorantes⁴⁵⁵.

15. E se os Anjos pois se confundiraõ, e se assombraraõ com os luzimertos deste misterio, *que* confusamente conheciaõ, e por fé veneravaõ, comtudo depois *que* no ventre de *Sarta Anna* a viraõ, e conheceraõ como joia particular do peito de *Deos*, entãõ se lhe dobrãõ os gostos, se lhe multiplicaraõ os jubileos, *que* não cabiaõ em si de prazer e de alegria: Ita⁴⁵⁶

// [p. 22] //

Ita laetitia exultaverunt Angeli, cum eam jam actualiter vidissent conceptam, ac efformatam in utero Matris⁴⁵⁷. Diz Sylveira. O certo he *que* depois de hũa *tormerta*, sempre acode hũa bonança: não ha pena a *que* não se siga *hum* alivio, nem magoa por mais dilatada, *que* por substituta não deixe hũa ventura: Nul [l]a sors longa, dolor, ac voluptas – invicem cedunt. brevior voluptas⁴⁵⁸. Disse o Seneca. Mas se tambem he certo, *que* o viver em esperanças, he viver em *hum* misterio, pois he sujeitar a alma a

⁴⁵⁰ Avança como uma aurora após as trevas da ignorância.

⁴⁵¹ Quem é esta?

⁴⁵² Os anjos, enquanto eram caminhantes, tiveram conhecimento objetivo da própria santíssima mãe, adorando-a.

⁴⁵³ Adorando-a.

⁴⁵⁴ O meu segredo. A mim o meu mistério.

⁴⁵⁵ Quem é esta, que avança como uma aurora? Ela avança após a ignorância das trevas. Os anjos, enquanto eram caminhantes, tiveram conhecimento objetivo dela, adorando-a.

⁴⁵⁶ Assim.

⁴⁵⁷ Assim os anjos exultaram em alegria, uma vez que a vissem já, de facto, concebida e formada no útero da mãe.

⁴⁵⁸ Nenhuma sorte é longa: a dor e o prazer cedem-se alternadamente. O prazer é mais breve. Trata-se dos versos 596-597 da tragédia *Thyestes*.

hum verdugo, em *quanto* se não logra o *que* se anheia⁴⁵⁹: Sui quoque semper inops sempre sitibunda futuri⁴⁶⁰: [...], que verdugos, *que* golpes, e *que* martyrios não padeceriaõ atequi os Anjos, e com elles os homens na esperança de *hum* bem, *que* tanto se lhe occultava no coração de Deos, como segredo impercetivel? Oh como de magoados desafogariaõ com Isaias nesta esperança intercadentes, utinam disrumperes caelos, et descenderes, a facie tua montes defluerent?⁴⁶¹ Como chamariaõ de prazer as fontes, e correriaõ alegres os Rios, Et flumina plaudent manu?⁴⁶² Como concertariaõ melhor as Aves a harmonia das suas musicas, *que* ate a humilde Philomena teria *para* converter em glorias seus tristes prantos, Avium sonus suavis?⁴⁶³ Como se mostrariaõ mais ufanas nos jardins as flores, *que* sem fazer caso dos espinhos, antes ali editando nos aromas seus triumphos, trajariaõ mais bella purpura, pisariaõ nas folhas as esperanças, vendo no jardim da graça plantada ja e mais encarnada Rosa, quasi plan[t]atio rosae in lericho?⁴⁶⁴ mas como *Deos* nos não quiz por hydrofilo o dezejo nas entre cadencias desta esperança, hoje nos mostras este misterio, *que* elle atequi teve em segredo, *para que* gozem os nossos olhos, a *que* atequi venerava a fé, e conservemos no interior da alma, o *que* elle conservou dentro no peito: Secretum meum. Misterium meum mihi, et mei. Cum eo eram; in latere ejus eram quasi enutrita.⁴⁶⁵

// [p. 23] //

16. *Novidade* sem duvida parece grande, *que* os Anjos do ceo não podessem comprehender este misterio, sendo como saõ os corefeoz da sabedoria, e agilidade, porem ainda parece *novidade* maior, *que* chego lhe Deos a revelar aos Seraphinos da terra o *que* tanto emcobrio, e escondeo aos Anjos do ceo. Já todos sabem, *que* por força do seu instituto estaõ obrigados todos os filhos do meu Seraphico Patriarca *São* Francisco a zilar, e deffender da opiniaõ contraria o credito, e honra da immaculada pureza de *Maria Santissima*, he este pois o quanto vossa coroa dos tres, *que* na proficiaõ faremos, de dar a vida ate á ultima gota de sangue pella [...], e *immuidade* deste misterio; Brazaõ sem duvida, de *que muito* se glorea a minha Religiaõ Seraphica fazendo se distinguir entre as outras por este nosso sanguinario melhor, do *que* a Rosa entre as mais flores purpuradas, e pennitente: Ex floribus odoriferis prima rosa est.⁴⁶⁶ Disse *hum* Politico. [...] pois elegeo *Deos* *para* deffender este

⁴⁵⁹ A palavra existe em castelhano com o significado de anseia.

⁴⁶⁰ Também de si sempre fraca, sempre sedenta de futuro.

⁴⁶¹ Oxalá abrisse os céus e descesse os montes fluiriam da sua face.

⁴⁶² Os rios baterão palmas? Ps. 97, 8

⁴⁶³ O suave som das aves.

⁴⁶⁴ Como uma plantação de rosas em Jericó? Eccl 24 18

⁴⁶⁵ O meu segredo. A mim o meu mistério, e de mim. Estava com Ele. Estava ao lado Dele, como que alimentada.

⁴⁶⁶ A rosa é a primeira das flores odoríferas.

misterio com tantas armas, quantas são as suas pennas, e com valor mais firme, do *que* os dous cherubins, *que* lá poz Moisés defendendo a pureza do Propiciatorio, com as pennas das suas azas: Facis propitiatorium de auro mundissimo: duos quoque cherubim.... Expandentes alas suas:⁴⁶⁷ e como *Deos* tinha mandado ao meu grande Patriarcha com o emprego de zelar, e deffender da opinião contraria a querela de *Maria* casa real, *que* se prepararia *para* nella morar o *Deos* verbo: Vade Francisce repara domum meam, quae labitur:⁴⁶⁸ por cujo respeito floreceo logo no principio do seculo decimo quarto, aquelle monstro da sabedoria, oraculo das subtilezas, nunca aliás louvado, o meu *Doutor* subtil Joaõ: Duns Iscoto, *que* em palestra publica defendeo na vniuersidade de Pariz este misterio, sendo neste zelo o *primeiro*, como afirma o doutissimo Panger: saeculo decimo quarto meritissimo jure primo, et praecipue celebrandus occurrit, qui ad initium

// [p. 24] //

Initium ejusdem floruit, et omnium fere consensu praecipuus fuit, qui immaculatam virginis conceptionem et calamo, et ore toto orbe celebrem fecit,⁴⁶⁹ não hera *muta* *que* só antes revelasse *Deos* este misterio, não *para* o comprehenderem com os olhos, mas *para* o rezarem com a fé.

17. Parte Moysés mui contente *para* ver em hum deserto qual hera a causa, *que* havendo de estar entre chamas abrasada a hũa çarça, não haviaõ de reduzi lla as lavaredas: diz pois Moysés; Vadam, et videbo visionem hanc magnam:⁴⁷⁰ irei, e verei este portento nunca visto. Mas como são enganosos os juizos dos homens? parte Moysés com este destino, e *quando* enlevado no desejo o reprehende *Deos* da demasia, dizendo; Moyses, Moyses ne a[p]propries huc: solve calciamentum de pedibus tuis, locus enim, in quo stas, terra sancta est.⁴⁷¹ Moyses, Moyses; (diz *Deos* como agastado) *que* demasias são ellas? não chegues cá; suspende os passos; poem te ao longe, e descalça os çapatos. Notavel advertencia? pois como Moysés *para* *Deos*, e o senhor suspende lhe os passos? Ne a[p]propries huc?⁴⁷² Mandao pôr ao longe, e tirar dos péz as Alparcas? Solve calciamentum?⁴⁷³ Sim: não vedes, o *que* Moysés disse, *que* queria ver com seus olhos çarça entre incendioz, e ficar Pirausta entre

⁴⁶⁷ Fazes um altar propiciatório a partir de um ouro puríssimo: também dois cherubins Abrindo as suas alas. Ex. 25 17-18. Nota: a primeira palavra "facis" (fazes) é "facies" (farás) no texto latino da Vulgata.

⁴⁶⁸ Vai Francisco: repara a minha casa, que está a cair.

⁴⁶⁹ No décimo quarto século, veio o [homem], a ser sobretudo celebrado, que floresceu no início do mesmo [século], e que foi o mais importante de acordo com o consenso de quase todos, que primeiramente, em meritíssimo direito, fez célebre a todo o orbe, por caneta e boca, a imaculada concepção da Virgem.

⁴⁷⁰ Irei, e verei esta grande visão. Ex. 3,3

⁴⁷¹ Moisés, Moisés, não te aproximes daqui: retira o calçado de teus pés: de facto, o lugar onde estás é terra santa. Ex. 3 4-5

⁴⁷² Não te aproximes daqui?

⁴⁷³ Retira o calçado?

as chamas! Vadam, et videbo,⁴⁷⁴ e como esta çarça privilegiada das chamas hera no sentir de Damasceno, e *São* Basilio retrato expresso da conceição de Maria *que* nascendo entre os incendios da culpa, nem por sombra a tocaraõ as lavaredas do peccado: Rubus igni complexum miraculum, ipsa virgo peccato inaccessa Rubus,⁴⁷⁵ como este misterio por incrustavel naõ pertencia aos olhos da carne, mas *somente* aos da fé; Columba mea generationi non carnis, set fidei⁴⁷⁶; por isso foi esta a causa, porque *Deos* suspendeo os passos a Moysés, e com estes lhe embargou as vistas mandando o pór distante, e ao longe: Ne a[p]propries huc,⁴⁷⁷ com os péz descalços

// [p. 25] //

descalços como penitente, Solve calciamentum,⁴⁷⁸ porque *para* hũa maravilha taõ rara, como he a conceição de *Maria* representada na çarça naõ ha de ter Moysés olhos *para* ver, ou comprehender, *quando muito* péz descalços *para* merecer o favor; e distante ao longe, *para* contemplar por fé o *que* de nenhũa sorte se alcança com as vistas: Moyses, Moyses ne a[p]propries huc: solve calciamentum de pedibus tuis, locus enim, in quo stas, terra sancta est Columba mea generationi non carnis, set fidei.⁴⁷⁹

18. Confesso *que* o verdadeiro Moysés da Ley da graça foi o meu grande Patriarcha *São* Francisco: Franciscus figuratur per Moysen in Aegyptum directum.⁴⁸⁰ Escreveo o doutissimo Piza⁴⁸¹ florescia pois este soberano Patriarcha sobre o monte das suas virtudes educando nellas os seus filhos, qual outro Moysés sobre o alto de hum deserto apresentando o seu rebanho: e *para* em tudo se conformar a pintura com o original, vemos a Francisco meu grande *Padre* descalço, penitente e pobre, ainda mais *que* Moysés, por especial destino de *Deos*. Chamou pois o *Senhor* a este Patriarcha, *para* lhe revelar a honra, e a isenção da sua mystica çarça, *que* de aposento havia de servir á Majestade do Ceo: Vade Francisce, repara domum meam, quae labitur;⁴⁸² segundo escreve o meu Seraphim dos Doutores. Por Francisco, ou meu escoto por elle, os olhos na prodigiosa çarça, quando em certa occasiaõ poz as vistas em hũa imagem da conceição a tempo em *que* elle entrava em hũa Palestra

⁴⁷⁴ Irei e verei.

⁴⁷⁵ Um milagre preso ao fogo, a própria Virgem não foi acesa pelo peccado. NOTA: a primeira palavra, RUBUS, parece referir-se ao autor citado, extraído, aparentemente, de uma coletânea de louvores à Virgem.

⁴⁷⁶ A minha pomba para uma geração, não de carne, mas de Fé.

⁴⁷⁷ Não te aproximes daqui.

⁴⁷⁸ Retira o calçado.

⁴⁷⁹ Moysés, Moysés, não te aproximes daqui: retira o calçado de teus pés: de facto, o lugar onde estás é terra santa A minha pomba para uma geração, não de carne, mas de Fé.

Ex. 3 4-5

⁴⁸⁰ Francisco é representado através de Moysés, direcionado para o Egipto.

⁴⁸¹ Nota: creio que poderá tratar-se de frei Bartolomeu de Pisa.

⁴⁸² Vai Francisco: repara a minha casa, que está a cair.

publica, *para* lhe deffender a pureza; Vadam, et videbo;⁴⁸³ e rompendo o meu *Doutor* subtil nestas palavras: Dignare me, laudare te, virgo sacrata, da mihi virtutem contra hostes tuos;⁴⁸⁴ fazei me *Senhora*, digno de triunfar dos vossos

// [p. 26] //

dos vossos inimigos; aqui, oh prodigio grande! baixou a *Senhora* a cabeça, sendo de pedra a imagem, não sei se *para* se mostrar sua inclinada, ou se *para* lhe esconder aos olhos da carne a sua Pureza: Ne a[p]propries huc;⁴⁸⁵ o *que* seá he, *que* os péz descalços, pobre, e penitente, posto ao longe nas distancias da fé *para* se coroar de triunfos disputou, escreveo, prérgou, e ensinou o meu *Doutor* Mariano, e com elle toda a minha Religião Seraphica o inscrutavel misterio da conceição de Maria, havendo *Deos* por bem revelar este segredo a estes pequenos, e humildes, o *que* não fez, nem revelou a muitos sábios, e grandes: Secretum meum mihi. Abscondisti haec a sapientibus... et revelasti ea parvulis. In Francisco absconditus erat Deus, et laudatus est in Francisco.⁴⁸⁶

19. Este misterio pois, *que* a poucos foi revelado, talvez *para que* pella fé fosse mais apetecido, não se agradou *Deos* de *que* todos o penetrassem, mas *somente* aos seus o revelou *para que* o defendessem; assim o revelou a *Senhora Santa* Brigida: Conceptio mea non omnibus nota fuit, sed placuit Deo, ut quilibet ostenderet zelum.⁴⁸⁷ Donde procede *que* os *que* são ignorantes, e de nenhũa sorte percebem esta verdade: Incidunt in foveam, quam faciunt Caem.⁴⁸⁸ Entre os zeladores pois sabios, e prudentes, *que* por graça especial penetraram este segredo, porque *Deos* lho revelou, foi o meu grande *Padre Senhor Deos* escrevendo aos Albigenses as seguintes, e misteriosas palavras; sicut primus Adámus ex terra virgine, nunquam maledicta fuit formatus, ita decuit in secundo Adam fieri, scilicet Christo, cujus terra, id est, Mater virgo nunquam fuit maledicta.⁴⁸⁹ e com razão o devia assim dizer este meu grande *Padre*, pois era justo, *que quem* santo zelou na *Senhora* as enchentes da graça no Rosário.

// [p. 27] //

⁴⁸³ Irei e verei.

⁴⁸⁴ Digna-te que eu te louve, virgem sacra, dá-me virtude contra os teus inimigos.

⁴⁸⁵ Não te aproximes daqui.

⁴⁸⁶ A mim o meu segredo. Escondeste estas coisas dos sábios... e revelaste-as aos pequeninos. Deus estava escondido em Francisco e foi louvado em Francisco.

⁴⁸⁷ A minha conceição não foi conhecida de todos, mas agradou a Deus, para que quem quer que seja revele zelo.

⁴⁸⁸ No fosso que cavaram.

⁴⁸⁹ Tal como Adão foi o primeiro a ser criado numa terra virgem, nunca maldita, assim foi conveniente acontecer no segundo Adão, designadamente em Cristo, cuja terra, isto é, a mãe Virgem, nunca foi maldita.

no Rosario: Ave gratia plena⁴⁹⁰, lhe fechasse na conceição a coroa, por ser *parte* daquella graça enchente; Nunquam fuit maledicta.⁴⁹¹ Depois desta flamante estrella a rayou no ceo da Igreja Dominicana *hum* sol com azas de Anjo, qual foi o Angellico *Doutor Sarto* Thomas no seu ultimo codicillo, e vontade ultima, em *que* affirma, *que* todas as vozes, *que* nos seus espiritos se achar alqua. Cousa contraria á *authoridade* da Igreja, o havia reputado por não dito; porque a *authoridade* da Igreja devia prevalecer á de qualquer *Sarto Padre* Ecclesiae consuetudo semper est in omnibus aemulanda, quia et ipsa catholicorum doctrina ab Ecclesia auctoritatem habet; unde: magis standum est auctoritati Ecclesiae, quam auctoritati vel Augustini, vel Hieronimi, vel cujuscumque Doctoris.⁴⁹² Com mais chama, fala este Paraninfo angellico no *primeiro* das sentenças, destinação quarenta e quatro; Potest aliquod creatum inveniri, quo nihil purius, et satis fuit puritas beatae virginis, quae peccato originali, et actuali fuit immunis.⁴⁹³ O mesmo affirma em *mutos* lugares da escritura sagrada, da *que* se mostra o grande zelo, *que* este *Sarto Doutor* teve sobre a deffeza deste misterio, como no seu invencivel estudo mariano trata *hum* escritor doutissimo, e moderno da minha Religiaõ, e Provincia, cujas cinzas venero, como discipulo indigno de taõ grande Oraculo.

20. Revelou *Deos* mais este segredo á sempre Illustre, esclarecida, e Sapientissima *Companheira* de Jesus, cujo Patriarcha Santissimo nascendo no dia da Incarnação do *Dto* verbo, em obsequio deste misterio jurou aos seus primeiros nove companheiros deffender o misterio da conceição cuja escritura deste juramento se guarda nos archivos

// [p. 28] //

archivos do seu *consentimento* em Roma, segundo o affirma o *Douto Padre* Andre Mendo da mesma familia. Bem poderemos aqui dizer em abono do Patriarcha Jesuita, que quem por natureza hera fogo, forçoso hera, *que* nos incendios da *caridade* se abrasasse por deffender *hum*a querela: Ignatius in charitate flagrans ad maiorem Dei gloriam.⁴⁹⁴ Disse o Tautologico numerar pois que as tradições Apostolicas, os Diplomas Pontificioz, os Concilios, os Santos *Padres*, os Reynos, as *Vniverssidades*, os Doutores, *que* celebraõ, veneraõ, e deffendem a pureza deste misterio, alem de infinitos lugares da Sagrada Escritura, *que* virtualmente incluem esta *verdade* Catholica, seria intentar esgotar o mar com hũa concha, ou contar no Ceo estrellas por estrella. Emfim estes são aquelles, a

⁴⁹⁰ Ó cheia de graça.

⁴⁹¹ Nunca fui maldita.

⁴⁹² O costuma da Igreja deve ser sempre imitado em todas as coisas, porque a própria doutrina dos Católicos tem uma autoridade vinda da Igreja; daqui que se deva aderir mais à autoridade da Igreja do que à autoridade de um Agostinho ou de um Jerónimo ou de um qualquer Doutor.

⁴⁹³ Não se pode encontrar algo criado que seja mais puro, e foi suficiente a pureza da beata Virgem, que foi imune do pecado original e atual.

⁴⁹⁴ Inácio ardendo em caridade para maior glória de Deus.

quem Deos por especial graça revelou o segredo da conceição, não para o comprehenderem, mas para acreditarem, deffenderem e zelarem, que o mais só para Deos está reservado, e por ninguem mais comprehendido: Secretum meum, Mysterium meum mihi, et mei. Haec adaptat sponsae. Conceptio mea non omnibus nota fuit, sed placuit Deo, ut quilibet ostenderet zelum.⁴⁹⁵

21. Hũa questão mística politica quisera eu por ultimo excitar aos meus ouvintes, para com ella rematar o panegyrico, inveterado costume entre os antigos, que nas maiores solenidades rematavaõ com problemas os seus aplausos. A questão he; qual destes dous misterios foi segredo mais occulto ao conhecimento humano, se o da conceição de Maria, sigilado no interior Divino, ou se o do corpo de Christo occulto nos accidentes de pam? ambos estes dois misterio são segredos particulares de Deos, e por isso mesmo os venera a nossa fé com reverentes obsequios

// [p. 29] //

obsequios: porem qual destes foi o mais occulto, desejara eu saber, para desta forma inferir o maior zelo de Deos? Eu dissera sem offender o Sagrado, que mais occulto, e recondito foi o segredo da conceição no interior de Deos: In latere ejus eram,⁴⁹⁶ do que o segredo do Sacramento nos accidentes [...]. Hei de provar esta verdade com a razão com o exemplo, e com a escritura. A razão he Theologica, mas perceptivel, porque perguntando os theologos, se se pode ver com os olhos da carne o corpo descripto na Eucharistia reduplicativamente Sacramentado? Respondem muitos de hũa, e outra escolla, que sim; para assento cittaõ ao Angellico Doutor Santo Thomas, e ao meu subtil Escoto, a quem seguem muitos Escolistas antigos: Calaraõ em que se fundaõ he, que pode Deos enlevar os nossos olhos, tirar lhes o impedimento de fracos, e proporcionar lhes á sua actividade hum objecto, que naturalmente milita fora da sua esfera; tal he, (dizem eles) o corpo de Christo na Eucaristia a resposta dos nossos olhos: logo podem estes, em certo modo, attingir este segredo Eucharistico: Potest oculus [sic]⁴⁹⁷ corporeus elevatus videre corpus Christi in Eucharistica reduplicative qua juxta quam plurimos [...], et [...]⁴⁹⁸. Escreve o Arociol nas suas questoes secretas.

22. Dizem mais que pode o Anjo, e a alma separada naturalmente ver este mistério: Angelus, et anima separata naturaliter vident intuitive corpus Christi sub specibus⁴⁹⁹. Pergunto agora: e pode algum Anjo, ou alma alguma separada, por mais glorificada que fosse, ver, ou indagar no segredo da

⁴⁹⁵ O meu segredo, o meu mistério a mim, e de mim. Adapta estas coisas à esposa. A minha conceição não foi conhecida de todos, mas agradou a Deus, para que quem quer que seja revele zelo.

⁴⁹⁶ Estava ao lado Dele.

⁴⁹⁷ Palavra correcta é com dois «c».

⁴⁹⁸ Escreve o Arociol nas suas questões seletas.

⁴⁹⁹ O anjo e a alma separada vêem o corpo de Cristo, por natureza, de uma forma intuitiva nas espécies.

conceição dentro do coração de Deos, como joia sua particular? não: porque não hera preferível ver Ihe a existencia, contar Ihe as graças, nem numerar Ihe os dons, com *que* foi creada,

// [p. 30] //

creada, e concebida no intimo do coração de Deos; nem ainda penetraram o decreto intentivo, e preservativo, *que* se terminou nesta obra, *quando muito* só tiverão hũa noticia confusa, e objectiva adorando só por fé, o *que* não viaõ com os olhos: Angeli habuerunt notitiam eam objective agnoscentes, et adorantes:⁵⁰⁰ Logo por esta razão se infere, que maior foi o segredo da conceição dentro do peito de Deos: In latere ejus eram,⁵⁰¹ do *que* o segredo do corpo de Christo occulto nos accidentes [...]: Hic est panis de caelo descendens.⁵⁰²

23. Segue se a prova do exemplo: e deste [...] *Deos* com maior segredo a resppto da conceição de Maria, do *que* o resppto do *Salvamento Augusto*; porque aos olhos, e mais sentidos materiais de *mutas* escrituras tem *Deos* mostrado as glorias do seu amor Sacramentado. Primeiramente a *hum* Sacerdote da justificada vida, *que* duvidando estar legitimamente ordenado, pello *que* vivia aflito, celebrando em *hum* dia missa com este escrupulo, apenas consagrou a hostia divisou nella clara, e intuitivamente a imagem de *hum* *Deos* Menino. O meu Seraphico *Doutor São Boaventura* estando *para* espirar, e não podendo receber por impedimento da queixa o sagrado viatico, apenas poz os olhos no *salvamento* de tal forma se abrasou nos incendios do amor *Divino* na flamante mariposa daquela alma, *que* a mesma particular, caso notavel! como se o coração fosse magnate atrativa, voando das mãos do Sacerdote, se reconcentrou ligeira por hũa leve abertura, *que* na forma da hũa Rosa abriu o amor no peito: Latus Bonaeventurae in formam Rosa iubentis⁵⁰³ aperitur, et per eam aperturam corpus Christi aspexit⁵⁰⁴ in ejus cordis intimum se immisit.⁵⁰⁵ Escreveo Vvandingo.

// [p. 31] //

24. Minha grande Madre *Santa Clara* vendo *que* os sarracenos Ihe escalvão os muros, *para* Ihe profanar a clausura, pregando á pressa da custodia, em *que* encerrada estava aquella Sancta

⁵⁰⁰ Os anjos tiveram conhecimento, reconhecendo-a e adorando-a objetivamente.

⁵⁰¹ Estava ao lado Dele.

⁵⁰² Aqui está o pão que vem do céu.

⁵⁰³ Lubentis?

⁵⁰⁴ Aspexit?

⁵⁰⁵ O lado de Boaventura abre-se na forma de uma rosa que ordena [que está alegre], e por esta abertura viu o corpo de Cristo, e atirou-se para o íntimo do seu coração [?].

Sanctorum⁵⁰⁶, pedindo a prosa: Ne tradas bestiis animas confidentes tibi:⁵⁰⁷ não consintas *Senhor* que das feras infernaes sejaõ devoradas as vossas esposas, lhe respondeo o esposo o meu amor sempre voz guarda: Ego vos semper custodiam.⁵⁰⁸ Finalmente de *São Jacinto* se conta, *que* invadindo em certa occasião hũa cidade os inimigos, fugindo todos os moradores com receio de perder as vidas, e fugindo tambem este *Santo*, *que* presente se achava junto do Santissimo Sacramento ouvira hũa voz *que* como em suspiros, e ternuras de fino amor lhe dizia, Jacinto assim me deixas? Logo se por estes, e outros *mutos* prodigios nos consta, *que* se não occultou a *Deos* tanto no Sacramento, *quanto* em seu peito se occultou a conceição, *que* havemos de inferir, senaõ *que* em respposta do misterio do Salvamento foi a conceição da *Senhora* maior segredo, e só *para Deos* reservado: Secretum meum. Mysterium meum mihi. Haec adaptat sponsae. In latere ejus eram quasi enutrita.⁵⁰⁹

25. Concluamos com a escritura, e rematemos o pensamento. Dous misterios avistou no Apocalipse a *Agua* dos *Evangelhos*, ambos dificultosos, e imperceptiveis ambos. O *primeiro* foi *hum* livro fechado com sette sellos: vidi librum signatum sigillis septem.⁵¹⁰ O *segundo* porem foi *hum* cordeiro vivo com accidentes de morto: vidi agnum ... tanquam occisum.⁵¹¹ Mas he de notar aqui hũa differença, *que* na visaõ do Livro fechado, e selado com sette sellos chorou o *Evangelista* *multas lagrimas*, por ver, *que* não havia assim nos *Ceos*, como na terra, quem se

// [p. 32] //

quem se atrevesse a abrir este livro, nem applicar lhe os olhos *para* comprehender os seus misterios: Et ego flebam multum, quoniam nemo dignus inventus est aperire librum nec respicere illum, neque in caelo, neque in terra.⁵¹² Perguntara eu agora ao *Evangelista*, porque não solta o seu pranto vendo sacrificada a innocencia de *hum* Cordeiro, assim como se derrete em lagrimas, vendo os impossiveis da comprehensãõ de *hum* livro? mas assim havia de ser: porque o Cordeiro Sacrificado hera o misterio do Sacramento: Agnus tanquam occisus est Christus in Eucharistia.⁵¹³ Diz Sylveira: O Livro porem fechado com sette sellos hera o misterio da conceição fechado com sette chaves douradas, *que* heraõ os sette dons do *Espirto Santo*: Liber est beata virgo, quam Joanis vidit in

⁵⁰⁶ Santa dos santos (santa entre os santos).

⁵⁰⁷ Não atires para as bestas as almas que confiam em Ti.

⁵⁰⁸ Eu sempre vos protegerei.

⁵⁰⁹ O meu segredo. A mim o meu mistério. Adapta estas coisas à esposa. Estava ao lado Dele como que alimentada.

⁵¹⁰ Vi um libro marcado com sete selos. Apc. 5, 1.

⁵¹¹ Vi um cordeiro ... como se estivesse morto. Apc. 5-6.

⁵¹² E eu chorava muito, visto que não se encontrou ninguém digno de abrir o livro, nem de o olhar, nem no céu, nem na terra. Apc 5 3-4.

⁵¹³ O cordeiro é morto na Eucaristia tal como Cristo.

Apocalypsi signatam sigillis septem; Donis scilicet, septem spiritus Sancti.⁵¹⁴ Diz o mesmo douto; Livro misterioso composto pella infinita Sabedoria na officina do *Espírito*. Creavit illum in spiritu Sancto.⁵¹⁵ Impresso na [...] do seu peito: In latere ejus eram.⁵¹⁶ Rubricado com o Sangue das veas de Christo, *que* das sensuras exprímio esta obra peregrina: Qui ex morte ejusdem fillii⁵¹⁷ sui eam ab omni labe reservasti.⁵¹⁸ Espírito por dentro, e por fora: Spiritus intus et foris.⁵¹⁹ _por dentro tudo heraõ tratados de graça: intus omni amplitudine gratiarum;⁵²⁰ e por fora inumeraveis titulos de gloria: foris digito Dei verbi; ut esset Mater intemerata.⁵²¹ E como esse livro da conceiçaõ hera *hum* segredo puro, profundo, e

// [p. 33] //

profundo, e inscrutavel, *que Deos para* si tinha reservado, por cujo *reppresentante* nem nos Ceos entre os Anjos, nem na terra entre os homens haviaõ os olhos, *que* o vissem, nem entendimerto, *que* o penetrasse, Nemo inventus est videre [ou quicã respicere] illum, neque solvere signacula ejus, neque in caelo, neque in terra.⁵²² cuja comprehensam competia só a Deos, como obra sua privativa; Ut nullus intellectus hoc⁵²³ valeat agnoscere, penetrare, ac investigare, nisi solus filius ejus Jesus.⁵²⁴ Diz o mesmo douto: por isso *para* o *Evangelista* exagerar as dificuldades, *que* ha na comprehensã, e conhecimerto do misterio da conceiçaõ; em comparaçaõ do misterio Eucharistico, mostras por testemunho as suas lagrimas, naõ na occasiaõ do Cordeiro, mas só no Livro Sigyllado, Livro *que* he da conceiçaõ impercetivel, e sobre todos os misterios inscrutavel; Et ego flebam multum, quoniam nemo dignus inventus est aperire librum, neque in caelo, neque in terra. Liber est beata virgo, quam Joanes vidit in Apocalypsi signatam septem donis spiritus sancti.⁵²⁵

26. Se na circumferencia pois das duas esferas, Angellica, e humana, naõ ha, nem pode haver *quem* se atreva a comprehender o beijo de *Deos* este misterio, por ser obra contra toda a ordem da natureza, e segredo mais occulto, *que* o segredo do Sacramento, por ele se livra de toda a critica este nosso assumpto; em *que* se ve *claramente* o especial empenho de *Deos* com tantas

⁵¹⁴ O livro é a beata Virgem, que João viu no Apocalipse selada com sete selos; isto é, com sete dons do Espírito Santo.

⁵¹⁵ Criou-a no Espírito Santo.

⁵¹⁶ Estava ao lado Dele.

⁵¹⁷ Em Latim Clássico, «fillii», só com um «i»

⁵¹⁸ Que a preservaste de toda a destruição através da morte do mesmo Filho seu.

⁵¹⁹ Espírito por dentro e por fora.

⁵²⁰ Dentro de toda a amplitude das graças.

⁵²¹ De fora através do dedo do Verbo de Deus, para que a Mãe fosse intemerata.

⁵²² Não se encontrou ninguém digno para o ver, nem para resolver os sinais dele, nem no céu, nem na terra.

⁵²³ Não tenho a certeza quanto à leitura desta palavra.

⁵²⁴ Para que nenhum intelecto tenha capacidade de reconhecer, penetrar e investigar isto [hoc], a não ser somente o filho dela, Jesus.

⁵²⁵ E eu chorava muito, visto que não se encontrou ninguém digno de abrir o livro, nem no céu, nem na terra. O livro é a beata Virgem, que João viu no Apocalipse cerrada com os sete dons do Espírito Santo.

// [p. 34] //

tantas cautellas nesta obra, *que* só deixou *para* os obsequios da nossa fé *hum* segredo, *que* lhe reservou *para* gloria dos seus olhos, e emprego unico do seu amor: Secretum meum. Mysterium meum mihi, et mei. Conceptio mea non omnibus nota fuit, sed placuit Deo, ut quilibet ostenderet zelum.⁵²⁶

27. Florecei pois Peregrina, e Privilegiada *Senhara* sempre pura, e immaculada Sempre; florecei nesse jardim frutado, donde nem os Aspides da condição perversa vos tocaraõ a beleza, por mais *que* se apuravaõ os vomitos do seu veneno; nem o Basilisco da emulaçaõ infernal voz soube pór os olhos, *para* distinguir com vóz a doçura izenta da [...]. Sois jardim fechado neste vergal Franciscano, donde voz tributa a nossa fé vitimas de aplauso em reverencia do santo misterio. Sois Livro do Apocalypse, por donde não sabem ser, nem entender os olhos, e entendim^{entos} fracos, mas nem por isso havemos de chorar com o *Evangelista* este incidente; choraremos sim as nossa culpas, pois por ellas degeneramos de filhos de tal May; porem se das Mays he mui proprio *hum*, amor todo [...] *para* com os filhos, farei *que* assim como fostes segredo unico de *Deos* nos ponha a mesma *Senhor* as nossas culpas em segredo, isto he, remetidas, e perdoadas por meyo de *hum* sacramental sigylo, *que* só assim podemos lograr seguros o favor

// [p. 35] //

o favor, o abrigo, e amparo tudo de taõ grande May, e Padroeira nossa; Sub umbra alarum tuarum. protege nos.⁵²⁷ Muitas tem sido as pennas, *que* alcançadas das azas dos Seraphins da terra formadas em quadros de zelo deffendem a vossa pureza melhor do *que* os espinhos em repetidos exercitos deffendem com [...] da sua agudeza de veneno do [...] a purpura da Rosa; e se entre tantas plumas voou mais alto a do meu subtil Escoto, por ser o *primeiro* neste zelo, se entre *mutos* Santos *Padres* houve *hum* *Santo* Ambrosio, *que* voz acclamou pura, e *Santa*: Expiata est caro Dei ab spiritu sancto in virgine.⁵²⁸ socegai, e ficai certa, *que* voz não falta nesta casa *quem* voz honra, e vos deffende: de dentro Escotos *para* voz deffender a honra, e de fora *hum* Ambrosio, *para* vos louvar a pureza: este por tantos cultos obrigando a vossa graça, e nós todos com elle appurando á vossa gloria. Amen.

Em, 14 de Maio de 1757, em o collegiõ de *Santa* Rita de Coimbra. Não se imprimio.

⁵²⁶ O meu segredo. A mim o meu mistério, e de mim. A minha conceção não foi conhecida a todos, mas agradou a Deus, para que quem quer que seja revele zelo.

⁵²⁷ Protege-nos sob a sombra das tuas asas.

⁵²⁸ A carne de Deus foi expiada na Virgem pelo Espírito Santo.

// [p. 36] //

Folha vazia

// [p. 37] //

Índice dos lugares da Escritura, e autoridades dos *Senhores* [...] números marginaes apontados neste Sermaõ

Alapide numero 2

Villarroel tomo tautologia 5ª § 20 // numero 3.

Alapide Ibi.

Villarroel tomo segundo tautologia seita Did. 1. § 20 // numero 4

Aleimo Avid. Lib. 2 de Mundo eap. 9. // numero. 4

Psal m. vo V. 16. numero 4.

Exoplicito conceptionis // numero 4

S. Lueos capitulo 3. V. 23. § 5.

Rupesto citado po *Sylveira* no [...] SS. 5

Santo Thomaz de Aquino imprima sententiarum Dytintione 44. // § 5.

Genezis capitulo 6. V. 2. § 5.

// [p. 38] //

Alapide no texto citado/ § 5.

Villarroel tomo 7. Tautologia 1. Did. 7. n. 16. § 7.

Canticos ou cantores. capitulo 7. v. 1. § 7.

Rupesto citado *pello Sylveira* nos cânticos 7. § 7.

Sylveira capytulo vasio questão. 5. v. 27. § 7.

Rupesto citado *pello* no capitulo vasio 4. v. 25. § 9.

São Paulo na Epistola aos [...] capitulo 11. v. 1. § 9.

São Bernardino Sena citado *pello Sylveira* [...] 4. § 9.

[...] capitulo 1. v. 9. § 10.

Santo Anselmo citado por Vanorn. *Senhora da Conceição* § 10.

Saõ Paulo na Epistola aos romanos *capitulo* 11. v. 33. § 10.

[...] *capitulo* 18. v. 3. § 10.

Sylveira [...] A. [...] 10 v. 25. § 10.

Saõ Lucas *capitulo* 1. v. 51. § 12.

Sylveira tomo primeiro sobre os *Evangelhos* Lib. 1. *capitulo* 7. [...] 8. 19 v. 17. § 12.

Vanorm. Sev. de virgine. § 12.

Villarroel tomo1. tautologia 6. expo. Lib. v. 1. § 13.

Lueos Abbade citado *pello* Algide in cont. *capitulo* 6. v. 9. § 14.

Sylveira [...] 4. § 14.

// [p. 39] //

Sylveira [...] 4/ §15.

Isaêos *capitulo* 64. v. 1. / 14i.

Ecclsiastes cap. 24. / §14i.

[...] de gloria mundi parte 12. / §. 16.

Exodo cap. 25. 14i.

Banger Libro 2. Das sustenças dis [...] v. 12/§. 16.

Exodo capit.3. / § 17.

S. Joaõ Damasceno in orat. 8. de [...] /§ 17.

Piza. Livro *primeiro* [...] 2. / §18.

Sylveira opusculovorio 4. / § 12.

S. Domingos ad Albigen. in [...] §. 19.

Santo Thomaz de Aquino citado por [...] Tomo 1. Problema [...] 73. § 19.

Villarroel Tomo 4. Taulogia 3. did. 2. § 20.

Arb. [...] § 21.

Vvandingo [...] §. 23.

Coronila Serafica de Santa Clara §. 24.

Apocalipse capit. 5. v. 3. 4. § 25.

Sylveira in Apocalipse § 25.

Sylvera [...]

// [p. 41] //

Folha vazia